



Belém - PA - 2024

ORGANIZADORES

Ricardo Figueiredo Pinto
Éder do Vale Palheta
Victória Baía Pinto

VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPs XXIV CAMINHADA - "CAMINHANDO PARA A SAÚDE"

Educação / Saúde / Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia



FICHA CATALOGRÁFICA

PINTO, Ricardo Figueiredo. PALHETA, Éder do Vale. PINTO, Victória Baía (Orgs.) VIII Fórum Internacional de Conhecimento & Ciência. XVII Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações – GPs.

289 f.: il. color.

Editora Conhecimento & Ciência, 1, Belém, 2024.

1. Educação 2. Saúde. 3. Empreendedorismo.

ISBN: 978-65-83424-00-6

DOI: 10.29327/5449592

CONSELHO CIENTÍFICO

JORGE LUÍS MARTINS DA COSTA

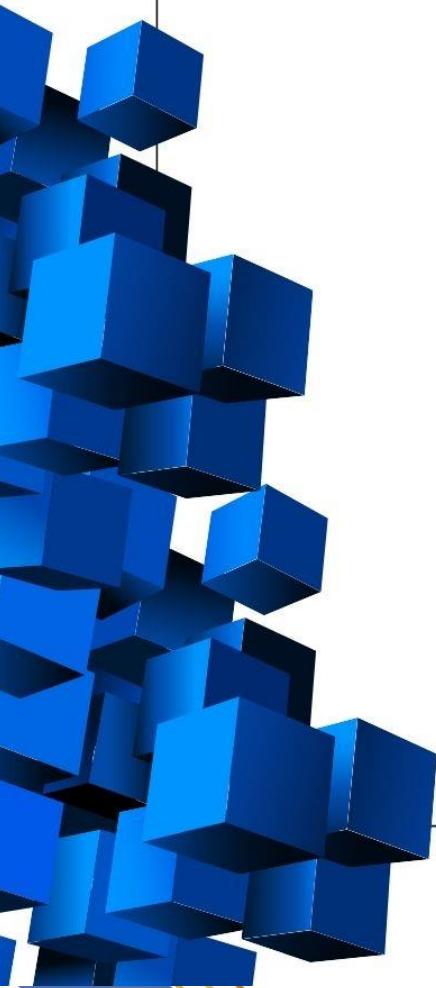
JOSEANA MOREIRA ASSIS RIBEIRO

LUCIANO BARROS DA SILVA

MÁRCIO VENÍCIO CRUZ DE SOUZA

MOISÉS SIMÃO SANTA ROSA DE SOUSA

NAHON DE SÁ GALENO



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o e-book oficial do evento conjunto **VIII Fórum Internacional de Conhecimento & Ciência, XVII Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações e XXIV Caminhada: "Caminhando para a Saúde"**, que reúne os frutos das ricas discussões e trocas de conhecimento promovidas durante este marco científico.

O e-book conta com uma seleção de **13 artigos** que refletem a diversidade e profundidade de estudos submetidos ao evento, incluindo:

- **Artigos completos**, que trazem pesquisas finalizadas com resultados robustos.
- **Estudos em andamento**, com resultados parciais que fomentam debates e promovem novas perspectivas em várias áreas do conhecimento.

Além dos artigos, o material inclui uma seção de **banners e slides**, apresentados durante o evento, que ilustram e complementam as discussões realizadas.

O evento também lançou, a 3^a edição do e-book do Professor Doutor Éder do Vale Palheta, agora na versão em inglês, no qual é intitulado **“Physical Education Portal Of The Amazon/Pará”**. E a 2^a edição, na versão em espanhol de dois guias, frutos de uma dissertação de mestrado e tese de doutorado, intitulados, respectivamente: **“10 Metodologías de enseñanza para niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA): una guía práctica para pedagogos y profesores”** e **“Manual para la Inclusión de Personas con Discapacidad Visual para el Profesor de Arte del nuevo Bachillerato”**, sendo o primeiro da Profª Me. Lílian Nazaré de Azevedo Simões e o segundo Prof. Dr. Jorge Augusto Laurido.

Um evento verdadeiramente internacional

Este evento contou com a participação de representantes de mais de **20 países**, como Rússia, Suíça, Alemanha, El Salvador, Portugal, Argentina, Polônia, Israel, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, e outros além da valiosa contribuição de **palestrantes nacionais**. Essa representatividade internacional reafirma o compromisso do evento com a troca global de saberes e práticas inovadoras.

O e-book celebra não apenas os trabalhos científicos apresentados, mas também a capacidade de reunir profissionais, acadêmicos e pesquisadores de diferentes áreas e origens, fortalecendo redes de colaboração e contribuindo para o avanço do conhecimento.

Convidamos todos a explorarem este e-book, uma obra que é o reflexo do esforço, da criatividade e do compromisso com a ciência e a saúde em suas múltiplas dimensões.

Boa leitura!

Os organizadores

SUMÁRIO

AS FORMAS MANUAL E AUTOMATIZADA DO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ.....	9
DOI: 10.29327/5449592.1-1	
Ana Maria Leite Ferreira	
Ricardo Figueiredo Pinto	
DESAFIOS DOS PROFESSORES PARA TRANSPOR PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM OS SABERES ASSOCIADOS AO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ NA EDUCAÇÃO BÁSICA	21
DOI: 10.29327/5449592.1-2	
Ana Maria Leite Ferreira	
Ricardo Figueiredo Pinto	
PRINCIPAIS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO NOVO ENSINO MÉDIO E O PLENO	35
DOI: 10.29327/5449592.1-3	
Anibal Neves da Silva	
PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM O CONTEÚDO LEITURAS OBRIGATÓRIAS E NÃO - OBRIGATÓRIAS	44
DOI: 10.29327/5449592.1-4	
Biratan dos Santos Palmeira	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA EM IDADE ESCOLAR	71
DOI: 10.29327/5449592.1-5	
Ricardo Figueiredo Pinto	
Biratan dos Santos Palmeira	
Roberto Assunção Lopes	
DESVENDANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES	94
DOI: 10.29327/5449592.1-6	
Luis Fernando Pantoja Creão	
Victória Baía Pinto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
ANÁLISE DOS FATORES DE SAÚDE E BEM-ESTAR EM ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	128
DOI: 10.29327/5449592.1-7	
Divaldo Martins de Souza	
Matheus Nunes de Souza	
MARKETING DIGITAL NAS EMPRESAS	152
DOI: 10.29327/5449592.1-8	
Edson Canuto Sousa	
João Carlos Benício Dias	
Ricardo Figueiredo Pinto	
CONTEXTUALIZAÇÃO DO MARKETING EMPRESARIAL	170
DOI: 10.29327/5449592.1-9	
Edson Canuto Sousa	
João Carlos Benício Dias	
Ricardo Figueiredo Pinto	

CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS (6º E 7º ANOS) DO ENSINO FUNDAMENTAL II	187
DOI: 10.29327/5449592.1-10	
Emanuel Ramalho de Oliveira	
Ricardo Figueiredo Pinto	
 O PEDAGOGO COMO ASSESSOR PEDAGÓGICO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.....	207
DOI: 10.29327/5449592.1-11	
João Carlos Benício Dias	
Edson Canuto Sousa	
Ricardo Figueiredo Pinto	
 ESTUDO COMPARATIVO E CORRELACIONAL DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR ENTRE HOMENS E MULHERES ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	222
DOI: 10.29327/5449592.1-12	
Fernando Oliveira de Sousa Cruz	
Pâmela Cristina dos Santos	
Vanessa Marreiros Malheiros	
Victória Baía Pinto	
Vitor Mendes Costa	
Wesley Romero Silva da Costa	
Divaldo Martins de Souza	
 UMA BREVE INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO HUMANO	235
DOI: 10.29327/5449592.1-13	
Valecio Senna Vasconcelos da Silva	
 SEÇÃO BANNER	241
SEÇÃO SLIDE.....	249

SEÇÃO DE ARTIGOS

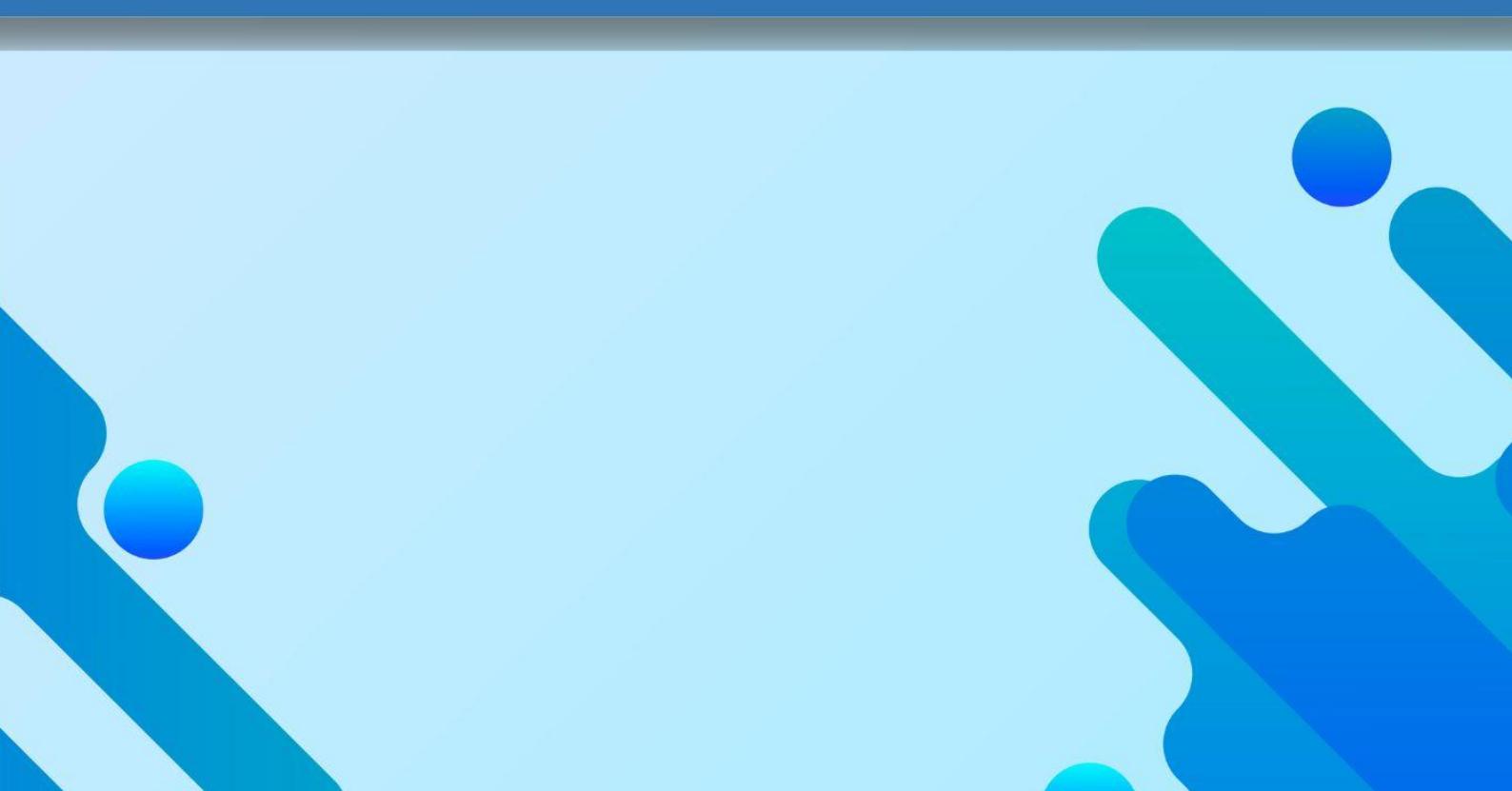




AS FORMAS MANUAL E AUTOMATIZADA DO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ

**ANA MARIA LEITE FERREIRA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5449592.1-1



AS FORMAS MANUAL E AUTOMATIZADA DO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ

DOI: 10.29327/5449592.1-1

Ana Maria Leite Ferreira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as diferentes formas de manejo, produção e processamento do açaí, comparando as abordagens manuais e automatizadas. A partir de uma revisão da literatura foram discutidos os benefícios e limitações de cada método, bem como suas implicações econômicas e sociais. Os resultados destacaram que o manejo manual, que respeita o conhecimento ancestral dos agricultores e permite uma colheita seletiva, enfrenta desafios como a escassez de mão de obra e a necessidade de aumento na eficiência produtiva. Por outro lado, a mecanização e o manejo automatizado oferecem soluções para atender à crescente demanda do mercado, embora possam comprometer a qualidade dos frutos se não forem integrados de forma equilibrada às práticas tradicionais. Concluiu-se que o futuro da produção de açaí depende da capacidade dos produtores de inovar, respeitando a biodiversidade local e fortalecendo as economias das comunidades. O desenvolvimento sustentável do açaí, ao valorizar tanto as práticas tradicionais quanto as modernas, pode servir como um modelo de manejo que beneficia não apenas a produção, mas também a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das populações locais.

Palavras chave: Açaí. Manejo. Métodos. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the different forms of management, production, and processing of açaí, comparing manual and automated approaches. A literature review discussed the benefits and limitations of each method, as well as their economic and social implications. The results highlighted that manual management, which respects the ancestral knowledge of farmers and allows for selective harvesting, faces challenges such as labor shortages and the need for increased productive efficiency. On the other hand, mechanization and automated management offer solutions to meet the growing market demand, although they may compromise the quality of the fruits if not integrated in a balanced way with traditional practices. It was concluded that the future of açaí production depends on the ability of producers to innovate while respecting local biodiversity and strengthening community economies. The sustainable development of açaí, by valuing both traditional and modern practices, can serve as a management model that benefits not only production but also the conservation of natural resources and the well-being of local populations.

Keywords: Açaí. Management. Methods. Sustainability.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las diferentes formas de manejo, producción y procesamiento del açaí, comparando los enfoques manuales y automatizados. A partir de una revisión de la literatura, se discutieron los beneficios y limitaciones de cada método, así como sus implicaciones económicas y sociales. Los resultados destacaron que el manejo manual, que respeta el conocimiento ancestral de los agricultores y permite una cosecha selectiva, enfrenta desafíos como la escasez de mano de obra y la necesidad de aumentar la eficiencia productiva.

Por otro lado, la mecanización y el manejo automatizado ofrecen soluciones para satisfacer la creciente demanda del mercado, aunque pueden comprometer la calidad de los frutos si no se integran de manera equilibrada con las prácticas tradicionales. Se concluyó que el futuro de la producción de açaí depende de la capacidad de los productores para innovar, respetando la biodiversidad local y fortaleciendo las economías de las comunidades. El desarrollo sostenible del açaí, al valorar tanto las prácticas tradicionales como las modernas, puede servir como un modelo de manejo que beneficia no solo la producción, sino también la conservación de los recursos naturales y el bienestar de las poblaciones locales.

Palabras clave: Açaí. Manejo. Métodos. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

O açaí (*Euterpe oleracea*) é uma palmeira nativa da região amazônica, cujo fruto se tornou um símbolo da biodiversidade e da cultura alimentar brasileira. Nos últimos anos, a popularidade do açaí cresceu significativamente, tanto no Brasil quanto em mercados internacionais, devido ao seu valor nutricional e às suas propriedades benéficas para a saúde. Com uma rica composição de antioxidantes, ácidos graxos essenciais e fibras, o açaí é amplamente consumido em forma de polpa, sucos e produtos derivados, refletindo uma tendência crescente em direção a dietas saudáveis e sustentáveis.

O manejo, produção e processamento do açaí são práticas fundamentais para garantir a qualidade do fruto e a sustentabilidade da atividade. Tradicionalmente, essas práticas eram realizadas de forma manual, envolvendo técnicas que foram passadas de geração em geração. Contudo, a crescente demanda por açaí tem impulsionado a adoção de métodos automatizados, que prometem aumentar a eficiência e a produtividade, ao mesmo tempo em que desafiam as práticas culturais estabelecidas.

Este estudo teve como objetivo analisar as diferentes formas de manejo, produção e processamento do açaí, comparando as abordagens manuais e automatizadas. A partir de uma revisão da literatura foram discutidos os benefícios e limitações de cada método, bem como suas implicações econômicas e sociais.

Espera-se que esta análise contribua para um melhor entendimento das dinâmicas envolvidas na cadeia produtiva do açaí e auxilie na formulação de estratégias que promovam a sustentabilidade e a valorização deste importante recurso natural.

DESENVOLVIMENTO

O AÇAÍ: ASPECTOS BOTÂNICOS E AGRONÔMICOS

O açaí (*Euterpe oleracea*) é uma palmeira que se destaca pela sua adaptabilidade às condições ambientais da região amazônica. Segundo Ferreira et al. (2021), a planta é

reconhecida por suas folhas longas e finas, que podem atingir até 3 metros de comprimento, e suas inflorescências em forma de panícula, que dão origem aos frutos. Essa característica é essencial para a fotossíntese e, consequentemente, para o desenvolvimento da planta em solos pobres e saturados de água, típicos da Amazônia. O crescimento da palma ocorre em climas quentes e úmidos, que favorecem a produção abundante de frutos.

As características morfológicas do açaí são fundamentais para sua classificação botânica. Conforme Lima et al. (2020), as palmeiras do gênero *Euterpe* são geralmente monóicas, possuindo flores masculinas e femininas na mesma inflorescência. Essa característica facilita a polinização e a frutificação, assegurando a produção anual do fruto. A cor e o tamanho dos frutos variam, mas, em geral, são pequenos, de coloração roxa a negra, com um sabor característico que os torna populares no mercado. Essas particularidades botânicas fazem do açaí uma espécie única e bastante estudada na botânica e na agronomia.

A produção de açaí é fortemente influenciada pelas condições de cultivo. O solo ideal para o cultivo do açaí é o argiloso, que proporciona boa drenagem e retenção de umidade, fundamentais para o crescimento das palmeiras. De acordo com Silva e Rodrigues (2023), a planta prefere solos ricos em matéria orgânica, o que pode ser alcançado por meio da adição de compostos orgânicos. A preparação do solo, que envolve práticas como aragem e incorporação de nutrientes, é essencial para o desenvolvimento saudável da palma e a qualidade dos frutos.

O açaí é uma planta perene, com um ciclo de vida que pode durar várias décadas. O manejo adequado das palmeiras é crucial para a maximização da produtividade. Conforme apontado por Costa et al. (2022), a poda e o desbaste das folhas são práticas recomendadas para melhorar a circulação de ar e a incidência de luz nas inflorescências, o que resulta em uma melhor frutificação. O intervalo entre as colheitas também deve ser observado, com a possibilidade de dois a três ciclos de produção por ano, dependendo das condições climáticas e da técnica de manejo utilizada.

As condições climáticas desempenham um papel significativo no cultivo do açaí. O clima ideal é quente e úmido, com temperaturas variando entre 25 °C e 35 °C e precipitação anual superior a 2000 mm. Segundo Santos et al. (2023), a variação na temperatura e na umidade pode influenciar a floração e a frutificação da palma. Períodos de seca prolongada podem comprometer a produção, evidenciando a importância de práticas de irrigação em áreas de cultivo mais suscetíveis a variações climáticas.

Além das condições climáticas, as interações biológicas no ambiente de cultivo do açaí também são relevantes. A presença de polinizadores, como abelhas, é fundamental para a

reprodução da planta. De acordo com Almeida e Nascimento (2021), a preservação de habitats naturais e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para garantir a diversidade biológica e, consequentemente, a produtividade do açaí. A integração de técnicas agroecológicas pode beneficiar tanto a produção quanto a conservação ambiental, promovendo um manejo mais sustentável.

Os sistemas de cultivo do açaí podem ser diversificados, envolvendo práticas agroflorestais que integram outras culturas à produção de açaí. Conforme citado por Ferreira e Oliveira (2022), essa prática não só melhora a qualidade do solo, mas também aumenta a resiliência do cultivo às mudanças climáticas. A diversificação das culturas permite uma melhor utilização dos recursos naturais e pode resultar em uma maior segurança alimentar e econômica para os produtores.

A pesquisa e a inovação tecnológica são fundamentais para a melhoria do cultivo do açaí. O uso de variedades selecionadas, técnicas de irrigação eficientes e o controle de pragas são algumas das estratégias que têm sido exploradas. Segundo Martins et al. (2024), a adoção de tecnologias modernas pode aumentar significativamente a produtividade e a qualidade do açaí, permitindo que os produtores atendam à demanda crescente por esse fruto no mercado nacional e internacional.

O cultivo do açaí é uma atividade de grande importância econômica e social na região amazônica. O manejo adequado e a adoção de práticas sustentáveis são fundamentais para garantir a continuidade dessa atividade e a preservação dos ecossistemas locais. Como afirmam Souza et al. (2023), a valorização do açaí deve ser acompanhada de políticas públicas que incentivem a produção sustentável, assegurando o bem-estar das comunidades que dependem dessa cultura.

MANEJO DO AÇAÍ

O manejo do açaí é uma prática crucial que envolve diversas técnicas, seja de forma manual ou automatizada, com o objetivo de maximizar a produção e garantir a qualidade dos frutos. O manejo manual é uma abordagem tradicional que se baseia em práticas passadas de geração em geração, e que se adapta às especificidades da região amazônica. Segundo Oliveira e Souza (2022), técnicas como a colheita manual, a poda e o desbaste das folhas são comuns entre os agricultores familiares. Essas práticas exigem conhecimento detalhado do ciclo de vida da planta e do ambiente em que está inserida, permitindo um manejo mais cuidadoso e próximo à natureza.

As técnicas tradicionais de manejo manual do açaí envolvem um profundo conhecimento da planta e do ambiente. A colheita manual é realizada por trabalhadores que sobem nas palmeiras, utilizando ferramentas como facões para cortar os cachos de frutos. De acordo com Pereira et al. (2023), essa prática permite uma seleção cuidadosa dos frutos, garantindo a colheita de açaís de melhor qualidade. Além disso, o manejo manual facilita a observação das condições da planta, permitindo a identificação de pragas e doenças. No entanto, essa abordagem apresenta desvantagens, como a dependência da mão de obra e o tempo intensivo requerido, o que pode limitar a produção, especialmente em propriedades maiores.

O manejo automatizado do açaí vem ganhando destaque, impulsionado pela necessidade de aumentar a produtividade e atender à demanda crescente do mercado. Tecnologias como colhedoras mecânicas, sistemas de irrigação automatizados e drones para monitoramento das plantações têm sido implementadas. Segundo Santos et al. (2024), o uso de colhedoras mecânicas reduz significativamente o tempo de colheita e o custo da mão de obra, além de aumentar a eficiência na separação dos frutos. O uso de tecnologias de precisão permite uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e de nutrientes, promovendo um cultivo mais sustentável.

No entanto, a adoção do manejo automatizado apresenta seus próprios desafios. Conforme apontado por Lima e Costa (2022), a implementação de tecnologias exige investimentos significativos, o que pode ser um obstáculo para pequenos produtores. Além disso, a mecanização pode levar a uma redução na qualidade dos frutos, uma vez que a colheita automática não permite a mesma seleção cuidadosa que a colheita manual. É crucial encontrar um equilíbrio entre a eficiência tecnológica e a preservação das práticas tradicionais que valorizam a qualidade do açaí.

As vantagens do manejo manual incluem não apenas a possibilidade de colheita seletiva, mas também a manutenção de práticas culturais que fortalecem a identidade local. O conhecimento tradicional dos agricultores sobre o ciclo de vida do açaí, as interações ecológicas e os métodos de conservação é inestimável. Segundo Ferreira et al. (2023), esses conhecimentos são fundamentais para promover um manejo sustentável, que respeita o ecossistema e garante a perpetuação da cultura local. Entretanto, a escassez de mão de obra e a dificuldade em atrair jovens para as atividades rurais são desafios que precisam ser abordados para garantir a continuidade do manejo manual.

Por outro lado, o manejo automatizado apresenta a vantagem de atender à demanda crescente do mercado global de açaí. Com a mecanização, é possível aumentar a escala de

produção, satisfazendo o interesse crescente por produtos derivados do açaí. No entanto, como destacado por Almeida e Nascimento (2024), essa escalabilidade não deve ocorrer à custa da qualidade dos frutos. Portanto, é essencial que os produtores encontrem maneiras de integrar tecnologias avançadas sem comprometer as características que tornam o açaí um produto diferenciado.

A escolha entre o manejo manual e o automatizado deve considerar não apenas a produtividade, mas também a sustentabilidade e a qualidade do produto final. A combinação de ambas as abordagens pode ser a solução ideal para os desafios enfrentados pelos produtores de açaí. Conforme citado por Santos e Oliveira (2023), a utilização de tecnologias que complementam as práticas tradicionais pode promover um sistema de cultivo mais resiliente e sustentável, que respeita a biodiversidade local e maximiza os benefícios econômicos para as comunidades envolvidas.

Em suma, o manejo do açaí, seja manual ou automatizado, envolve uma série de técnicas e práticas que impactam diretamente a produção e a qualidade do fruto. A interação entre as abordagens tradicionais e modernas é vital para promover um cultivo sustentável que atenda às demandas do mercado e preserve as riquezas culturais da região amazônica. O futuro do açaí dependerá da capacidade dos produtores de inovar, respeitando suas raízes e o ambiente natural em que atuam.

Barreto et al. (1998) defendem em seu livro, que os custos e benefícios do manejo florestal para a produção de madeira na Amazônia Oriental, destacando a viabilidade econômica de florestas bem manejadas. Essas práticas podem gerar renda para as comunidades locais e contribuir positivamente para as economias regionais. Explicaram que o manejo sustentável proporciona benefícios ambientais significativos, como a manutenção do equilíbrio ecológico, a proteção da biodiversidade e a redução do desmatamento.

A participação das comunidades no manejo florestal é essencial, pois resulta em melhores oportunidades de emprego e desenvolvimento social. No entanto, o relatório também aborda desafios como a falta de conhecimento técnico, barreiras financeiras e a necessidade de políticas públicas eficazes que apoiem a implementação de práticas sustentáveis. Barreto et al. (1998) defendem uma abordagem equilibrada que alinhe interesses econômicos à preservação ambiental na região.

A obra de Barreto et al. (1998) discute as formas manual e automatizada do manejo, produção e processamento do açaí, ressaltando as diferenças entre as duas abordagens. O manejo manual, tradicionalmente utilizado, envolve técnicas que dependem da mão de obra

local, proporcionando emprego e preservando saberes ancestrais. No entanto, essa abordagem pode ser limitada em termos de eficiência e escala de produção.

Por outro lado, destacam que o manejo automatizado tem o potencial de aumentar a produtividade e reduzir custos operacionais, utilizando tecnologias que permitem um processamento mais rápido e eficaz do açaí. Contudo, essa modernização pode exigir investimentos significativos e treinamento, além de substituição da mão de obra local e o impacto social (Barreto et al., 1998).

Barreto et al. (1998) enfatizam a importância de encontrar um equilíbrio entre essas duas formas, promovendo práticas que possam integrar tecnologias modernas sem comprometer as tradições locais e o sustento das comunidades. A escolha do método deve considerar fatores econômicos, sociais e ambientais para garantir uma produção sustentável do açaí.

GOVERNANÇA AMBIENTAL E QUALIDADE DO PRODUTO

Espada e Sobrinho (2015) ao explorarem a intersecção entre manejo comunitário, governança ambiental e desenvolvimento local na Amazônia brasileira, destacaram a abordagem cooperativa para a gestão sustentável dos recursos florestais. Os autores argumentam que a governança ambiental, quando promovida por cooperativas de base comunitária, pode empoderar os atores locais e facilitar o uso sustentável dos recursos naturais.

A pesquisa piloto realizada por Espada e Sobrinho (2015) incluiu entrevistas e observações durante um treinamento para a aplicação de ferramentas de análise financeira em empreendimentos florestais comunitários. Os resultados indicam que parcerias e redes de cooperação são fundamentais para o fortalecimento da governança ambiental e, por consequência, para o desenvolvimento local. A experiência analisada na Floresta Nacional do Tapajós ilustra como a governança ambiental pode ser um pilar para o manejo florestal comunitário, servindo como um exemplo de sucesso tanto em nível nacional quanto internacional.

Espada e Sobrinho (2015) enfatizam que o desenvolvimento local deve ser um esforço coletivo, envolvendo não apenas as comunidades, mas também instituições governamentais e não governamentais. Eles destacam que, para que a gestão dos recursos naturais seja eficaz, é necessário um contexto de participação, descentralização e responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores sociais.

Então, segundo Espada e Sobrinho (2015) a governança ambiental não apenas contribui para a sustentabilidade dos recursos florestais, mas também pode servir como uma estratégia

para melhorar as condições socioeconômicas das comunidades que dependem da floresta, combatendo problemas históricos de pobreza e desigualdade na região. Essa análise é relevante em um momento em que a Amazônia enfrenta pressões crescentes devido a práticas de exploração predatória e desmatamento.

Nesse contexto, Gomes et al. (2006) destacaram que tanto as empresas quanto os governos e a sociedade civil têm papéis na mitigação das desigualdades sociais. A ênfase na evolução do conceito de responsabilidade social, que se amplia além dos interesses dos acionistas e abrange responsabilidades éticas e sociais, é relevante para entender a transformação das práticas empresariais. Essa visão é apoiada pela noção de que um bom relacionamento com as comunidades locais pode se traduzir em ativos intangíveis e, consequentemente, em vantagens competitivas.

As diferentes visões sobre a responsabilidade social, delineadas por meio de um modelo de duas dimensões, ajudam a categorizar a postura das empresas em relação a suas ações sociais, desde a visão clássica, que ignora o valor dessas ações, até a visão moderna, que reconhece os benefícios a longo prazo do investimento social privado.

A relação empresa-comunidade é ressaltada por Gomes et al. (2006) como um fator crítico, onde o engajamento efetivo e o planejamento conjunto são fundamentais para o sucesso dos projetos sociais. A necessidade de sustentabilidade nos projetos implica que eles não devem ser excessivamente dependentes de uma única fonte de financiamento.

É bom o monitoramento contínuo do ambiente social, político e econômico, reforçando que a responsabilidade social é um processo dinâmico que deve se adaptar às mudanças nas necessidades da sociedade. Isso indica um entendimento profundo da complexidade das relações entre empresas e comunidades, sendo um ponto fundamental para o sucesso das iniciativas de relevância para o desenvolvimento sustentável (Gomes et al., 2006).

A governança ambiental tem se tornado um elemento crucial na gestão de produtos, especialmente em setores que dependem fortemente de recursos naturais. Segundo Ribeiro e Silva (2022), a governança ambiental refere-se à implementação de práticas e políticas que buscam integrar questões ambientais às decisões empresariais, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Esse enfoque é fundamental para garantir que a produção não comprometa a qualidade dos produtos, além de assegurar a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações. A transparência nas práticas de governança e o envolvimento das partes interessadas são

essenciais para construir a confiança do consumidor e garantir a qualidade percebida dos produtos no mercado (Ferreira; Mendes, 2023).

A qualidade do produto está intrinsecamente ligada às práticas de governança ambiental adotadas pelas empresas. A pesquisa de Costa e Almeida (2023) indica que empresas que implementam práticas de governança ambiental tendem a apresentar produtos de maior qualidade, pois priorizam a redução de impactos ambientais em seus processos produtivos.

Isso significa que a adoção de tecnologias limpas e a gestão eficiente dos resíduos não só melhoram a qualidade do produto, mas também contribuem para a imagem da marca no mercado. Essa percepção de qualidade pode influenciar significativamente as decisões de compra dos consumidores, que estão cada vez mais conscientes das questões ambientais (Souza et al., 2023).

Por fim, a interação entre governança ambiental e qualidade do produto gera um ciclo virtuoso que beneficia tanto as empresas quanto os consumidores. De acordo com Martins e Pires (2023), a integração de critérios de sustentabilidade nas cadeias produtivas permite que as empresas não apenas atendam às exigências do mercado, mas também se posicionem como líderes em inovação e responsabilidade social.

Assim, a governança ambiental não deve ser vista apenas como um requisito regulatório, mas como uma oportunidade estratégica que pode aumentar a competitividade das empresas, melhorar a qualidade dos produtos e contribuir para um futuro mais sustentável (Santos; Oliveira, 2023).

CONCLUSÃO

O açaí (*Euterpe oleracea*) se revela como uma espécie de enorme importância botânica e agronômica, especialmente na região amazônica, onde suas características morfológicas e adaptabilidade às condições ambientais garantem a sua viabilidade. A produção do açaí é complexa e depende de um manejo cuidadoso que considera tanto práticas tradicionais quanto inovações tecnológicas.

O manejo manual, que respeita o conhecimento ancestral dos agricultores e permite uma colheita seletiva, enfrenta desafios como a escassez de mão de obra e a necessidade de aumento na eficiência produtiva. Por outro lado, a mecanização e o manejo automatizado oferecem soluções para atender à crescente demanda do mercado, embora possam comprometer a qualidade dos frutos se não forem integrados de forma equilibrada às práticas tradicionais.

A governança ambiental emerge como um componente para o desenvolvimento sustentável do cultivo do açaí. A adoção de práticas de manejo comunitário e cooperativo,

conforme evidenciado por Espada e Sobrinho (2015), não só promove a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece as comunidades locais. É vital que políticas públicas e iniciativas privadas incentivem práticas que integrem as tecnologias modernas às tradições locais, assegurando que o crescimento econômico não ocorra à custa da qualidade do produto e da preservação do ecossistema amazônico.

Portanto, o futuro da produção de açaí depende da capacidade dos produtores de inovar, respeitando a biodiversidade local e fortalecendo as economias das comunidades. O desenvolvimento sustentável do açaí, ao valorizar tanto as práticas tradicionais quanto as modernas, pode servir como um modelo de manejo que beneficia não apenas a produção, mas também a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das populações locais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. R.; NASCIMENTO, J. A. A importância dos polinizadores no cultivo do açaí. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 16, n. 2, p. 123-134, 2021.
- BARRETO, P; AMARAL, P; VIDAL, E. UHL. C. **Custos e benefícios do manejo florestal para a produção de madeira na Amazônia oriental.** Belém: Imazon, 1998.
- COSTA, F. A.; ALMEIDA, J. R. Práticas de governança ambiental e qualidade do produto: uma análise setorial. *Revista de Gestão e Sustentabilidade*, v. 15, n. 2, p. 123-135, 2023.
- COSTA, L. C. et al. Manejo e produtividade do açaí em cultivo sustentável. *Ciencia e Natura*, v. 44, n. 1, p. 89-98, 2022.
- ESPADA, A. L. V.; SOBRINHO, M. V. **Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local.** *Administração Pública e Gestão Social*, 7(4), 169-177, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4606>. Acesso em: 18 set. 2024.
- FERREIRA, A. M. et al. Características morfológicas do açaí e suas implicações agronômicas. *Revista de Horticultura Brasileira*, v. 39, n. 4, p. 465-477, 2021.
- FERREIRA, T. A.; OLIVEIRA, R. J. A integração de culturas no cultivo do açaí: práticas sustentáveis. *Revista de Agricultura Sustentável*, v. 15, n. 3, p. 201-212, 2022.
- FERREIRA, T. M.; MENDES, L. A. Transparência e responsabilidade na governança ambiental. *Journal of Environmental Management*, v. 18, n. 1, p. 45-60, 2023.
- GOMES, A. et al. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Árvore**, v. 30, n. 6, p. 951-960, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/yWLQWBfGqvN8yvb3mY9svpd/#>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

LIMA, R. D. et al. Aspectos agronômicos do açaí: um estudo de caso na Amazônia. *Journal of Tropical Agriculture*, v. 34, n. 1, p. 47-59, 2020.

MARTINS, J. R. et al. Inovações tecnológicas na produção de açaí: um caminho para a sustentabilidade. *Revista de Tecnologia Agrícola*, v. 25, n. 2, p. 67-78, 2024.

MARTINS, R. S.; PIRES, G. D. Sustentabilidade e inovação: o papel da governança ambiental. *Revista Brasileira de Administração*, v. 29, n. 4, p. 289-301, 2023.

RIBEIRO, L. S.; SILVA, E. F. Governança ambiental e seu impacto na qualidade dos produtos. *Revista de Políticas Ambientais*, v. 12, n. 3, p. 201-215, 2022.

SANTOS, A. C.; OLIVEIRA, P. R. O futuro da governança ambiental nas cadeias produtivas. *Cadernos de Estudos Ambientais*, v. 9, n. 1, p. 15-30, 2023.

SANTOS, M. A. et al. Efeitos das condições climáticas na produção de açaí: um estudo na região amazônica. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 29, n. 1, p. 98-110, 2023.

SILVA, E. S.; RODRIGUES, L. M. Condições de cultivo do açaí: uma análise dos solos amazônicos. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 45, n. 1, p. 85-94, 2023.

SOUZA, C. R. et al. Políticas públicas para a produção sustentável do açaí. *Cadernos de Desenvolvimento Sustentável*, v. 11, n. 1, p. 23-35, 2023.

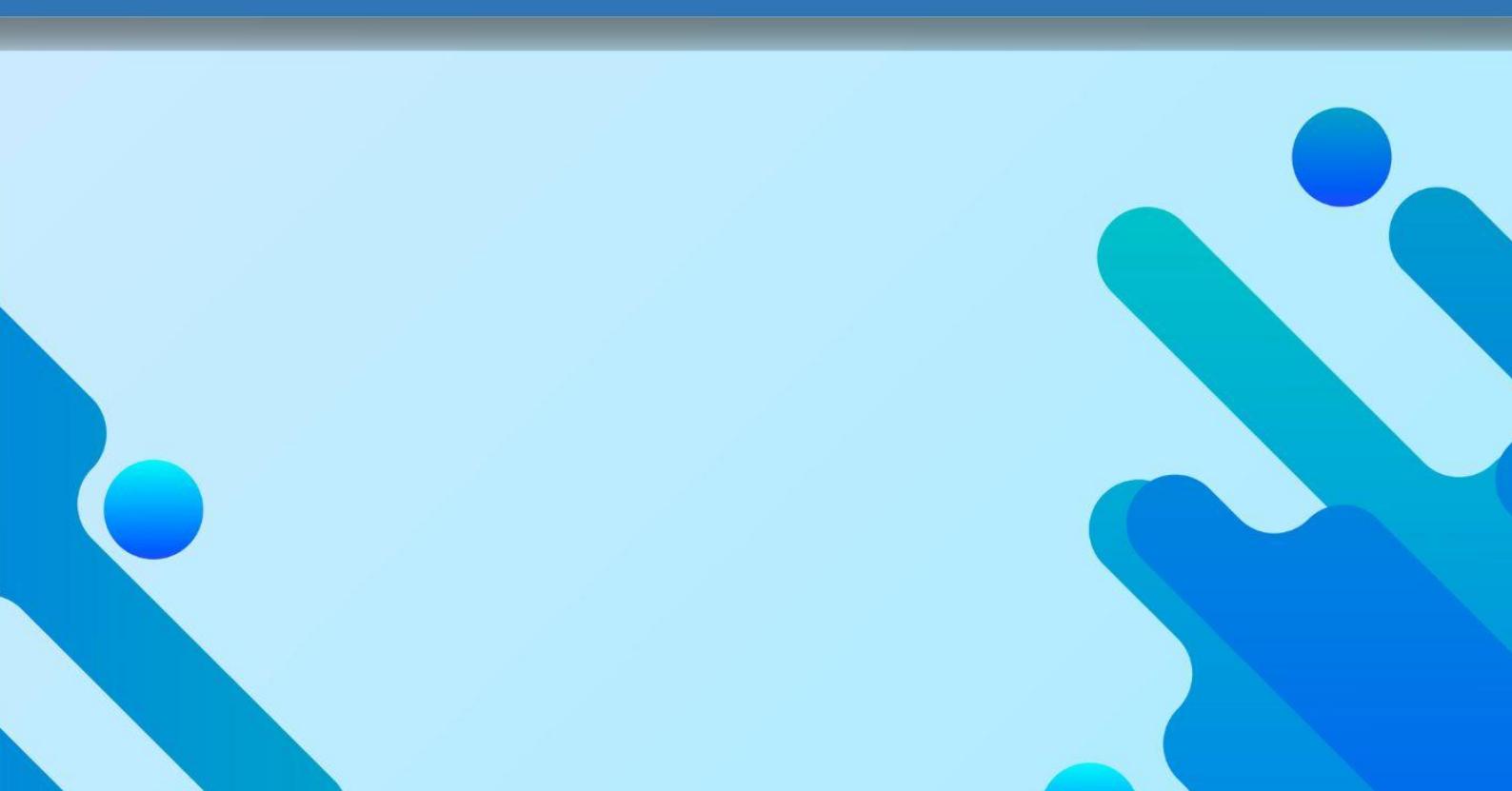
SOUZA, M. J. et al. A consciência ambiental e a qualidade percebida pelo consumidor. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 14, n. 2, p. 56-70, 2023.



DESAFIOS DOS PROFESSORES PARA TRANSPOR PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM OS SABERES ASSOCIADOS AO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**ANA MARIA LEITE FERREIRA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5449592.1-2



DESAFIOS DOS PROFESSORES PARA TRANSPOR PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM OS SABERES ASSOCIADOS AO MANEJO, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DO AÇAÍ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

DOI: 10.29327/5449592.1-2

Ana Maria Leite Ferreira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar desafios dos professores para transpor para o ensino/aprendizagem os saberes associados ao manejo, produção e processamento do açaí na educação básica. A partir de uma revisão da literatura foram discutidos os seus aspectos. Os resultados destacaram que foram discutidos aspectos relacionados à integração desses conhecimentos na prática pedagógica. Os resultados destacaram que a valorização do conhecimento local, a formação continuada dos educadores e a necessidade de metodologias contextualizadas são fundamentais para superar as barreiras existentes. Além disso, identificou-se que a falta de recursos didáticos adequados e a resistência de alguns profissionais à interdisciplinaridade podem dificultar a implementação de práticas educativas que reconheçam a importância do açaí como um elemento cultural e econômico da região. Assim, o estudo sugere que ações formativas e o envolvimento da comunidade escolar são essenciais para promover uma educação que respeite e valorize os saberes locais.

Palavras chave: Açaí. Manejo. Ensino. Docência.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges faced by teachers in conveying the knowledge associated with the management, production, and processing of açaí in basic education. A literature review was conducted to discuss its aspects. The results highlighted that the integration of this knowledge into pedagogical practice is essential. Additionally, it was emphasized that valuing local knowledge, ongoing training for educators, and the need for contextualized methodologies are fundamental to overcoming existing barriers. Furthermore, it was identified that the lack of adequate teaching resources and the resistance of some professionals to interdisciplinarity may hinder the implementation of educational practices that recognize the importance of açaí as a cultural and economic element of the region. Thus, the study suggests that formative actions and the involvement of the school community are essential to promote an education that respects and values local knowledge.

Keywords: Açaí. Management. Teaching. Education.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar los desafíos que enfrentan los profesores para transmitir los saberes asociados al manejo, producción y procesamiento del açaí en la educación básica. Se realizó una revisión de la literatura para discutir sus aspectos. Los resultados destacaron que la integración de este conocimiento en la práctica pedagógica es esencial. Además, se enfatizó que la valoración del conocimiento local, la formación continua de los educadores y la necesidad de metodologías contextualizadas son fundamentales para superar las barreras existentes. Asimismo, se identificó que la falta de recursos didácticos adecuados y la resistencia de algunos profesionales a la interdisciplinariedad pueden dificultar la implementación de prácticas educativas que reconozcan la importancia del açaí como un elemento cultural y económico de la región. Así, el estudio sugiere que las acciones formativas y la participación de la comunidad escolar son esenciales para promover una educación que

respete y valore los saberes locales.
Palabras clave: Açaí. Manejo. Enseñanza. Educación.

INTRODUÇÃO

O açaí, fruto característico da região amazônica, tem uma importância econômica, social e cultural significativa, especialmente para comunidades ribeirinhas e produtores locais. O manejo, a produção e o processamento do açaí são conhecimentos tradicionais que envolvem práticas sustentáveis e que impactam diretamente a economia regional e o sustento de milhares de famílias.

Diante disso, integrar esses saberes ao contexto da educação básica é fundamental não apenas para promover a valorização cultural e ambiental, mas também para desenvolver uma consciência crítica sobre os processos produtivos locais. No entanto, a transposição de conhecimentos práticos sobre o açaí para o ambiente escolar apresenta uma série de desafios.

Muitos professores enfrentam dificuldades para adaptar esses conteúdos ao currículo formal, conciliando saberes tradicionais com as exigências pedagógicas modernas. A carência de materiais didáticos adequados, a falta de formação especializada e a necessidade de conectar teoria e prática tornam essa tarefa ainda mais complexa.

A relevância do tema é multifacetada e se reflete em diversos aspectos que vão além do ambiente escolar. Em primeiro lugar, o açaí é um elemento central na cultura e na identidade de muitas comunidades amazônicas. Ao integrar esses saberes no currículo escolar, promove-se a valorização da cultura local e do conhecimento tradicional, fortalecendo a identidade dos alunos e contribuindo para a preservação de práticas culturais.

O manejo sustentável do açaí é uma prática que desempenha um papel crucial na conservação da biodiversidade e na preservação das florestas. Ensinar sobre o cultivo e o processamento do açaí nas escolas ajuda a criar uma consciência ambiental crítica entre os alunos, formando cidadãos mais conscientes e engajados na proteção do meio ambiente. Essa educação contextualizada torna o aprendizado mais significativo, conectando a teoria à prática e permitindo que os alunos vejam a aplicação do conhecimento no mundo real, o que promove uma aprendizagem ativa e engajadora.

O tema também é relevante para o desenvolvimento econômico local, uma vez que a produção de açaí é uma fonte importante de renda para muitas famílias na Amazônia. Ao educar os alunos sobre o manejo e o processamento do açaí, prepara-se uma nova geração de trabalhadores e empreendedores que podem contribuir para o desenvolvimento econômico regional. E, discutir os desafios enfrentados pelos professores ao ensinar sobre o açaí é

fundamental para a melhoria das práticas pedagógicas. Identificar e abordar esses obstáculos pode levar ao desenvolvimento de estratégias e recursos educacionais mais eficazes, beneficiando tanto professores quanto alunos.

Por fim, essa temática se alinha às políticas educacionais que buscam promover uma educação mais inclusiva e diversificada, reconhecendo a importância dos saberes locais. Ao integrar esses conhecimentos no currículo, contribui-se para a construção de uma educação que respeita e valoriza a diversidade cultural do Brasil, tornando o tema ainda mais relevante para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação do ensino sobre o manejo, a produção e o processamento do açaí na educação básica, além de discutir possíveis estratégias para superar esses obstáculos. Ao explorar essa temática, busca-se contribuir para o fortalecimento de práticas educativas que valorizem o conhecimento local, ao mesmo tempo em que promovem uma educação mais contextualizada e significativa para os alunos da Amazônia.

DESENVOLVIMENTO

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E INTERDISCIPLINARIDADE

Neste tópico aborda-se a importância de uma educação que conecta os saberes locais, como os relacionados ao açaí, com o currículo formal. Discussões sobre a interdisciplinaridade podem ser incluídas, mostrando como a integração de conhecimentos de diversas áreas (ciências, história, geografia e sociologia) enriquece a aprendizagem e torna o ensino mais relevante e significativo para os alunos. A literatura sobre práticas pedagógicas que valorizam a contextualização e a relação com a cultura local pode ser explorada.

A educação contextualizada é um princípio pedagógico que busca relacionar o conhecimento escolar com a realidade dos alunos, valorizando suas experiências e saberes locais. Essa abordagem se torna especialmente relevante em contextos onde os alunos estão imersos em culturas e práticas específicas, como no caso do açaí na região amazônica.

Segundo Freire (2020), a educação deve partir do contexto dos educandos, promovendo um aprendizado significativo que dialogue com suas vivências. Essa conexão entre o conteúdo curricular e a realidade dos alunos favorece uma aprendizagem mais profunda e engajadora, além de estimular a valorização das culturas locais.

A interdisciplinaridade, por sua vez, complementa a educação contextualizada ao promover a integração de diferentes áreas do conhecimento. Ao abordar temas como o manejo

e processamento do açaí, é possível articular saberes de diversas disciplinas, como ciências, geografia e história.

Gomes e Oliveira (2022) destacam que essa articulação entre saberes possibilita aos alunos uma visão mais ampla e crítica dos fenômenos sociais e naturais, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e informados. A abordagem interdisciplinar enriquece o processo educativo e permite que os alunos compreendam a complexidade das questões que envolvem a cultura e a economia local.

O desafio para os professores reside em integrar esses saberes de forma eficaz, considerando as especificidades de cada disciplina. É fundamental que os educadores tenham uma formação que os prepare para essa prática, capacitando-os a transpor conteúdos de maneira que façam sentido para os alunos.

De acordo com Silva (2021), a formação continuada de professores é essencial para que eles possam desenvolver competências e habilidades necessárias para trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada. Essa formação deve incluir não apenas conteúdos acadêmicos, mas também estratégias pedagógicas que permitam uma prática educativa mais flexível e adaptável às necessidades dos alunos.

Além da formação docente, a disponibilidade de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados é um fator crucial para a implementação da educação contextualizada e interdisciplinar. Almeida e Pereira (2023) ressaltam que, muitas vezes, os professores se deparam com a falta de materiais que abordem a realidade local, o que dificulta a transposição dos saberes para a sala de aula.

A criação de recursos pedagógicos que contemplem a cultura local, como livros, vídeos e atividades práticas, é essencial para promover um ensino que valorize o açaí e suas implicações sociais e econômicas. Dessa forma, é possível proporcionar uma aprendizagem mais rica e significativa.

Outro aspecto importante a ser considerado é a resistência por parte de alguns educadores em adotar uma abordagem contextualizada e interdisciplinar. Essa resistência pode ser resultado da formação tradicional que prioriza a fragmentação do conhecimento, dificultando a conexão entre diferentes áreas.

Segundo Santos e Lima (2022), é fundamental promover um ambiente escolar que valorize a colaboração e a troca de experiências entre os professores, incentivando práticas que integrem diferentes disciplinas e que estejam alinhadas com a realidade dos alunos. Essa mudança de mentalidade é essencial para que a educação se torne mais relevante e eficaz.

A participação da comunidade no processo educativo é outro elemento que enriquece a educação contextualizada e interdisciplinar. Quando os alunos têm a oportunidade de interagir com a comunidade local, eles podem vivenciar na prática os saberes que estão sendo ensinados na sala de aula. Segundo Ferreira e Andrade (2021), a colaboração entre escola e comunidade fortalece o ensino e torna os alunos protagonistas do seu aprendizado. Ao trazer os saberes e práticas da comunidade para a escola, os professores podem criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e envolvente, estimulando o interesse dos alunos.

O papel da interdisciplinaridade na formação de uma consciência crítica é particularmente relevante em temas como o manejo e processamento do açaí. Quando os alunos são expostos a diferentes perspectivas sobre um mesmo tema, eles desenvolvem habilidades de análise e reflexão. Oliveira e Costa (2023) argumentam que a abordagem interdisciplinar não só enriquece o conhecimento dos alunos, mas também os prepara para enfrentar desafios sociais e ambientais, contribuindo para a formação de cidadãos mais engajados e informados. Assim, o ensino do açaí pode ser uma oportunidade para abordar questões mais amplas, como sustentabilidade e justiça social.

O fortalecimento da educação contextualizada e interdisciplinar na escola requer o compromisso de todos os envolvidos: gestores, professores, alunos e comunidade. É necessário criar um ambiente escolar que valorize a diversidade de saberes e que promova a colaboração entre os diferentes atores do processo educativo. De acordo com Souza e Martins (2022), essa construção coletiva é fundamental para que a educação se torne um espaço de troca e aprendizado mútuo, onde todos possam contribuir com suas experiências e conhecimentos. O envolvimento da comunidade é, portanto, um elemento essencial para o sucesso da educação contextualizada.

Por fim, a integração dos saberes associados ao manejo, produção e processamento do açaí na educação básica representa uma oportunidade única para enriquecer o processo educativo e valorizar a cultura local. Ao enfrentar os desafios da educação contextualizada e interdisciplinar, os professores podem contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a realidade social e ambiental de suas comunidades.

A transformação da educação, portanto, passa pelo reconhecimento da importância dos saberes locais e pela adoção de práticas pedagógicas que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização. Essa abordagem não apenas enriquece o currículo escolar, mas também conecta o conhecimento acadêmico às realidades vividas pelos alunos, promovendo um

aprendizado mais significativo.

A valorização dos saberes locais estimula o respeito pela cultura e identidade dos estudantes, contribuindo para uma formação mais holística e integrada. Portanto, a adoção de metodologias que incorporem essas dimensões torna-se essencial para criar um ambiente educacional inclusivo e contextualizado, capaz de atender às necessidades e particularidades de cada comunidade.

DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE SABERES LOCAIS

A implementação de saberes locais no contexto escolar representa um desafio significativo para os educadores, especialmente em regiões onde a cultura e a prática tradicional desempenham um papel fundamental na vida dos alunos. Essa abordagem pedagógica requer que os professores transcendam os métodos tradicionais de ensino e se abram para uma prática que valorize o conhecimento local. De acordo com Almeida e Santos (2022), a valorização dos saberes locais não apenas enriquece o currículo, mas também promove a construção de uma identidade cultural mais sólida nos estudantes, resultando em um aprendizado mais significativo.

Um dos principais desafios enfrentados pelos professores é a falta de formação específica para lidar com a diversidade de saberes que podem ser integrados ao ensino. A maioria dos cursos de formação docente ainda prioriza conteúdos teóricos, deixando de lado as práticas pedagógicas que consideram a cultura e o contexto dos alunos.

Segundo Oliveira e Lima (2023), é essencial que os programas de formação inicial e continuada abordem metodologias que capacitem os educadores a incorporar saberes locais em suas práticas. A formação contínua deve promover o desenvolvimento de competências que permitam aos professores trabalhar de forma contextualizada.

Além da formação docente, a resistência institucional e a falta de recursos são barreiras importantes para a implementação de saberes locais nas escolas. Muitas vezes, as diretrizes curriculares são rígidas e não contemplam a flexibilidade necessária para a inclusão de saberes regionais.

Silva et al. (2022) enfatizam que é necessário um alinhamento entre as políticas educacionais e a realidade das comunidades para que as práticas pedagógicas possam ser efetivamente adaptadas. A falta de materiais didáticos que reflitam a cultura local também dificulta a transposição do conhecimento para a sala de aula. Outro desafio é a necessidade de envolver a comunidade no processo educativo, o que pode ser um obstáculo para muitos

professores. A colaboração entre escola e comunidade é fundamental para a construção de um currículo que reflete as experiências e saberes locais.

Ferreira e Andrade (2021) destacam que a participação ativa da comunidade na educação pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e proporcionar aos alunos uma experiência mais concreta e significativa. No entanto, a falta de diálogo e articulação entre as instituições educativas e a comunidade pode levar à desconexão entre os saberes locais e o que é ensinado nas escolas. A prática pedagógica que valoriza os saberes locais também requer uma mudança de postura dos educadores, que devem estar dispostos a aprender com seus alunos. Essa disposição para o diálogo e a troca de experiências é fundamental para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso.

Segundo Gomes e Oliveira (2022), a prática de escuta ativa e a valorização das experiências dos alunos podem levar a uma maior motivação e engajamento por parte dos estudantes, criando um espaço de aprendizado mais colaborativo e significativo.

Os desafios pedagógicos na implementação de saberes locais também envolvem a necessidade de desenvolver metodologias que favoreçam a prática reflexiva. Os educadores devem ser capazes de avaliar continuamente suas abordagens pedagógicas e fazer ajustes conforme necessário.

De acordo com Santos e Costa (2023), a prática reflexiva permite que os professores identifiquem as dificuldades enfrentadas pelos alunos e adaptem suas estratégias de ensino de forma a atender melhor às necessidades do grupo. Isso contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e responsável.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de tempo e espaço para que os professores possam planejar e implementar práticas pedagógicas que integrem saberes locais. Muitas vezes, o ritmo acelerado do currículo formal não permite que os educadores explorem esses saberes de maneira aprofundada.

Segundo Lima e Pereira (2022), a criação de espaços de planejamento colaborativo e a flexibilização do currículo podem facilitar a inclusão de saberes locais e promover um ensino mais contextualizado e relevante para os alunos. Por fim, é crucial que as políticas educacionais reconheçam e apoiem a importância da implementação de saberes locais nas escolas. O fortalecimento das iniciativas que valorizam a cultura e os saberes das comunidades deve ser uma prioridade nas políticas de educação.

Ferreira e Almeida (2023) defendem que a elaboração de diretrizes que incentivem a inclusão de saberes locais no currículo é essencial para promover uma educação mais inclusiva

e representativa. Essa valorização contribui para a formação de uma identidade cultural mais forte e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Dessa forma, enfrentar os desafios pedagógicos na implementação de saberes locais requer um esforço conjunto de professores, gestores, comunidade e formuladores de políticas educacionais. A educação deve ser um espaço de valorização da diversidade cultural e do conhecimento local, promovendo um aprendizado mais significativo e conectado com a realidade dos alunos. A transformação do ensino, portanto, passa pela superação das barreiras existentes e pela criação de um ambiente que favoreça a inclusão e a valorização dos saberes locais.

IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

O conhecimento local é um recurso valioso para a promoção da sustentabilidade em diversas comunidades. Esse conhecimento, muitas vezes transmitido de geração para geração, abrange práticas tradicionais, saberes sobre a biodiversidade e métodos de cultivo que respeitam os ciclos naturais.

De acordo com Ferreira e Almeida (2023), a valorização do conhecimento local é fundamental para o desenvolvimento de soluções sustentáveis que respeitem o meio ambiente e as particularidades culturais das comunidades. Essa valorização também fortalece a identidade cultural e social, promovendo a coesão comunitária e a autossuficiência.

A sustentabilidade, por sua vez, deve ser compreendida como um processo integrado que envolve não apenas a conservação ambiental, mas também o desenvolvimento econômico e a equidade social. Segundo Silva et al. (2022), a integração do conhecimento local nas políticas de sustentabilidade pode resultar em práticas mais eficientes e adaptadas às realidades locais.

Isso ocorre porque as comunidades que detêm saberes tradicionais estão mais preparadas para implementar soluções que considerem as características específicas do seu ambiente. Assim, o diálogo entre conhecimento local e estratégias de sustentabilidade é crucial para o sucesso de iniciativas ecológicas.

Um aspecto importante do conhecimento local é sua capacidade de promover práticas agrícolas sustentáveis. A agricultura tradicional, que frequentemente utiliza técnicas de cultivo que respeitam a biodiversidade e os ciclos naturais, é uma fonte de ensinamentos valiosos para a conservação dos recursos naturais.

Oliveira e Santos (2023) destacam que práticas como a agroecologia e o cultivo

diversificado, baseadas no conhecimento local, podem aumentar a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas. Essas abordagens contribuem para a segurança alimentar e a preservação dos ecossistemas.

O conhecimento local pode desempenhar um papel significativo na gestão dos recursos hídricos. As comunidades tradicionais muitas vezes possuem práticas ancestrais que garantem a preservação de nascentes e corpos d'água. Segundo Costa e Ferreira (2023), a integração desses saberes nas políticas públicas é essencial para garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos.

A valorização das técnicas locais de conservação e uso da água não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também assegura o acesso à água potável e de qualidade para todos. A educação desempenha um papel crucial na valorização do conhecimento local e na promoção da sustentabilidade. É fundamental que as instituições educacionais reconheçam a importância dos saberes tradicionais e os incorporem em seus currículos.

Segundo Almeida e Lima (2023), a educação contextualizada, que considera a realidade e as experiências dos alunos, é uma estratégia eficaz para promover a consciência ambiental e a valorização do conhecimento local. A educação, portanto, deve ser um instrumento de empoderamento das comunidades, permitindo que seus saberes sejam respeitados e reconhecidos.

Outro ponto relevante é a necessidade de políticas públicas que incentivem a pesquisa e a documentação dos saberes locais. O apoio a iniciativas que promovam a sistematização e a disseminação desse conhecimento é essencial para sua preservação e valorização. De acordo com Gomes e Santos (2022), é imprescindível que as políticas públicas incentivem a participação das comunidades no processo de criação e implementação de ações sustentáveis. Essa participação ativa fortalece a autonomia das comunidades e garante que suas necessidades e conhecimentos sejam devidamente considerados.

A importância do conhecimento local e da sustentabilidade também se reflete na promoção do turismo sustentável. O turismo que valoriza a cultura e os saberes locais pode ser uma fonte de renda para as comunidades, além de promover a conservação ambiental. Ferreira et al. (2023) afirmam que iniciativas de turismo sustentável que integram práticas locais contribuem para a preservação do patrimônio cultural e natural. Isso não só beneficia a economia local, mas também promove uma conscientização sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

Por fim, a colaboração entre diferentes atores sociais, como comunidades, governos e

organizações não governamentais, é essencial para fortalecer a relação entre conhecimento local e sustentabilidade. A construção de parcerias que incentivem o diálogo e a troca de experiências pode resultar em ações mais eficazes e inclusivas. Silva e Costa (2023) ressaltam que essas colaborações são fundamentais para a implementação de estratégias que respeitem a diversidade cultural e as necessidades das comunidades. Assim, a articulação entre os diversos saberes é uma ferramenta poderosa para a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Portanto, a valorização do conhecimento local e a sua integração nas práticas de sustentabilidade são fundamentais para promover um desenvolvimento mais equilibrado e respeitoso com o meio ambiente e as culturas locais. O reconhecimento das práticas e saberes tradicionais não apenas enriquece as políticas de sustentabilidade, mas também fortalece as comunidades e promove a conservação dos recursos naturais. A construção de um futuro sustentável requer, portanto, um compromisso com a valorização do conhecimento local e a colaboração entre todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

A valorização do conhecimento local é fundamental para promover práticas sustentáveis que respeitem a diversidade cultural e a biodiversidade. O reconhecimento e a incorporação dos saberes tradicionais nas políticas públicas e nas práticas educativas fortalecem as comunidades, garantindo que suas experiências e conhecimentos sejam respeitados e utilizados na busca por soluções para os desafios contemporâneos. A promoção de um diálogo ativo entre saberes locais e conhecimento científico é essencial para a construção de estratégias que atendam às necessidades específicas de cada comunidade, resultando em uma gestão ambiental mais eficaz e inclusiva.

A integração do conhecimento local nas práticas sustentáveis é um passo crucial para o desenvolvimento de soluções que sejam não apenas ambientalmente responsáveis, mas também socialmente justas. A adoção de técnicas e saberes tradicionais nas áreas de agricultura, manejo de recursos hídricos e turismo sustentável não apenas contribui para a conservação dos recursos naturais, mas também proporciona um meio de subsistência para as comunidades. A implementação dessas práticas, alinhadas às necessidades locais, permite uma abordagem mais holística e eficaz para enfrentar as questões de sustentabilidade, promovendo a resiliência e a autonomia das comunidades.

A colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo comunidades, governos e

organizações não governamentais, é essencial para o fortalecimento da relação entre conhecimento local e sustentabilidade. Essa articulação favorece a construção de parcerias que promovem a troca de experiências e a co-criação de soluções sustentáveis. Através da colaboração, é possível identificar e implementar práticas que não apenas respeitem, mas também potencializem os saberes locais, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo. Assim, a colaboração não apenas enriquece o processo de implementação de políticas de sustentabilidade, mas também fortalece o tecido social e cultural das comunidades, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas.

A transposição dos saberes associados ao manejo, produção e processamento do açaí para o ambiente educacional apresenta desafios significativos para os professores. Esses desafios incluem a necessidade de uma formação adequada que os capacite a integrar esses conhecimentos de maneira contextualizada e interdisciplinar. Além disso, a resistência à mudança e a falta de recursos didáticos apropriados podem dificultar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. No entanto, superar esses obstáculos é crucial, pois o açaí não é apenas um produto econômico importante para a região, mas também uma representação significativa da cultura local.

O reconhecimento do açaí como um elemento central da identidade cultural da comunidade pode motivar os alunos e torná-los mais engajados em seu aprendizado. Portanto, os educadores devem buscar estratégias que conectem o conhecimento teórico ao cotidiano dos estudantes, permitindo uma compreensão mais ampla dos contextos social, econômico e ambiental relacionados ao cultivo e processamento do açaí. Esse esforço não apenas enriquece o currículo escolar, mas também promove a valorização dos saberes locais e a conscientização sobre a sustentabilidade.

Dessa forma, é fundamental que as políticas educacionais reconheçam a importância do conhecimento local e ofereçam suporte adequado aos professores, por meio de formação continuada e recursos didáticos que facilitem essa transposição de saberes. A colaboração entre escolas, comunidades e instituições de pesquisa pode criar um ambiente propício à troca de experiências e à construção de conhecimentos coletivos. Com essa abordagem, a educação básica se torna um espaço dinâmico e relevante, capaz de preparar os alunos para serem agentes ativos na preservação e valorização de seus patrimônios culturais e naturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F.; LIMA, M. R. Educação Contextualizada e Valorização dos Saberes Locais. Revista Brasileira de Educação, v. 28, n. 1, p. 45-62, 2023.

ALMEIDA, J. F.; PEREIRA, L. S. Materiais Didáticos e a Educação Contextualizada: Desafios e Possibilidades. *Educação e Pesquisa*, v. 49, n. 1, p. 123-140, 2023.

ALMEIDA, J. F.; SANTOS, M. R. Educação e Cultura: A Valorização dos Saberes Locais no Currículo Escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, n. 1, p. 45-61, 2022.

COSTA, R. M.; FERREIRA, A. C. Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos: O Papel do Conhecimento Local. *Estudos de Sustentabilidade*, v. 15, n. 2, p. 123-140, 2023.

FERREIRA, A. C.; ANDRADE, M. R. A Comunidade como Protagonista na Educação: Práticas e Reflexões. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 2, p. 145-162, 2021.

FERREIRA, L. P.; ALMEIDA, J. C. Políticas Educacionais e Saberes Locais: Caminhos para a Inclusão. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 299-316, 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOMES, T. R.; OLIVEIRA, C. M. Interdisciplinaridade na Educação: Caminhos e Desafios. *Estudos de Educação*, v. 15, n. 3, p. 89-105, 2022.

GOMES, T. R.; SANTOS, M. R. Políticas Públicas e Conhecimento Local: Caminhos para a Sustentabilidade. *Educação e Políticas Públicas*, v. 18, n. 4, p. 301-316, 2022.

LIMA, D. A.; PEREIRA, L. S. Planejamento e Práticas Pedagógicas: Desafios na Educação Contextualizada. *Educação e Pesquisa*, v. 49, n. 1, p. 123-140, 2022.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, R. F. Consciência Crítica e Educação Interdisciplinar: A Experiência do Açaí. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 12, n. 1, p. 75-89, 2023.

OLIVEIRA, J. A.; LIMA, A. F. Formação de Professores e Saberes Locais: Uma Abordagem Necessária. *Educação e Cultura Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 67-82, 2023.

OLIVEIRA, J. A.; SANTOS, L. F. Práticas Agrícolas Sustentáveis e Conhecimento Tradicional. *Revista de Agroecologia*, v. 11, n. 1, p. 55-72, 2023.

SANTOS, R. M.; COSTA, F. R. Prática Reflexiva e Formação Docente: O Papel da Metodologia na Educação Contextualizada. *Revista de Formação de Professores*, v. 18, n. 1, p. 105-120, 2023.

SANTOS, R. M.; LIMA, D. A. Desafios da Educação Contextualizada: Uma Análise Crítica. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 4, p. 451-470, 2022.

SILVA, J. P.; COSTA, F. R. Colaboração e Sustentabilidade: O Papel das Comunidades Locais. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, v. 6, n. 2, p. 77-90, 2023.

SILVA, M. T. Formação Continuada de Professores: Uma Necessidade na Educação Interdisciplinar. Revista de Formação de Professores, v. 18, n. 2, p. 201-218, 2021.

SILVA, M. T.; OLIVEIRA, R. C. Educação Contextualizada: Desafios e Possibilidades nas Escolas. Educação e Sociedade, v. 23, n. 4, p. 451-470, 2022.

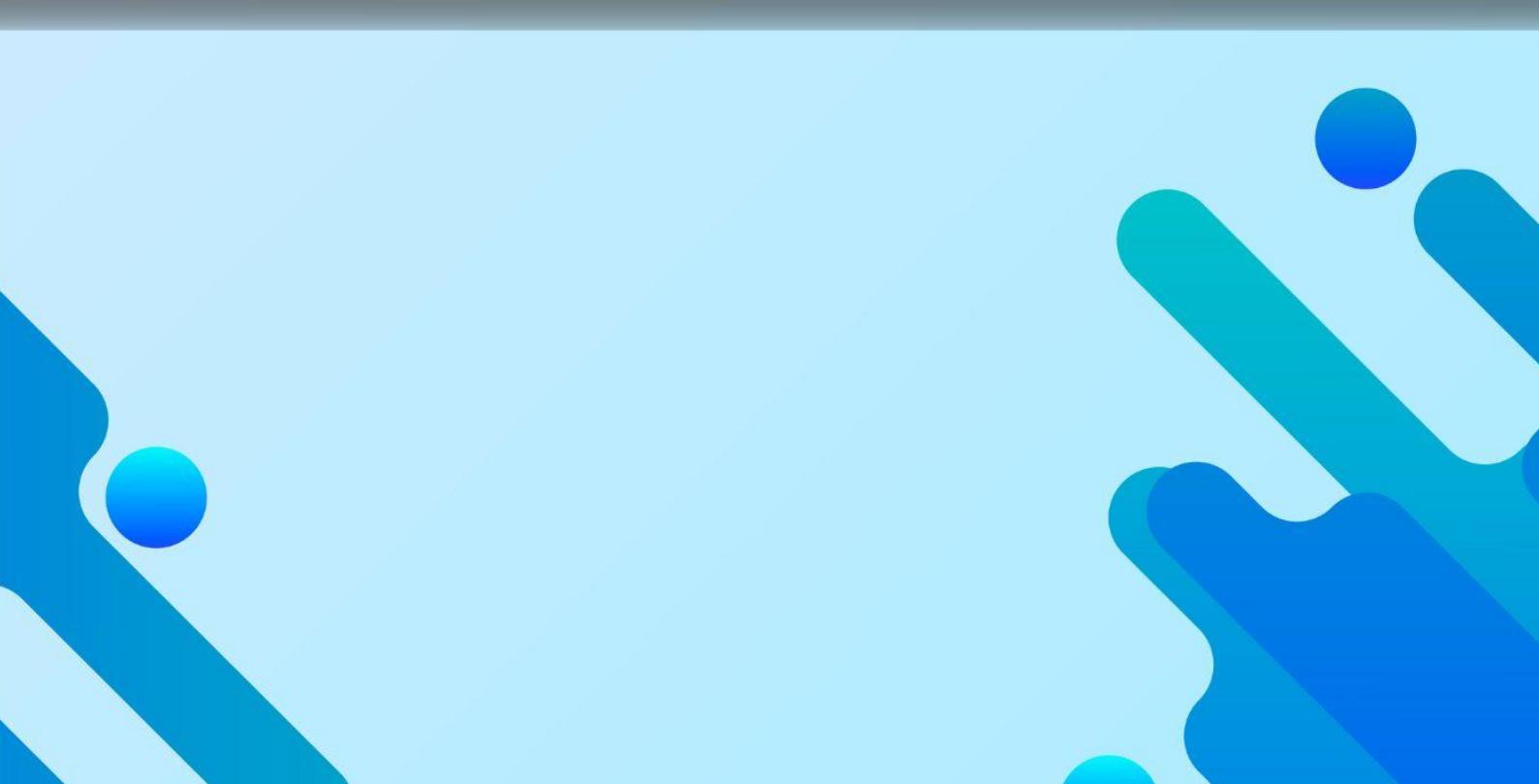
SOUSA, E. P.; MARTINS, F. R. Educação Contextualizada: O Papel da Comunidade na Escola. Ensino e Aprendizagem. v. 19, n. 2, p. 250-265, 2022.



PRINCIPAIS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO NOVO ENSINO MÉDIO E O PLENO

ANIBAL NEVES DA SILVA

DOI: 10.29327/5449592.1-3



PRINCIPAIS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO NOVO ENSINO MÉDIO E O PLENO

DOI: 10.29327/5449592.1-3

Anibal Neves da Silva

RESUMO

De acordo com Fernando, Bussolotti e De Souza (2018), o Novo Ensino Médio corresponde em uma mudança na estrutura curricular e no modelo de aprendizagem, suplantando assim o problema que a escola de Ensino Médio possuía, que era o modelo de uma formação condicionado as aprendizagens cognitivas e disciplinares. Entretanto, será que o NEM, trouxe realmente em sua estrutura a qualidade de novo? Para responder a essa questão apresentaremos as principais propostas do NEM, a partir da proposta oficial estabelecida pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Ensino, Educação, Proposta.

ABSTRACT

According to Fernando, Bussolotti and De Souza (2018), the New High School corresponds to a change in the curricular structure and learning model, thus overcoming the problem that the high school had, which was the model of training conditioned cognitive and disciplinary learning. However, has the NEM really brought quality back into its structure? To answer this question, we will present the main proposals of the NEM, based on the official proposal established by the Ministry of Education.

Keywords: Teaching, Education, Proposal.

RESUMEN

Según Fernando, Bussolotti y De Souza (2018), la Nueva Escuela Secundaria corresponde a un cambio en la estructura curricular y modelo de aprendizaje, superando así el problema que tenía la escuela secundaria, que era el modelo de formación condicionada al aprendizaje cognitivo y disciplinar. Pero ¿realmente el NEM ha devuelto la calidad a su estructura? Para responder a esta pregunta, presentaremos las principales propuestas del NEM, con base en la propuesta oficial establecida por el Ministerio de Educación.

Palabras clave: Docencia, Educación, Propuesta.

INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio trás em seus objetivos uma proposta ousada, cuja mesma agrega um grande desafio que é propiciar um tipo de formação que contemple tanto a esfera intelectual, como a esfera profissional, para que, ao concluir essa etapa, os estudantes estejam preparados para cumprirem seus deveres de cidadãos para com a sociedade, como também estejam em condições de atuarem no mercado de trabalho. Considerando que o Brasil possui uma dimensão territorial de nível continental, uma sociedade plural, onde cada uma das suas regiões possui peculiaridades regionais e que cada região possui realidades diferentes, o NEM tem a difícil tarefa de construir sua própria identidade, porquanto, ao logo de toda sua história ainda não adquiriu, em função de fatores discrepantes como: diferentes ações pedagógicas pelas secretarias estaduais e municipais de educação, livros didáticos, cujo conteúdo não atende de forma igual as expectativas dos estudantes, infraestrutura desigual entre as escolas urbanas e as

escolas da periferia e da zona rural, além de um orçamento aquém das necessidades da grande maioria das escolas. Isto posto, o propósito deste artigo é apresentar algumas propostas do NEM, que se realmente se configuram como nova em relação ao Ensino Médio anterior.

DESENVOLVIMENTO

PROPOSTAS APRESENTADAS PELO NOVO ENSINO MÉDIO

Em linhas gerais o termo novo já pressupõe algum tipo de mudança, mesmo que ela seja mínima. Neste sentido, com o NEM não seria diferente, considerando todas as etapas que a reforma deste nível da Educação Básica passou ao longo de dez anos, com consultas públicas, encontros, mesas de discussões, seminários, alteração da lei, medida provisória e agenda de implementação. Destarte, necessariamente a referida reforma teria que apresentar alguma mudança para justificar a nomenclatura “novo” para o Ensino Médio. Isto posto, destacaremos dez pontos que nossa perquirição considerou que eles se configuraram em mudanças a partir do Novo Ensino Médio.

1. *Centralidade no estudante*: Uma das principais mudanças propostas pelo NEM é a ampliação do foco nos estudantes, que em termos práticos é fazer com que a escola se torne uma conexão entre os alunos e o mundo. Esta conexão propicia a construção de uma interatividade pedagógica entre os profissionais da escola, isto é, corpo docente, corpo técnico, direção e os alunos, com vistas a ampliar a compreensão das diversidades e singularidades desses jovens, para que tanto as práticas pedagógicas, quanto a gestão escolar reflitam e correspondam a essas especificidades. Busca-se também a partir dessa interatividade pedagógica assegurar que as percepções, as reações e as proposições dos estudantes sejam consideradas no planejamento e nas decisões tomadas pela gestão, a fim de que as escolas tornem-se espaços que proporcionem acolhimento, sentido para a vida e preparando-os para os desafios do presente e do futuro.

2. *Protagonismo juvenil*: Consideramos que esta proposta é consequência da anterior, considerando a premissa que o NEM foi pensado, planejado e construído para que os estudantes se sintam indispensáveis no contexto escolar. Neste sentido, o protagonismo juvenil busca proporcionar aos estudantes uma autonomia responsável, para que eles se tornem agentes construtores do seu próprio destino e capazes de promoverem transformações positivas no mundo. Essas transformações têm como ponto de partida a própria vida deles, da sua escola e da comunidade à qual pertencem, cuja responsabilidades se estende para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva, sustentável e solidária. Com efeito, para que esse

protagonismo estudantil se evidencie na prática, é mister que a escola os ensine a expressarem suas ideias, seus anseios, seus projetos, como também a ouvir e interagir com outras ideias e sugestões diferentes das deles, ou seja, construindo um protagonismo de característica humanitária, aprendendo a valorizar a si e aos outros, os que pensam parecido e os que pensam diferente.

3. Desenvolvimento integral: De acordo com o documento oficial do MEC a BNCC para o NEM ratifica que um dos objetivos mais importantes desta etapa da Educação Básica é promover o desenvolvimento integral de estudantes, considerando suas dimensões intelectual, física, cultural, social e emocional. Para que tal objetivo seja contemplado a BNCC estabelece 10 competências gerais que devem ser aplicadas por todo período da referida etapa, para o bom desenvolvimento da capacidade estudantil. Consoante Reis (2021), as referidas competências estão resumidamente descritas, na seguinte sequência: 1^a buscar, gerar e aplicar o conhecimento para entender e intervir na realidade; 2^a pensar científica, crítica e criativamente; 3^a expandir e diversificar seu repertório cultural e sua visão de mundo; 4^a comunicar-se em diferentes linguagens e plataformas para dialogar e produzir entendimentos; 5^a lidar de forma potente e significativa com as tecnologias digitais; 6^a construir seu projeto de vida; 7^a argumentar com base em fatos e evidências; 8^a conhecer-se e cuidar de si mesmo; 9^a ter empatia e colaborar com os demais; 10^a agir como cidadão ético, responsável e propositivo perante a sociedade e o planeta. Analisando essas competências, consideramos que elas corroboram para que os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores ressignificados pelo NEM, sejam efetivados mediante a aplicação das aprendizagens previstas tanto na parte comum do currículo (Formação Geral Básica), quanto na parte diversificada (Itinerários Formativos). Elas também contribuem para que os estudantes sejam capazes a lidar com demandas complexas da vida contemporânea e do mundo do trabalho além de exercer sua cidadania e continuar seus estudos. (<<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/.htm>> Acesso em: 28 de outubro de 2024).

4. Projeto de Vida: Tendo por referência a reforma do Ensino Médio, o documento oficial da BNCC e as considerações do CONSED, a concepção de Projeto de Vida permeia toda a proposta do NEM. A proposta do Projeto de Vida visa inserir ao projeto político-pedagógico da escola, a relação pedagógica entre professor(a) e aluno(a) uma aprendizagem que transcende a esfera do científico, do currículo cartesiano, da formação secundarista, uma aprendizagem que conecte o conhecimento à vida do estudante, uma aprendizagem que capacite o estudante a entender a relevância da vida ter um projeto e com esse entendimento e os conhecimentos que adquiriu, tanto na sala de aula, quanto além dela, construir o seu projeto de vida, oportunidades

que vão abrir caminhos para o seu futuro pós-Ensino Médio. Neste sentido, o NEM deve propiciar um aprendizado em que os estudantes reflitam sobre si mesmos, identifiquem suas aspirações nos âmbitos pessoal, profissional e social, desenvolvendo as competências necessárias para implementá-las. Destarte, as escolas precisam estarem aptas a desenvolverem um trabalho pedagógico que proporcionem aos estudantes a agirem com autonomia e responsabilidade, contribuindo assim, com o desenvolvimento integral e o projeto de vida deles.

5. *Interdisciplinaridade*: Segundo Codes, Fonseca e Araújo (2021) a BNCC, para o NEM, rompe com a lógica das disciplinas seriadas, introduzindo as competências específicas com as habilidades, que estão organizadas por áreas do conhecimento, sem especificar qual ano serão trabalhadas. A exceção dessa disposição, são os componentes curriculares Matemática e Portuguesa, que está determinada sua aplicação durante os três anos dessa etapa. É relevante destacar que a BNCC também determina a aprendizagem de todos os demais componentes curriculares, isto é, além de Matemática e Português, a Formação Geral Básica compreende aprendizagens em: História, Inglês, Educação Física, Educação Artística, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Química, Física e Biologia. Ela ainda possibilita que as escolas que oferecem o Ensino Médio, tenham a opção de trabalhar outros componentes curriculares que concebem relevantes, considerando a sua realidade local, como por exemplo, Espanhol. Também têm autonomia para organizar seus currículos por área do conhecimento ou componente curricular e para decidir como distribuir as habilidades ao longo dos anos. É mister ressaltar que a organização interdisciplinar proporciona aos estudantes ampliarem sua visão e terem uma compreensão mais orgânica e menos fragmentada do conhecimento.

6. *Metodologias ativas*: De acordo com o que é recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, os processos de ensino e aprendizagem devem proporcionar uma articulação entre teoria e prática, com vistas a fomentar uma leitura com análise crítica e reflexiva, uma produção textual coesa e dissertativa e a capacidade dos estudantes de aprender. Destarte, consideramos que as *metodologias ativas* contribuem para a diversificação do processo ensino-aprendizagem, onde a escola constrói um ambiente acolhedor das diversidades e singularidades dos estudantes, aparelha os professores com equipamentos didáticos e tecnológicos, fazendo com que as aulas sejam dinâmicas e interessantes, engajando os estudantes no ambiente escolar e motivando-os a desenvolverem projetos culturais, artísticos e tecnológicos. Através das *metodologias ativas* a escola pode promover o despertar intelectual e o desejo de aprender dos estudantes, dando assim, sentido tanto em aprender, como também ao que se aprende. Com efeito, tais metodologias tendem a capacitar os estudantes a

desenvolverem competências como: o diálogo, a empatia, a criatividade, a criticidade, a argumentação, a cidadania, entre outras, que antes não se sentiam motivados para realizá-las.

7. Flexibilização curricular: Conforme o que é estabelecido pela BNCC para o NEM confere para as escolas e sistemas de ensino mais autonomia para criarem, contextualizarem e diversificarem seus currículos, permitindo também que os currículos tenham formatos diferentes de aplicação metodológica, no que tange as disciplinas, cursos, tempo e espaços. Ele também confere aos estudantes, mediante a flexibilização do currículo o direito de escolher uma parte do que vai aprender, segundo seus interesses, suas aptidões e seus objetivos, levando em conta a capacidade de oferta da escola em que estuda. O NEM confere ainda aos estudantes a opção de escolherem Itinerários Formativos integrados, que trabalhem de maneira articulada com mais de uma área do conhecimento e/ou com a Formação Técnica Profissional. É relevante observar que a escolha curricular só será assegurada se os estudantes tiverem a sua disposição várias opções, especialmente de Aprofundamentos e Eletivas, que dialoguem com suas vocações e expectativas. Por isso o NEM orienta que o Aprofundamento tenha um percurso formativo com começo, meio e fim, organizado a partir de quatro eixos estruturantes que são: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. E as Eletivas sejam construídas pelos docentes com sugestões dos próprios estudantes, porém possuindo um caráter mais experimental e garantindo à dimensão pedagógica delas. (<<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/.htm>> Acesso em: 28 de outubro de 2024).

8. Educação profissional e tecnológica: Conforme o Artigo 205 da Constituição Federal, a Seção IV-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho já está prevista. O Plano Nacional de Educação prevê também duas metas (10 e 11), voltadas à educação profissional. O ensino técnico acoplado ao ensino regular, foi legalizado no Brasil em 1971. Em 1997 o Governo Federal invalidou essa integração e em 2004, ela voltou a ter validade legal. Desde então, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica tem convergido para a integração seja efetivada na etapa do Ensino Médio. Neste sentido, o NEM promove também uma formação técnica aos estudantes, possibilitando a eles desenvolverem competências profissionais que fazem parte da sua trajetória no Ensino Médio. Destarte, a formação técnica e profissional faz parte do Itinerário Formativo, através da oferta de cursos técnicos a nível médio. De acordo com a proposta do NEM, as formações técnicas podem ser ofertadas pela própria escola ou por meio de parcerias com outras instituições de ensino, sejam

públicas ou privadas. É relevante ressaltar que os Itinerários de Formação Técnica e Profissional devem ser organizados a partir dos eixos estruturantes (investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo) e também estarem conectadas com as competências gerais da BNCC, com a oferta de Eletivas e do componente do Projeto de Vida, para que as habilidades técnicas que os estudantes adquirirem desta formação, estejam atualizadas com as habilidades demandadas do mundo do trabalho.

9. *Carga horária*: Segundo o documento do MEC o NEM amplia a carga horária desta etapa de 4 horas para 5 horas. Tendo em vista que o documento oficial determina que o calendário escolar anual tenha 200 dias letivos, com a carga horária ampliada o calendário escolar passa de 800 horas para 1000 horas anuais, ampliando assim o tempo desta etapa de 2400 horas para 3000 horas, no período de seu funcionamento que é de 3 anos. O objetivo é que o tempo de 5 horas/dia seja aumentado gradativamente para chegar até 7 horas/dia de atividades escolar. É importante ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabelecem que parte dessa carga horária pode ser aplicada com atividades na modalidade de educação a distância, sendo 20% do total do período diurno e 30% do total do período noturno.

10. *Avaliação*: Este ponto não foi definido de forma conclusiva pelo documento do NEM. Neste sentido, ele segue as orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que a avaliação deve ter um caráter mais diagnóstico e formativo. Neste sentido, as escolas devem utilizar ferramentas avaliativas que possibilitem identificar em que medida das áreas dos conhecimentos os estudantes têm avançado em termos de aprendizagem, como também onde e o quanto eles ainda precisam avançar e aprender, com vistas a garantir que eles estejam aptos a desenvolverem as competências estabelecidas pela BNCC e pelos Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos.

A partir da descrição desses dez pontos que sintetizam as mudanças propostas pelo NEM, consideramos que em linhas gerais eles apontam para dois desafios que precisam ser superados nesta etapa que são: a desigualdade educacional e a desconexão da escola os temas mais relevantes da atualidade e com as transformações que estão acontecendo no mundo. A primeira é consequência de um problema estrutural da sociedade brasileira que existe a séculos, onde há dois projetos de educação, um para as elites e outro para todo resto do povo brasileiro. Observamos que tal afirmação não se baseia em correntes ideológicas de viés marxista, mas se fundamenta em documentos estritamente históricos que descrevem de que forma a educação foi iniciada, desenvolvida, estruturada e aplicada no Brasil, tendo por referência teórica a obra

de Saviani (História das Ideias Pedagógicas do Brasil, 2007.). O segundo, concebemos que é a extensão do primeiro, pois temos uma escola que não está desconectada da realidade atual que é a escola que tem todos os recursos estruturais, tecnológicos, pedagógicos para oferecer aos estudantes, que são as escolas particulares para a classe média alta e rica, são os colégios militares, são a maioria das escolas de aplicação, são os institutos federais, são as escolas do SENAI. A outra escola, por serem desprovidas dos principais recursos, ficam desconectadas do mundo contemporâneo. Por esses motivos, é mister garantir propostas pelo NEM, sejam efetivadas de forma equânime para todas as escolas que ofertam o Ensino Médio, e que elas sejam aparelhadas com todos os instrumentos e recursos necessários, par que elas superem as desigualdades educacionais e conectem o Ensino Médio com o século 21.

Isto posto, é imperativo que os sistemas escolares sejam adaptados com brevidade para estarem em condição de corresponderem ao novo formato do NEM. Nesta perspectiva, Alencar e Mendes (2018), considera que a efetivação da reforma do Ensino Médio, está intrinsecamente ligada ao eficiente funcionamento das escolas, no que tange em elas atenderem todos as propostas estabelecidas por ela de funcionamento que atendam a seus requisitos. Ressaltamos uma questão que pode dificultar a efetivação da reforma em um mesmo período e na mesma proporcionalidade para todo território nacional, é a desigual condição de infraestrutura que as milhares de escolas que ofertam o Ensino Médio no país se encontram. Nesta questão Marques e Nogueira (2018), destacam que a quantidade dos recursos recebidos pelas escolas do governo federal, são consideravelmente variáveis em termos de valores e tempo. Para eles, tal variação pode inviabilizar a efetivação do NEM de maneira uniforme nas milhares de escolas espalhadas pelo Brasil. Diante de tal realidade descrita, é mister que se tome providências eficazes e rápida, para que a reforma não se torne um instrumento de ratificação da desigualdade educacional que existe a séculos no Brasil.

CONCLUSÃO

Com efeito, é notório que as propostas do NEM precisarão ser ajustadas à medida que, ao longo de sua implementação, aparecerem situações problemas que dificultem sua efetivação. Entretanto, observamos que as dificuldades supracitadas não podem ser abstraidas como dificuldades insuperáveis, considerando que dificuldades são inerentes a todo processo de transformação e, portanto, não seria diferente com o NEM, mas devem ser assimiladas como desafios que irão proporcionar o aprimoramento do método de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas de todo Brasil. Portanto, este artigo conclui que, apesar das propostas

supracitadas corresponderem em um avanço de caráter pedagógico, elas ainda estão distantes do que estabelece o Art. 2º da LDB, que é o pleno desenvolvimento estudantil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.; MENDES R. *Reforma do ensino médio Brasileiro: questões relevantes para o debate e implementação – os desafios do ensino médio.* 2018, Rio de Janeiro: Editora FGV.

BNCC: Base Nacional Comum Curricular – Etapa Ensino Médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio.html>, Acessado em 28 de outubro dez 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n. 59. Brasília, DF: Senado, 2009.

CODES, Ana Luiza Machado de; FONSECA, Sérgio Luiz Doscher; ARAÚJO, Herton Ellery. *Ensino Médio: Contexto E Reforma. Afinal, Do Que Se Trata?* 2021, Rio de Janeiro: IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MARQUES, B.; NOGUEIRA, F. Ensino médio: entre a reforma e a mão de tinta. 2018, Rio de Janeiro: FGV Editora.

REIS, R. *Relação com o Saber de Jovens no Ensino Médio: Modos de Aprender que se Encontram e se Confrontam.* 2021, Curitiba: Editora Appris.

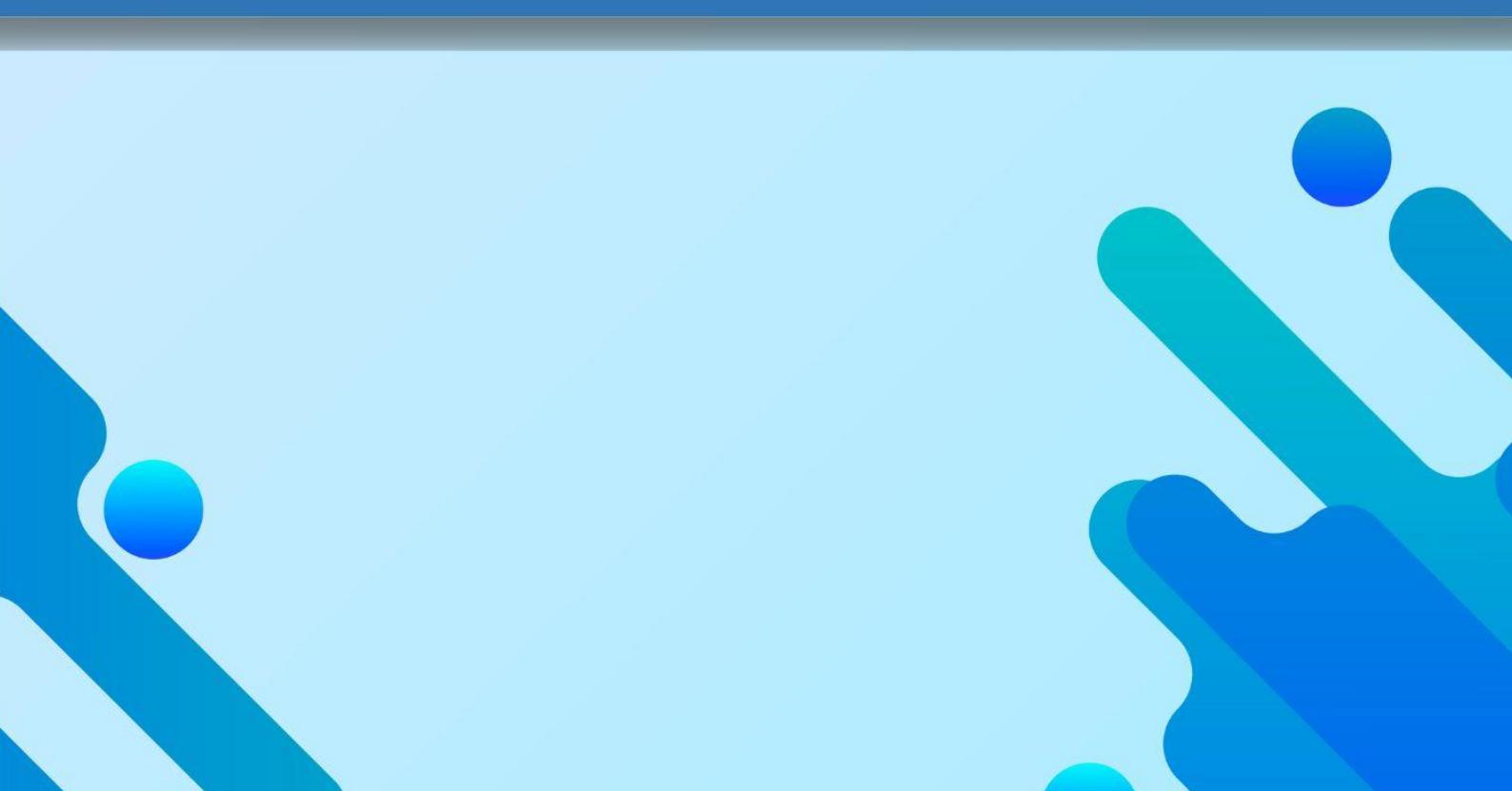
SAVIANI, Demeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* 2007, São Paulo: Cortez: Autores Associados.



PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM O CONTEÚDO LEITURAS OBRIGATÓRIAS E NÃO - OBRIGATÓRIAS

**BIRATAN DOS SANTOS PALMEIRA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5449592.1-4



PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM O CONTEÚDO LEITURAS OBRIGATÓRIAS E NÃO - OBRIGATÓRIAS

DOI: 10.29327/5449592.1-4

Biratan dos Santos Palmeira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Realiza-se neste trabalho o segundo capítulo da tese de doutoramento em Ciências da Educação do autor com seu orientador, fez-se um estudo com perspectiva qualitativa e quantitativa, associados a procedimento documental e de campo, com o objetivo de analisar os projetos políticos pedagógicos e de Cursos, de dois cursos técnicos integrados de nível médio e seus conteúdos leituras obrigatórias e não obrigatórias, nos cursos técnicos de nível médio do Campus Belém do IFPA. Como a coleta de dados foi realizada com apenas dois curso, serão utilizados como procedimento metodológico a análise documental das leis que regem o ensino médio, assim como os PPCs atualizados dos cursos, futuramente será aplicado um questionário fechado para os alunos e aberto para os professores, tentando alcançar 145 docentes e 600 discentes do primeiro ano letivo de 2024. Acredita-se que com essa pesquisa, verificaremos se os novos PPCs do ensino médio está contribuindo com a formação de leitores ou as respostas ainda são precipitadas. Concluiu-se que existe um número muito pequeno de leitores chegando no ensino médio e será que está havendo um aumento gradual, uma meta está sendo alcançada, para reverter os dados de poucos leitores, péssimos resultados do Brasil nas provas e olimpíadas sobre o tema. Com o final da pesquisa, acreditamos que os PPPCs são estimuladores em buscar desenvolver novos leitores, mas ainda precisamos de ferramentas para avaliar essa eficiência, que sugerimos em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Educação profissional; currículo; leituras obrigatórias; Ensino médio; projeto pedagógico;

ABSTRACT

This work is the second chapter of the author's doctoral thesis in Educational Sciences with his advisor. A study was carried out with a qualitative and quantitative perspective, associated with documentary and field procedures, with the objective of analyzing the political pedagogical and course projects of two integrated high school technical courses and their mandatory and non-mandatory reading contents, in the high school technical courses of the Belém Campus of IFPA. As data collection was carried out with only two courses, the documentary analysis of the laws that govern high school education will be used as a methodological procedure, as well as the updated PPCs of the courses. In the future, a closed questionnaire will be applied to students and open to teachers, trying to reach 145 teachers and 600 students in the first school year of 2024. It is believed that with this research, we will verify whether the new PPCs of high school are contributing to the formation of readers or the answers are still hasty. It was concluded that there is a very small number of readers reaching high school and is there a gradual increase? Is a goal being achieved to reverse the data of few readers and Brazil's poor results in tests and competitions on the subject? At the end of the research, we believe that PPPCs are stimulants in seeking to develop new readers, but we still need tools to evaluate this efficiency, which we suggest in future research.

Keywords: Professional education; curriculum; mandatory readings; High school; pedagogical project;

RESUMEN

En este trabajo se realiza el segundo capítulo de la tesis doctoral del autor en Ciencias de la Educación con su directora, se realizó un estudio con una perspectiva cualitativa y cuantitativa, asociada a procedimientos documentales y de campo, con el objetivo de analizar proyectos políticos pedagógicos y Cursos, dos cursos técnicos integrados de secundaria y sus contenidos, lecturas obligatorias y no obligatorias, en los cursos técnicos de secundaria del Campus de Belém del IFPA. Como la recolección de datos se realizó solo con dos cursos, se utilizará como procedimiento metodológico el análisis documental de las leyes que rigen la educación secundaria, así como de los PPC actualizados de los cursos. En el futuro se aplicará un cuestionario cerrado a los estudiantes. y abierto a docentes, tratando de llegar a 145 docentes y 600 estudiantes en el primer año académico de 2024. Se cree que con esta investigación verificaremos si los nuevos PPC de secundaria están contribuyendo a la formación de lectores o las respuestas lo son. Todavía apresurado. Se concluyó que hay un número muy pequeño de lectores que llegan a la escuela secundaria y hay un aumento paulatino, es una meta que se está alcanzando, revertir los datos de pocos lectores, malos resultados en Brasil en pruebas y olimpiadas sobre el tema. Con el final de la investigación, creemos que las PPPC son estimulantes en la búsqueda de desarrollar nuevos lectores, pero aún necesitamos herramientas para evaluar esta eficiencia, lo que sugerimos en futuras investigaciones.

Palabras clave: Educación profesional; plan de estudios; lecturas obligatorias; Escuela secundaria; proyecto pedagógico;

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP), da instituição educacional é o principal instrumento para planejamento e avaliação de ensino, essencial para um atendimento de qualidade, sendo um documento organizado a partir da efetiva participação das pessoas que fazem parte dessa comunidade escolar, deve contemplar um processo democrático de construção, capaz de envolver toda a comunidade escolar, partindo da realidade do educando traça-se um planejamento que represente suas reais necessidades e interesses.

O Projeto Político-Pedagógico surge no contexto da redemocratização do Brasil e encontra seu marco legal no artigo 206, inciso VI da Constituição da República de 1.988, que estabelece como um princípio do ensino público a Gestão Democrática. Anos mais tarde, a Lei de Diretrizes de Bases da educação Nacional (LDBN) nº 9.394 de 1996, em seu artigo 12 determina que “os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

A Resolução CEB/CNE nº 04/2010, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 43, afirma que “o projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

É da leitura desses textos normativos que se extrai o imperativo da participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da escola (gestão democrática) e a obrigatoriedade da construção do Projeto Político-Pedagógico ou Proposta Pedagógica pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Na vasta literatura educacional brasileira, encontramos algumas definições para Projeto Político- Pedagógico.

Para Vasconcellos (2014, p. 169),

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Para Veiga (2013, p. 12-13),

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples amontoado de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Desse modo, podemos dizer que o Projeto Político- Pedagógico é um documento que define diretrizes e metas de uma instituição de ensino a fim de que seu objetivo, a qualidade do processo educativo, seja alcançado. O Projeto Político-Pedagógico traduz a identidade da escola. É um documento que expressa a cultura da escola, sua situação presente e os caminhos para melhorar.

Diante do exposto acima é possível deduzir que esse documento tem essa nomenclatura por que...

- a) Projeto - é um conjunto de ações planejadas para alcançar um determinado objetivo;
- b) Político - a função social da escola, enquanto instituição de educação formal e espaço de convivência plural, é a formação de cidadãos;
- c) Pedagógico – enquanto recorte da educação, a escola é um espaço de práticas pedagógicas intencional (política): formação de um tipo de homem para um tipo de sociedade.

Nas palavras de Veiga (2013, p. 13), o projeto político-pedagógico “[...] é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...]. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas

de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.”

De acordo com Vasconcellos (2004, p. 18) o Projeto Político-Pedagógico possui as seguintes características:

- a) Abrangência - Global. É o ponto de partida para todos os projetos e ações da escola;
- b) Duração - Indeterminada. As ações previstas no projeto podem ser de curto, médio e longo prazo;
- c) Participação - Coletiva. O projeto deve refletir o pluralismo de ideias e se constituir como um consenso na comunidade escolar;
- d) Concretização – Processual. O projeto não é estático. Ele deve estar em constante processo de avaliação e reconstrução. Acompanhando as mudanças trazidas pela legislação educacional e por mudanças de paradigmas na educação.

Além dessas características, o Projeto Político- Pedagógico, conforme os estudos de Veiga (2013, 16-22), apresenta os seguintes princípios:

a) Gestão Democrática – é um princípio constitucional e visa rever as relações de poder na escola. Seu imperativo tornar obrigatório inserir a comunidade escolar nas tomadas de decisões da instituição. Esse princípio tem por objetivo incentivar o exercício da participação popular nas questões relevantes para sociedade (formação para a cidadania) e tornar os atores sociais que compõem a comunidade escolar corresponsáveis pela realização dos objetivos da escola;

b) Igualdade – é um direito previsto na Carta Magna, por meio do qual é garantido a todos tratamentos igual perante lei, não devendo ocorrer discriminação de qualquer tipo. No tocante ao direito a educação, o direito a igualdade, confere ao brasileiro a igualdade de condições no acesso e permanência na escola.

c) Qualidade – as ações da escola devem ser planejadas para alcançar seu principal objetivo, a qualidade do processo educativo para todos. A educação de qualidade é “[...] aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p.117);

d) Autonomia – É a capacidade da instituição escolar se autogerir. A lei confere a escola a competência para tomar decisões nas seguintes esferas: organizacional, pedagógica, financeira e administrativa. Contudo, vale ressaltar que a autonomia da escola quanto a construção de sua proposta pedagógica estar suscetível a interferências externas, tais como a legislação, as políticas públicas educacionais e as deliberações do sistema educacional ao qual

a escola está vinculada;

e) Valorização do magistério – O professor é um dos atores sociais que mais se destaca na escola, por estar diretamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido a valorização do magistério é um dos princípios do Projeto Político-pedagógico que deve conter em seu texto ações voltadas para formação continuada dos professores, uma vez que qualidade da educação está intimamente relacionada com a formação/habilitação docente.

Embora esse princípio tenha como premissa a valorização do magistério, Veiga (2013, p.20), destaca que:

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Enquanto elemento de organização do trabalho realizado na escola, o Projeto Político Pedagógico, precisa ser elaborado englobando o planejamento integrado das ações nas esferas que compõem a gestão escolar: administrativa, pedagógica, financeira.

- a) Administrativa: relacionada a questões de infraestrutura, patrimônio, organização de documentos, gestão de pessoas.
- b) Pedagógica – planejamento, execução e avaliação do processo de ensino aprendizagem.
- c) Financeira – gerenciamento do orçamento da instituição.

Para pessoas que fazem parte do mundo da educação, o PPP é algo fundamental e de suma importância para a cara, diagnóstico e organização da escola, mas para o leigo, pai ou cursos da educação, sempre se perguntam: Para que serve o Projeto Político-Pedagógico?

O Projeto Político- Pedagógico tem como finalidade orientar o trabalho cotidiano realizado na escola, em suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Essas esferas são faces indissociáveis da gestão escolar, elemento responsável pela articulação e implementação da proposta pedagógica da escola.

Isso significa dizer, que o Projeto Político-Pedagógico é um contrato social cujos preceitos devem servir para orientar as tomadas de decisões da escola e a condução do seu plano de ação.

Como afirma Luís Carlos de Freitas,

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma

– sob o olhar atento do poder público. (FREITAS et al., 2004, p. 69)

O Projeto Político-Pedagógico é a materialização da identidade da instituição e por essa razão deve ser construído de forma democrática, com a participação da comunidade escolar de forma mais transparente possível.

De acordo com Vasconcellos (2004, p.17),

[...] A identidade se constrói na alteridade e não na confusão de ideias, posicionamentos e personalidades. Cada instituição deverá traçar o seu caminho; porém, este caminho poderá ser tanto mais interessante quanto maior a oportunidade de diálogo com outros sujeitos também posicionados [...].

Nesse sentido, o dialogo se constitui em elemento indispensável a formação do consenso necessário a construção desse projeto, uma vez que nele estará explícito a convergência de pensamentos e valores que caracterizarão a instituição perante a comunidade.

A sensibilização da comunidade acerca da importância do projeto para a instituição é o primeiro passo para a construção da proposta pedagógica. A mobilização e participação da comunidade precisa ser planejada de forma que todos possam se sentir contemplados na construção do projeto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1. 9996, em seu artigo 13, inciso I, coloca como uma atribuição dos docentes “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” No entanto, ressalta-se, que por força do princípio constitucional da gestão democrática, a construção do projeto político-pedagógico deve ter a ampla participação dos atores sociais da escola: alunos, professores, equipe gestora, funcionários, pais e até mesmo representantes da comunidade local.

A construção do Projeto Político-Pedagógico perpassa pela resposta a três questões importantes:

- 1- Como é a nossa escola? (Diagnóstico)
- 2- Que escola queremos? (Identidade- projeto/modelo de educação)
- 3- Como construir nosso modelo de educação?

Além dessas questões, a elaboração da proposta pedagógica da escola deve respeitar a legislação educacional vigente, está em consonância com a proposta pedagógica do sistema de ensino ao qual a instituição está subordinada, bem como deve ser elaborado de acordo com as regulamentações do Regimento Escolar da escola.

O texto do Projeto Político- Pedagógico precisa ser elaborado materializando três aspectos: marco situacional, marco conceitual e marco operacional.

Marco situacional – é a síntese da realidade da escola, é aquilo que a escola é. Se traduz

no diagnóstico da situação da escola. Requer uma observação minuciosa de cada dimensão que compõe o trabalho cotidiano da escola, o reconhecimento das concepções, valores e cultura que são desenvolvidos na escola e pela escola. É uma espécie de mapeamento do espaço escolar: organização administrativa, concepções pedagógicas, perfil socioeconômico dos alunos, características da comunidade onde está inserida e etc. Em resumo: o modelo de homem, de educação e de sociedade que temos.

Marco conceitual ou referencial – uma vez identificada a real situação da escola, é preciso avaliar o que precisa ser mantido e o que precisa ser melhorado. Se o modelo de homem, de educação e de sociedade que temos é o modelo que queremos. O marco conceitual é aquilo que a escola quer, seu ponto de chegada. Nele devem ser apresentados os fundamentos teóricos e filosóficos que embasam a função social da escola, seu projeto de educação e o modelo de sociedade que a instituição quer ajudar a construir. É nessa parte do projeto que encontramos o consenso de ideias e valores da comunidade escolar. É nela que devem estar ancorados todos os projetos e ações a serem desenvolvidas pela escola, principalmente os trabalhos desenvolvidos em sala de aula.

Marco operacional – é o mapeamento das ações que serão desenvolvidas pela escola. Diz respeito ao que a escola deve e quer fazer para implementar as ideias contidas no marco conceitual. É a parte técnica do projeto, visto que trata do planejamento das ações e que deve ser elaborado tendo visto os objetivos da instituição, formas de execução das ações, a avaliação das mesmas, levantamentos dos problemas e propostas de intervenção. O marco operacional sinaliza os caminhos que a instituição deve seguir. As estratégias, recursos e sujeitos responsáveis pela realização de cada ação, de curto, médio, longo prazo e, principalmente a proposta curricular da escola. Deve conter também os programas e projetos que a instituição quer desenvolver.

A construção do Projeto Político-Pedagógico não é uma tarefa fácil, visto que a escola é por excelência um espaço de interação social e de pluralidades de pensamento. Nem todas as formas de pensar poderão ser contempladas na proposta pedagógica da escola, que precisa traduzir em seu texto o consenso de pensamentos que compõe sua comunidade. Isso não significa dizer que no projeto não haverá espaço para a diversidade. É de responsabilidade da escola, no exercício da educação para a cidadania educar respeitando as diferenças. A diversidade é elemento intrínseco a proposta pedagógica da escola e precisar ser contemplada em cada marco que compõe o projeto.

Sendo assim, para construir o Projeto Político-Pedagógico é preciso:

- 1º – Fazer o diagnóstico da realidade da escola junto à comunidade;
- 2º – Discutir com toda comunidade a escola que se quer construir e como construí-la;
- 3º - Construir texto colaborativo com a materialização do consenso das discussões.

Por um lado, alinha-se ao que já está sendo feito nas etapas escolares anteriores do sistema educacional brasileiro – os ensinos infantil e fundamental. Por outro, quando se passa a mirar adiante – o futuro profissional de jovens prestes a ingressar no mercado de trabalho e em um mundo cheio de transformações e incertezas –, responde-se à necessidade de desenvolvimento de outras dimensões do ser humano, além das faculdades cognitivas e dos conteúdos.

Assim, o objetivo deste ensaio é de verificar se os PPPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPA, após suas atualizações estão com algum indicador de melhoria na quantidade e qualidade de leitores, a partir da implementação do novo ensino médio, com ele a língua portuguesa tornou-se disciplina obrigatória em todos os anos e com aumento de carga horária, mas esse modelo é o mais adequado para conquistar novos leitores e com melhorar os resultados do Brasil junto as organizações mundiais que realizam os testes e olimpíadas, e se os conteúdos apresentam leituras obrigatórias e não- obrigatórias?

2- A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Aqui apresentaremos, o REGULAMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, que em seu TÍTULO I, DA BASE LEGAL, logo em seu Artigo 1º, afirma que Este Regulamento regerá os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos das atividades acadêmicas referentes à educação básica e profissional, nas modalidades presencial e a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, em consonância com as seguintes normativas:

- I - Lei no 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e suas regulamentações;
- II - Lei no 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- III - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência no 13.146/2015;
- IV - Decreto no 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera;
- V - Decreto no 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394/1996, referente à educação a distância;
- VI - Resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE;
- VII - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- VIII - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

IX - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização – PNA e à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Educação de Jovens e Adultos a Distância; X - Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica; XI - Diretrizes para Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; XII - Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos; XIII - Guia Pronatec de Cursos de FIC; XIV - Classificação Brasileira de Ocupações; XV - Regimento Geral do IFPA; XVI - Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; XVII - Projeto Pedagógico Institucional – PPI; XVIII - resolução do Conselho Superior do IFPA que estabelece os procedimentos a serem adotados para criação de cursos, para elaboração e atualização de projeto pedagógico de curso e para extinção de cursos, nos níveis da educação básica e profissional e do ensino superior de graduação, na modalidade presencial, no IFPA; XIX - resolução que estabelece os procedimentos para criação de cursos e elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio, superiores de graduação e pós-graduação lato sensu, na modalidade de ensino a distância, no âmbito do IFPA; XX - Resolução que regulamenta os procedimentos para criação, autorização para funcionamento, avaliação, supervisão e extinção de polos de apoio presencial para a educação a distância para cursos e programas ofertados na modalidade a distância no IFPA; XXI - orientações básicas para a educação profissional articulada com a educação de jovens e adultos do IFPA; XXII - regulamento da distribuição das atividades na jornada ou regime de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos da carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPA; XXIII - demais normativas institucionais em vigor.

Já no CAPÍTULO II, DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, diz que os cursos técnicos de nível médio, organizados por eixos tecnológicos, de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT vigente. § 1º A forma articulada ao ensino médio poderá ser ofertada nas diversas modalidades de ensino, conforme legislação vigente. § 2º A forma de oferta subsequente pode ser ofertada para públicos específicos de acordo com as diretrizes previstas nas modalidades da educação básica para as populações do campo, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais e jovens e adultos privados de liberdade.

Orienta sobre a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio constará no projeto pedagógico de curso – PPC, observadas as determinações legais previstas nos instrumentos da base legal deste Regulamento e no projeto político pedagógico – PPP do campus ofertante.

Aduz para cursos técnicos de nível médio ofertados na modalidade a distância ou na modalidade presencial com atividades não presenciais, devem ser respeitados os parâmetros de carga horária presencial e não presencial definidos no CNCT de Nível Médio. § 1º A situação

prevista no caput será possível desde que haja suporte tecnológico para realização das atividades e esteja garantido o atendimento dos estudantes por docentes e tutores, devendo isso estar previsto no PPC. § 2º A forma de aplicação da carga horária de atividades não presenciais em cursos presenciais será tratada em normativa específica.

Finaliza explicando que o campus ofertante do curso poderá desenvolver a carga horária em regime de alternância, com períodos de estudos na escola e outros períodos no campo/local de trabalho, desde que previstos em seu PPC.

Adentrando ao TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CAPÍTULO I DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, diz que o PPC é o instrumento que define e norteia a organização do currículo e das práticas pedagógicas propostas para o curso de FIC e para o curso técnico de nível médio, devendo ser construído de forma coletiva e democrática e em conformidade com a legislação vigente, a fim de subsidiar a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e garantir a qualidade do ensino, a elevação da escolaridade e a formação profissional cidadã pretendida.

Reafirma que o PPC deverá expressar os principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, fundamentado no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no PPP, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e com o Plano de Desenvolvimento do Campus – PDC.

Define que o PPC tem como objetivos: I - conceber, constituir e organizar o curso antes de sua oferta, especialmente no que se refere à estrutura didático-pedagógica, aos docentes e técnicos administrativos envolvidos no seu desenvolvimento, e à infraestrutura necessária para a sua realização;

II - Organizar o curso didática e metodologicamente, estabelecendo os procedimentos necessários para o alcance dos objetivos propostos pelo corpo docente e a equipe do ensino;

III - Estabelecer diretrizes com o propósito da qualificação dos estudantes e da melhoria contínua no processo de ensino-aprendizagem destes.

Para explicar o funcionamento de curso. O PPC constitui documento obrigatório para proposição, autorização e Parágrafo único. Para a oferta de um curso, é obrigatória a aprovação do PPC e a publicação do seu ato autorizativo: I - pela direção-geral do campus, no caso de PPC de FIC com carga horária inferior a 160 (cento e sessenta) horas; II - pela PROEN, no caso de PPC de FIC com carga horária a partir de 160 (cento e sessenta) horas; III - pelo Conselho Superior do IFPA – CONSUP, no caso de PPC técnico de nível médio.

A elaboração do PPC de FIC deve promover, quando for o caso, a elevação de escolaridade dos estudantes. Parágrafo único. Nenhum campus poderá publicar edital de seleção para ingresso de estudantes ou iniciar as atividades do curso sem a publicação de seu ato autorizativo pela instância competente previsto em norma própria.

O PPC deverá ser publicado em ambientes eletrônicos de fácil acesso dos estudantes e da comunidade. Os procedimentos a serem adotados para autorização de criação de cursos, elaboração ou atualização de PPC e extinção de cursos serão tratados em regulamento específico: I - elaborado pela PROEN, quando se tratar de cursos presenciais; II - elaborado pelo CTEAD, em parceria com a PROEN, quando se tratar de cursos na modalidade a distância.

As atualizações implantadas no PPC terão vigência sempre no início de novas turmas, sem efeito retroativo para as turmas em andamento, exceto por força de lei e nos casos de migração de matriz curricular, desde que aprovados pelo colegiado do curso e com expressa anuência dos estudantes. Parágrafo único. Os fluxos e procedimentos para atualização de matriz curricular possuem regulamentação específica.

Como pode-se observar, existe um arcabouço legal muito grande, extensivo e atual, no que concerne as normas que regem essa modalidade de ensino médio no Brasil, portanto, devemos ficar atento as mudanças e linhas de programas que estamos atuando.

3- PPP DE 2 CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS E SUA REALAÇÃO COM LEITURAS OBRIGATÓRIAS E NÃO - OBRIGATORIAS NO ENSINO MÉDIO

3.1- CURSO TÉCNICO EM AGRIMENSURA:

O presente documento constitui-se na proposta de Atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Nível Técnico de Agrimensura Integrado ao Ensino Médio, tendo como marco inicial o decreto Lei nº 5.154 de 23 de julho de 2004 e o Parecer 39/2004; sendo construído de forma participativa pelos docentes, especialistas e dirigentes responsáveis pela formação profissional nesta Instituição Profissional de Ensino, tomando por base entre outros, o que preconiza a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, Resolução 912/2022 - CONSUP/IFPA, Instrução Normativa nº 03/2016 - PROEN/IFPA e, Resolução nº 707/2022 - CONSUP/IFPA.

O Curso encontra-se inserido no eixo tecnológico de infraestrutura, nos termos da LDB (Lei nº 9.394/96), alterada pela Lei nº 11.741/2008, e do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT, 4^a edição, 2020) e fundamentado nos princípios norteadores contidos nos incisos de I a XIX do art. 3º da Resolução nº 1/2021 CNE/CP. Este curso apresenta

uma carga horária do Núcleo Básico de 2.077,00 horas e de formação profissional (Núcleo Tecnológico e Núcleo Politécnico) de 1.204,00 horas, com carga horária total de 3.281,00 horas.

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2020, de 15 de dezembro de 2020, o Eixo Tecnológico Infraestrutura compreende tecnologias relacionadas à projetos de construção de obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego, com base em: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; desenho técnico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

3. 1.1 - MATRIZ CURRICULAR

A organização Curricular, do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio compõe-se dos Núcleos Básico, Politécnico e Tecnológico (Estrutura curricular por núcleos, artigos 109 a 120 da Resolução CONSUP/IFPA Nº 912/2022). A matriz curricular está aliada às determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto 5.154/2004, bem como nas diretrizes definidas no Regulamento Didático-pedagógico da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (Artigos 47 e 48).

A organização curricular do Curso Técnico em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio é concebida a partir do Perfil de Formação do Egresso, articulando teoria e prática, formação acadêmica e o mundo do trabalho, propiciando a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

Sendo assim, o currículo do Curso está estruturado em 03 (três) Núcleos de Formação: Núcleo Básico, Núcleo Tecnológico e Núcleo Politécnico, de acordo com a Resolução nº 912/2022 - CONSUP. O Núcleo Básico é o espaço da organização curricular em que se destinam os componentes curriculares obrigatórios que tratam dos conhecimentos e habilidades próprios da educação básica, que são constituídos nas áreas de linguagens e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e

suas tecnologias, e que possuem menor ênfase tecnológica com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do aluno. O Núcleo Tecnológico é o espaço na organização curricular em que se destinam os componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades próprios da formação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso. O Núcleo Politécnico é o espaço na organização curricular ao qual se destinam componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e formação técnica. É o núcleo onde ocorre a integração curricular dos núcleos básico e tecnológico, estabelecendo o elo entre eles, com maior ênfase tecnológica, criando possibilidades durante o itinerário formativo do aluno.

Assim, a matriz curricular do Curso Técnico em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio é composta com uma carga horária total de 3.281 horas (relógio), distribuída em: 2077 horas para o núcleo básico, 1.037 horas para o núcleo tecnológico e 167 horas para o núcleo politécnico. A organização da estrutura curricular do Curso também considerou como conteúdos especiais obrigatórios:

- a) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena que estão incluídos nas ementas das disciplinas História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Além das atividades curriculares, o campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores;
- b) Os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental estão presentes nos conteúdos das disciplinas de Geografia e Organização, Normas e Segurança no Trabalho a, como forma de aproximar o profissional do contexto ambiental onde deverá executar suas atividades;
- c) Os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente estão incluídos nas ementas das disciplinas de Organização, Normas e Segurança no trabalho e Sociologia;
- d) Os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso (Estatuto do Idoso), serão trabalhados nas disciplinas de Geografia e Organização, Normas e Segurança no Trabalho;
- e) A Educação para o Trânsito será realizada de forma transversal, organizadas pela instituição em momentos curriculares especiais, como feiras, palestras externas, seminários, etc., podendo, também, ser promovida via Projeto de Ensino, coordenado

- pela Diretoria de Ensino em parceria com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;
- f) A Educação Alimentar e Nutricional, como tema transversal, será desenvolvida no âmbito da instituição, por meio de palestras, oficinas, e campanhas educativas;
 - g) A Promoção da Cultura de Paz (bullying) será desenvolvida por meio de ações de promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying);
 - h) Os conteúdos voltados para a Prevenção da Violência contra a Mulher serão abordados no currículo por meio das disciplinas de geografia, sociologia, filosofia e história. Essa temática também se fará presente em campanhas e eventos institucionais, por meio da realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher;
 - i) O Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva, como tema transversal, será abordado por meio de eventos promovidos pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho;
 - j) Em atendimento à Lei 13.006/2014, que acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394/96, o Campus Belém irá atender a obrigatoriedade de exibição de Filmes de Produção Nacional com temáticas voltadas aos conhecimentos presentes no currículo dos cursos, por, no mínimo, duas horas mensais, constituindo componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da instituição. Pode ser promovido, também, via Projeto de Ensino, coordenado pela Diretoria de Ensino.

Exemplo de uma DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS DO 1º ANO Disciplina: Língua Portuguesa I Carga Horária: 80 aulas / 67 horas Período: 1º Ano Ementa:

Noções gerais de textualidade: língua e linguagem; texto e discurso, intertextualidade e coerência. Funções da linguagem. Níveis de Linguagem. Denotação e conotação. As variedades linguísticas e a construção do texto. Fonologia da Língua Portuguesa: diferença de grafia e fonética. Conceito de fonema. Ortografia. Acentuação gráfica. Semântica: sinônima e antônima; campo semântico, hipônima e hiperônima; polissemia; a ambiguidade e a construção textual, pressuposição e inferência. Morfologia: estrutura das palavras: os elementos mórficos na construção do texto. Os processos de formação das palavras. A análise, a interpretação e a produção de textos dos mais variados gêneros. Tipologia textual: texto narrativo e texto descritivo. O parágrafo. Tipos de discurso. Tipos de frase. O texto literário. Os

gêneros literários. Texto em prosa e texto em verso. A poesia. Figuras de Linguagem. A Literatura Luso-brasileira: Trovadorismo. Humanismo. Classicismo. Quinhentismo. Barroco. Arcadismo. Ênfase tecnológica: O papel da linguagem na sociedade e suas relações com a organização do trabalho; A língua, seu funcionamento e a produção de sentido; Compreensão e produção de textos técnicos: artigo e relatório.

Área de Integração: A língua portuguesa integra-se às diferentes disciplinas do curso, a partir da constituição de significados, de processos de comunicação orais e escritos e de expressão cultural.

3.2- CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (DS).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrado ao Ensino Médio, proposto pelo IFPA Campus Belém, estão contempladas as diretrizes que nortearão o fazer pedagógico dos gestores e docentes que atuarão no referido curso, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2019 a 2023, aprovado por meio da Resolução IFPA nº 675/2022 - CONSUP de 29 de abril de 2022, que revoga a Resolução IFPA/CONSUP nº 264/2021, de 10 de março de 2021, em prol da qualificação discente e de processos formativos que evidenciem qualidade social e profissional.

A educação em nível nacional está em fase de grandes mudanças na busca do atendimento às exigências da sociedade contemporânea. São profundas as mudanças estruturais na organização do ensino formal principalmente quando relacionamos a sistematização dessa educação com o mercado de trabalho atual. Com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos técnicos de tecnologia, o Ministério da Educação apresentou, através da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, com vigência a partir de 04 de janeiro de 2021 nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnico - CNCT como guia para referenciar instituições na oferta dos cursos Técnicos.

Sustentado pela missão de “Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes”, essa educação deve contribuir para a formação de profissionais que estejam aptos para o exercício de suas funções e para a participação no desenvolvimento do país e em especialmente na região amazônica, suscitando nos alunos do curso o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e tecnológico.

O Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas do IFPA propicia uma formação que habilita o profissional para desenvolver sistemas computacionais de automação dos

sistemas de informação das organizações, com vistas a atender as necessidades atuais do mercado de trabalho. Segundo o CNCT 4^a edição, atualizada em 2020, o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, faz parte do Eixo tecnológico Informação e Comunicação, com uma Carga horária mínima de 1200 horas, que propicia uma qualificação profissional com certificações intermediárias, no curso técnico, considerando ocupações previstas na CBO. Onde, abrangem desenvolver sistemas computacionais utilizando ambiente de desenvolvimento, modelar, implementar e manter banco de dados, utilizar linguagem de programação específica, realizar testes de programas de computador, manter registros para análise e refinamento de resultados, elaborar documentação do sistema, aplicar princípios e definição de análise de dados e executar a manutenção de programas de computador.

Em última instância, o que se deseja é a formação de um cidadão ético, responsável e consciente, com sensibilidade humana - capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social - alicerçado na educação tecnológica e na atuação profissional, frente ao mundo exigente de produtividade e de qualidade dos produtos e serviços.

O Estado do Pará vem tendo nos últimos anos um grande crescimento no setor industrial, liderado principalmente pela produção mineral e principalmente nos grandes projetos amazônicos, além de contar com o salto econômico nos últimos anos nas áreas de turismo, comércio, construção civil, informática, e prestação de serviços.

Na Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal – REDE BIONORTE, dos 161 registros em seu banco de dados sobre Arranjos Produtivos Locais – APLs, 9 são de municípios que compreende a região de atuação do IFPA/Campus Belém, sendo que, na capital Belém possuem 7 deles, como (Biotecnologia, Construção Naval, Gemas e Joias, Madeiras e Móveis, Moda e Design, Minerais e Plantas Aromáticas e Medicinais), no município de Soure, tem (Fibras Naturais), e em Benevides (Floricultura).

Considerando a necessidade de atualização do Projeto Pedagógico do Curso em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio, do IFPA/Campus Belém, onde a Resolução IFPA/CONSUP - nº 675/2022, de 29 de abril de 2022 que revisa o PDI em vigência 2019-2023, norteia as ações a serem desenvolvidas no âmbito da Reitoria e dos 18 (dezoito) Campi da instituição com a finalidade de alcançar os objetivos e metas estabelecidas. Dessa forma, o Instituto Federal do Pará passou a contemplar ações educacionais em Belém e como instituição pública, tem como principais metas realizar pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços e promover a Educação Profissional em articulação com os

segmentos sociais, o poder público e os setores produtivos do Estado do Pará, em uma área de abrangência de 10 (dez) municípios.

O PPC do Curso Técnico de Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio do IFPA Campus Belém, adaptando-o ao novo Catálogo de Cursos Técnicos lançado em 2021 pelo MEC e às novas realidades de mercado e com base na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e na Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que atualizou e definiu novos critérios para a Composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, em consonância com o que dispõe e orienta a Resolução IFPA/CONSUP nº 912/2022, de 20 de dezembro de 2022. A atualização do PPC do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio visa disponibilizar à sociedade profissionais capazes de desenvolver com maior competência, atividades referentes à manipulação da informação, com foco no desenvolvimento de soluções computacionais baseados na grande rede mundial de computadores, a Internet.

A identificação das necessidades de informação apresenta-se como uma preocupação permanente das corporações envolvidas com a oferta de produtos/serviços de informação. Hoje toda empresa de médio e grande porte, não importando a área de atuação, necessita de sistemas para controle e automatização de fluxo de informação entre os seus setores internos, prestadores de serviços, fornecedores e apoio à decisão. Sendo assim o curso contribuirá com esta demanda de profissionais que atuam no desenvolvimento de sistemas, possibilitando uma oportunidade de inclusão de carga horária não presencial traduzida em disciplinas a distância (EaD), em regime ANUAL.

Ressalta-se que as disciplinas ofertadas EaD, terá uma carga horária relógio 268 horas, divididos em 4 disciplinas (sendo a disciplina de Artes do núcleo básico da área do conhecimento Linguagens e suas tecnologias com oferta na modalidade em EaD, apenas no 3º ano, 2 disciplinas Fundamentos de Informática e Análise de Desenvolvimento de Sistemas do núcleo tecnológico das áreas do conhecimento disciplinas técnicas e uma disciplina IHC do núcleo politécnico, conforme descrito no estrutura curricular no Quadro 3) com uma carga horária de aula de 322 horas.

O curso ofertará duas turmas anuais, com 50 (cinquenta) vagas, sendo 25 (vinte e cinco) vagas ofertadas no 1º ano no turno da manhã e 25 (vinte e cinco) vagas ofertadas no 1º ano letivo no turno da tarde, com carga horária total de 3.279 H/R e 3.932 H/A, distribuídas assim: 2.077 horas destinadas a componentes curriculares do núcleo básico do Ensino Médio, 1.035

horas para componentes curriculares do núcleo tecnológico, específicos ao curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, e 167 horas para o núcleo politécnico. O tempo mínimo de integralização é de 3 (três) anos e tempo máximo de 5 (cinco) anos conforme as orientações do Regulamento Didático Pedagógico da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. e profissional à população com menor renda.

3.2.1- ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrado é concebida a partir do Perfil de Formação do Egresso, articulando teoria e prática, formação acadêmica e o mundo do trabalho, propiciando a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

Sendo assim, o currículo do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado está estruturado em 03 (três) Núcleos de Formação: Núcleo Básico, Núcleo Tecnológico e Núcleo Politécnico, de acordo com a Resolução nº 912/2022 – CONSUP.

O Núcleo Básico é o espaço da organização curricular em que se destinam os componentes curriculares obrigatórios que tratam dos conhecimentos e habilidades próprios da educação básica, que são constituídos nas áreas de linguagens e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias, e que possuem menor ênfase tecnológica com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do aluno.

O Núcleo Tecnológico é o espaço na organização curricular em que se destinam os componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades próprios da formação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso.

O Núcleo Politécnico é o espaço na organização curricular ao qual se destinam componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e formação técnica. É o núcleo onde ocorre a integração curricular dos núcleos básico e tecnológico, estabelecendo o elo entre eles, com maior ênfase tecnológica, criando possibilidades durante o itinerário formativo do aluno.

Assim, a matriz curricular do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado é composta com uma carga horária total de 3.279 horas (relógio), distribuída em: 2077 horas para o núcleo básico, 1036 horas para o núcleo tecnológico e 167 horas para o núcleo politécnico.

A organização da estrutura curricular do Curso Técnico Desenvolvimento Integrado ao Ensino Médio, também considerou como conteúdos especiais obrigatórios:

1. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena que estão incluídos nas ementas das disciplinas História, Sociologia, Filosofia, Artes e língua portuguesa. Além das atividades curriculares, o campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores;
2. Os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental estão presentes no conteúdo das disciplinas de Sociologia, História, Artes, como forma de aproximar o profissional do contexto ambiental onde deverá executar suas atividades;
3. Os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente estão incluídos nas ementas das disciplinas de História, Sociologia e Filosofia;
4. Os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso (Estatuto do Idoso), serão trabalhados nas disciplinas de História e Sociologia;
5. A Educação para o Trânsito será realizada de forma transversal, organizadas pela instituição em momentos curriculares especiais, como feiras, palestras externas, seminários etc., podendo, também, ser promovida via Projeto de Ensino, coordenado pela Diretoria de Ensino em parceria com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;
6. A Educação Alimentar e Nutricional, como tema transversal, será desenvolvida no âmbito da instituição, por meio de palestras, oficinas, e campanhas educativas;
7. A Promoção da Cultura de Paz (bullying) será desenvolvida por meio de ações de promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying);
8. Os conteúdos voltados para a Prevenção da Violência contra a Mulher serão abordados no currículo por meio das disciplinas de História, Filosofia e Sociologia. Essa temática também se fará presente em campanhas e eventos institucionais, por meio da realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher;
9. O Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva, como tema transversal, será abordado por meio de eventos promovidos pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho;

Em atendimento à Lei 13.006/2014, que acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394/96, o Campus Belém irá atender a obrigatoriedade de exibição de Filmes de Produção Nacional com temáticas voltadas aos conhecimentos presentes no currículo dos cursos, por, no mínimo, duas horas mensais, constituindo componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da instituição. Pode ser promovido, também, via Projeto de Ensino, coordenado pela Diretoria de Ensino.

Exemplo Ementa:

LÍNGUA PORTUGUESA NÚCLEO BÁSICO | LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS | OBRIGATÓRIA Nº de aulas Período letivo (oferta anual) por semana 1º ANO EMENTA 02 A/S Carga horária aula anual 80 H/A Carga horária relógio anual 67 H/R Modalidade de oferta da disciplina PRESENCIAL

Noções gerais de textualidade: língua e linguagem; texto e discurso, intertextualidade e coerência. Funções da linguagem. Níveis de Linguagem. Denotação e conotação. As variedades linguísticas e a construção do texto. Fonologia da Língua Portuguesa: diferença de grafia e fonética. Conceito de fonema. Ortografia. Acentuação gráfica. Semântica: sinônima e antônima; campo semântico, hipônima e hiperônima; polissemia; a ambiguidade e a construção textual, pressuposição e inferência. Morfologia: estrutura das palavras: os elementos mórfitos na construção do texto.

Os processos de formação das palavras. A análise, a interpretação e a produção de textos dos mais variados gêneros. Tipologia textual: texto narrativo e texto descritivo. O parágrafo. Tipos de discurso. Tipos de frase. O texto literário. Os gêneros literários. Texto em prosa e texto em verso. A poesia. Figuras de Linguagem. A Literatura Luso-brasileira: Trovadorismo. Humanismo. Classicismo. Quinhentismo. Barroco. Arcadismo

ÊNFASE TECNOLÓGICA O papel da linguagem na sociedade e suas relações com a organização do trabalho; A língua, seu funcionamento e a produção de sentido; Compreensão e produção de textos técnicos: artigo e relatório.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO A língua portuguesa integra-se às diferentes disciplinas do curso, a partir da constituição de significados, de processos de comunicação orais e escritos e de expressão cultural

MATERIAIS E METÓDOS

Para realização da pesquisa será adotada uma perspectiva metodológica de abordagem qualitativa e quantitativa, associando os procedimentos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, uma perspectiva em que a “utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20).

Na etapa da pesquisa de campo serão utilizados como instrumento de coleta de dados empíricos, questionários online por meio da ferramenta Google Forms e disponibilizados mediante um link que será enviado para alunos matriculados nos médio integrado do IFPA Campus Belém, do primeiro semestre de 2024, e também a professores que atuam nesse curso, com uma amostra de 145 participantes docentes e 600 discentes.

Para Gil (2002), “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas” (p. 116). Assim, as questões elaboradas buscam conhecer sobre o entendimento, bem como as opiniões dos respondentes em relação às alterações que a Lei propõe na educação brasileira evidenciando, assim, as perspectivas de alunos e professores sobre a Reforma do Ensino Médio, sobre as leituras obrigatórias e não obrigatórias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma mesma Instituição de ensino, com professores mestres, doutores e pós-doutores, com vasta experiência no ensino, em projetos de pesquisa e extensão, ficou demonstrado que mesmo sendo uma mesma legislação, uma mesma orientação e tempo para elaborar os PPCs, há uma grande diferença na elaboração dos mesmos, com informações a mais, um mais detalhado, outro melhor escrito, ou seja, a mão do homem influencia sim na produção de documentos que servirão de estudos e modelo para outras instituições ou estudos acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está passando por constantes processos de evolução, por isso a legislação precisa acompanhar essa ação, no campo educacional tais processos também estão em constante ebullição e essa transformação acontece na formatação coletiva do Projeto Político-pedagógico e de curso, das unidades escolares, independente de rede, com isso é necessária para que as instituições educacionais realizem suas atividades de forma dinâmica e participativa. O Projeto Político-Pedagógico de curso é algo que deve estar inserido no contexto escolar, pois é nele onde serão definidos o currículo, a maneira de avaliar, dentre outras questões importantes.

É praticamente impossível ter uma escola centralizada nos princípios educacionais se a mesma não possui um PPPc bem elaborado, e este, deverá ser construído coletivamente

envolvendo a gestão, docentes, discentes e a comunidade local e responder as perguntas que foram formuladas por sua equipe de elaboração.

Todos devem ser pensados de forma que sejam beneficiados com o projeto, já que se espera a qualidade no ensino aprendizagem, que é o objetivo fundamental das instituições de ensino. No IFPA, os cursos técnicos buscam essa excelência, para isso busca atualizar seus documentos e com isso fazer sua função social.

A escola deve possuir autonomia para suas deliberações, observando as normas vigentes, as esferas superiores, porém, sempre buscando inovar para que se efetive a qualidade do ensino, no que tange a leituras, obrigatórias ou não, visando a plena firmação do educando.

Em dois cursos analisados, percebeu-se que as leituras são estimuladas, porém não se sabe em que nível os alunos estão, se conseguem alcançar as metas e objetivos previamente propostos. Sabemos que com apenas 2 cursos, fica difícil analisar os 15 cursos, mas servem como referência e propõem-se mais estudos para saber se um aplicativo de leitura e ranking pode ajudar nessas conquistas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. "Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática". Tese de livre-docência. Campinas, Unicamp, 1994.

_____. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

_____. Escola, currículo e ensino. In: VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. (Orgs.). Escola Fundamental: currículo e ensino. Campinas, SP: Papirus, 2021.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Plano Decenal de Educação Para Todos, Brasília/MEC, 2019.

_____. O programa ensino médio inovador como política de indução a mudanças curriculares: proposta enunciada e experiências relatadas. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 91-110, abr./jun. 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-4698153170>

_____. Legislação e Jurisprudência. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 9, jan./dez. 2007.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.824.

_____. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil:** abordagem histórica e situação atual. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006>

ALVES, José Matias. **Organização, gestão e projecto educativo das escolas**. Porto, Edições Asa, 2022.

AMARAL, N. C. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

BERNSTEIN, Basil. **Clases, códigos y control. Madri**, Akal, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 49^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

CORNBLETH, Catherine. "Para além do currículo oculto?". In: Teoria e Educação n° 5. Porto Alegre, Pannonica, 1991.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. **Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio**: lei n.º 13.415/2017. Educação & Realidade. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte/MG – Brasil, ago, 2018.

CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE, n. 3, set./dez. 2007.

CZERNISZ, E. C. S;ERRAM, C. **Reformar o ensino médio?** Impasses e desafios presentes na proposta da lei 13415/2017. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente-SP, v. 29, n.3, p.135-147, Set./Dez., 2018.

CZERNISZ, E. C. S; GARCIA, S. R. O. **A minimização da formação dos jovens brasileiros**: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017. Educação. Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 569-584, set./dez. 2017.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas, Papirus, 1994.

DOMINGOS, Ana Maria et alli. **A teoria da Bernstein em sociologia da educação**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1985.

ENGUITA, Mariano F.. **i face oculta da escola**: Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 2019.

FERRETI, C. J. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Estudos Avançados. vol. 32 n.º 93 São Paulo maio/ago. 2018.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão**: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. "Organização do trabalho pedagógico". Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GANDIN, D. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2001. Disponível em: Acesso em: 25/10/2024.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em: educação**: Para além das teorias da reprodução. Petrópolis, Vozes, 2016.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

HERNANDES, P. R. **A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar**. Educação, Santa Maria, v. 44, 2019. <https://doi.org/10.5902/19846444>.

KOCH, Ingredore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender: Os Sentidos do Texto. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingredore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Escrever: Estratégias de Produção Textual. São Paulo: Contexto, 2009.

KRAWCZYK, N. **Políticas para o Ensino Médio e seu potencial inclusivo**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. Anais[...]. Rio de Janeiro: Anped, 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_05_norakrawczyk_gt05.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Antônio Berto. "Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola". In: Educação em Revista n° 9. Belo Horizonte, jul. 2019, pp. 27-31.

MADER, Luzius. **A Avaliação Legislativa**: uma nova abordagem do direito. Cadernos de Ciência de Legislação, Belo Horizonte, n. 1, 2011.

MAIA, Joseane. **Literatura na Formação de Leitores e Professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual: Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola n2 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 2020.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **O Ensino Médio e o Plano Nacional de Educação**: ainda muito longe da realização da meta 3. In: GOMES, Ana Valeska Amaral (Org.). Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Edições Câmara, 2017.

MASSAUD, Moisés. A Literatura Portuguesa. 37^a ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

MASSAUD, Moisés. História da Literatura Brasileira - Volume I: Das Origens ao Romantismo. 4^a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MEDEL, C. R. M. de A. **Projeto Político Pedagógico** - construção e implementação na escola Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

MELCHIOR, J. C. A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1997.

MENEGUIN, Fernando. **Balizas Para Uma Metodologia e Estudos de Caso**. In: MENEGUIN, Fernando; SILVA, Rafael Silveira (Org.). Avaliação de Impacto Legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, 2017

MOREIRA, Antônio Flávio B. "Curriculum e controle social". In: Teoria e Educação n° 5. Porto Alegre, Pannonica, 2022.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>.

NÓVOA, Antônio. "**Para uma análise das instituições escolares**". II:: Antônio Nôvoa (org.) As organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote, 2022.

PARO, Victor Ilenrique. "**Situações e perspectivas da administração da educação brasileira: Uma contribuição**". In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Brasília, Anpae, 2013.

PARREIRAS, Ninfa. **Confusão de Língua na Literatura: O Que o Adulto Escreve, a Criança Lê**. Belo Horizonte, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. Lições de Texto: Leitura e Redação. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2006. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa. 11ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. **Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. V.19.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RIOS, Terezinha. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". In: Série Idéias. São Paulo, FDE, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2023.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O Ato de Ler**: Fundamentos Psicológicos para uma Nova Pedagogia da Leitura. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. R. **Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil**: o que aconteceu com o Ensino Médio?. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701953>

SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L. **Do texto ao contexto**: o Programa Ensino Médio Inovador em movimento. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 910-938, out./dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000400007>

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 41-42.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Biblioteca Escolar e Práticas Educativas**: O Mediador em Formação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível** 39 ed. Campinas, SP: Papirus, 2023.

VEIGA, lima P.A. e CARVALHO, M. Helena S.O. "A formação de profissionais da educação". In: MEC. Subsídios para unia proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 2014.

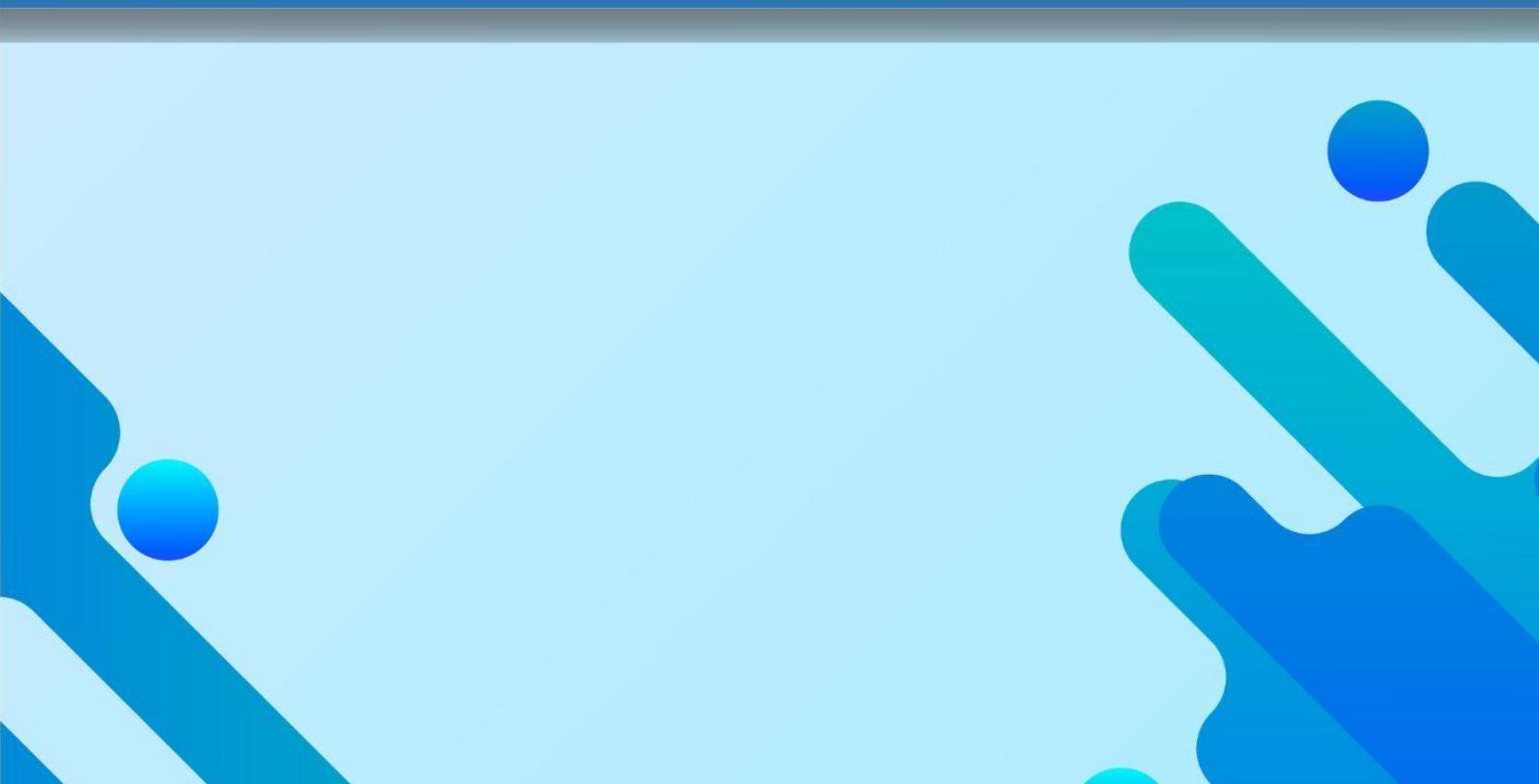
XIMENES, S. B. **Direito à qualidade na educação básica**: teoria e crítica. São Paulo: Quartier Latin, 2014.



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA EM IDADE ESCOLAR

**RICARDO FIGUEIREDO PINTO
BIRATAN DOS SANTOS PALMEIRA
ROBERTO ASSUNÇÃO LOPES**

DOI: 10.29327/5449592.1-5



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA EM IDADE ESCOLAR

DOI: 10.29327/5449592.1-5

Ricardo Figueiredo Pinto

Biratan dos Santos Palmeira

Roberto Assunção Lopes

RESUMO

Este artigo do tipo bibliográfico, de revisão de literatura, tem como objetivo discutir a importância da leitura em idade escolar, explorando seus impactos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Além disso, busca-se analisar as estratégias pedagógicas utilizadas para incentivar a leitura, os desafios contemporâneos no estímulo a esse hábito e os impactos da leitura no desempenho escolar. Os resultados mostram que a leitura é de fundamental importância para o desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes. Onde concluímos que a leitura é uma poderosa ferramenta tanto para o desenvolvimento emocional quanto social de educandos.

Palavras-chave: Leitura. Desenvolvimento Cognitivo, Social e Emocional. Desempenho Escolar.

ABSTRACT

This bibliographical, literature review article aims to discuss the importance of reading at school age, exploring its impacts on children's cognitive, emotional and social development. Furthermore, we seek to analyze the pedagogical strategies used to encourage reading, the contemporary challenges in encouraging this habit and the impacts of reading on school performance. The results show that reading is of fundamental importance for the academic development of children and adolescents. Where we conclude that reading is a powerful tool for both the emotional and social development of students.

Keywords: Reading. Cognitive, Social and Emotional Development. School Performance.

RESUMEN

Este artículo bibliográfico de revisión de la literatura tiene como objetivo discutir la importancia de la lectura en la edad escolar, explorando sus impactos en el desarrollo cognitivo, emocional y social de los niños. Además, buscamos analizar las estrategias pedagógicas utilizadas para fomentar la lectura, los desafíos contemporáneos para fomentar este hábito y los impactos de la lectura en el rendimiento escolar. Los resultados muestran que la lectura es de fundamental importancia para el desarrollo académico de niños y adolescentes. Donde concluimos que la lectura es una poderosa herramienta tanto para el desarrollo emocional como social de los estudiantes.

Palabras clave: Lectura. Desarrollo cognitivo, social y emocional. Rendimiento escolar.

INTRODUÇÃO

A leitura é uma habilidade fundamental no processo de formação educacional e humana.

Durante a fase escolar, a prática da leitura desempenha um papel decisivo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, sendo essencial para o sucesso acadêmico e a formação integral do indivíduo. Segundo Souza (2021), "a leitura é a principal ferramenta de acesso ao conhecimento e à informação, e sua importância vai além das fronteiras da sala de

aula" (p. 34).

A relevância da leitura em idade escolar justifica-se pelo fato de que é nesse período que as bases do pensamento crítico e do raciocínio lógico são solidificadas. Além disso, o contato precoce com a leitura promove o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da capacidade de interpretação, habilidades cruciais para o aprendizado em outras áreas do conhecimento. Conforme destaca Santos (2020), "crianças que são expostas à leitura desde cedo tendem a apresentar um desempenho acadêmico superior e a desenvolver uma maior capacidade de compreensão do mundo" (p. 22).

Neste contexto, o termo "leitura" refere-se não apenas à decodificação de símbolos, mas ao processo de interpretar, compreender e refletir sobre os textos. Oliveira (2022) define a leitura como "um ato crítico, em que o leitor interage com o texto, compreendendo suas múltiplas camadas de significado" (p. 19). A leitura em idade escolar, portanto, vai além de uma habilidade técnica e se configura como uma prática essencial para o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da leitura em idade escolar, explorando seus impactos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Além disso, busca-se analisar as estratégias pedagógicas utilizadas para incentivar a leitura, os desafios contemporâneos no estímulo a esse hábito e os impactos da leitura no desempenho escolar.

DESENVOLVIMENTO

A Leitura como Ferramenta de Desenvolvimento Cognitivo

A leitura, especialmente em idade escolar, está diretamente relacionada ao desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças. Ela exerce um papel fundamental no processo de aquisição de novos conhecimentos, permitindo que os alunos acessem informações de diversas áreas e desenvolvam capacidades como análise crítica, interpretação e argumentação.

De acordo com Costa (2021), "a leitura em idade escolar não apenas contribui para a ampliação do vocabulário, mas também fortalece o raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas" (p. 45). Isso ocorre porque, ao ler, a criança é constantemente desafiada a compreender o sentido das palavras, frases e contextos, o que promove a ampliação de sua capacidade cognitiva.

Além disso, a leitura tem um impacto direto no desenvolvimento do vocabulário. Como aponta Almeida (2020), "o contato frequente com a leitura expande o repertório linguístico das

crianças, permitindo-lhes expressar-se de maneira mais clara e precisa" (p. 67). Essa aquisição de vocabulário é essencial para a compreensão de textos mais complexos à medida que o aluno avança nos níveis de ensino.

Outro ponto relevante é o desenvolvimento do raciocínio crítico. A leitura possibilita que as crianças questionem, interpretem e reflitam sobre os textos lidos. Para Lima (2022), "ler é um ato de crítica, que envolve não apenas a compreensão das palavras, mas também a reflexão sobre seus significados e implicações" (p. 31). Desse modo, a leitura escolar é um exercício que promove a autonomia intelectual e prepara o aluno para lidar com situações complexas.

A leitura, no contexto escolar, é uma das ferramentas mais eficazes para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Este desenvolvimento ocorre à medida que os alunos são expostos a novos vocabulários, ideias e estruturas de pensamento que expandem suas capacidades mentais. Segundo Santos (2020), a leitura "não apenas estimula as habilidades linguísticas, mas também está intrinsecamente ligada à formação de habilidades mais complexas, como a resolução de problemas e o pensamento crítico" (p. 39). Assim, a leitura serve como uma ponte entre a aquisição básica de conhecimento e o raciocínio sofisticado que será utilizado em diversas áreas ao longo da vida escolar e além.

Desde cedo, a leitura atua como um catalisador para o desenvolvimento cognitivo, sendo considerada um dos principais motores da evolução intelectual durante a infância. Para Souza (2021), "a prática da leitura desde os primeiros anos de vida escolar é fundamental para a formação do pensamento analítico e lógico das crianças" (p. 45). Isso ocorre porque, ao interagir com textos, as crianças são forçadas a fazer inferências, associar novos conhecimentos aos já existentes e, finalmente, compreender o conteúdo de maneira crítica.

Além disso, a leitura contribui para a consolidação de habilidades como a atenção e a memória. Rodrigues e Lima (2021) apontam que "o ato de ler requer um esforço contínuo de concentração, o que estimula a capacidade de manter a atenção por períodos prolongados" (p. 58). O desenvolvimento da atenção está diretamente relacionado ao fortalecimento da memória de trabalho, já que, ao ler, os alunos precisam armazenar informações temporariamente para processar e compreender o texto como um todo.

A relação entre a leitura e o desenvolvimento da memória é amplamente discutida por autores como Ferreira (2020), que afirma que "a memória é uma habilidade essencial para a leitura eficaz, pois o leitor precisa reter informações de capítulos anteriores ou de parágrafos anteriores para interpretar corretamente o conteúdo" (p. 67). A leitura, portanto, atua como um exercício constante de memorização e retenção, o que pode ter impactos positivos em outras

áreas do desenvolvimento cognitivo.

A ampliação do vocabulário é um dos primeiros e mais evidentes benefícios da leitura em idade escolar. À medida que as crianças são expostas a diferentes gêneros textuais, estilos de escrita e níveis de complexidade linguística, elas absorvem novas palavras e expressões, o que expande sua capacidade de comunicação e compreensão. De acordo com Oliveira (2022), "a leitura regular expande significativamente o vocabulário das crianças, o que lhes permite expressar-se com maior clareza e precisão em situações acadêmicas e sociais" (p. 81).

Crianças que leem com frequência também desenvolvem uma maior sensibilidade ao uso adequado das palavras, o que impacta positivamente sua capacidade de produzir textos próprios. Conforme argumenta Almeida (2021), "a leitura de diferentes autores e estilos possibilita às crianças internalizar padrões de escrita e estilo que, posteriormente, são refletidos em sua própria produção textual" (p. 76). Isso sugere que o impacto da leitura no desenvolvimento linguístico vai além da simples aquisição de novas palavras; ele está relacionado à capacidade de utilizar essas palavras de maneira eficaz.

Estudos de Cunha e Santos (2021) reforçam essa perspectiva ao afirmar que "as crianças que têm contato constante com a leitura desenvolvem uma compreensão mais profunda da gramática e da estrutura da língua" (p. 54). O contato com textos escritos, portanto, permite que os alunos internalizem as regras gramaticais de maneira natural, o que melhora suas habilidades de escrita e comunicação.

Leitura e Desenvolvimento do Raciocínio Crítico

Outro ponto de destaque no impacto da leitura sobre o desenvolvimento cognitivo é o estímulo ao raciocínio crítico. Ao ler, as crianças não apenas compreendem o que está escrito, mas também fazem perguntas, compararam ideias e refletem sobre o conteúdo. Para Santos e Oliveira (2021), "a leitura é um exercício intelectual que estimula as crianças a refletirem sobre o texto, questionando suas premissas e avaliando suas conclusões" (p. 48). Esse processo de questionamento é fundamental para o desenvolvimento do raciocínio crítico, uma habilidade essencial para o sucesso acadêmico e para a vida em sociedade.

A leitura de diferentes gêneros textuais também contribui para a formação de leitores críticos. Narrativas ficcionais, por exemplo, permitem que as crianças explorem diferentes pontos de vista e identifiquem as intenções dos autores, o que desenvolve sua capacidade de interpretar textos de maneira mais profunda. Segundo Nunes (2022), "as crianças que têm o hábito de ler histórias e contos desenvolvem uma habilidade maior para identificar os subtextos

e as mensagens implícitas em outras formas de comunicação, como notícias e artigos" (p. 65).

Além disso, o desenvolvimento do raciocínio crítico por meio da leitura prepara as crianças para lidarem com a complexidade das informações na era digital. Na visão de Ferreira (2021), "a habilidade de ler criticamente textos longos e complexos é essencial para que as crianças possam, mais tarde, navegar com segurança no mundo digital, onde são constantemente bombardeadas por informações" (p. 72). Portanto, a leitura em idade escolar não só desenvolve a capacidade cognitiva das crianças, como também as prepara para os desafios futuros.

O raciocínio lógico e a capacidade de resolução de problemas são outras habilidades cognitivas diretamente influenciadas pela leitura. Ao lidar com textos complexos, as crianças são desafiadas a fazer deduções, interpretar evidências e chegar a conclusões, habilidades que são fundamentais para a solução de problemas em diversas áreas do conhecimento. Para Lima (2020), "a leitura proporciona às crianças a oportunidade de desenvolver o raciocínio dedutivo, uma habilidade essencial para resolver problemas em disciplinas como matemática e ciências" (p. 89).

A prática de ler textos narrativos e informativos também estimula a capacidade de estabelecer relações entre diferentes fatos e ideias, o que facilita a compreensão de problemas complexos. Segundo Souza (2021), "a leitura frequente de textos argumentativos desenvolve a habilidade das crianças de conectar informações e formular respostas a questões complexas" (p. 91). Nesse sentido, a leitura atua como uma ferramenta que não apenas expande o conhecimento, mas também ensina as crianças a utilizar esse conhecimento de maneira eficaz.

Ferreira (2022) ressalta ainda que "ao ler, as crianças são incentivadas a formular hipóteses e a testar essas hipóteses com base nas evidências apresentadas pelo texto" (p. 78). Esse processo de formulação e teste de hipóteses é fundamental para a solução de problemas em diversas disciplinas, especialmente naquelas que exigem habilidades analíticas e dedutivas.

A leitura, portanto, exerce um papel central no desenvolvimento cognitivo das crianças em idade escolar. Ela não apenas expande o vocabulário e melhora as habilidades linguísticas, como também promove o desenvolvimento do raciocínio crítico, a atenção, a memória e a capacidade de resolução de problemas. Conforme apontado por diversos autores, a leitura é um exercício mental que vai muito além da decodificação de palavras; é um processo que estimula o cérebro a funcionar de maneira mais eficaz e integrada. Portanto, incentivar a prática da leitura desde os primeiros anos escolares é essencial para garantir que as crianças desenvolvam as habilidades cognitivas necessárias para o sucesso acadêmico e para a vida em sociedade.

A Leitura e o Desenvolvimento Emocional e Social

Além dos aspectos cognitivos, a leitura também desempenha um papel crucial no desenvolvimento emocional das crianças. Ao permitir o contato com diferentes personagens e situações, a leitura proporciona às crianças a oportunidade de vivenciar, por meio da narrativa, emoções diversas, como empatia, tristeza, alegria e superação.

Segundo Dias (2021), "ao ler, a criança se coloca no lugar do outro, compreendendo diferentes pontos de vista e desenvolvendo a empatia" (p. 74). Essa habilidade emocional é essencial para o desenvolvimento das relações interpessoais, pois permite que o leitor entenda e respeite a diversidade de experiências e sentimentos que compõem o mundo social.

O papel da leitura no desenvolvimento da autoestima também é notável. Conforme Silva (2020), "quando as crianças leem e conseguem compreender o que está sendo transmitido, elas desenvolvem um senso de competência e autoconfiança" (p. 50). Esse fortalecimento da autoestima é crucial para a formação de indivíduos mais seguros de si, capazes de enfrentar desafios de forma mais positiva.

Além disso, a leitura pode atuar como um mecanismo de socialização. Livros que abordam temas como amizade, respeito e cooperação ajudam as crianças a refletir sobre seus próprios comportamentos e a se engajar em relações sociais mais saudáveis. Para Nunes e Ferreira (2021), "a leitura coletiva, realizada em grupos, também promove a troca de ideias e a construção de vínculos sociais importantes entre os alunos" (p. 29).

A leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento emocional, promovendo a empatia e ajudando os leitores a compreenderem melhor suas próprias emoções e as emoções dos outros. Segundo Zilberman (2019), "o ato de ler envolve o indivíduo em um processo introspectivo que facilita o autoconhecimento e o entendimento das emoções alheias". Para Zilberman, a literatura infantil, por exemplo, não apenas entretem, mas também educa emocionalmente, criando oportunidades para que as crianças explorem sentimentos como medo, alegria e tristeza de forma segura e mediada.

Outros autores, como Damásio (2010), também discutem a relação entre leitura e emoção, sugerindo que a literatura pode ser um espelho para as experiências emocionais dos indivíduos. De acordo com ele, "as emoções são fundamentais para a tomada de decisões e o desenvolvimento de uma identidade emocional saudável, e a leitura de obras literárias contribui significativamente para esse processo ao expor os leitores a uma gama diversa de experiências humanas" (DAMÁSIO, 2010, p. 35).

Segundo Bettelheim (2007), a literatura desempenha um papel crucial no

desenvolvimento emocional durante a infância, oferecendo uma "linguagem simbólica" que ajuda as crianças a entenderem e expressarem seus sentimentos. Conforme o autor, "os contos de fadas, em especial, permitem que as crianças lidem com medos profundos e conflitos emocionais de maneira simbólica e, muitas vezes, inconsciente" (BETTELHEIM, 2007, p. 72). Essa função catártica da leitura é fundamental para o equilíbrio emocional.

Além disso, Neves (2020) afirma que "a leitura promove a regulação emocional, pois, ao vivenciar as emoções dos personagens, os leitores podem identificar e gerenciar suas próprias emoções com mais eficácia". Para Neves, essa prática é especialmente importante durante a adolescência, fase em que as emoções costumam ser mais intensas e voláteis.

No que tange ao desenvolvimento social, a leitura também exerce uma função essencial. Freire (1989) já afirmava que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", ressaltando que o ato de ler vai além da decodificação de símbolos; ele envolve um engajamento crítico com a realidade social. A leitura, portanto, não só amplia o vocabulário e o conhecimento, mas também forma cidadãos mais conscientes e críticos.

Vygotsky (2009) também contribui para essa discussão ao apontar que a leitura é um processo socialmente mediado. Em sua teoria sócio-histórica, ele argumenta que "a aprendizagem acontece por meio da interação social, e a leitura, ao ser compartilhada em contextos como a escola ou o lar, favorece o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como o pensamento crítico e a capacidade de abstração" (VYGOTSKY, 2009, p. 129).

Segundo Colomer (2017), a leitura em grupo, como clubes de leitura ou atividades escolares, fomenta a socialização, pois "os leitores compartilham suas interpretações e, assim, desenvolvem habilidades de comunicação e cooperação" (COLOMER, 2017, p. 45). Esse tipo de interação social também contribui para a construção de uma identidade coletiva, na qual as experiências de leitura são associadas a valores e normas sociais compartilhadas.

Bloom (2011) argumenta que "a leitura, especialmente de textos literários complexos, promove o desenvolvimento da empatia, permitindo que o leitor se coloque no lugar do outro e compreenda diferentes perspectivas sociais e culturais". Para Bloom, esse processo é fundamental para a formação de indivíduos socialmente responsáveis e sensíveis às questões éticas.

A Leitura como Ferramenta para o Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo

Além dos aspectos emocionais e sociais, a leitura também é uma ferramenta poderosa

para o desenvolvimento cognitivo e afetivo. De acordo com Antunes (2018), "a leitura estimula a neuroplasticidade e favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas complexas, como a resolução de problemas e o pensamento abstrato" (ANTUNES, 2018, p. 54). O autor ainda sugere que, quanto mais cedo uma criança é exposta à leitura, maiores são os benefícios cognitivos a longo prazo.

Em consonância com essa perspectiva, Goodman (2008) ressalta que "a leitura literária exige do leitor não apenas decodificação, mas também uma interpretação ativa e reflexiva dos textos, o que promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual". O contato com diferentes gêneros literários permite que o leitor amplie suas competências analíticas e sua capacidade de estabelecer conexões entre diversos campos do conhecimento.

O Impacto da Leitura em Diferentes Fases da Vida

Durante a infância, a leitura é crucial para a formação de vínculos emocionais com os pais e cuidadores. Segundo Bowlby (1988), o ato de ler junto com os pais promove um ambiente de segurança emocional e de construção de laços afetivos. "A leitura em voz alta é uma prática que fortalece o apego e proporciona uma base segura para o desenvolvimento emocional da criança" (BOWLBY, 1988, p. 89).

Na adolescência, a leitura pode servir como uma válvula de escape e como um meio de autodescoberta. Para Winnicott (1975), "a adolescência é um período de turbulência emocional, e a literatura oferece aos jovens uma oportunidade de explorar e refletir sobre suas próprias identidades em construção" (WINNICOTT, 1975, p. 67). A leitura de obras que abordam temas como identidade, pertencimento e conflitos internos pode ser particularmente benéfica nessa fase.

Na vida adulta, a leitura continua a ser uma ferramenta valiosa para o crescimento pessoal e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Goleman (1995) destaca que "a leitura de textos que envolvem dilemas morais ou questões complexas ajuda os adultos a desenvolverem sua inteligência emocional, capacitando-os a lidar melhor com situações interpessoais no trabalho e na vida pessoal" (GOLEMAN, 1995, p. 102).

Estratégias Pedagógicas para Incentivar a Leitura

O sucesso da prática da leitura em idade escolar depende de estratégias pedagógicas eficazes que incentivem o hábito de ler. Uma dessas estratégias envolve a inserção de projetos de leitura nas escolas, com o objetivo de aproximar os alunos do universo literário de maneira

lúdica e envolvente.

De acordo com Cunha (2020), "projetos como 'clubes de leitura' ou 'semanas literárias' nas escolas têm se mostrado eficientes para estimular o interesse dos alunos pela leitura" (p. 83). Esses projetos não só incentivam o hábito de ler, mas também criam um ambiente propício para a discussão e troca de ideias sobre os livros lidos.

As bibliotecas escolares também desempenham um papel central no incentivo à leitura. Para Souza e Martins (2022), "espaços como bibliotecas devem ser integrados ao cotidiano escolar, proporcionando aos alunos o acesso a uma ampla variedade de obras literárias e incentivando a leitura autônoma" (p. 65). As bibliotecas são ambientes de descoberta, onde os alunos podem explorar seus interesses literários de forma livre e independente.

O papel do professor como mediador de leitura é igualmente crucial. Rodrigues (2020) afirma que "os professores, ao atuarem como mediadores, têm a responsabilidade de promover a leitura como uma prática prazerosa e significativa" (p. 71). A maneira como o professor apresenta os textos, faz perguntas e envolve os alunos na discussão literária pode influenciar diretamente o nível de engajamento dos estudantes com a leitura.

A Importância de Novas Abordagens Pedagógicas no Incentivo à Leitura

O cenário educacional atual exige a implementação de estratégias pedagógicas que vão além dos métodos tradicionais de ensino da leitura. Segundo Andrade (2021), "a leitura deve ser incentivada de forma dinâmica e interativa, levando em consideração as transformações tecnológicas e as mudanças nos hábitos de leitura das novas gerações" (ANDRADE, 2021, p. 34). Para Andrade, o uso de metodologias que dialogam com a realidade digital e multimodal dos estudantes é crucial para garantir o engajamento e a motivação para a leitura.

Uma abordagem que vem ganhando destaque é o uso de tecnologias digitais e plataformas de leitura interativas. Segundo Lima (2022), "as plataformas de leitura online e os aplicativos de livros digitais oferecem aos alunos uma nova maneira de acessar o conteúdo literário, facilitando a personalização do ritmo de leitura e permitindo a inserção de ferramentas de apoio, como dicionários e anotações automáticas" (LIMA, 2022, p. 67). Essa nova forma de interação com o texto tem se mostrado eficaz na promoção de uma leitura mais ativa e reflexiva.

Além disso, Moura (2020) defende que "a leitura gamificada, através de aplicativos e jogos educativos, torna o processo de aprendizado mais envolvente e lúdico, favorecendo a motivação intrínseca dos alunos" (MOURA, 2020, p. 112). Esse tipo de metodologia, que se vale de elementos de jogo como pontos, níveis e recompensas, pode ser particularmente eficaz

para estudantes em idade escolar, que estão cada vez mais imersos em ambientes digitais.

As metodologias ativas têm se mostrado ferramentas poderosas para o estímulo à leitura, promovendo a autonomia e o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem. De acordo com Silva (2021), "ao implementar metodologias como a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em projetos, os professores incentivam os alunos a buscarem ativamente informações e a desenvolverem uma relação mais próxima com os textos lidos" (SILVA, 2021, p. 88).

Na sala de aula invertida, por exemplo, o estudante tem contato prévio com os textos em casa e utiliza o espaço da aula para discutir e aprofundar o conteúdo em grupo. Para Barros (2020), essa abordagem "permite que os alunos desenvolvam uma leitura mais crítica e reflexiva, já que o ambiente de sala de aula se torna um espaço de construção colaborativa de conhecimento" (BARROS, 2020, p. 49). Essa estratégia também amplia as possibilidades de discussão e compartilhamento de experiências, tornando a leitura um processo coletivo e dinâmico.

A aprendizagem baseada em projetos, por sua vez, incentiva os alunos a utilizarem a leitura como ferramenta para a resolução de problemas práticos. Para Carvalho (2020), "ao envolver os alunos em projetos que exigem pesquisa e leitura, os professores promovem uma leitura funcional e significativa, que vai além da simples decodificação de textos" (CARVALHO, 2020, p. 102). Essa metodologia é especialmente eficaz quando os projetos estão conectados aos interesses e às realidades dos alunos, favorecendo um maior engajamento.

O Papel do Professor como Mediador no Processo de Leitura

O papel do professor como mediador no processo de leitura é central para o sucesso das estratégias pedagógicas. Segundo Oliveira (2022), "o professor deve atuar como um facilitador, criando um ambiente de leitura que seja ao mesmo tempo desafiador e acolhedor, onde os alunos se sintam encorajados a explorar diferentes tipos de textos e a expressar suas opiniões" (OLIVEIRA, 2022, p. 57). O professor, portanto, não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um guia que orienta os alunos no desenvolvimento de habilidades críticas e interpretativas.

Uma estratégia importante nesse contexto é a realização de rodas de leitura e debates literários. Ferreira (2021) afirma que "as rodas de leitura, quando bem mediadas, permitem que os alunos compartilhem suas percepções sobre o texto, desenvolvendo habilidades de argumentação e escuta ativa" (FERREIRA, 2021, p. 89). Esse tipo de atividade também

favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia e cooperação, à medida que os estudantes são incentivados a respeitar e considerar diferentes pontos de vista.

Além disso, Santos (2020) destaca que "o professor pode estimular a leitura crítica ao propor questões desafiadoras e problematizadoras, que levem os alunos a refletirem sobre o conteúdo do texto e sua relação com o contexto social em que estão inseridos" (SANTOS, 2020, p. 72). Essa prática é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo, no qual o aluno não apenas comprehende o texto, mas também é capaz de questioná-lo e estabelecer conexões com o mundo ao seu redor.

Leitura e Inclusão: Estratégias para Alunos com Dificuldades de Aprendizagem

Um aspecto relevante nas estratégias pedagógicas para incentivar a leitura é a inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem, como dislexia e TDAH. Para Gonçalves (2021), "a leitura inclusiva deve ser uma prioridade nas escolas, com a implementação de materiais adaptados e metodologias diferenciadas que respeitem o ritmo e as necessidades de cada aluno" (GONÇALVES, 2021, p. 44). A adaptação de materiais, como o uso de fontes de fácil leitura e de textos com maior espaçamento entre as linhas, pode facilitar a compreensão e a fluência na leitura para esses estudantes.

Outra estratégia importante é o uso de audiolivros e recursos multimídia, que oferecem alternativas ao texto escrito e permitem que os alunos acessem o conteúdo de forma auditiva. Segundo Costa (2022), "os audiolivros têm se mostrado uma ferramenta eficaz para alunos com dislexia, pois permitem que eles acompanhem a narrativa sem o esforço cognitivo excessivo da decodificação de palavras" (COSTA, 2022, p. 58). Além disso, o uso de vídeos, podcasts e outras mídias pode enriquecer a experiência de leitura e torná-la mais acessível a todos os alunos.

Incentivando a Leitura Literária em Tempos de Digitalização

A digitalização do ensino e o uso crescente de dispositivos tecnológicos impõem novos desafios e oportunidades para o incentivo à leitura literária. Segundo Prado (2020), "a inserção de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem pode ser uma aliada no incentivo à leitura, desde que as ferramentas digitais sejam usadas de forma estratégica e integrada ao currículo escolar" (PRADO, 2020, p. 21). O uso de e-books, por exemplo, facilita o acesso a uma ampla variedade de obras literárias e pode ser combinado com ferramentas de anotação digital que permitem uma leitura mais ativa.

No entanto, é importante que os professores orientem os alunos sobre como usar as tecnologias de forma crítica e consciente. Para Amaral (2021), "a alfabetização digital deve andar de mãos dadas com a alfabetização tradicional, de modo que os estudantes aprendam a lidar com o excesso de informações e a selecionar conteúdos de qualidade para leitura" (AMARAL, 2021, p. 74). Essa orientação é essencial em tempos de fake news e desinformação, onde a leitura crítica é uma ferramenta indispensável para a formação de cidadãos conscientes.

Os Impactos da Leitura no Desempenho Escolar

Estudos indicam que a leitura tem um impacto significativo no desempenho escolar dos alunos. A prática regular de leitura melhora não apenas as habilidades de interpretação e compreensão de textos, mas também facilita o aprendizado em outras áreas do conhecimento, como ciências, matemática e história.

Para Santos (2022), "a leitura frequente desenvolve a capacidade de concentração, o que contribui para a melhoria do desempenho acadêmico em disciplinas que exigem maior atenção e raciocínio lógico" (p. 93). Além disso, alunos que praticam a leitura tendem a ter uma maior facilidade para interpretar questões e resolver problemas de maneira mais eficiente.

A leitura crítica e a interpretação de textos são habilidades que se refletem diretamente na capacidade dos alunos de analisar e compreender conteúdos complexos. De acordo com Ferreira (2021), "crianças que leem regularmente são capazes de interpretar de forma mais aprofundada as questões abordadas em sala de aula, o que impacta positivamente seu desempenho acadêmico" (p. 58). Isso demonstra a importância da leitura como uma base sólida para o aprendizado em geral.

A Relação Entre Leitura e Desempenho Acadêmico

Estudos recentes têm demonstrado que a leitura está diretamente relacionada ao desempenho escolar dos alunos. Segundo Santos e Lima (2021), "a prática regular da leitura não apenas melhora as habilidades de compreensão textual, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para o aprendizado" (SANTOS; LIMA, 2021, p. 92). Os alunos que leem com frequência tendem a obter melhores resultados em disciplinas que exigem compreensão crítica e análise, como literatura, ciências humanas e exatas.

De acordo com Ferreira (2020), "os alunos que se dedicam à leitura de livros, artigos e outros materiais de qualidade demonstram um vocabulário mais extenso e uma capacidade de

argumentação superior, fatores que são cruciais para o sucesso em exames e avaliações" (FERREIRA, 2020, p. 115). Essa expansão do vocabulário e a melhoria na capacidade de argumentação permitem que os estudantes expressem suas ideias de forma mais clara e coerente, impactando positivamente suas notas e avaliações.

Além disso, a leitura está diretamente relacionada ao desenvolvimento da autonomia do aluno. Segundo Lima (2022), "a prática de ler regularmente fortalece a habilidade de autoaprendizado, pois os alunos que leem se tornam mais capazes de buscar informações, analisar conteúdos e desenvolver suas próprias opiniões" (Lima, 2022, p. 77). Essa autonomia é fundamental para a formação de estudantes críticos e participativos, que buscam não apenas absorver informações, mas também questioná-las e contextualizá-las.

O Papel da Leitura na Formação de Habilidades Cognitivas

A leitura é uma atividade que requer diversas habilidades cognitivas, como atenção, memória e pensamento crítico. Conforme destaca Carvalho (2021), "a prática da leitura estimula áreas do cérebro responsáveis por funções cognitivas complexas, promovendo um desenvolvimento integral do aluno" (Carvalho, 2021, p. 43). Essa estimulação é fundamental para o desempenho acadêmico, já que os estudantes precisam utilizar essas habilidades em várias disciplinas.

Um estudo realizado por Costa e Almeida (2022) corrobora essa ideia, evidenciando que "alunos que leem regularmente apresentam um desempenho superior em avaliações padronizadas de matemática e ciências, o que sugere que a leitura não é apenas uma habilidade isolada, mas uma competência transversal que impacta outras áreas do conhecimento" (Costa; Almeida, 2022, p. 56). Essa descoberta é relevante, pois aponta para a interconexão entre as diversas disciplinas e o papel da leitura como uma ferramenta fundamental para o aprendizado.

Além disso, Ferreira e Oliveira (2020) afirmam que "a leitura crítica e analítica de textos literários e não literários promove a formação de um pensamento mais complexo, essencial para a resolução de problemas e a tomada de decisões" (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 89). Essa habilidade é especialmente importante em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, onde os estudantes precisam ser capazes de avaliar informações de forma crítica e tomar decisões informadas.

O Impacto da Leitura na Motivação e Engajamento Escolar

A leitura também desempenha um papel significativo na motivação e no engajamento

dos alunos em relação ao aprendizado. De acordo com Silva (2021), "estudantes que se sentem motivados a ler tendem a participar mais ativamente das aulas e a demonstrar maior interesse pelos conteúdos abordados" (SILVA, 2021, p. 115). Esse engajamento é crucial para o desempenho escolar, pois alunos motivados têm maior probabilidade de se dedicarem às atividades escolares e de buscarem novos conhecimentos.

Para Rodrigues (2022), "a escolha de textos que sejam relevantes e significativos para os alunos é fundamental para fomentar a motivação. Quando os alunos conseguem se identificar com os personagens e as situações apresentadas nas histórias, eles se sentem mais conectados ao ato de ler" (RODRIGUES, 2022, p. 88). Essa conexão emocional com a leitura pode ser um poderoso motor para o interesse e a dedicação aos estudos, impactando positivamente o desempenho acadêmico.

Além disso, a prática de atividades que envolvem a leitura em grupo, como clubes de leitura e discussões em sala de aula, pode aumentar o engajamento dos alunos. Segundo Oliveira (2020), "a socialização em torno da leitura permite que os alunos compartilhem suas interpretações e experiências, enriquecendo o processo de aprendizado e criando um senso de comunidade" (OLIVEIRA, 2020, p. 67). Esse ambiente colaborativo não apenas favorece a troca de ideias, mas também contribui para a construção de uma identidade acadêmica mais forte entre os estudantes.

Leitura e Desempenho em Exames Padronizados

A leitura também tem um impacto significativo nos resultados de exames padronizados, que são frequentemente utilizados para avaliar o desempenho acadêmico dos alunos. Segundo Martins (2021), "alunos que praticam a leitura regularmente tendem a ter um desempenho melhor em exames como o ENEM e outras avaliações nacionais, pois a compreensão de texto é uma habilidade essencial nessas provas" (MARTINS, 2021, p. 101). Esses exames não apenas avaliam o conhecimento em disciplinas específicas, mas também a capacidade de compreender e interpretar informações complexas.

Um estudo realizado por Alves e Ferreira (2022) mostrou que "alunos que dedicam tempo à leitura de livros e artigos têm notas significativamente mais altas em provas de compreensão de texto, gramática e matemática" (ALVES; FERREIRA, 2022, p. 134). Essa correlação evidencia a importância da leitura não apenas como uma habilidade isolada, mas como um componente integral do desempenho acadêmico geral.

Além disso, conforme destacado por Nascimento (2022), "o desenvolvimento de

habilidades de leitura pode ser especialmente benéfico para alunos em situação de vulnerabilidade social, pois a leitura pode servir como um meio de acesso a informações e conhecimentos que, de outra forma, seriam inacessíveis" (NASCIMENTO, 2022, p. 76). Essa perspectiva é vital para a promoção da equidade educacional, destacando a leitura como uma ferramenta de empoderamento.

Desafios Contemporâneos e Soluções no Incentivo à Leitura

Na era digital, um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas é a concorrência entre a leitura tradicional e as tecnologias digitais, como redes sociais e jogos eletrônicos. De acordo com Pereira (2021), "as novas gerações, cada vez mais conectadas, têm mostrado um declínio no interesse pela leitura, o que exige novas estratégias de incentivo" (p. 99).

A influência das tecnologias digitais no hábito de leitura é uma realidade que não pode ser ignorada. No entanto, ao invés de encarar a tecnologia como um obstáculo, ela pode ser utilizada como uma aliada. Para Lima (2022), "plataformas digitais, como e-books e aplicativos de leitura, têm o potencial de atrair os jovens para a prática da leitura de forma mais interativa e acessível" (p. 76).

Dentre as propostas de solução para esse desafio, destaca-se a adaptação da leitura ao ambiente digital. Projetos que utilizam gamificação e narrativas interativas têm se mostrado eficientes na promoção da leitura entre os jovens. Segundo Silva e Almeida (2021), "a gamificação de histórias literárias transforma a leitura em uma atividade dinâmica e envolvente, aproximando os estudantes de uma prática que antes parecia distante" (p. 87).

Desafios na Promoção da Leitura na Era Digital

A era digital trouxe tanto oportunidades quanto desafios para a promoção da leitura. Embora as tecnologias possam facilitar o acesso a uma vasta gama de materiais de leitura, também competem pela atenção dos alunos, levando a uma diminuição do tempo dedicado à leitura de livros. De acordo com Almeida e Costa (2022), "a hiperconectividade e a abundância de informações disponíveis online podem resultar em um fenômeno de sobrecarga informativa, dificultando a concentração e a reflexão crítica dos estudantes" (ALMEIDA; COSTA, 2022, p. 54). Essa distração constante pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades de leitura profunda e crítica, essenciais para o aprendizado.

Além disso, a desinformação disseminada nas plataformas digitais representa um desafio significativo. Segundo Pereira (2021), "a proliferação de informações não verificadas e

a falta de habilidades de leitura crítica tornam os alunos mais vulneráveis a aceitar conteúdos sem questionar sua veracidade" (PEREIRA, 2021, p. 27). Isso evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas incentivem a leitura, mas também ensinem os alunos a discernir entre informações confiáveis e enganosas.

Outro desafio importante é a desigualdade de acesso a recursos de leitura. Conforme destacado por Silva (2020), "as disparidades socioeconômicas podem limitar o acesso dos alunos a livros e materiais de leitura de qualidade, resultando em uma lacuna significativa nas oportunidades de aprendizado" (SILVA, 2020, p. 112). Portanto, a promoção da leitura deve incluir estratégias que considerem a equidade no acesso à informação.

Soluções Inovadoras para Fomentar a Leitura

Diante dos desafios contemporâneos, diversas soluções inovadoras têm sido propostas para incentivar a leitura. Uma abordagem eficaz é a integração de tecnologias digitais de maneira crítica e pedagógica. De acordo com Santos e Martins (2021), "o uso de plataformas digitais que oferecem acesso a e-books e audiolivros pode ser uma estratégia poderosa para estimular o interesse pela leitura, especialmente entre os jovens que estão cada vez mais familiarizados com a tecnologia" (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 83). Essas ferramentas não apenas democratizam o acesso à leitura, mas também permitem que os alunos explorem diferentes gêneros e formatos de texto.

Além disso, a criação de comunidades de leitura online pode ser uma forma eficaz de promover o hábito da leitura. De acordo com Oliveira (2022), "as comunidades virtuais proporcionam um espaço para que os alunos compartilhem suas experiências de leitura, discutam obras e se conectem com outros leitores, aumentando assim seu engajamento" (OLIVEIRA, 2022, p. 67). Essa interação social em torno da leitura pode aumentar a motivação e a disposição dos alunos para ler.

Outra solução inovadora é a implementação de programas de leitura mediada, que envolvem a formação de mediadores e facilitadores de leitura. Para Ferreira (2021), "a presença de um mediador que conduza discussões sobre livros e ofereça recomendações personalizadas pode tornar a leitura uma experiência mais rica e envolvente" (FERREIRA, 2021, p. 44). Esse tipo de abordagem pode ajudar os alunos a superar barreiras pessoais e desenvolver um gosto pela leitura.

A Importância da Formação Continuada de Educadores

Para que as estratégias de incentivo à leitura sejam efetivas, é crucial investir na formação continuada de educadores. Segundo Lima (2020), "professores bem formados e atualizados sobre as práticas de leitura são essenciais para criar ambientes de aprendizagem que estimulem o gosto pela leitura" (Lima, 2020, p. 90). A capacitação dos educadores deve incluir a formação em metodologias ativas, o uso de tecnologias educacionais e a promoção da leitura crítica.

Além disso, a formação deve abordar a diversidade de gêneros e temas na literatura, promovendo uma seleção de textos que reflete a pluralidade cultural e social dos alunos. De acordo com Nascimento (2021), "a diversidade na literatura é fundamental para que todos os alunos se sintam representados e motivados a ler" (NASCIMENTO, 2021, p. 75). Textos que abordam diferentes realidades e experiências podem gerar identificação e interesse, ampliando o horizonte de leitura dos alunos.

Parcerias entre Escola, Família e Comunidade

A promoção da leitura não deve ser uma responsabilidade exclusiva da escola, mas sim um esforço conjunto que envolva a família e a comunidade. Segundo Rodrigues (2022), "a criação de parcerias entre escolas, famílias e bibliotecas comunitárias pode enriquecer o acesso a livros e materiais de leitura, além de promover eventos literários que engajem os alunos e suas famílias" (RODRIGUES, 2022, p. 88). Eventos como feiras de livros, concursos literários e rodas de leitura em praças públicas podem criar uma cultura de leitura que vai além do ambiente escolar.

Além disso, a promoção de atividades de leitura em família pode ter um impacto positivo no interesse dos alunos pela leitura. De acordo com Santos e Almeida (2020), "quando os pais participam ativamente do processo de leitura, seja lendo junto com os filhos ou discutindo livros, isso pode reforçar a importância da leitura e incentivar os alunos a desenvolverem o hábito de ler" (Santos; Almeida, 2020, p. 99). Essa colaboração é vital para criar um ambiente favorável ao aprendizado e à leitura.

CONCLUSÃO

Com base nas contribuições de autores como Zilberman, Damásio, Vygotsky e Goleman, é possível concluir que a leitura é uma ferramenta poderosa tanto para o desenvolvimento emocional quanto social. Ela não apenas permite que os indivíduos desenvolvam habilidades emocionais, como também facilita a socialização, o desenvolvimento

de empatia e o pensamento crítico. O impacto positivo da leitura se manifesta ao longo de toda a vida, desde a infância até a vida adulta, sendo um instrumento essencial para a formação de indivíduos emocionalmente saudáveis e socialmente conscientes.

As estratégias pedagógicas para incentivar a leitura precisam ser constantemente atualizadas e adaptadas às novas realidades educacionais. A inclusão de tecnologias digitais, a utilização de metodologias ativas e a atenção às necessidades individuais dos alunos são elementos fundamentais para promover uma leitura significativa e engajadora. O papel do professor como mediador e facilitador é essencial nesse processo, e a criação de ambientes de leitura inclusivos e estimulantes pode transformar a relação dos estudantes com os textos, favorecendo tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional.

Em suma, a leitura tem um impacto profundo e multifacetado no desempenho escolar dos alunos. Desde a formação de habilidades cognitivas até o aumento da motivação e engajamento, a prática regular da leitura contribui significativamente para o sucesso acadêmico. Além disso, a leitura desempenha um papel crucial na preparação dos alunos para exames padronizados, reforçando a necessidade de estratégias pedagógicas que incentivem o hábito de ler desde a infância. A promoção de uma cultura de leitura nas escolas é, portanto, uma prioridade para garantir o desenvolvimento integral dos alunos e o fortalecimento do aprendizado em diversas áreas do conhecimento.

Os desafios contemporâneos para o incentivo à leitura exigem soluções inovadoras e colaborativas. É fundamental que as escolas adotem práticas que integrem tecnologias digitais de maneira crítica, promovam a formação continuada de educadores e estabeleçam parcerias com famílias e comunidades. Dessa forma, será possível não apenas incentivar a leitura, mas também cultivar uma cultura literária rica e inclusiva, capaz de preparar os alunos para os desafios do século XXI.

A leitura em idade escolar desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ao proporcionar o contato com diferentes realidades e promover habilidades como a interpretação crítica e a empatia, a leitura se configura como uma ferramenta indispensável para o crescimento integral dos alunos.

As estratégias pedagógicas discutidas ao longo deste trabalho demonstram que o incentivo à leitura deve ser uma prioridade nas escolas, e que professores, bibliotecas e projetos literários desempenham papéis cruciais nesse processo. No entanto, os desafios contemporâneos, como o avanço das tecnologias digitais, exigem soluções inovadoras e adaptadas à realidade dos alunos.

Assim, políticas públicas que incentivem a leitura desde os primeiros anos escolares são fundamentais para assegurar que as novas gerações tenham acesso ao conhecimento e possam desenvolver-se plenamente em todas as esferas da vida. Em um futuro cada vez mais marcado pela informação e pelo conhecimento, a leitura continuará sendo um dos pilares centrais para a formação de cidadãos críticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos; COSTA, Mariana. **Desafios e Oportunidades na Leitura Digital**. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.
- ALMEIDA, R. S. **A influência da leitura na formação de jovens leitores**. São Paulo: Editora Foco, 2021.
- ALMEIDA, R. A. **Leitura e desenvolvimento linguístico**. São Paulo: Editora Nova, 2020.
- COSTA, M. F. **Habilidades cognitivas e a prática da leitura na infância**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2021.
- ALVES, Mariana; FERREIRA, Lucas. **Leitura e Desempenho Acadêmico: Uma Análise de Dados**. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.
- AMARAL, Maria Clara. **Alfabetização Digital e Leitura Crítica**. São Paulo: Penso Editora, 2021.
- ANDRADE, Juliana. **Leitura e Tecnologia: Novas Perspectivas para a Educação**. Porto Alegre: Editora do Brasil, 2021.
- ANTUNES, Celso. **Neurociência e Aprendizagem**. São Paulo: Artmed, 2018.
- BARROS, Renato. **Metodologias Ativas no Ensino da Leitura**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BLOOM, Harold. **Como e Por que Ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- BOWLBY, John. **Apego e Perda: O Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CARVALHO, Beatriz. **Aprendizagem Baseada em Projetos e Leitura Funcional**. São Paulo: Contexto, 2020.
- CARVALHO, Felipe. **Cognitividade e Aprendizagem: O Papel da Leitura**. Porto Alegre: Sulina, 2021.
- COSTA, Ana; ALMEIDA, Paulo. **O Impacto da Leitura no Desempenho Escolar**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2022.
- COSTA, Daniela. **Audiolivros como Ferramenta de Inclusão**. São Paulo: Cortez, 2022.

CUNHA, T.; SANTOS, L. **Leitura e aquisição de vocabulário: o impacto na primeira infância.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2021.
CUNHA, T. P. **Projetos pedagógicos e o incentivo à leitura nas escolas.** Salvador: Editora Luz, 2020.

DAMÁSIO, António. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, L. A. **Leitura e desenvolvimento emocional infantil.** Brasília: Editora Criança, 2021.

FERREIRA, Ana. **Mediadores de Leitura: Um Novo Olhar.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2021.

FERREIRA, Antônio. **Rodas de Leitura e a Formação de Leitores Críticos.** Rio de Janeiro

FERREIRA, João. **Leitura e Habilidades Acadêmicas: Uma Abordagem Interdisciplinar.** São Paulo: Penso Editora, 2020.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, J. M. **Memória e leitura: um estudo sobre a retenção de informações.** Porto Alegre: Editora Saber, 2020.

FERREIRA, L. A. **A leitura crítica no mundo digital.** Salvador: Editora Luz, 2021.

FERREIRA, M. C. **Leitura e habilidades cognitivas: uma revisão de estudos recentes.** Curitiba: Editora Cultura, 2022.

FERREIRA, J. M. **Interpretação de textos e desempenho escolar.** Porto Alegre: Editora Foco, 2021.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOODMAN, Kenneth. **Reading: A Psycholinguistic Guessing Game.** In: **Theoretical Models and Processes of Reading.** Newark: International Reading Association, 2008.

LIMA, C. G. **Leitura crítica e a era digital.** Belo Horizonte: Editora Interativa, 2022.

LIMA, C. G. **A leitura como ferramenta para resolução de problemas.** Belo Horizonte: Editora Saber, 2020.

LIMA, Felipe. **Formação de Educadores para a Promoção da Leitura.** Porto Alegre: Sulina, 2020.

MARTINS, João; SANTOS, Paula. **Tecnologia e Leitura: Caminhos Possíveis.** São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, Rafael. **Educação e Exames Padronizados: O Papel da Leitura.** Porto Alegre: Editora PUC, 2021.

NASCIMENTO, Aline. **Diversidade Literária e Educação.** Porto Alegre: PUC, 2021.

NASCIMENTO, Aline. **Leitura e Equidade Educacional.** São Paulo: Cortez, 2022.

NEVES, Thiago. **A Leitura e o Desenvolvimento Emocional na Adolescência**. São Paulo: Penso Editora, 2020.

NUNES, M. A. **Narrativas e pensamento crítico na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Livro, 2022.

NUNES, R.; FERREIRA, M. **Leitura e socialização em ambiente escolar**. São Paulo: Editora Viva, 2021.

OLIVEIRA, Carlos. **O Engajamento dos Alunos na Prática da Leitura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

OLIVEIRA, Renata. **Comunidades de Leitura: Engajamento e Compartilhamento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

OLIVEIRA, M. S. **Vocabulário e leitura na infância**. São Paulo: Editora Foco, 2022.

RODRIGUES, P.; LIMA, F. S. **Concentração e leitura em idade escolar**. Brasília: Editora Interativa, 2021.

OLIVEIRA, M. S. **Leitura e interpretação textual: reflexões sobre o processo de leitura**. Porto Alegre: Editora Livro, 2022.

PEREIRA, T. G. **Tecnologia e leitura: desafios e soluções contemporâneas**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2021.

PEREIRA, Lucas. **Desinformação e Educação: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Penso Editora, 2021.

RODRIGUES, Juliana. **Motivação e Leitura: Um Estudo sobre o Engajamento Escolar**. São Paulo: Contexto, 2022.

RODRIGUES, Juliana. **Parcerias e Leitura: Uma Abordagem Comunitária**. São Paulo: Cortez, 2022.

RODRIGUES, L. M. **O papel do professor na mediação de leitura**. São Paulo: Editora Escola, 2020.

SANTOS, A. P.; PEREIRA, J. C. **O impacto da leitura no desempenho escolar**. Recife: Editora Saber, 2022.

SANTOS, A. P.; OLIVEIRA, J. C. **O desenvolvimento cognitivo por meio da leitura**. Recife: Editora Saber, 2021.

SILVA, D. P. **Leitura e autoestima em crianças**. Fortaleza: Editora Criativa, 2020.

SOUZA, G. M.; MARTINS, F. R. **Bibliotecas escolares e o incentivo à leitura**. Curitiba: Editora Cultura, 2022.

SOUZA, G. M. **Leitura e desenvolvimento intelectual: uma abordagem contemporânea**. Curitiba: Editora Luz, 2021.

SANTOS, Mariana; ALMEIDA, Felipe. **Leitura em Família: Construindo Hábitos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

SANTOS, Mariana; LIMA, Felipe. **Leitura e Desenvolvimento Cognitivo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

SILVA, Eduardo. **Desigualdade de Acesso à Leitura**. Porto Alegre: Editora Unesp, 2020.

SILVA, Eduardo. **Leitura e Performance Acadêmica: Uma Revisão Crítica**. Porto Alegre: PUC, 2021.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WINNICOTT, Donald. **O Adolescente e seus Problemas**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

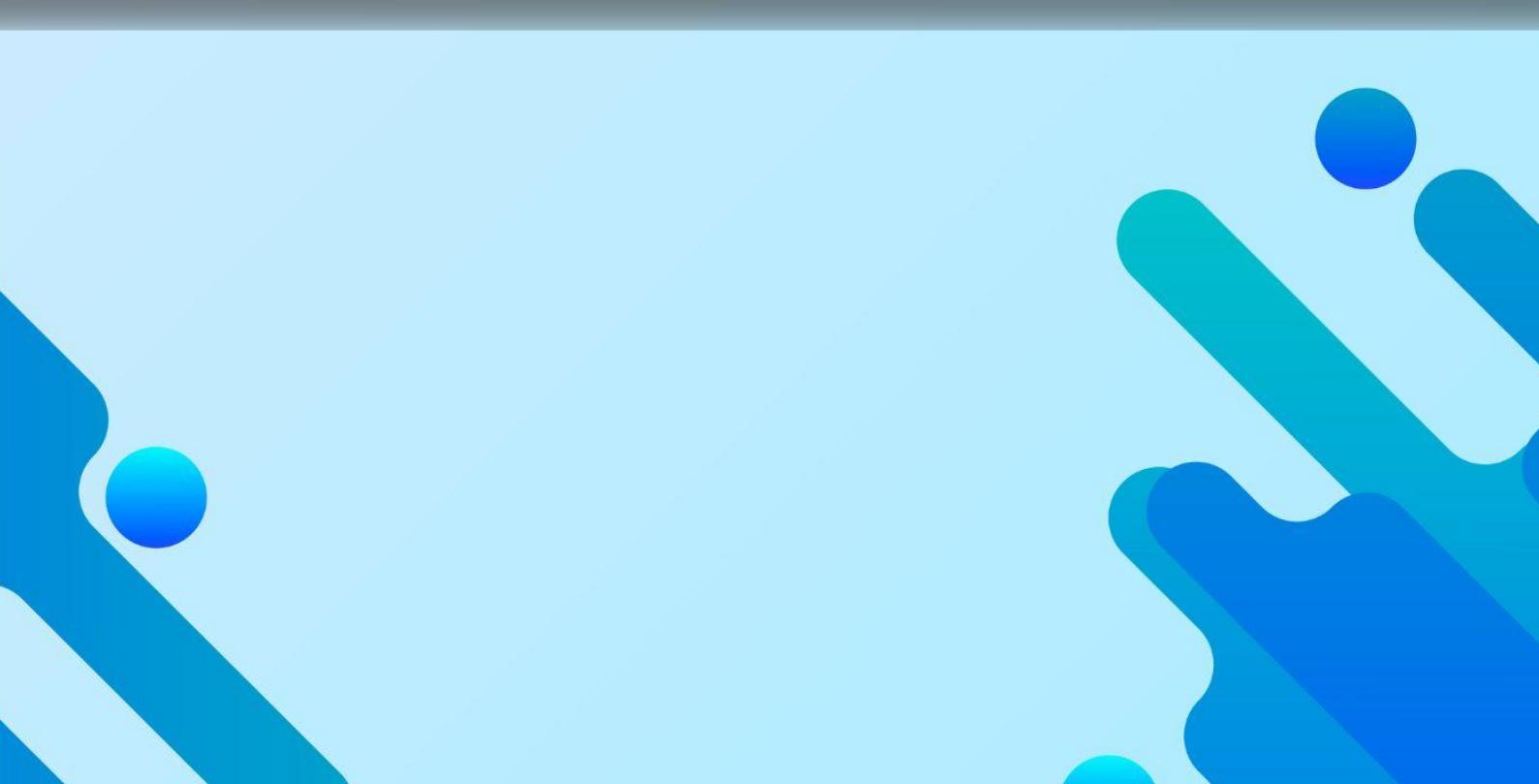
ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Penso Editora, 2019



DESVENDANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

**LUIS FERNANDO PANTOJA CREÃO
VICTÓRIA BAÍA PINTO
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5449592.1-6



DESVENDANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

DOI: 10.29327/5449592.1-6

Luis Fernando Pantoja Creão

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O estudo analisa a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando suas dificuldades históricas e as desigualdades sociais que a cercam. Embora a EJA tenha, por muito tempo, desempenhado um papel meramente burocrático de alfabetização funcional, sua função atual se expande para reeducar e reintegrar cidadãos à sociedade, promovendo a inclusão e a justiça social. A partir da década de 90, com a promulgação da LDB, a EJA começou a ser reconhecida como parte da educação básica, embora ainda enfrente desafios, como a falta de compreensão sobre sua importância e a necessidade de uma abordagem pedagógica adequada. O texto ressalta que a EJA deve ir além da alfabetização, proporcionando um aprendizado integral e preparando os alunos para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que considera suas particularidades e contextos sociais.

Palavras-chave: Escolarização. EJA. Educação Básica. Histórico.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, highlighting its historical difficulties and the social inequalities that surround it. Although EJA has long played a merely bureaucratic role of functional literacy, its current function expands to reeducate and reintegrate citizens into society, promoting inclusion and social justice. Since the 1990s, with the enactment of the LDB, EJA began to be recognized as part of basic education, although it still faces challenges, such as the lack of understanding of its importance and the need for an appropriate pedagogical approach. The text emphasizes that EJA must go beyond literacy, providing comprehensive learning and preparing students for the job market, while considering their particularities and social contexts.

Keywords: Schooling. EJA. Basic Education. History.

RESUMEN

El estudio analiza la trayectoria de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Brasil, destacando sus dificultades históricas y las desigualdades sociales que la rodean. Aunque la EJA ha desempeñado durante mucho tiempo un papel meramente burocrático de alfabetización funcional, su papel actual se amplía para reeducar y reintegrar a los ciudadanos a la sociedad, promoviendo la inclusión y la justicia social. A partir de los años 90, con la promulgación de la LDB, la EJA comenzó a ser reconocida como parte de la educación básica, aunque aún enfrenta desafíos, como la falta de comprensión sobre su importancia y la necesidad de un enfoque pedagógico adecuado. El texto destaca que la EJA debe ir más allá de la alfabetización, brindando aprendizaje integral y preparando a los estudiantes para el mercado laboral, considerando también sus particularidades y contextos sociales.

Palabras clave: Escolaridad. EJA. Educación Básica. Historia.

INTRODUÇÃO

Por vezes o conceito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é compreendido de forma distorcida, desse modo, é importante esclarecer a importância dessa modalidade no

desenvolvimento educacional no Brasil (Bezerra, 2013). A EJA segue um perfil histórico marcado por momentos que atrasaram e por momentos que contribuíram com a sua conquista na regulamentação e normatização na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e assim, no início de 2003 o Governo Federal Brasileiro assumiu a responsabilidade de tratar a EJA como prioridade na Educação Básica.

Mesmo com a consolidação da EJA na educação, múltiplas são as formas e os modos pelos quais ela se manifesta em uma sociedade, pois são grandes a responsabilidade e a complexidade do problema de educar pessoas que durante muito tempo estiveram ausentes do processo educacional, ou que nunca ingressaram (Salgado; Barbosa, 2008).

Assim, a EJA é uma das modalidades da educação básica a qual é destinada ao ensino de jovens e adultos que não concluíram os estudos ou que não tiveram a oportunidade de acesso à escolaridade. Desse modo, é necessário compreender a educação não só com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, mas também como um direito fundamental para a constituição de indivíduos críticos, autônomos e ativos na realidade que vivem (Bezerra, 2013).

Pensando a EJA na escola, é necessário facilitar o acesso do educando, como também sua permanência no ambiente escolar e, para que isso aconteça, é preciso um processo de reestruturação e reorientação curricular para escolas atuais que não foram pensadas e preparadas para atender este público de jovens e adultos. Isso se torna um novo desafio para as escolas, já que têm que criar as condições adequadas para que as mudanças efetivamente aconteçam. Assim, o objetivo deste estudo é compreender as potencialidades e desafios que a EJA enfrentou e talvez venha enfrentando durante esses anos.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com as pesquisas empreendidas por Saviani (2007), os documentos oficiais e pesquisas demonstram que historicamente a educação brasileira sempre foi acompanhada de problemas, entre os quais alguns ainda não foram superados como o analfabetismo e a evasão escolar. Nesta perspectiva, a história da Educação de Jovens e Adultos não é diferente, considerando as grandes diferenças sociais, culturais e religiosa da população brasileira, ela passou por diferentes momentos e teve um histórico fragmentado, com poucos avanços e muitos retrocessos. No entanto, apesar da EJA por séculos cumprir apenas um papel burocrático de alfabetizadora funcional dos alunos, hoje ela tem uma função mais desafiadora e cidadã, que é reeducar para reintegrar à sociedade uma parcela da população que estão a margem dela, em função das desigualdades sociais existentes no Brasil.

Conforme Zanetti (1999), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de Educação Popular sempre teve uma trajetória de desafios, principalmente por ser uma alternativa que vem auxiliar a minimizar as discriminações e ajuda na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros vítimas da história excludente de nosso país. Entretanto, essa modalidade de educação, por muito tempo, não conseguiu cumprir com sua função educacional, porquanto era concebida de forma reducionista, por exercer uma função compensatória ao ser direcionada a suprir a ausência de escolaridade de pessoas, cuja idade era superior dos demais estudantes com idade regular.

Diante dessa realidade histórica, ao pensarmos a EJA como uma modalidade de ensino, é mister entender seu acesso não ocorre de forma simples, pois não há um claro discernimento da importância educacional pelas pessoas que necessitam dela para continuarem seus estudos. Sobre essa questão Gadotti (2003), ressalta que que a grande maioria dos sistemas escolares públicos, ainda não compreenderam o papel constitucional que a EJA desempenha na vida dos seus estudantes, no que tange ao resgate de suas cidadanias. Ele destaca ainda que:

É preciso também pensar num tempo próprio, apropriado, para a reorientação e a reestruturação escolar, tempo para amadurecer as ideias, tempo para promover as mudanças necessárias. Temos pouca experiência democrática e nosso sistema educacional é vertical não favorecendo o envolvimento das pessoas. (GADOTTI. 2003, p. 4).

Neste sentido, não basta apenas ofertar no turno da noite a modalidade de ensino EJA, é preciso está preparado para os mais diversos desafios que os alunos da EJA irão enfrentar, pois a desistência deles será muito mais fácil do que a perseverança de continuarem. Isto posto, este capítulo objetiva discorrer sobre: o que é a EJA, sua história, sua legislação, seu currículo a luz da BNCC, suas funções e suas reflexões, para que através dessa perquirição se traga à tona questões indispensáveis para se pensar essa modalidade de ensino, para que ela ensine, eduque e prepare seus alunos a se tornarem cidadãos, para o mercado de trabalho e para enfrentar os complexos desafios dos dias atuais.

O que é a EJA

Segundo Zanetti (1999), a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que foi instituída no Brasil há décadas, com vistas a promover a educação para jovens e adultos que não tinham acesso ao ensino sistemático. Mas em função do ensino de jovens e adultos, não ter sido prioridade pelos diferentes governos que que comandaram o Brasil, ele não recebeu a devida atenção que era necessária.

Para Brunel (2004), o caminho da EJA, enquanto modalidade de ensino, teve início no Brasil a partir dos anos 90 com a promulgação da LDB, pois antes era tratada de forma reducionista. A partir do Parecer da Câmara de Educação Básica que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelece o seguinte:

A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente (CNE/CEB 11/00, p. 2).

Dessa forma, a EJA pode ser entendida como uma das modalidades da Educação Básica a qual é destinada ao ensino de jovens e adultos que não concluíram os estudos ou que, por algum motivo, tiveram seu acesso à escolaridade desconsiderado. Observamos que é imperativo entender que a EJA é uma modalidade educacional e, portanto, ela pode reduzir seu objetivo apenas em alfabetizar jovens e adultos, mas propiciar o aprendizado deles em todas as disciplinas para que seu direito constitucional de receber uma educação plena seja contemplado fielmente. Consideramos relevante destacar que na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), está escrito que a educação é um direito fundamental da pessoa, para que ela adquira sua identidade cidadã. Ela também estabelece que esse direito precisa ser exercido. Nesta perspectiva, a EJA, objetiva a escolarização de uma parcela da população que não conseguiram concluir o ensino básico na faixa etária correspondente.

Considerando as características e os objetivos da EJA, entendemos que ela possibilita a diversidade de práticas educativas, com vistas à qualificação profissional, ao desenvolvimento intelectual, à formação política-cidadã e a um empreendedorismo social. Neste sentido, ela também uma modalidade educativa da educação básica nos níveis fundamental e médio, que ultrapassa os muros da escola.

Portanto, de acordo com o que foi discorrido sobre o que é a EJA, consideramos que ela corresponde em uma modalidade de ensino inclusiva, pelo fato dela alcançar a classe mais pobre na escala social. Por conseguinte, ela promove um espaço educativo diferenciado pelas particularidades dos seus alunos, considerando que são trabalhadores(as), empregados(as), desempregados (as), pais, avós, moradores das periferias, favelas e vilas que buscam através dessa modalidade recuperar o tempo perdido. Concebemos importante ressaltar, que nos dias atuais, a EJA teve alguns avanços, no que tange à formação dos alunos que cursam essa modalidade de ensino. Todavia, é importante que práticas pedagógicas e currículo sejam revistos, para que os estudantes estejam continuamente motivados a concluir essa etapa de aprendizado.

Histórico da EJA

Analisando a história da educação no Brasil, perceberemos que a linha do tempo da EJA nesta história é confusa e anacrônica, pois ela também se depara com a linha geral do processo de construção da educação brasileira. Os estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos demonstram que sua história é marcada por uma trajetória de dificuldades, adversidades, ausência de políticas públicas eficientes, retrocessos, superações e avanços que vem desde o período do descobrimento do Brasil até a contemporaneidade. Segundo Strelhow (2010), o início dessa história remonta com a chegada dos jesuítas no ano de 1549, iniciando com o processo de catequização dos índios, cujo objetivo era, além de ensinar os dogmas católicos, também ensinar a ler, escrever e a obedecer às regras da corte portuguesa. Relevante destacar que a instrução de adultos se estendeu aos nativos e colonizadores que eram analfabetos. Corroborando com essa narrativa Haddad e Di Pierro (2000), os missionários empreenderam uma educação religiosa a partir do evangelho de Cristo e também ensinando modelo de comportamento e conteúdo referente a economia colonial vigente. Eles destacam que tais ensinamentos iniciaram com os índios se estendendo aos escravos negros e posteriormente aos colonizadores e seus filhos. Ressaltam ainda que a maior parte dos alunos que esses missionários priorizaram era adulta, pois estes contribuiriam para o desenvolvimento da formação da sociedade que estava se estabelecendo no Brasil.

Stephanou e Bastos (2005), afirmam que com a chegada dos portugueses no Brasil a alfabetização dos índios, negros e outros contribuíram na implementação e desenvolvimento do processo de colonização, onde tal implementação se constituiu em uma ação pedagógica, proporcionando assim a construção de uma educação de caráter confessional. Para eles, o modelo de educação implementada pelos jesuítas tinha como propósito difundir a religião, a cultura e os valores do colonizador. Desde esse período já se constituiu dois tipos de educação, uma para nativos, escravos e demais analfabetos de característica funcional e outra para a elite colonizadora de característica humanística. Um personagem que se destacou nesse período foi o Padre Manoel da Nóbrega que criou as escolas de ordenação que servia aos interesses políticos da corte portuguesa.

Mas como historicamente a educação no Brasil sempre esteve a serviço aos interesses políticos do Estado e no período colonial não foi diferente, onde ela sofreu a primeira obstrução, com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal. A primeira consequência desse ato foi que os filhos dos indígenas que aprenderam a ler, regressaram para as aldeias com a missão de ensinarem todos os adultos. Com a expulsão dos jesuítas, houve a necessidade de

reorganizar novas ações, cujo objetivo era instituir um sistema educacional que fosse além da alfabetização de jovens. A priori o modelo educacional implementado pelo Marques visava ter uma educação menos catequista e mais humanista, considerando que centenas de famílias portuguesas estavam chegando no Brasil.

Consoante Piletti (1988), o trabalho missionário dos jesuítas foi fundamental para doutrinar a mentalidade dos índios no que tange a religião e a sua reorganização social, estando subserviente aos interesses do colonizador. Ele destaca que a catequese aplicada pelos jesuítas foi paulatinamente transformando os hábitos e diversas atividades que as comunidades indígenas praticavam em seu cotidiano. Neste sentido, podemos considerar que o primeiro modelo de educação no Brasil, tinha um singular propósito de estabelecer os valores do colonizador. Sobre esta questão, Piletti ressalta que:

... a realeza e a igreja aliavam – se na conquista do novo mundo, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida que esta, procurava converter os índios aos costumes da coroa portuguesa. No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu trabalho missionário, procurando salvar almas, abriam caminhos à penetração dos colonizadores. (PILETTI, 1988, p. 165).

Observamos que a referida citação comunica que educação de característica católica, implementada pelos jesuítas, teve uma dupla finalidade, onde a primeira correspondeu em um processo de desconstrução da identidade antropológica dos povos indígenas e a segunda era moldá-los para que eles adquirissem uma nova identidade à imagem do colonizador.

Considerando do esforço da missão jesuítica em catequizar e ensinar conceitos e valores diferentes dos costumes indígenas, entendemos que tais ensinamentos se condicionaram a alfabetizá-los. Nesta perspectiva, concebemos que no período colonial a educação se tornou um privilégio para uma minoria aristocrática, visto que o acesso a ela era para quem pudesse custeá-la, porquanto não havia financiamento público para a educação por parte da coroa portuguesa.

Conforme Romanelli (2014), apesar dos jesuítas terem sido expulsos do Brasil, é fato que os ensinamentos aplicados por eles, teve uma grande influência por todo período colonial e se estendendo ao período da república, onde o modelo educacional vigente proporcionou a instituição de um sistema de classes, através da ampliação da oferta escolar para as camadas mais pobres, ratificando assim dois tipos de educação uma para a classe mais abastarda e outra para a classe mais carente. Para ele, o sistema educacional implementado pelos jesuítas não promoveu nenhuma evolução em termos de progresso social, econômico e cultural, porquanto as reformulações que a educação sofreu não mudaram a realidade de séculos, com privilégios para as classes dominantes e muitas obrigações para as classes mais pobres, onde os negros e

as mulheres eram os mais prejudicados. Sobre a educação do período colonial, Romanelli afirma que:

[...] o aspecto de maior relevância dessas iniciativas foi o fato de terem sido levadas a cabo, com o propósito exclusivo de proporcionar educação para uma elite aristocrática e nobre de que se compunha a corte. A preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis do ensino demonstraram claramente esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição que vinha da Colônia, a tradição da educação aristocrática. (ROMANELLI, 2014. p. 39).

A citação acima apresenta uma educação cerceada, e, por conseguinte, que cerceia seus alunos, que não cumpre seu papel libertador de um estado de ignorância; uma educação elitizada que reproduz os interesses das classes dominantes; uma educação que aliena seus estudantes, deixando-os órfãos do conhecimento, da dignidade, da liberdade.

Para Hadadd e Di Pierro (2000), com a expulsão dos jesuítas supramencionada, a educação implementada por eles perdeu seu referencial, tendo como consequência uma desorganização no sistema de ensino aplicado, pelo fato do Marques ter imposto uma nova metodologia de ensino e que não foi assimilada pelos colonos. É importante ressaltarmos que a realidade social do Brasil era a seguinte: um país escravocrata, cuja população, além de ser pouca, era ignorante e miserável e a base da economia era essencial agrícola. Essa realidade já ratificava uma discrepância muito grande entre classe dominante e as demais classes o que dificultava sobremaneira a aplicação de qualquer projeto educacional, mesmo que fosse apenas a alfabetização de caráter funcional.

Consoante Barreto e Beserra (2014), para os jesuítas conseguirem institucionalizar o ensino, eles estabeleceram normas, com vistas a padronizar as ações e comportamentos dos índios para estarem em concordância com os interesses dos colonizadores, tendo como ponto de partida para tal propósito os ensinamentos sobre a fé e a educação do colonizador. Tal apresentado buscava operacionalizar as atividades laborais, tanto dos índios como dos negros escravizados. Eles destacam que a prioridade dos jesuítas era a conversão dos nativos a fé católica, e que, que aprender a ler e escrever era necessário para este fim. Entretanto, com a vinda da elite portuguesa para o Brasil, tiveram que ser instituídas escolas também para os colonizadores e seus descendentes.

De acordo com Paiva (1973), visando diminuir a taxa de analfabetos que aproximasse dos 100% da população da época, foi instituída a primeira escola noturna em 1854, cujo propósito era alfabetizar os trabalhadores. A partir desse projeto piloto, outras escolas foram construídas chegando ao número de 117 em 1876. Paiva destaca que essas escolas não tinham o interesse de tornar os alunos abelis em escrever, ler e nas operações básicas de matemática, porquanto o projeto não contemplava a expansão e evolução da educação para os colonos, visto

que a finalidade primaz era a exportação da matéria prima. Neste sentido, é fato que essas escolas não buscavam formar mão de obra técnica para as atividades laborais que existiam na época, mas, se restringiam em ensinar as letras, os números e também ensinavam sobre os deveres e direitos que deveriam ser praticados na nova sociedade da qual os colonos faziam parte. Como este modelo de ensino estava bem distante da cultura e forma de vida que eles tinham antes o que dificultava o aprendizado deles, o resultado foi um grande índice de evasão.

Sobre essa questão Paiva afirma o seguinte:

A crise do sistema escravocrata e a necessidade de uma nova forma de produção são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, entretanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão o que contribuiu consideravelmente para o seu fracasso. Ressurgindo novamente em 1880, com o estímulo dado pela reforma eleitoral, lei Saraiva, chegando-se a cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas. (PAIVA, 1973. p. 168).

A citação mencionada demonstra que o propósito do projeto de alfabetização não era tirar os colonos do seu estado de ignorância, nem melhorar a condição social em que eles se encontravam, mas resolver a crise do sistema escravocrata e o problema vigente no produção agrícola, soluções buscadas que não aconteceram, em função da incompetência operacional das escolas noturnas, havendo assim a necessidade de reestruturá-las, retornando em 1880, com um incentivo da lei Saraiva, que estabelecia uma reforma eleitoral, propondo a proibição do voto dos analfabetos, buscando, com isso, incentivar os analfabetos a frequentarem as escolas noturnas, para que, alfabetizados, possam ter garantido o seu direito de votar. Uma lei de cunho eleitoreiro e não educacional.

Segundo Stephanou e Bastos (2005), apesar das várias tentativas de se implementar um sistema de ensino no Brasil, tendo como referência o modelo europeu, essa ideia nunca se concretizou, pois, por todo período colonial, a educação no Brasil se tornou refém dos interesses das elites instaladas a partir da chegada do colonizador. Em termos práticos, o ensino no Brasil ficou à mercê dos decretos legislativos, que eram muito aquém da real necessidade da população mais carente, que necessitará de um modelo de educação que lhe propiciasse um avanço intelectual, sócio e econômico. É só a partir da constituição de 1824 Artigo 179, inciso XXXII, que se projeta um sistema educacional para todo o país, mas tal projeto não se efetivou.

Consoante Haddad (1994), a Educação de Jovens e Adultos, surgiu no Brasil mais como um projeto político de combate ao analfabetismo, tendo em vista ele sido posto como a causa da miséria social e, por isso, ser um grande obstáculo contra o desenvolvimento do país. Para Haddad o analfabetismo é consequência da incompetência do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida de grande parte da população brasileira, que prejudicam

sobremaneira o desenvolvimento social, interferindo assim, no aproveitamento da escolaridade no período correspondente a fase da adolescência e juventude.

A EJA no Período Republicano

Em termos políticos concebemos que a Proclamação da República do Brasil se configurou em um sutil e intrigante golpe de estado patrocinado pela elite agraria brasileira com o apoio do Exército, pois os privilégios dessa classe diminuíram com a abolição da escravidão. Muitas foram as promessas difundidas baseada nos ideais positivistas. Entretanto, pouca coisa mudou e o que tinha tido progresso, regrediu.

De acordo com Galvão e Di Pierro (2012), a partir 1891 a educação, teoricamente se torna pública, porquanto que na prática às elites eram reservados a maioria dos direitos, o que acarretou duas décadas de retrocesso na educação. Buscando corrigir esse problema e demonstrar que os republicanos tinham as melhores intenções para o país, foi fundada em 1915 a Liga Brasileira contra o Analfabetismo. O principal objetivo desse movimento era erradicar o analfabetismo, cuja principal causa era a ignorância das classes mais pobres. Não aceitando suas incompetências, a elite republicana transferiu seus erros para a classe pobre, afirmando que sua ignorância era o maior obstáculo do progresso do Brasil.

É importante destacar que durante o período da segunda guerra mundial (1914-1918), a educação no mundo foi prejudicada de várias maneiras, principalmente na esfera econômica, pois as verbas destinadas a elas foram bem diminuídas, sendo estas transferidas para subsidiar o aparelhamento bélico utilizado nos conflitos. No Brasil a precariedade da educação provocou muitos debates, mas com pouca efetividade prática. Na Europa iniciou um movimento em defesa de uma educação renovada e pelo fim do analfabetismo em todo o continente.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), apesar das reformas educacionais planejadas pela Primeira República, os investimentos na educação continuaram sendo pífios, o que contribuiu para que em 1920, trinta anos após a Proclamação da República, o senso apresentava um índice de analfabetos altíssimo no país, chegando ao patamar de 72% da população. Os manuais de história registram que a Primeira República foi um período de inconstâncias de ordens econômicas sociais e políticas e que dificultaram o desenvolvimento do país. Para ele, a inconstante conjuntura deixou o ensino básico mais deficiente, o que implicou em um aumento do analfabetismo.

Para Gadotti (2018), o estado deficiente em que a educação se encontrava, fez com que contramedidas fossem tomadas e em 1932 foi realizada mais uma campanha contra o

analfabetismo, agora tendo à frente o “movimento dos pioneiros da educação nova”. O propósito dessa campanha era modifica a base do sistema educacional vigente no Brasil, por entender que ele era a principal causa de manter o povo no estado de ignorância. Gadotti (2018), observa que, apesar dessa campanha não contemplar especificamente a educação de jovens e adultos, suas propostas proporcionaram discussões mais abrangentes que serviram da base para se pensar sobre a educação de adultos.

Conforme Strelhow (2018), a partir do “movimento da educação nova”, iniciaram vários debates em torno do combate ao analfabetismo, porquanto ele se tornou o maior dos males que prejudica o progresso socioeconômico do país. Em 1934 foi apresentado um plano de educação nacional, onde o governo federal ficaria responsável pelos custos da aplicação do mesmo. Um dos objetivos do referido plano era tornar o ensino primário gratuito e obrigatório para todos os alunos. É relevante destacar que essa obrigatoriedade se estendeu também aos adultos. Com isso, esse plano se configurou na primeira proposta que buscou oficializar a educação de jovens e adultos no Brasil. Para Piletti (1988), em função do Plano Nacional de Educação ter sido estabelecido na constituição de 1934, a educação de adultos estava oficialmente sob o dever do Estado. Ele ressalta também que:

[...] gratuidade e obrigatoriedade aparecem juntas pela primeira vez na Constituição de 1934, que em seu artigo 150 institui o “ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos,” a partir daí o princípio da gratuidade e da obrigatoriedade jamais deixou de estar presente em nossa constituição. (PILETTI, 1988, p. 190).

Entendemos que a Constituição de 1934 no artigo 150, se constitui o início compensar uma dívida histórica, social e educacional com a população mais carente do Brasil. É fato que há sempre um distanciamento temporal entre a promulgação da lei e sua aplicação de forma concreta. Contudo, conforme consta na citação acima, desde a referida Constituição até o presente tempo, o direito à educação não de ser garantido à população brasileira.

Contudo, quando se esperava que os projetos educacionais tomassem um rumo mais profícuo, em 1937 o país é acometido por um golpe e o que havia sido conquistado foi cancelado, tendo em vista a promulgação de uma nova instituição. Com isso, o projeto do novo governo foi promover uma educação de característica mais profissionalizante, buscando formar mão de obra qualificada para atender a demanda de crescimento da indústria no país. Com a pretensão que a educação profissionalizante alcançasse a população adulta, em 1942 foi criado o SENAI. Consoante Di Pierro (2001), com o fim da segunda guerra mundial, a UNESCO dá início a uma campanha que objetivava o fim do analfabetismo em escala mundial. Sobre a influência dessa campanha a Educação de Jovens e Adultos, entra na pauta nacional de debate,

visando também combater o analfabetismo por todo o país. Kang (2014), ressalta, que apesar desse período ter durado até o ano de 1945, esse novo modelo educacional foi extensivo a jovens e adultos com o aumento dos cursos supletivos por todo Brasil. Mas o problema do distanciamento socioeconômico entre pobres e ricos não diminuiu, pelo contrário, aumentava cada vez mais.

Conforme Kang (2014), em 1946 é promovida uma campanha, cujo propósito era a educação de jovens e adultos. Essa campanha conseguiu no ano seguinte que o Governo Federal promovesse o I Congresso de Educação de Adultos (EDA), que teve como um dos resultados o início de uma campanha em favor da Educação de Adolescentes e Adultos. Consoante Costa (2006), no ano de 1947, o governo institui o SEA (Serviço de Educação de Adultos), que tinha a finalidade de coordenar os trabalhos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos em todo o país. No embalo das campanhas, em 1952 é promovida a Campanha de Educação Rural, que também buscava diminuir o índice de analfabetismo na população ruralista. Nos anos de 1958 a 1961 se intensificam as campanhas nacionais de combate ao analfabetismo, que implicou na realização do II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabeto. A partir dos anos de 1960, entra no cenário da educação brasileira as propostas de Paulo Freire para a alfabetização de Adultos. Elas conseguem inspirar vários programas de alfabetização vigentes em todo país. Em 1961, é criado um movimento de cultura popular que visava melhorar a educação primária. Esse movimento estava vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Sobre essas campanhas, o Ministério da Educação tinha a seguinte interpretação:

As campanhas de educação de jovens e adultos ganharam força nessa época, devido à necessidade de aumentar a produção econômica e as bases eleitorais dos partidos, pois se iniciava a redemocratização do país, com o fim do Estado Novo e a integração dos migrantes rurais aos centros urbanos. (MEC. Sd, p. 2).

Essa interpretação do MEC demonstra quais eram os principais objetivos das campanhas educacionais, que eram prioritariamente o combate do analfabetismo, mas que ele servisse para alavancar a produção econômica do país, com também servisse aos interesses dos partidos políticos. Neste sentido, consideramos que a educação não visava promover o conhecimento, o desenvolvimento social, a cidadania, mas de forma pragmática, manter a estrutura social que existia no Brasil, desde a época da sua colonização.

A EJA no Período do Regime Militar

A década de 1960, pode ser considerada como o início de um crescimento industrial no Brasil, visto que várias multinacionais se instalaram no país e, por isso, era necessário que a

educação acompanhasse o desenvolvimento industrial que estava acontecendo no país. Porém, mais uma vez os projetos educacionais foram interrompidos por causa do golpe militar de 1964. O projeto de educação que estimule a criticidade dos alunos proposta por Paulo Freire, além de ter sido cancelada, o levou ao exílio. Visando dar sequência no combate ao analfabetismo, o novo governo militar cria em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Para Coleti (2009), o referido movimento não possuía nenhuma autonomia no que tange o véis político e social. Ele também ressalta que o movimento buscava alfabetizar alunos de todas as classes sociais e de todas as idades. Ele destaca ainda que um dos principais objetivos do movimento era que através da alfabetização os alunos estivessem em condições de desempenhar com eficiência suas funções sociais, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade. Observamos que os recursos financeiros aplicados no MOBRAL, vinham das deduções do Imposto de Renda e de um percentual da arrecadação da Loteria Esportiva da época.

Segundo Haddad (2000), o MOBRAL deu continuidade ao programa de ensino supletivo para educação de jovens e adultos por todo o país, através da lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Ele destaca que o referido programa contava com recursos de propagandas nas rádios e nos canais de televisão e outros meios como correspondências, visando escolarizar o maior número de alunos, para que eles ficassem à disposição do mercado de trabalho, que estava em expansão. Entretanto, Haddad observa que as campanhas não alcançaram os objetivos alcançados, porquanto a evasão escolar continuou ser grande. Ele ressalta ainda que:

O ensino supletivo foi apresentado a sociedade como um projeto de escola do futuro e elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica observada pelo país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola que não se distinguia por sua clientela, pois a todos devia atender em uma dinâmica de permanente atualização. (HADDAD. 2000, p. 117).

Sobre a citação acima, concebemos que sua pretensão era profícua, mas ela estava distante da realidade vivida tanto pelos alunos, quanto pelo próprio governo da época, que não dispunham dos recursos necessários para implementar um projeto educacional dessa envergadura. Com certeza não atentaram que a carga horária de um sistema supletivo é reduzida e que, portanto, afetaria diretamente no currículo, como também comprometeria o processo ensino-aprendizagem dos alunos que estudavam nesse sistema. Um outro ponto a observar é que os alunos que estudavam pelo sistema supletivo, tinham por objetivo finalizar seus estudos em um tempo menor, para que pudessem resolver o mais rápido possível as implicações que tinham no trabalho.

Consoante Haddad (2000), apesar dos investimentos públicos o MOBRAL não conseguiu os resultados pretendidos e nos seus últimos anos ele foi caindo no descrédito até

mesmo pelo governo. Buscando uma outra solução para o combate ao analfabetismo, em 1985 o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar, mediante o Decreto n. 91.980, de 25 de novembro. Essa Fundação foi vinculada ao Ministério da Educação para poder herdar patrimônio material e intelectual que pertencia do MOBRAL. Com vistas a melhor discernir o papel da referida Fundação, destacamos o Art. 2º do decreto mencionado, cujo teor descreve sobre os objetivos estabelecidos:

I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica; II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas; III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais; IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas. (BRASIL, 1985, p. 01).

Consideramos que os objetivos citados demonstram um aprimoramento de caráter pedagógico para a aplicação dos projetos aos quais a Fundação Educar se destina, onde eles visam promover todos os recursos necessários para que os programas de alfabetização e de educação básica sejam contemplados, as dificuldades enfrentadas por professores e alunos sejam superadas, propiciando assim, com mais eficiência o processo ensino-aprendizagem.

Para Souza Junior (2012), o diferencial da Fundação Educar em relação ao MOBRAL, é que os programas de alfabetização para jovens e adultos foram desenvolvidos e aplicados de forma mais sistematizada e regionalizada. Com efeito, a Educar apresentou um formato descentralizador as demandas eram conforme a realidade dos municípios, estados e distrito federal. Ele ressalta o seguinte:

[...] A ação que a Fundação privilegiava, sem dúvida, as formas indiretas, uma vez que buscava a descentralização das ações, mediante o incentivo, o apoio e o financiamento dos programas de educação de jovens e adultos. Faz-se importante destacar a prioridade de atendimento da Fundação, a qual seria as áreas ou regiões com maior concentração de jovens e adultos analfabetos, mas o atendimento nas áreas rurais e de interior também recebiam recursos necessários para a efetiva oferta de vagas nas turmas de educação básica de jovens e adultos. A Fundação Educar buscava privilegiar as regiões não cobertas pelos órgãos públicos estaduais e municipais e as de clientela potencial, oferecendo apoio aos programas sugeridos e aprovados. (SOUZA JUNIOR. 2012, p. 51)

Observamos que a Fundação Educar buscou aperfeiçoar pedagogicamente os programas educacionais, otimizando a aplicação destes e ampliando sua atuação para que nenhum município da federação, seja na área urbana ou rural, ficassem sem atendimento. Um ponto positivo é que a Fundação Educar não se limitava à aplicação do projeto, mas ela também realizava o acompanhamento junto as secretarias educacionais e até as escolas, para que professores e alunos não ficassem desprovidos dos recursos pedagógicos necessários para alfabetização dos jovens e adultos.

Segundo Souza Junior (2012), a Fundação Educar produziu vários materiais didáticos para serem utilizados nas escolas públicas, mas sua aplicabilidade não era obrigatória pelo conteúdo não contemplar o currículo vigente em tais escolas. Souza Junior ressalta que a região nordeste foi a mais atendida de todas as regiões do país, em função do número de analfabetos ser maior. Apesar de todos os esforços da Educar no combate ao analfabetismo, ela não conseguiu se aproximar da meta estabelecida. Em 07 de maio 1990 um Decreto presidencial de nº 99.240 extinguiu várias fundações que atuavam na esfera educacional, dentre elas a Educar.

De acordo com Aguiar (1993), em 11 de setembro de 1990, foi instituída a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), através do Decreto presidencial de nº 99.519. A PNAC foi criada para financiar iniciativas públicas ou privadas na esfera educacional, que atuassem no combate ao analfabetismo. O objetivo primaz da PNAC era em 5 anos diminuir pelo menos 70% dos analfabetos existentes no Brasil. Entretanto, como esse objetivo se tornou difícil de ser alcançado a PNAC teve suas atividades encerradas pouco mais de 1 ano de sua instituição.

A EJA a Partir da LDB de 1996

No ano de 1996 pode ser considerado um divisor de águas na história da educação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ela se tornou uma lei de destaque na Constituição Federal, pois no seu Artigo 2º ela estabelece a garantia da educação para todo cidadão brasileiro, conforme está escrito: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016. xiv, p. 123). Este artigo ratifica o que está escrito no Art. 205 do Título VIII do Capítulo III na Seção I da Constituição Federal de 1988, que trata sobre a Educação. Da data da sua promulgação até o ano vigente, a LDB teve várias alterações e inserções no seu texto. Sobre a educação de jovens e adultos, o Art. 4, Inciso VII, estabelece que sua oferta deve ser com características e modalidades adequadas as necessidades e disponibilidades deles, garantindo assim aos trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. Também no Art. 24 § 2º, estabelece que os sistemas de ensino devem oferecer a educação de jovens e adultos no ensino noturno regular, para os alunos que não conseguiram concluir o antigo Ensino Primeiro e Segundo Graus, e para os trabalhadores, visando adequação as necessidades dos educandos. A

LDB estabelece ainda que o Poder Público tem o dever de criar alternativas pedagógicas que viabilizem e estimulem a permanência dos trabalhadores na escola no período noturno. Conforme descrito acima, a Lei nº 11.741 de 2008, foi inclusa na LDB, estabelecendo que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos de pedagogicamente articulada com a educação profissional, para que os alunos se sintam motivados a continuar os estudos. É relevante destacar que foi a partir da LDB que a Educação de Jovens e Adultos se tornou política de Estado, para que os estudantes dessa modalidade fossem mais assistidos, mais valorizados e mais qualificados intelectual e profissionalmente.

De acordo com Barreyro (2010), considerando que o analfabetismo ainda era uma dura realidade no Brasil, em 1997 foi criado o PAS (Programa de Alfabetização Solidária), que através do Ministério da Educação, funcionava em forma de parcerias entre o Governo Federal e instituições como: prefeituras, universidades, empresas e o Conselho da Comunidade Solidária, objetivando combater o analfabetismo no Brasil. Ele destaca também que no ano de 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, cuja pretensão era atuar em todo país, principalmente nas localidades onde o índice de analfabetismo era alto.

Para Stephanou e Bastos (2005), a história da EJA está ligada as diversas transformações de ordem social, política, econômica e cultural que ocorreram no país, onde cada uma delas influenciaram essa modalidade de ensino em circunstâncias históricas diferentes. Convergindo nesta análise, Vieira (2004), concebe que Educação de Jovens e Adultos se origina da ausência de uma educação que atenda a classe menos favorecidas, uma educação de característica mais popular.

Objetivando conhecer um pouco mais sobre a história da EJA, apresentamos alguns dados estatísticos por retirarem informações mais atualizadas sobre essa modalidade de ensino:

De acordo com os dados do IBGE, em 2012 o Brasil chegou ao século XXI com uma taxa de analfabetismo a partir da idade de 15 anos ou mais das pessoas, estimada em 8,7%, o que corresponde ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos. No ano anterior, essa taxa foi de 8,6% e o contingente foi de 12,9 milhões de pessoas. Em relação aos dados regionais, em 2012, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas de analfabetismo de 4,4% e 4,8%, respectivamente, tendo a Região Sudeste mantido a mesma taxa do ano anterior. Na Região Centro-Oeste, a taxa foi de 6,7%. Na Região Norte, esse indicador foi de 10,0%. Na Região Nordeste, em 2012, historicamente observa-se a maior taxa de analfabetismo dentre as Grandes Regiões. Esta região concentrava mais da metade (54,0%) do total de analfabetos de 15 anos ou mais de idade do Brasil. Atualmente, a taxa de analfabetismo no país tem se mostrado maior

nos grupos de idade mais elevados, comportamento observado em todas as Grandes Regiões. Entre aqueles que tinham de 15 a 19 anos de idade, essa taxa foi de 1,2%, contra 1,6% dentre aqueles de 20 a 24 anos de idade. 2,8% no grupo de 25 a 29 anos, 5,1%, de 30 a 39 anos, foram alcançados 9,8% para as pessoas de 40 a 59 anos e foi de 24,4% dentre aqueles de 60 anos ou mais, de idade.

Diante dos dados, podemos considerar que a história da EJA foi construída em um contexto de contradições, de anacronismo, da predominância ideológica do colonizador, da exploração laboral e mental dos colonos, da desconstrução da identidade do nativos, da pragmática divisão de classes, da exclusão dos mais necessitados por parte da classe dominante, dos absurdos privilégios concedidos aos aristocratas, do engessado sistema de ensino catequista, da mediocridade pedagógica dos projetos educacionais. Com efeito, as sementes da EJA foram lançadas sobre um projeto de alfabetização funcional, cujo objetivo era meramente ensinar as letras, ler e escrever, e números para fazer contas básicas. Dessa forma, a aplicação desse projeto não pretendia tirar os analfabetos do seu estado de ignorância intelectual, social e política, mas era a de construir uma mentalidade subserviente aos colonizadores e aos que governaram o país após eles. Em termos práticos, o modelo de educação aplicada aos analfabetos fez com que eles perdessem seu referencial de mundo, de vida e de si mesmo, tendo, como consequência, sua cultura e identidade fragmentadas.

Todavia nem tudo foi mazelas, pois nas últimas três décadas a Educação de Jovens e Adultos teve um avanço no que tange a diminuição do índice de analfabetos, a diminuição da evasão escolar, ao aumento da oferta da EJA nas escolas públicas do país, na atualização da grade curricular, no aprimoramento das metodologias pedagógicas. Mas precisamos ter a consciência que, apesar dos avanços, fazer a EJA funcionar com eficiência ainda é um grande desafio para as políticas educacionais no Brasil em pleno século XXI. Sobre este desafio, Leite (2012), considera que é preciso entender, que a sala de aula da EJA é um lugar diversificado, construído a partir da heterogeneidade das crenças, experiências, idades e valores que os alunos possuem, para poder superar os desafios que estão postos. Ele observa, que a sala de aula da EJA se apresenta como um espaço de acolhida dos alunos, um ambiente de construção de humanidade.

Legislação da EJA

De acordo com os registros oficiais e tendo por referência o que foi descrito acima, podemos considerar que a legislação da EJA se configura em um capítulo singular na história

da educação no Brasil, em função das metodologias aplicadas pelos programas governamentais, que reduziam o ensino dessa modalidade ao slogan do “combate ao analfabetismo, que na prática era literalmente ensinar os alunos a ler, escrever e aprender as quatro operações básicas da matemática. Historicamente, antes da instituição de uma legislação específica para a EJA, que ocorreu séculos após o descobrimento do Brasil, o que se fez foram várias campanhas de combate ao analfabetismo.

Destarte, Gadotti apud Rocha et al (2002), tendo por referência os documentos históricos, a Educação de Adultos, pode ser dividida em três períodos: O primeiro compreende os anos de 1946 a 1958, nos quais ocorreram algumas campanhas de âmbito nacional, para a erradicação do analfabetismo. O segundo foi entre os anos de 1958 e 1964, que aconteceu o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Esse congresso teve grande evidência pela participação do professor Paulo Freire. Esse congresso conseguiu evidenciar o grave problema do analfabetismo no país e que resultou na idealização do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos. O terceiro, foi o MOBRAL, que substituiu o Plano acima citado, por ter sido extinto pelo Governo Militar. Uma das metas do Mobral alcançar o máximo de analfabetos em todo território nacional, principalmente os que estavam localizados nas zonas rurais.

De acordo com Rocha et al (2002), com a redemocratização do Brasil a partir do ano de 1985, o MOBRAL foi extinto e no seu lugar foi criada a Fundação Educar, trazendo a mesma proposta de erradicar o analfabetismo no país. Entretanto, mais uma essa proposta não foi realizada, porquanto a nova Fundação não conseguiu promover um avanço na Educação de Adultos, ficando, portanto, ela a mercê dos programas realizados pelas secretarias educacionais dos Estados e Municípios de todo o país. Rocha destaca ainda que, no ano de 1989, por ter sido o Ano Internacional da Alfabetização, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, que inicialmente foi coordenada por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão. Mas apesar de todos os esforços empreendidos por seus coordenadores a referida Comissão não conseguia atender a grande demanda de analfabetos no Brasil.

De acordo com Costa (2013), em 2003 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta o “Programa Brasil Alfabetizado” que, não diferente dos programas de governos anteriores, objetivou erradicar o analfabetismo de jovens, adultos e idosos, tendo como ponto de partida a promoção da universalização do ensino no país, como forma de promover o acesso de todas as pessoas à educação. Costa ressalta que no Governo do Presidente Lula que a EJA, através do MEC, teve seus projetos ampliados, buscando alcançar as classes menos favorecidas, como também, aumentar a inclusão social.

Legislação Federal

Através das pesquisas empreendidas, pode-se concluir que uma legislação de âmbito federal para a EJA, só foi iniciada oficialmente a partir da década de 1940, pelo fato de haver um alto índice de analfabetos no Brasil, fato que prejudicava o avanço social e progresso industrial do país e, por isso, o poder público precisava tomar uma medida urgente para amenizar esse problema.

Segundo Gadotti (1992), a partir da década de 1940, o governo federal concebia a Educação de Adultos como uma extensão da escola convencional, ou seja, ela oficialmente fazia parte do programa nacional de educação, mas de forma peculiar, visto que o currículo dessa modalidade era reduzido por considerarem que os alunos da EJA tinham dificuldades de aprenderem o conteúdo curricular praticado nas outras modalidades da Educação Básica, principalmente os alunos que residiam na zona rural. Após uma década de eventos globais como guerra mundial, divisão do mundo em dois blocos ideológicos, avanço do capitalismo em dois continentes, avanço da indústria em escala mundial, o Brasil tinha a pretensão de se tornar um país moderno. A partir do ano de 1950, a Educação de Adultos sofreu algumas mudanças para se adequar as transformações que estava ocorrendo no país, que adquirindo uma característica de educação comunitária. Gadotti (1992), ressalta que no da década de 1950, as transformações externas e internas no Brasil, fazem com que a Educação de Adultos fosse influenciada por duas tendências pedagógicas que foram: a libertadora advogada pelo professor Paulo Freire e a tradicional, liderada pela corrente liberal. Por quase duas décadas, essas duas correntes meio que disputavam seus espaços na conservadora educação brasileira. Aa década seguinte trouxe um grande avanço para a Educação de Adultos, por causa da aprovação da Lei nº 5.692/71, em 11 de agosto de 1971, que acrescentou um capítulo no projeto do ensino supletivo, orientando aos Estados que oferecessem inscrição para jovens e adultos, reformulando assim o ensino de 1º e 2º graus. Consoante Gadotti (1992), a referida Lei elaborada num prazo de 60 dias, por meio de nove membro, sendo todos indicados pelo Ministro da Educação da época, Coronel Jarbas Passarinho.

A Lei de Reforma nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação, um capítulo ao ensino supletivo, foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por

nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho. Neste sentido, destacamos abaixo o conteúdo do capítulo referente a lei supracitada:

Capítulo IV

Do Ensino Supletivo:

Art. 24: O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único: O ensino supletivo abrange cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25: O ensino supletivo abrange, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1º: Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§2º: Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26: Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abrange somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1º: Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;

Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;

§2º: Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º: Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 27: Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação

da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único: Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

No transcorrer de duas décadas a Educação de Jovens ficou praticamente estagnada. Ela só teve um pouco mais de relevância, através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, onde no Título V, Capítulo II, Seção V, constam dois Artigos que deliberam singularmente sobre a Educação de Jovens e Adultos. Os referidos artigos com seus respectivos parágrafos tratam do seguinte:

Art. 37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º: O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38: Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º: Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º: Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Diante do que foi exposto, observamos que, de forma sintética, a Legislação educacional para a EJA está baseada conforme dispomos abaixo:

- Constituição Federal de 1988: estabelece que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família..." e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

- Parecer 05/1997 do Conselho Nacional de Educação: aborda a questão da denominação "Educação de Jovens e Adultos" e "Ensino Supletivo", define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.
- Parecer 12/1997 do Conselho Nacional de Educação: elucida dúvidas sobre cursos e exames supletivos e outras.
- Parecer 11/1999 do Conselho Nacional de Educação: aborda o objeto da portaria ministerial nº 754/1999 que dispõe sobre a prestação de exames supletivos pelos brasileiros residentes no Japão.
- Resolução CNE/CEB nº1, de 5 de julho de 2000: estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.
- Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação: faz referência às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

No que tange as legislações estaduais e municipais a Educação de Jovens e Adultos segue o que é estabelecido pela Lei de Diretrizes de Bases, e tendo adaptações de acordo com as interpretações feitas pelas respectivas secretarias estaduais e municipais, consoante a realidade que os alunos fazem parte nos respectivos municípios e estados em que residem.

1.4 A EJA e a BNCC

Tendo como a legislação educacional, a EJA é uma modalidade de ensino oficialmente reconhecida pela LDB. Com efeito, a EJA corresponde na extensão do Estado para que através dela se efetive o direito constitucional do poder público garantir o direito à educação básica para todas as pessoas e, neste caso, se inclui jovens e adultos, como também as pessoas da terceira idade. Dessa forma, considerando que a principal característica da EJA é a diversidade, destacamos abaixo alguns grupos que estão aptos para cursarem essa modalidade de ensino, são eles:

- pessoas que por algum motivo tiveram de abandonar a escola ou sentiram-se expulsas frente a várias situações de fracasso a que foram submetidas, notadamente nos casos de reprovações sucessivas;
- em decorrência dos índices de reprovação, há uma taxa de migração de estudantes do Ensino Fundamental para a EJA, com idades entre 15 e 17 anos;

- pessoas com deficiências ou Transtorno do Espectro Autista, a partir da Lei de Diretrizes e Bases e Conferências internacionais como a de Jomtien e de Salamanca, em que defende-se as ideias de tornar os sistemas educacionais inclusivos, e as pessoas com deficiências ou Transtornos do Espectro Autista frequentam, preferencialmente, escolas comuns ou regulares;
- pessoas em situação de rua, cuja peculiaridade do ambiente em que vivem demanda um atendimento diferenciado. Para atender a essas pessoas, o ambiente deve acolher, praticar uma escuta ativa e sensível e, também, trabalhar atitudes consideradas mais saudáveis como, por exemplo, tomar banho e usar roupas limpas;
- pessoas em privação de liberdade que estão em penitenciárias. Esse público, em sua maioria, não concluiu a Educação Básica. O atendimento a essas pessoas constitui um desafio maior porque nesses ambientes prevalece a preocupação com as questões de segurança.

Destarte, diante dessa diversidade mencionada, consideramos que é um grande desafio para a EJA atender a um público plural, que traz consigo uma história de dificuldades, de adversidades e desafios que precisam ser superados.

De acordo com Cury (2018), a partir da promulgação da LDB em dezembro de 1996, já estava estabelecido o currículo da Educação Básica deveria ser construída a partir de uma base comum, com vistas a diminuir as discrepâncias de conteúdo e aprendizagem, o que anos depois culminou na organização da BNCC (Base Nacional Curricular Comum). Em síntese, a BNCC, objetiva organizar o conjunto de disciplinas a serem trabalhadas com todos os estudantes da Educação Básica e, portanto, os estudantes da EJA também devem ser contemplados por esse objetivo.

De acordo com os documentos oficiais do MEC, a primeira e segunda versão da BNCC produto dos debates de âmbito nacional, trouxe de forma muito tímida trechos sobre a EJA. Os documentos observam a importância dessa modalidade ser inclusa no projeto da BNCC, entretanto, não aprofundam o debate, o que deixou a EJA em um grau de importância bem aquém, suprimindo assim seu valor educacional. É a partir da terceira versão da BNCC, que o Ministério da Educação ratifica a relevância da EJA ao incluí-la na educação regular e, por conseguinte, confirmando-a no conjunto dos direitos de aprendizagem por todos que não concluíram a Educação Básica no período requerido e, por isso, desejam um novo recomeço nos estudos, onde a EJA é o único caminho para tal recomeço.

Observamos que a BNCC não pode cometer os mesmos equívocos que os currículos anteriores cometem, de condicionar a EJA a um ensino limitado, deixando assim de cumprir a LDB no que tange a formação plena do estudante. Desta forma, entendemos que mais do que as outras modalidades de ensino convencional, a EJA precisa proporcionar aos seus estudantes a certeza de um recomeço, considerando que eles não conseguiram concluir seus estudos no período correspondente. Por isso a BNCC precisa organizar um currículo que possibilite aos estudantes a possibilidade de continuar seus para o terceiro grau.

Neste sentido, concebemos que a BNCC deve corresponder com seu objetivo de apresentar uma grade curricular que seja realmente uma base comum para todas as redes de ensino das esferas estaduais e municipais, para que a partir dessa normatização curricular a Educação Básica seja unificada em todo Brasil, visando também contemplar um cenário contemporâneo na esfera mundial, conforme está escrito no documento do Ministério da Educação:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (Ministério da Educação [MEC], 2018, p. 13).

Destarte, a BNCC deve ser um documento que corrobore para propiciar uma educação de qualidade para todos os estudantes de todas as modalidades da Educação Básica, um instrumento pedagógico que proporcione uma formação epistêmica e técnica eficiente. Segundo Cury (2018), a BNCC deve objetivar a construção de conhecimentos para todos os estudantes da Educação Básica, onde os alunos da EJA já estão automaticamente inclusos nesse objetivo, desconstruindo assim, qualquer tipo de desigualdade proveniente do próprio sistema educacional.

Para Arroyo (2017), a proposta da BNCC para a EJA é inconclusiva por não contemplar aos estudantes dessa modalidade de ensino uma formação integral, isto é, formação intelectual, preparo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Ele também considera que a proposta da BNCC não valoriza as experiências que os estudantes da EJA, esvaziando assim as histórias de vida deles, como também suas identidades como um ser de construção de saberes.

Diante do exposto, consideramos que, apesar da BNCC apresentar uma proposta de alinha pedagógico à Educação de Jovens e Adultos, ela não consegue contemplar essa modalidade de ensino, porquanto os alunos que estão matriculados nela se diferem em idade,

experiencia de vida, visão de mundo e construção de saberes dos alunos do sistema regular da Educação Básica, tendo, com isso, a se distanciar dos pressupostos filosóficos, pedagógicos e políticos que a EJA construiu ao longo de sua história.

Funções da EJA

Tendo por referência documentos históricos e pesquisas científicas, por séculos a Educação de Jovens e Adultos teve uma função apenas funcional de alfabetizar os alunos no aprendizado mais básico existente que era ensinar o alfabeto da língua portuguesa, ensinar a ler, escrever e as quatro operações básicas da matemática. Diante desse ensino medíocre essa modalidade de ensino precisou ser reformulada, para que pudesse cumprir o que estabelece a LDB no que tange a formação plena dos estudantes. A partir dessa reformulação a EJA, não somente alfabetiza, mas também educa para o exercício da cidadania e para ser inserido no mercado de trabalho, cumprindo assim com sua função social. Corroborando com esse entendimento, o CNE/CEB, afirma que a EJA “[...] busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania” (CNE/CEB 11/00, p. 10). Destarte, apresentamos abaixo as funções da EJA, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais:

1.5.1 *Função Reparadora*: Objetiva resgatar o direito que o jovem e o adulto têm de frequentar uma escola independente de qualquer circunstância que eles estejam experimentando. Visa também de lhes atribuir o direito de igualdade através da educação, para que eles estejam aptos a enfrentarem os desafios da vida. Esses direitos são constitucionais e, portanto, eles não podem ser negados e nem lhes tirado.

1.5.2 *Função Equalizadora*: Objetiva criar um conjunto de oportunidades que propiciem a todas as pessoas que por algum motivo não puderam continuar seus estudos a reentrarem na escola, para que possam concluir seu ciclo de formação na Educação Básica. Com efeito, essa função visa possibilitar aos estudantes da EJA, uma nova perspectiva de enfrentar a realidade e superando todas as dificuldades inerentes a ela.

1.5.3 *Função Permanente*: Essa função objetiva qualificar a formação dos estudantes da EJA, através da atualização de saberes outrora não conhecidos por eles. Visa também estimular os estudantes a desenvolverem seu potencial a partir da sua história de vida, das experiências que trazem do cotidiano do qual fazem parte e também dos valores que foram agregando ao longo se suas vidas.

Portanto, consideramos que as funções da EJA, supracitadas buscam restabelecer direitos constitucionais, aprimorar o ensino, qualificar a formação, expandir o aprendizado, visando preparar os estudantes dessa modalidade a enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo com conhecimento e experiência e superá-los com uma profícua educação.

Reflexões Sobre a EJAI

De acordo com Mazo (2004), só a partir da década de 1970 é que tiveram início as políticas de valorização dos idosos no Brasil, em virtude do crescimento dessa população. Ele destaca, que neste período começaram os primeiros programas voltados à assistência ao idoso, dentre os quais se destacam: o PAI (Programa de Assistência ao Idoso), vinculado ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que, posteriormente, foi mudado para Programa de Atenção à Pessoa Idosa. Já em 1973, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, dão um passo importante ao assegurarem a aposentadoria por velhice, sendo para homens a partir de 65 anos e para mulheres a partir de 60. É importante perceber que às políticas de assistência aos idosos tinham por objetivo apenas à questão da aposentadoria, não havendo nada que atendesse a educação deles.

Conforme Mazo (2004), a sanção da (LOAS), Lei Orgânica da Assistência Social, sancionada em 7 de dezembro de 1993, pelo decreto nº 8.742, representou um importante avanço nos direitos dos idosos e nos critérios de atendimento deles. Mas, por serem uma classe menos favorecida, era necessário reintegrá-los à sociedade, haja vista eles terem realizados grandes contribuições para o avanço da sociedade brasileira. Para Paulo Freire (2000), a não valorização dos idosos por parte dos governos, traz como uma das consequências a sua autodesvalorização. Ele afirma ainda que:

na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultam de comandos estranhos, já não se integra, acomoda-se, ajusta-se. (FREIRE. 2000, p. 50).

Isso implica considerar que, a medida que os idosos são esquecidos, é porque eles estão sendo tratados como descartáveis para a sociedade. Isso causa neles um sentimento de inferioridade, de abandono e de desvalor. Sobre essa questão Bosi (1994), concebe que:

A velhice, que é um fator natural como a cor da pele, é tomada preconceitosamente pelo outro. Há, no trans- correr da vida, momentos de crise e identificação: na adolescência também nossa imagem se quebra, mas o adolescente vive um período de transição, não de declínio. O velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas de percorrer, as ruas mais

perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica eriçado de ameaças, de ciladas. Uma falha, uma pequena distração, são severamente castigadas (BOSI, 1994, p. 79).

Destarte, partindo da premissa de que a educação é um direito de todos, então considerase a pessoa idosa está amparada por lei a ter acesso a escolaridade, porquanto é através da experiência escolar que vai se reintegrando a sociedade. Neste sentido, a EJAI tem um papel fundamental na vida dos idosos, pois é ela que proporcionará a eles uma nova oportunidade de recomeço em várias áreas das suas vidas, resgatando assim, sua autoestima.

Para Gadotti (2003), os alunos da EJAI são protagonistas dessa modalidade de ensino, pelas características adquiridas ao longo de suas vidas, pelos desafios e adversidades que passaram e pela coragem de voltarem a uma sala de aula para adquirirem mais conhecimentos. Ele observa que, em função dessas características, é necessário utilizar de metodologias pedagógicas adequadas, para que se sintam motivados e valorizados em sala de aula. Ele também afirma:

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o aluno através de uma metodologia apropriada, uma metodologia que resgate a importância da sua biografia. (GADOTTI. 2003, p. 21).

Dessa forma, é mister que as escolas e os profissionais da educação estejam aptos para atender os alunos da EJAI, levando em conta uma proposta curricular reestruturada, uma metodologia pedagógica adequada a faixa etária deles, propiciando a eles a aprendizagem de novos saberes, buscando com isso ratificar sua permanência na escola.

Considerando o que foi discorrido acima, entendemos é que a partir da criação e promulgação do Estatuto do Idoso em 01/10/2003, que objetivou dar visibilidade social, cultural e política a essa categoria de pessoas que forma a população brasileira, como também dar garantia de direitos, como assegurar seu direito de cidadania, lhe concedendo acesso a vários serviços e benefícios públicos garantidos por lei como: gratuidade em transportes públicos, cinemas, teatros, alguns medicamentos, a Educação de Jovens e Adultos está incluso nesses direitos. Neste sentido, a modalidade de ensino EJA tende a contemplar esse segmento da sociedade, associando aos seus discentes os idosos. Dessa forma a EJA concede a eles a oportunidade e a dignidade de recomeçarem seus estudos de onde foram interrompidos, corroborando assim, na realização de um dos projetos mais importantes de suas vidas que é a conclusão de seus estudos e, por conseguinte, motivando-os a continuarem sua jornada estudantil, ao incentivarem a prestarem vestibular para cursarem o nível superior. Portanto, a

EJAI, não se limita apenas a inserir mais um segmento social em sua modalidade de ensino, mas os possibilitam a continuarem estudando.

Em meio ao programa de valorização do idoso, observamos que a Lei nº 13.632 de 6 de março de 2018, que alterou a Art. 37 da LDB (9394/96), afirma que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” Com efeito, essa lei ratifica o direito à educação para os idosos desse país.

Consideramos relevante ressaltar que vários outros programas educacionais foram criados com a finalidade de fazer com que jovens e adultos voltassem para a escola para concluírem seus estudos. Os programas para este fim que mais tiveram evidência foram: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), PBA, Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Apesar de todos esses programas, a taxa de analfabetismo continuou alta. Sobre esse paradoxo, Gadotti (2003), afirma o seguinte:

Mesmo com o esforço do Programa Brasil Alfabetizado, instituído pelo governo Lula, não avançamos o suficiente para termos realmente algum orgulho nessa área. A sociedade ficou esperando, em 2003, um programa de mobilização que não aconteceu. O Programa Brasil Alfabetizado do MEC, mesmo com todo o trabalho desenvolvido, e a generosidade de seus promotores, ainda está aquém do esperado. Milhões de brasileiros foram alfabetizados, é verdade, mas não conseguiram dar continuidade a seus estudos nos estabelecimentos oficiais de ensino. E todos sabemos que, quando não se garante a continuidade, corre-se o risco de regressão (reversão) ao analfabetismo. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém alfabetizado. (GADOTTI, 2003, p. 14).

Gadotti (2003), demonstra um problema que parece ter várias causas como: a dificuldade dos programas serem eficientes, a falta de sinergia entre o MEC e as secretarias de educação estaduais e municipais, a limitação das metodologias pedagógicas, a pouca perseverança dos alunos em prosseguirem estudando, as dificuldades que os alunos têm que diminuem seus ânimos para os estudos, a pouca perspectiva de continuar seus estudos após concluírem essa modalidade de ensino, além de outros fatores de ordem política, como as verbas orçamentárias destinadas para ela não correspondem com as suas reais necessidades.

Analizando todas essas causas e fatores descritos acima, parece que o analfabetismo é mais eficiente do que os programas criados pelos governos para combatê-lo. Sobre essa complexa realidade Gadotti (2003), considera o seguinte:

Antes de mais nada é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais. (GADOTTI, 2003, p. 11).

As considerações de Gadotti (2003), revelam que o ponto de partida das causas que dificultam o funcionamento eficiente dos programas do governo para a EJA está nas políticas educacionais que não conseguem alcançar os objetivos por elas pretendidos como o fim uma significativa redução do analfabetismo, principalmente nas regiões mais carentes do Estado brasileiro. Neste sentido, se os programas educacionais do governo não conseguem ser efetivados pedagogicamente em sala de aula, é difícil eles fazerem a diferença na vida dos alunos. A consequência dessa ineficiência é a evasão dos alunos dessa modalidade de ensino, contribuindo assim para que o índice do analfabetismo continue alto. Com efeito, o básico é primeiramente identificar as causas que contribuem para evasão escolar, para tratá-la de forma eficiente, combatendo assim o analfabetismo.

Diante de tudo que foi discorrido a partir das perquirições em documentos oficiais, legislação e autores citados, este capítulo apresentou uma inconstância história da EJA, construída a partir de uma obliterada visão dos governos que comandaram o Brasil ao longo de séculos sobre educação e uma ignorante compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos, da carência generalizada das classes menos favorecidas, dos privilégios garantidos às classes dominantes, de um projeto de alfabetismo funcional e dos ineficazes programas educacionais voltados para erradicar o analfabetismo.

O resultado dessas ações incongruentes é que a EJA avançou de forma tímida, não alcançando seu principal objetivo que é a erradicação do analfabetismo e, por conseguinte, não tendo êxito no combate a evasão escolar. Mas esse resultado não anula a relevância da EJA na vida daqueles que desejam uma segunda chance de recomeçar seus estudos, fazendo disso um projeto de vida a ser conquistado. Para tal propósito, a EJA se apresenta como uma importante aliada na realização de sonhos e projetos na vida de seus estudantes. Ela também é importante para desenvolver uma consciência cidadã nos alunos no que tange às injustiças sociais, o preconceito estrutural, as diferenças de classes, o subemprego, o elitismo da educação universitária, a cultura da miséria, ausência de consciência ética, a má distribuição de renda e outras mazelas de ordem, política, social, econômica e cultural.

Nesta perspectiva, a EJA contribuiu para que os alunos aprendam a ter um pensamento reflexivo sobre a história do mundo, do Brasil e das suas. Ela capacita aos alunos a terem um olhar diferenciado, mais causal, mais subjetivo, mais contextualizado, mais verossímil da realidade. e promover um olhar refletivo sobre a história dessa modalidade de ensino, permite que se tenha compreensão de como podemos melhorá-la. A EJA pode favorecer o desenvolvimento dos sujeitos se sua base for compreendida pela sociedade, escola e alunos. Por fim, consideramos que é preciso haver mais investimento para a EJA e concomitantemente, haver campanhas que promovam sua valorização, pois ela é a porta de entrada para as pessoas que tiveram seus estudos interrompidos por problemas não resolvidos. Por conseguinte, ela se configura na oportunidade de um novo recomeço para pessoas que desejam concluir seus estudos, almejar uma profissão mais rentável, lhe proporcionar uma melhor qualidade de vida, através dessa modalidade de ensino.

CONCLUSÃO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela um percurso complexo, marcado por desafios históricos e sociais que refletem as desigualdades estruturais do país. A EJA, embora reconhecida como uma modalidade da educação básica, ainda luta para se desvincular de sua antiga função meramente funcional e compensatória. O reconhecimento de sua importância como ferramenta de inclusão social é fundamental para que cumpra seu papel de resgatar a cidadania e promover a transformação social. Para que isso ocorra, é imprescindível que haja um comprometimento real das políticas públicas em atender as necessidades educacionais dessa parcela da população.

Ademais, a EJA deve ser reestruturada para oferecer um currículo que respeite e valorize a diversidade dos alunos. Essa diversidade se reflete em suas experiências de vida, contextos socioeconômicos e culturais, o que exige uma abordagem pedagógica adaptada e inclusiva. Investir em formação continuada para educadores é essencial, assim como a criação de ambientes de aprendizagem que incentivem a participação ativa dos alunos. O envolvimento da comunidade e a colaboração entre diferentes instituições também podem fortalecer o processo educativo, promovendo uma rede de apoio para os estudantes.

É necessário também que o sistema educacional amplie suas estratégias para minimizar a evasão escolar, um problema recorrente na EJA. Isso inclui a implementação de programas de apoio financeiro e psicológico, bem como a flexibilização de horários e formatos de aulas que considerem as responsabilidades dos alunos, muitos dos quais são trabalhadores ou

cuidadores. Promover um ambiente educativo acolhedor e motivador pode fazer a diferença na trajetória desses estudantes, incentivando sua permanência e comprometimento com os estudos.

Por fim, a EJA deve ser vista como uma oportunidade não apenas de alfabetização, mas de formação integral, que capacite os alunos a exercerem plenamente sua cidadania e a se inserirem no mercado de trabalho de forma qualificada. O fortalecimento da EJA é, portanto, uma questão de justiça social e um passo crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Ao promover a educação como um direito fundamental, o Brasil pode, de fato, avançar na superação das desigualdades que historicamente marcam sua trajetória.

REFERÊNCIAS

- _____. Senado Federal. Anais. 1879 a 1881. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AP_Apresentacao.asp.html. Acesso em 14 de outubro de 2024.
- AGUIAR, A. *República da Ignorância: analfabetos no país já somam 60 milhões*. 1993. Disponível em: https://dph.ritimo.org/en/corpus_auteur/fiche-auteur-1.html. Acessado em 23 de outubro de 2024.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 2006, São Paulo. Editora: Moderna.
- ARAÚJO, Antonio et al. *Ordem e Progresso*. 2015, Lisboa-Portugal. Ed. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ARELARO, Lisete Gomes; KRUPPA, Sônia Portella. *A educação de jovens e adultos*. 2002, São Paulo. Ed. Xamã.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Curriculum, território em disputa*. 2007, Petrópolis/RJ, Editora: Vozes.
- BARRETO, Maribel Oliveira; BESERRA, Valesca. *Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos*. Cairu em Revista. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 164-190. Disponível em: http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10_TRAJETORIA_EDUCACAO_JOVENS_ADULTOS.pdf.html. Acessado em: 14 de outubro de 2024.
- BARRETTO, E. S. de S.; ARELARO, L. R. G. *A municipalização do ensino de 1º grau*. tese controvertida. Revista da Faculdade de Educação, v. 11, n. 1-2, p. 193-210, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/html>. Acessado em 23/10/2024.
- BARREYRO, G. B. O. *Programa Alfabetização Solidária: terceirização no contexto da reforma do Estado*. Educ. rev., Curitiba, n. 38, p. 175-191, Dec. 2010.
- BEZERRA, J. S. *Educação de jovens e adultos: a importância e a contribuição da afetividade na relação professor-aluno*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 1994, São Paulo: Cia das Letras.
- BOVO, Vanilda Galvão. *O uso do computador na Educação de Jovens e Adultos*. Revista PEC, Curitiba, V.2. n.1, p. 105–112. Ano julho, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Constituições Brasileiras: 1824. vol. I. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados](#). Acessado em: 23 de outubro de 2024.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados](#). Acessado em 23 de outubro de 2024.
- COLETI, L. M. B. *Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos programas de EJA (educação de jovens e adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas*. In: 17º Congresso de Leitura do Brasil. Anais..., Campinas, 2009. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3895.pdf.html Acessado em: 23 de outubro de 2024.
- Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE 11/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, DF: CNE, 2000b.
- COSTA, C. G. *Desafios Da EJA em Face das Transformações Do Trabalho*. Revista Lugares de Educação, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 90–103, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/16338.html>. Acessado em: 24 out. 2024.
- COSTA, D.M.V. *Lourenço Filho e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Estado do Espírito Santo em 1947*. 2006. Disponível em: https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoes_Relatos/0126.pdf.html. Acessado em: 24 de outubro de 2024.
- CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2016, São Paulo. Editora: Cortez.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. *Visões da educação de jovens e adultos no Brasil*. 2001, Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 58-77.
- FÁVERO, O. Motta, E. (Orgs.). *Educação popular e educação de jovens e adultos*. 2016, RJ. Ed. Petrópolis.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 1996, São Paulo. Ed. Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: um cenário possível para o Brasil. 2003. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/EJA_Um_cenario_posivel_2003.pdf.html. Acessado em: 21 de outubro de 2024.

- GADOTTI, Moacir. *Escola vivida, escola projetada*. 1992, Campinas. Editora: Papirus.
- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 1979, São Paulo. Série Educação.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil*. 2012, Edições MEC/UNESCO.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos*. 2000, São Paulo. CEDI, Ação Educativa.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: Do império à República*. 5ªed. V. 5. 1997, Rio de Janeiro. Editora: Bertrand Brasil.
- IRELAND, Timothy. *A história recente da mobilização pela educação de jovens e adultos no Brasil à luz do contexto internacional*. In: Alfabetização e Cidadania – Revista de Educação de Jovens e Adultos. 2002, São Paulo. Ed. RAAB.
- KANG, T. H. *Educando a Elite para garantir o Progresso Nacional: Políticas Educacionais e Ensino Primário no Brasil, 1930-1964*. Anais do XLI Encontro Nacional de Economia. Nº 35. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2014. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i3-246f81cc581efebd9a000b0b75e7578a.pdf.html. Acessado em 21 de outubro de 2024.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva. *Afetividade nas práticas pedagógicas. Temas em Psicologia*. 2012. Campinas, v. 20, nº 2.
- LEMOS, André. Lévy. Pierre. *O Futuro da Internet: em direção a uma cyber democracia*. 2010, São Paulo. Editora: Paulus.
- MAZO, GZ; LOPES, MA; BENEDETTI, T.B. *Atividade Física e o Idoso: Concepção Gerontológica*. 2004, Porto Alegre. Ed.: Sulina.
- MEC. Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado (PBA). 2017. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/pba.html> . Acessado em 22 de outubro de 2024.
- MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos*. 2008. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf.html. Acesso em 18 de outubro de 2024.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil alfabetizado. Disponível em: <https://www.mec.gov.br.html>. Acesso em 16 de outubro de 2024.
- NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. 2018, Curitiba. Revista Educar, nº 31, p. 169- 189. Editora da UFPR.
- PAIVA, Vanilda. P. *Educação popular e educação de adultos*. 1983, São Paulo. Edições: Loyola.
- PILETTI. Claudino. *Filosofia da Educação*. 1997, São Paulo. Editora: Ática.

ROCHA, Halline Fialho da; KARL, Helena de Azevedo; VEIGA, Marise Schmidt; GUIMARÃES, Michele. *As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia em Foco*. Petrópolis, 2002. Disponível em:
<https://www.pedagogiaemfoco.pro.br.html>. Acessado em 22 de outubro de 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 2002, Petrópolis, RJ. Editora: Vozes.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2007, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

SOUZA JUNIOR, M. R. A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil. 2012. UERJ. Disponível em:
<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/14745.html>. Acessado em 24 de outubro de 2024.

STEPHANOU, M. *História e memórias da educação no Brasil, Século XX*. 2005, Petrópolis, RJ. Editora: Vozes.

STRELHOW, T. B. *Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil*. 2010. Revista HISTEDBR on-line, v. 10, nº 38, p. 49-59

TRINDADE, Hélgio; BLANQUER, Jean-Michel (Orgs.). *Os desafios da educação na América Latina*. 2002, Petrópolis, RJ. Editora: Vozes.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 1997, Rio de Janeiro. Ed. Record.

VIEIRA, M. C. *Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos. v. 1: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil*. 2004. Brasília. Editora da UFBR.

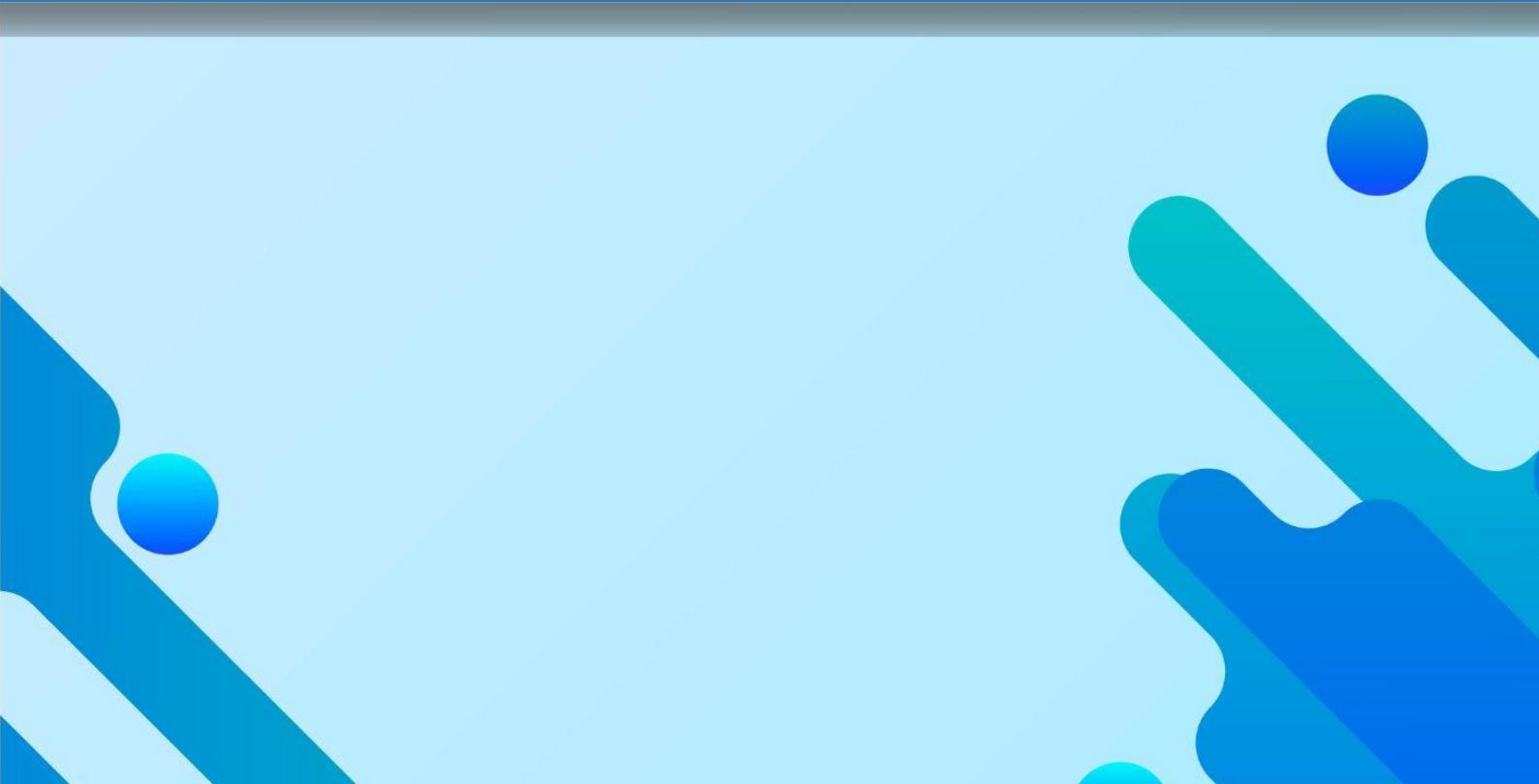
ZANETTI, Maria Aparecida. *As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos*. 1999. Caderno Pedagógico, n.2. APP – Sindicato.



ANÁLISE DOS FATORES DE SAÚDE E BEM-ESTAR EM ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**DIVALDO MARTINS DE SOUZA
MATHEUS NUNES DE SOUZA**

DOI: 10.29327/5449592.1-7



ANÁLISE DOS FATORES DE SAÚDE E BEM-ESTAR EM ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DOI: 10.29327/5449592.1-7

Divaldo Martins de Souza

Matheus Nunes de Souza

RESUMO

Considerando que a saúde física e mental dos estudantes universitários é muito afetada devido as exigências da vida acadêmica, os fatores de resiliência, qualidade de vida e bem-estar influenciam e são influenciado pela vida acadêmica. O estudo teve como objetivo verificar o perfil e as possíveis associações entre as variáveis de saúde, bem-estar, qualidade de vida e resiliência em estudantes universitários do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. O estudo foi do tipo descritivo, comparativo e correlacional, que analisou a resiliência, qualidade de vida e bem-estar de uma amostra casula de 101 acadêmicos de Educação Física da Universidade, adotando os instrumentos Whoqol Brief, Pentáculo do Bem-estar e escala de resiliência para sua análise, se adotou a estatística descritiva através de valores absolutos e relativos, da média e do desvio padrão, além do teste t de Student, da Anova one way e da correlação de Pearsom, usando um $p<0,05$ para as inferências estatísticas. Se observou uma prevalência de resiliência média e qualidade de vida e bem-estar regular na amostra, as mulheres apresentam maior grau de resiliência, os casados são mais resilientes, os pretos são mais resilientes e os brancos tem maior risco coronariano, além de inúmeras correlações significativas entre as variáveis estudadas. O estudo aponta para uma necessidade de atenção da instituição em dispor de ferramentas de atenção e acompanhamento aos acadêmicos, para a melhoria de sua saúde física e mental.

Palavras-chave: Resiliência, Bem-estar, qualidade de vida, estudantes universitários.

ABSTRACT

Considering that the physical and mental health of university students is greatly affected due to the demands of academic life, the factors of resilience, quality of life and well-being influence and are influenced by academic life. The objective of this study was to verify the profile and possible associations between the variables of health, well-being, quality of life and resilience in university students of the Physical Education Course of the State University of Pará. The study was descriptive, comparative and correlational, which analyzed the resilience, quality of life and well-being of a chasuble sample of 101 Physical Education students at the University, adopting the Whoqol Brief, Pentacle of Well-being and resilience scale instruments for its analysis, descriptive statistics were adopted through absolute and relative values, mean and standard deviation, in addition to Student's t-test, one-way Anova, and Pearsom's correlation, using a $p<0.05$ for statistical inferences. If there was a prevalence of medium resilience and quality of life and regular well-being in the sample, women have a higher degree of resilience, married people are more resilient, blacks are more resilient, and whites have a higher coronary risk, in addition to numerous significant correlations between the variables studied. The study points to a need for attention from the institution to have tools for attention and monitoring of students, to improve their physical and mental health.

Keywords: Resilience, Well-being, quality of life, university students.

RESUMEN

Considerando que la salud física y mental de los estudiantes universitarios se ve muy afectada debido a las exigencias de la vida académica, los factores de resiliencia, calidad de vida y bienestar influyen y son influenciados por la vida académica. El objetivo de este estudio fue verificar el perfil y las posibles asociaciones entre las variables de salud, bienestar, calidad de

vida y resiliencia en estudiantes universitarios del Curso de Educación Física de la Universidad Estadual de Pará. El estudio fue descriptivo, comparativo y correlacional, el cual analizó la resiliencia, calidad de vida y bienestar de una muestra de casulla de 101 estudiantes de Educación Física de la Universidad, adoptando para su análisis los instrumentos Whoqol Brief, Pentáculo de Bienestar y escala de resiliencia, se adoptó estadística descriptiva a través de valores absolutos y relativos, media y desviación estándar, además de la prueba t de Student, el Anova de un factor y la correlación de Pearsom, utilizando un $p<0,05$ para las inferencias estadísticas. Si en la muestra hay una prevalencia de resiliencia y calidad de vida y bienestar regular medias, las mujeres tienen un mayor grado de resiliencia, las casadas son más resilientes, las negras son más resilientes y las blancas tienen un mayor riesgo coronario, además de numerosas correlaciones significativas entre las variables estudiadas. El estudio apunta a una necesidad de atención desde la institución para contar con herramientas de atención y seguimiento de los estudiantes, para mejorar su salud física y mental.

Palabras clave: Resiliencia, Bem-estar, qualidade de vida, estudantes universitários.

INTRODUÇÃO

De acordo com a UNIT (2024), a vida do estudante universitário é um período de grandes transformações e desafios, repleta de novas experiências, aprendizados e oportunidades, a busca por conhecimento, a construção da identidade profissional e a experiência de vida autônoma são apenas alguns dos desafios que marcam essa fase da vida, o que leva a altos níveis de estresse, ansiedade e dificuldades para conciliar os estudos com outras responsabilidades, embora, seja um período de grande crescimento pessoal e profissional. Inclusive, Ribeiro (2024), aponta que esse é um período repleto de incertezas e pressão por rendimento acadêmico, provocando em uma parte dos estudantes, quadros de ansiedade, depressão e até mesmo pensamentos suicidas. O ingresso no ensino superior é uma transição que traz potenciais repercussões para o desenvolvimento psicológico dos jovens estudantes. Em primeiro lugar, ela representa muitas vezes a primeira tentativa importante de implementar um senso de identidade autônomo, tentativa esta traduzida por meio da escolha profissional (ou tentativa de escolha), que é uma tarefa típica do desenvolvimento na passagem da adolescência para a vida adulta, dessa forma, a entrada na universidade implica uma série de transformações nas redes de amizade e de apoio social dos jovens estudantes.

Segundo Ribeiro (2024), com o ritmo acelerado que a vida universitária impõe, não é raro problemas à saúde mental dos estudantes. A manutenção da saúde mental é fundamental para se alcançar um desempenho adequado nos estudos, bem como socializar, adquirir independência e estabilidade emocional.

Para Teixeira (2008), o mundo universitário é bem menos estruturado que o escolar, os colegas não são mais os mesmos, se faz necessário estabelecer novos vínculos de amizade, o jovem conta apenas com seus próprios recursos psicológicos e o apoio das redes formadas anteriormente ao ingresso na universidade para enfrentar eventuais dificuldades que possam

surgir pela frente, o que implica em se integrar socialmente com as pessoas desse novo contexto, participando de atividades sociais e desenvolvendo relações interpessoais satisfatórias.

Para UNIT (2024), a manutenção da saúde mental durante a vida universitária é um desafio e é o segredo para o sucesso acadêmico e pessoal. Quando o universitário adota estratégias eficazes de autocuidado, estes podem gerenciar melhor o estresse, melhorar seu bem-estar geral e criar uma base sólida para o sucesso futuro, sendo a saúde mental tão importante quanto o desempenho acadêmico e o autocuidado favorecendo um maior preparo para o enfrentamento dos desafios da vida universitária.

Ser universitário não é apenas frequentar aulas e estudar para provas, é uma fase de transição que exige um equilíbrio na vida acadêmica, pessoal, social e, por vezes, profissional, o que torna comum que os estudantes experimentem sentimentos de sobrecarga, ansiedade e, em alguns casos, até depressão. As expectativas elevadas, tanto internas quanto externas, podem contribuir para um aumento da pressão psicológica. A alta pressão, a manutenção de uma vida social ativa e o planejar o futuro profissional, o afastamento da família e ajustes a uma nova rotina, juntos, combinam para riscos à saúde mental do universitário (UNIT, 2024; Ribeiro, 2024).

Fatores como resiliência, saúde mental, qualidade de vida, bem-estar e risco coronarianos são indicadores importantes de saúde na vida de estudantes universitários, os quais devem ser estudados e identificados para que se possa promover ações capazes de conduzir estes universitários à uma vida melhor e mais saudáveis em todos os contextos.

A Resiliência é a capacidade de se adaptar positivamente a situações adversas, de superar obstáculos e de se recuperar de traumas, é a habilidade de se levantar após uma queda, de aprender com as dificuldades e de continuar avançando em direção aos seus objetivos (Rosendo et al., 2022). É um assunto cada vez mais estudado no mundo, especialmente em estudantes universitários é muito relevante. A vida universitária, embora repleta de oportunidades e experiências enriquecedoras, também apresenta uma série de desafios que podem testar a capacidade de adaptação e superação dos estudantes, onde a resiliência emerge como uma qualidade fundamental para enfrentar as adversidades e alcançar o sucesso acadêmico, se tornando uma habilidade fundamental para o sucesso na vida universitária e profissional. Ao desenvolver a resiliência, os estudantes estarão mais bem preparados para enfrentar os desafios e alcançar seus objetivos.

De acordo com Silva (2020), múltiplos fatores podem desafiar a resiliência de estudantes universitários, como a carga horária de estudos e de trabalho, a pressão constante por resultados na formação, o processo de adaptação ao novo ambiente, dificuldades financeiras, além de questões pessoais.

Relativamente à carga horária, intensa normalmente, decorrente da combinação de aulas, trabalhos, provas e atividades extracurriculares, geradoras de um elevado grau de estresse; quanto a pressão por resultados, a expectativa de obter boas notas e construir um currículo sólido geram ansiedade e frustração; relativamente à adaptação a um novo ambiente, é influenciado por mudanças de cidade, novas amizades e se adaptar a um novo estilo de vida, fatores desafiadores na vida do estudante; quanto às dificuldades financeiras, decorre da necessidade de trabalhar para se manter, comprometendo o tempo dedicado aos estudos; quanto as questões pessoais, problemas familiares, de saúde ou relacionamentos também podem afetar o desempenho acadêmico (Rosendo et al., 2022).

O estudante resiliente é capaz de aprimorar suas experiências de aprendizagem, mantendo sua motivação mesmo diante de problemas ou de frustrações com o curso ou a instituição, o que reduz o índice de evasão universitária. A resiliência tem efeito positivo no bem-estar psicológico dos acadêmicos, sendo um importante fator de proteção contra sintomas de estresse, ansiedade, solidão e depressão. Dessa forma, investir em intervenções focadas no autoconhecimento, como a psicoterapia, ou na ampliação da autoeficácia, das estratégias de enfrentamento e da adoção de uma atitude colaborativa com os colegas pode representar um avanço importante para a promoção da saúde e para o sucesso e satisfação destes.

Por outro lado, existem fatores capazes de contribuir para a Resiliência como, o suporte social, as habilidades de enfrentamento, o otimismo, a autoeficácia e o propósito (UNIT, 2024; Silva, 2020).

No aspecto do suporte social, a presença de amigos, familiares e comunidade universitária oferecem apoio emocional e prático; a capacidade de identificar e lidar com as emoções de forma saudável é fundamental para superar as dificuldades; uma visão positiva da vida e da capacidade de superar desafios pode impulsionar a resiliência; a crença na própria capacidade de alcançar os objetivos é um fator motivacional importante e ter um propósito de vida e objetivos claros pode fornecer um sentido de direção e motivação (UNIT, 2024; Silva, 2020).

O esforço para desenvolver a capacidade de resiliência deve ser contínuo e inclui algumas estratégias fundamentais como o cultivo de hábitos e relacionamentos saudáveis, o

cuidado com a saúde física e mental, o desenvolvimento de habilidades de gerenciamento do tempo, a prática da gratidão e a busca permanente por novas experiências. Tais estratégias, realizadas principalmente de forma combinada são capazes de promover o aumento substancial na capacidade de resiliência do estudante universitário.

Segundo a OMS, 1994 apud Pereira, Teixeira e Santos (2012), a qualidade de vida é considerada como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Para Silva e Heleno (2012), a qualidade de vida dos estudantes universitários é um tema complexo e multifacetado. Ao identificar os fatores que influenciam o bem-estar e adotar hábitos saudáveis, é possível superar os desafios da vida acadêmica e construir uma trajetória mais feliz e produtiva. Devido sua característica multifacetária, múltiplos fatores afetam a qualidade de vida, dentre eles se pode apontar a carga horária de trabalho e estudo, a constante pressão por resultados significativos da formação, a comum dificuldade financeira que pode obrigar além dos estudos, cargas de trabalho elevadas durante a semana para auxiliar na manutenção dos estudantes, conflitos e dificuldades interpessoais desafiadoras, a saúde normalmente afetada por má alimentação, dificuldades com o sono e o sedentarismo, fatores que deprimem a qualidade de vida e aumentam sensivelmente o estresse sobre os estudantes universitários.

Porém, nem tudo está perdido, algumas estratégias e rotinas adotadas pelos acadêmicos podem auxiliar na busca de uma melhor qualidade de vida, dentre elas estão uma melhor organização e planejamento de tempo das atividades prioritárias, um maior cuidado e atenção com sua própria saúde, a busca de apoio quando sentir a necessidade deste e evitar excessos com as redes sociais.

De acordo com a OMS (2002) apud Unasus (2024), saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional, pode incluir a capacidade de um indivíduo apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica.

A UNIT (2024) indica que a combinação de uma carga horária intensa, pressão por resultados, dificuldades financeiras e a necessidade de se adaptar a um novo ambiente podem gerar altos níveis de estresse, ansiedade e, em alguns casos, depressão.

Se pode apontar como os principais desafios para a saúde mental, a) o estresse causado pela busca por excelência acadêmica, a necessidade de conciliar estudos com trabalho e vida

social, além de preocupações com o futuro profissional, podem gerar níveis elevados de estresse, b) a ansiedade decorrente da preocupação excessiva com o desempenho acadêmico, a avaliação constante e a incerteza sobre o futuro podem levar ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade, c) a depressão decorrente de sentimentos de tristeza, desânimo, perda de interesse em atividades antes prazerosas e dificuldade de concentração são sintomas comuns da depressão entre estudantes universitários, d) o isolamento social devido a dificuldade em estabelecer novas amizades, a sensação de não pertencer a um grupo e a busca excessiva por atividades individuais podem levar ao isolamento social, f) os distúrbios do sono, problemas comuns entre os estudantes, afetando diretamente a saúde mental e o desempenho acadêmico (UNIT, 2024).

De acordo com Ribeiro (2024), estratégia para eficazes para a busca da saúde mental passam primeiramente, por cultivar um estilo de vida saudável. Isso inclui uma alimentação equilibrada e a prática regular de exercícios físicos. Atividades físicas ajudam na redução do estresse e na melhora da qualidade do sono, além de melhorar a concentração. Não se isolar é outra dica importante. Manter contato com amigos, familiares e colegas de turma ajuda a compartilhar as experiências e as dificuldades. Isso pode contribuir para reduzir o sentimento de solidão que por vezes acompanha a vida universitária.

Ribeiro (2024) ainda aponta que os professores são frequentemente os primeiros a perceber as mudanças nos comportamentos dos alunos. Estão em uma posição única para identificar sinais precoces de problemas de saúde mental dos estudantes, como depressão ou ansiedade. Isto dá-lhes a chance única de fornecer apoio crucial a seus alunos muito antes que a situação se torne crítica. No entanto, é importante lembrar que os educadores não são profissionais de saúde mental. Embora possam ajudar a identificar problemas, a sua principal função é orientar os estudantes a procurar ajuda profissional. O conhecimento e a empatia podem desempenhar um papel significativo em incentivar os alunos a procurar o auxílio necessário, abrindo portas para intervenções eficazes, como a hipnose clínica.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o bem-estar faz parte do conceito de saúde e é definido como um estado de satisfação no qual a pessoa se sente bem física e emocionalmente (FCSH, 2020).

O Bem-estar engloba uma sensação geral de satisfação com a vida, incluindo aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais. Um estudante com alto nível de bem-estar é aquele que consegue equilibrar seus estudos, vida social e atividades de lazer, sentindo-se realizado e satisfeito com suas escolhas. Os fatores a seguir são considerados fatores predisponentes e

influenciadores do bem-estar: a) a saúde física, b) a saúde mental, c) as relações sociais, d) o desenvolvimento pessoal, e e) o ambiente de estudo. Fatores como uma boa alimentação, a prática regular de exercícios físicos, o sono de qualidade, a boa lida com o estresse, a ansiedade e outras emoções, manter contato com amigos e familiares além de buscar novas amizades, a busca permanente por novos conhecimentos e novas habilidades para a vida pessoal e profissional, procurar manter um ambiente de estudo e trabalho limpo e saudável, são certamente, fatores fundamentais para uma boa condição de bem-estar geral na vida UNIT, 2024; FCSH, 2020).

Investir na busca do bem-estar pode trazer melhorias no desempenho acadêmico, aumento na autoestima, redução nos níveis de estresse e de ansiedade, além de melhorias na qualidade de vida (UNIT, 2024),

De acordo com Chehuen Neto (2021), um fator de risco é definido como qualquer elemento clínico ou laboratorial associado ao surgimento e progressão de uma doença, durante um período variável de tempo. Os fatores de risco cardiovascular são divididos em modificáveis e não modificáveis. Os primeiros estão relacionados ao estilo de vida do indivíduo, como obesidade, sedentarismo, dieta inadequada, consumo excessivo de álcool, estresse, síndrome plurimetabólica, hipertensão arterial sistêmica (HAS), tabagismo e dislipidemias, e apesar de evitáveis, estão fortemente relacionados ao surgimento de doenças cardiovasculares (DCV). Entre os não modificáveis estão hereditariedade, idade avançada e gênero masculino.

O estudo dos temas propostos nesta investigação é de suma importância para a saúde geral e a vida do estudante universitário, em decorrência dos enormes desafios que as mudanças provocam em suas vidas, buscar respostas e elucidações para o tema, trazem a luz da ciência informações baseadas em dados reais, capazes de auxiliar estes nessa nova caminha pela vida universitária.

O objetivo desta investigação é verificar o perfil e as possíveis associações entre as variáveis de saúde, bem-estar, qualidade de vida e resiliência em estudantes universitários do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

MÉTODO

O estudo foi do tipo descritivo, comparativo causal e correlacional, realizado no período de 1 a 30 de setembro de 2024, no Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

A amostra foi constituída de 101 acadêmicos de diferentes semestres do curso e de ambos os gêneros, constituída de forma casual, a partir da adesão destes ao estudo.

Os instrumentos utilizados foram o Pentáculo do Bem-estar de Nahas (2001) para avaliação do bem-estar e seus componentes, o Whoqol brief da OMS para avaliação da qualidade de vida e seus domínios, o inventário de risco coronariano da Universidade Federal de Santa Maria (1990) e a escala de Resiliência de Wagnild e Young (1983). Estes foram preparados através de formulários do Google forms e enviado às turmas de acadêmicos do curso.

A análise dos dados foi feita através do pacote estatístico SPSS 25.0 (IBM), onde se adotou a prevalência dos dados categóricos através dos valores absolutos e relativos e dos dados numéricos através da média aritmética e do desvio padrão, para a comparação das prevalências se adotou o teste do qui-quadrado e para a comparação das médias entre dois grupos se adotou o teste t de Student e entre três grupos a Análise de variância de um critério, utilizou-se ainda do teste de Pearson para a análise da correlação entre as variáveis numérica. Foi adotado para a inferência estatística $p < 0,05$.

RESULTADOS

Os resultados do estudo são apresentados nas tabelas 1 a 12 a seguir, onde são apresentadas as análises descritivas, comparativas e correlacionais dos dados da investigação.

Tabela 1 - Prevalência amostral dos parâmetros categóricos (valores absolutos e valores relativos) e comparação das prevalências (teste do Qui-quadrado).

Variável	Classes	Prevalência		Comparação	
		N	%	χ^2	p
Gênero	Feminino	38	37,6	6,19	0,013*
	Masculino	63	62,4		
Etnia	Preta	16	15,8	24,73	<0,001*
	Branca	29	28,7		
Estado Civil	Parda	56	55,4		
	Solteiro	95	94,1	78,43	<0,001*
Irmãos	Casado	6	5,9		
	Não	13	12,9	55,69	<0,001*

Sim	88	87,1
-----	----	------

Na tabela 1 é possível constatar uma prevalência amostral significativa de acadêmicos do gênero masculino, de etnia parda, solteiros e com irmãos.

Na tabela 2 se percebe uma prevalência amostral significativa de acadêmicos com grau de resiliência boa, risco coronariano remoto, grau de qualidade de vida regular, grau de bem-estar regular, e dentre os parâmetros do bem-estar prevalência significativa no aspecto nutrição e comportamento preventivo em índice regular, na atividade física, relações sociais e controle de estresse em índice positivo.

Tabela 2 - Prevalência amostral dos parâmetros de classificação das variáveis estudadas (valores absolutos e valores relativos) e comparação das prevalências (teste do Qui-quadrado).

Variável	Classes	Prevalência		Comparação	
		N	%	χ^2	p
Grau de Resiliência	Baixa	4	4,0	75,52	<0,001*
	Razoável	34	33,7		
	Boa	57	56,4		
	Excelente	6	5,9		
Grau de Risco Coronariano	Remoto	62	61,4	46,59	<0,001*
	Abaixo da Média	33	32,7		
	Médio	6	5,9		
Grau de Qualidade de Vida	Necessita Melhorar	6	5,9	131,55	<0,001*
		88	87,1		
	Regular	7	6,9		
	Boa				
Bem Estar – Grau de Nutrição	Índice Negativo	11	10,9	36,26	<0,001*
	Índice Regular	60	59,4		
	Índice Positivo	30	29,7		

Bem Estar – Grau de Atividade Física	Índice Regular	12	11,9	58,70	<0,001*
	Índice Positivo	89	88,1		
Bem Estar – Grau de Comportamento Preventivo	Índice Negativo	12	11,9	25,21	<0,001*
	Índice Regular	53	52,5		
	Índice Positivo	36	35,6		
Bem Estar – Grau de Relações Sociais	Índice Regular	30	29,7	16,64	<0,001*
	Índice Positivo	71	70,3		
Bem Estar – Grau de Controle de Estresse	Índice Negativo	2	2,0	65,01	<0,001*
	Índice Regular	31	30,7		
	Índice Positivo	68	67,3		
Bem Estar – Grau de Geral	Índice Negativo	2	2,0	47,19	<0,001*
	Índice Regular	56	55,4		
	Índice Positivo	43	42,3		

Tabela 3 - Características descritivas quantitativas amostrais (média aritmética \pm desvio padrão) e comparação das médias quanto aos gêneros (teste t de Student).

Variável	Descrição		Comparação	
	Feminino	Masculino	t	p
Idade	$21,74 \pm 2,92$	$20,95 \pm 2,32$	1,41	0,163
Renda Familiar	$5,26 \pm 6,64$	$5,08 \pm 5,57$	0,14	0,887
Residentes no Lar	$3,00 \pm 0,99$	$3,94 \pm 1,64$	-3,58	0,001*
Quantidade de Irmãos	$1,67 \pm 1,09$	$1,91 \pm 1,56$	-0,86	0,390

Na tabela 3, onde observa a comparação entre homens e mulheres para os parâmetros de caracterização da amostra, foi verificada diferença significativa apenas no número de residentes do lar, apontando que os participantes do gênero masculino residem com mais moradores do mesmo lar.

Na tabela 4, onde se observa a análise comparativa entre os gêneros para as variáveis da investigação, se observa que as mulheres apresentam nível de domínio de relações sociais, índice geral de qualidade de vida e comportamento preventivo do bem-estar significativamente superior aos apresentados pelos homens da amostra, já os homens apresentam aceitação de si na resiliência e controle de estresse no bem-estar significativamente superior aos verificados entre as mulheres.

Tabela 4 - Características descritivas quantitativas amostrais (média aritmética \pm desvio padrão) e comparação das médias das variáveis do estudo quanto aos gêneros (teste t de Student).

Variável	Descrição		Comparação	
	Feminino	Masculino	t	p
Resiliência Total	123,58 \pm 17,76	129,63 \pm 11,63	-1,87	0,066
Resiliência – Pessoal	55,68 \pm 8,90	57,08 \pm 5,66	-0,87	0,390
Resiliência – Aceitação de si	67,89 \pm 10,18	72,56 \pm 7,65	-2,44	0,018*
Resiliência – Índice Médio	4,94 \pm 0,71	5,19 \pm 0,47	-1,87	0,066
Risco Coronariano	14,08 \pm 2,89	12,97 \pm 3,70	1,68	0,096
Qualidade de Vida – Domínio Físico	14,23 \pm 1,72	13,66 \pm 1,38	1,72	0,090
Qualidade de Vida – Domínio Psicológico	14,23 \pm 2,69	14,16 \pm 1,83	0,15	0,883
Qualidade de Vida – Domínio Relações Sociais	16,35 \pm 2,14	14,46 \pm 2,08	4,36	<0,001*
Qualidade de Vida – Domínio Meio Ambiente	13,74 \pm 2,17	13,21 \pm 1,90	1,23	0,224
Qualidade de Vida – Índice Geral	85,95 \pm 9,43	82,25 \pm 7,69	2,04	0,045*
Qualidade de Vida – Índice Geral Médio	3,58 \pm 0,39	3,43 \pm 0,32	2,04	0,045*
Bem Estar - Nutrição	1,51 \pm 0,64	1,46 \pm 0,43	0,41	0,682
Bem Estar – Atividade Física	2,26 \pm 0,63	2,41 \pm 0,42	-1,31	0,196
Bem Estar – Comportamento Preventivo	1,91 \pm 0,75	1,46 \pm 0,60	3,19	0,002*
Bem Estar – Relações Sociais	2,02 \pm 0,60	2,10 \pm 0,41	-0,76	0,452
Bem Estar – Controle do Estresse	1,82 \pm 0,49	2,11 \pm 0,38	-3,01	0,004*

Bem Estar – Índice Geral	$28,58 \pm 6,33$	$28,60 \pm 3,70$	-0,21	0,983
Bem Estar – Índice Geral Médio	$1,91 \pm 0,42$	$1,91 \pm 0,25$	-0,21	0,983

Tabela 5 - Características descritivas (média ± desvio padrão) e comparação das diferenças (teste t de Student) relativo aos grupos do estado civil.

Variável	Descrição		Comparação	
	Solteiro	Casado	t	p
Idade	$20,97 \pm 2,32$	$25,67 \pm 2,58$	-4,35	0,006*
Renda Familiar	$5,31 \pm 6,11$	$2,67 \pm 0,52$	3,99	<0,001*
Residentes no Lar	$3,68 \pm 1,49$	$2,00 \pm 0,00$	11,02	<0,001*
Quantidade de Irmãos	$1,87 \pm 1,46$	$1,33 \pm 0,52$	2,01	0,067

Na tabela 5, na comparação das variáveis de descrição da amostra, em relação ao estado civil se observa que os solteiros são significativamente mais jovens, tem maior renda familiar e mais residentes no mesmo lar quando comparados com os casados.

Na tabela 6, onde se observa a comparação das variáveis do estudo entre os grupos de acordo com o estado civil, se constata diferenças significativas em distintas variáveis, apontando que os casados apresentam maiores níveis de resiliência total e componente pessoal de resiliência, risco coronariano, do domínio psicológico da qualidade de vida, além de maiores níveis de bem-estar no componente de controle do estresse.

Tabela 6 - Características descritivas quantitativas amostrais (média aritmética ± desvio padrão) e comparação das médias das variáveis do estudo quanto ao estado civil (teste t de Student).

Variável	Descrição		Comparação	
	Solteiro	Casado	t	p
Resiliência Total	$126,68 \pm 14,57$	$138,00 \pm 6,99$	-3,51	0,008*
Resiliência – Pessoal	$56,15 \pm 7,04$	$63,00 \pm 2,69$	-5,22	<0,001*

Resiliência – Aceitação de si	$70,54 \pm 8,99$	$75,00 \pm 7,32$	-1,43	0,204
Resiliência – Índice Médio	$5,07 \pm 0,58$	$5,52 \pm 0,28$	-3,51	0,008*
Risco Coronariano	$13,31 \pm 3,52$	$14,67 \pm 1,37$	-2,05	0,068*
Qualidade de Vida – Domínio Físico	$13,81 \pm 1,47$	$14,86 \pm 2,23$	-1,14	0,305
Qualidade de Vida – Domínio Psicológico	$14,06 \pm 2,15$	$16,27 \pm 1,65$	-3,12	0,020*
Qualidade de Vida – Domínio Relações Sociais	$15,03 \pm 2,17$	$17,33 \pm 3,16$	-1,76	0,135
Qualidade de Vida – Domínio Meio Ambiente	$13,28 \pm 1,82$	$15,50 \pm 3,55$	-1,52	0,187
Qualidade de Vida – Índice Geral	$82,95 \pm 7,61$	$94,67 \pm 14,54$	-1,96	0,106
Bem Estar - Nutrição	$1,48 \pm 0,51$	$1,44 \pm 0,69$	0,13	0,904
Bem Estar – Atividade Física	$2,36 \pm 0,49$	$2,33 \pm 0,79$	0,08	0,943
Bem Estar – Comportamento Preventivo	$1,60 \pm 0,66$	$2,11 \pm 1,13$	-1,11	0,317
Bem Estar – Relações Sociais	$2,05 \pm 0,48$	$2,44 \pm 0,46$	-2,07	0,086
Bem Estar – Controle do Estresse	$1,96 \pm 0,44$	$2,56 \pm 0,17$	-7,09	<0,001*
Bem Estar – Índice Geral	$28,34 \pm 4,62$	$32,67 \pm 6,59$	-1,58	0,171

Tabela 7 - Características descritivas (média ± desvio padrão) e comparação das diferenças (Anova one way) relativo aos grupos étnicos.

Variável	Descrição			Comparação	
	Preta	Branca	Parda	Z	p
Idade	$20,75 \pm 2,18$	$20,45 \pm 2,11$	$21,80 \pm 2,79$	3,13	0,048*
Renda Familiar	$3,88 \pm 2,80$	$6,41 \pm 7,32$	$4,86 \pm 5,82$	1,09	0,341
Residentes no Lar	$3,13 \pm 0,81$	$3,48 \pm 0,99$	$3,77 \pm 1,82$	1,24	0,293
Quantidade de Irmãos	$1,29 \pm 0,47$	$1,96 \pm 2,12$	$1,91 \pm 1,04$	1,25	0,293

Em análise à tabela 7 se percebe apenas diferença significativa na variável de idade, quando se comparou os grupos de acordo com a etnia.

Tabela 8 - Determinação das diferenças entre os grupos etários para as variáveis de descrição da amostra (teste de Tukey).

Renda Familiar			
	Preta	Branca	Parda
Preta		0,922	0,308
Branca	0,922		0,054*
Parda	0,308	0,054*	

Como se pode constatar na tabela 8, os pardos tem idade significativamente superior aos demais grupos étnicos.

Na tabela 9 se pode constatar diferenças significativas entre os grupos étnicos apenas nas variáveis de resiliência total e aceitação de si, no risco coronariano e nos componentes de comportamento preventivo e controle de estresse no bem-estar.

Tabela 9 - Características descritivas quantitativas amostrais (média aritmética \pm desvio padrão) e comparação das médias das variáveis do estudo quanto ao grupo étnico (Anova one way).

Variável	Descrição			Comparação	
	Preta	Branca	Parda	Z	p
Resiliência Total	134,0 \pm 13,3	121,7 \pm 14,2	128,4 \pm 14,1	4,33	0,016*
Resiliência – Pessoal	59,00 \pm 5,59	54,28 \pm 6,29	57,04 \pm 7,54	2,70	0,072
Resiliência – Aceitação de si	75,00 \pm 9,17	67,41 \pm 9,66	71,36 \pm 7,94	4,22	0,017*
Resiliência – Índice Médio	5,36 \pm 0,53	4,87 \pm 0,57	5,14 \pm 0,56	4,33	0,016*
Risco Coronariano	12,69 \pm 4,05	14,98 \pm 3,49	12,76 \pm 3,00	4,70	0,011*
Qualidade de Vida – Domínio Físico	12,43 \pm 1,05	13,77 \pm 1,53	14,34 \pm 1,40	11,82	<0,001*
Qualidade de Vida – Domínio Psicológico	14,20 \pm 2,22	13,99 \pm 2,12	14,29 \pm 2,23	0,18	0,837
Qualidade de Vida–Domínio Relações Sociais	16,17 \pm 1,88	15,08 \pm 2,79	14,93 \pm 2,06	1,89	0,157

Qualidade de Vida – Domínio Meio Ambiente	13,00±1,91	13,43±2,03	13,52±2,04	0,41	0,664
Qualidade de Vida – Índice Geral	80,75±7,17	83,10±8,40	84,75±8,87	1,46	0,237
Qualidade de Vida – Índice Geral Médio	3,36±0,30	3,46±0,35	3,53±0,37	1,46	0,237
Bem Estar - Nutrição	1,63±0,36	1,59±0,47	1,38±0,57	2,31	0,105
Bem Estar – Atividade Física	2,42±0,38	2,40±0,53	2,32±0,53	0,41	0,667
Bem Estar – Comportamento Preventivo	1,33±0,60	1,89±0,69	1,58±0,69	3,77	0,026*
Bem Estar – Relações Sociais	2,33±0,34	2,01±0,57	2,02±0,46	2,89	0,060
Bem Estar – Controle do Estresse	2,00±0,52	1,71±0,31	2,15±0,42	10,88	<0,001*
Bem Estar – Índice Geral	29,13±4,11	28,79±4,42	28,34±5,25	0,20	0,822
Bem Estar – Índice Geral Médio	1,94±0,27	1,92±0,29	1,89±0,35	0,20	0,822

Tabela 10 - Determinação das diferenças entre os grupos etários para as variáveis do estudo (teste de Tukey).

Resiliência Total			
	Preta	Branca	Parda
Preta		0,016*	0,339
Branca	0,016*		0,097
Parda	0,339	0,097	
Resiliência – Aceitação de si			
	Preta	Branca	Parda
Preta		0,016*	0,303
Branca	0,016*		0,120
Parda	0,303	0,120	
Resiliência Média			
	Preta	Branca	Parda

Preta	[REDACTED]	0,016*	0,339
Branca	0,016*	[REDACTED]	0,097
Parda	0,339	0,097	[REDACTED]
Risco Coronariano			
	Preta	Branca	Parda
Preta	[REDACTED]	0,073	0,997
Branca	0,073	[REDACTED]	0,012*
Parda	0,997	0,012*	[REDACTED]
Bem Estar – Comportamento Preventivo			
	Preta	Branca	Parda
Preta	[REDACTED]	0,027*	0,414
Branca	0,027*	[REDACTED]	0,120
Parda	0,414	0,120	[REDACTED]
Controle do Estresse			
	Preta	Branca	Parda
Preta	[REDACTED]	0,067	0,407
Branca	0,067	[REDACTED]	<0,001*
Parda	0,407	<0,001*	[REDACTED]

Na tabela 10, quanto a resiliência total se observa que os participantes de etnia preta tem índice significativamente superior aos de etnia branca; quanto ao componente aceitação de si da resiliência, os pretos tem índice superior aos brancos; quanto ao risco coronariano, os brancos tem risco significativamente superior ao pardos; no componente comportamento preventivo do bem-estar, os brancos tem comportamento significativamente superior aos pretos; e no componente controle do estresse do bem-estar, os pardos tem índice significativamente superior aos branco.

Tabela 11 - Correlação bivariada (teste Pearson) entre as variáveis das características do estudo.

		P										
		ID	NIR	RP	RF	BECE	RSD	RC	QVDA F	QVDM A	QV	BERS
	ID		0,044*	0,013*	---	0,008*	---	---	---	---	---	---
	NIR	0,22		---	---	---	---	---	---	---	---	0,006*
r	RP	0,25	---		---	---	---	---	---	---	---	---
	RF	---	---	---		<0,001 *	0,043*	0,018*	0,003*	0,006*	---	---
	BECE	0,26	---	---	---		---	---	---	---	---	---
	RSD	---	---	---	0,59	---		---	---	---	---	---
	RC	---	---	---	-0,20	---	---		---	---	---	---
	QVDAF	---	---	---	0,24	---	---	---		---	---	---
	QVDMA	---	---	---	0,30	---	---	---	---		---	---
	QV	---	---	---	0,27	---	---	---	---	---		---
	BERS	---	-0,24	---	---	---	---	---	---	---	---	

*ID – Idade; NIR – Número de irmãos; RP – Resiliência Pessoal; RF – Renda Familiar; BECE – Bem-estar – Controle de Estresse; RSD – Residentes no Lar; RC – Risco Coronariano; QVAF – Qualidade de Vida – Domínio Atividade Física; QVDMA – Qualidade de Vida Domínio Meio Ambiente; QV – Qualidade de Vida; BERS – Bem Estar Relações Sociais.

Na tabela 11 se pode constatar correlações significativas, como por exemplo entre a idade e o número de irmãos, a resiliência pessoal e o bem-estar controle do estresse, significativas e positivas, indicando que o aumento da resiliência está associado a aumentos significativos nessas variáveis; entre o número de irmãos e o bem-estar relações sociais, positiva, indicando que o aumento deste componente do bem-estar está associado ao aumento no número de irmãos; entre a renda familiar e o número de residentes no lar, o domínio atividade

física e o meio ambiente da qualidade de vida e a qualidade de vida, todos positivos, indicando que o aumento da renda está associado ao aumento dessas variáveis, e negativo com o risco coronariano, indicando que o aumento da renda está associado a diminuição do risco coronariano.

Na tabela 12 se pode observar múltiplas correlações significativas importantes entre as variáveis estudadas. A resiliência tem correlação negativa com o risco coronariano e positiva com a qualidade de vida e seus domínios psicológico e de relações sociais, com o índice geral de bem-estar e seus componentes de atividade física, comportamento preventivo, de relações sociais e de controle do estresse. O componente pessoal da resiliência tem correlação negativa com o risco coronariano e positiva com a qualidade de vida e seu domínio psicológico, com o índice geral de bem-estar e seus componentes de relações sociais e de controle do estresse. O componente aceitação de si da resiliência tem correlação negativa com o risco coronariano e positiva com a qualidade de vida e seus domínios psicológico e de relações sociais, com o índice geral de bem-estar e seus componentes de relações sociais e de controle do estresse. O Risco coronariano tem correlação com o domínio psicológico da qualidade de vida, com o índice geral de bem-estar e com seus componentes de nutrição e relações sociais. O domínio psicológico da qualidade de vida te correlação positiva com o índice geral de bem-estar e com seus domínios de nutrição, atividade física, relações sociais e controle do estresse. A qualidade de vida tem correlação positiva com o índice geral de bem-estar e seus componentes de nutrição, atividade física, comportamento preventivo, relações sociais e controle do estresse.

Tabela 12 - Correlação bivariada (teste Pearson) entre as variáveis das características do estudo.

		P												
		RES	RP	RAS	RC	QVDP	QVDRS	QV	BEN	BEAF	BECP	BERS	BECE	BEIG
RES			<0,001*	<0,001*	0,004*	<0,001*	0,025*	<0,001*	---	0,008*	0,017*	<0,001*	<0,001*	<0,001*
RP	0,88			<0,001*	0,003*	<0,001*	---	0,001*	---	---	---	<0,001*	<0,001*	<0,001*
RAS	0,93	0,64		0,018*	<0,001*	0,012*	0,001*	---	---	---	---	0,001*	<0,001*	<0,001*
RC	-0,29	-0,29	-0,23		0,007*	---	---	0,036*	---	---	0,002*	---	0,026*	
QVDP	0,61	0,58	0,53	-0,27		0,018*	<0,001*	0,001*	0,001*	---	<0,001*	<0,001*	<0,001*	
QVDRS	0,22	---	0,25	---	0,24		---	---	---	---	---	---	---	---
QV	0,36	0,34	0,32	---	0,71	---		0,003*	0,029*	<0,001*	0,001*	0,002*	<0,001*	

BEN	---	---	---	-0,21	0,33	---	0,29		0,001*	0,004*	---	---	---	<0,001*
BEAF	0,26	---	---	---	0,33	---	0,22	0,33		---	<0,001*	0,039*	<0,001*	
BECP	0,24	---	---	---	---	---	0,43	0,28	---		---	---	---	
BERS	0,39	0,39	0,33	-0,30	0,35	---	0,33	---	---	0,35		0,001*	<0,001*	
BECE	0,42	0,41	0,36	---	0,35	---	0,31	---	---	0,21	0,31		<0,001*	
BEIG	0,47	0,50	0,36	-0,22	0,49	---	0,54	0,61	---	0,66	0,59	0,51		

* RES – Resiliência; RP – Resiliência Pessoal; RAS – Resiliência Aceitação de Si; RC – Risco Coronariano; QVDP – Qualidade de Vida Domínio Psicológico; QVDRS – Qualidade de Vida Domínio Relações Sociais; QV – Qualidade de Vida; BEM – Bem-estar Nutrição; BEAF – Bem-estar Atividade Física; BECP – Bem Estar Comportamento Preventivo; BERS – Bem Estar Relações Sociais; BECE – Bem-estar Controle do Estresse; BEIG – Bem Estar Índice Geral.

DISCUSSÃO

Silva (2020), em seu estudo com 183 acadêmicos de Ciências Contábeis, encontrou em sua amostra, idade média de 25,4 anos, 59% do gênero masculino, 89% solteiros, 52% com renda inferior a 5 salários mínimos, enquanto nessa pesquisa a amostra apontou 62,4% do gênero masculino e 94,1 de solteiros, com idade média de 21,25, indicando uma amostra mais jovem, porém, semelhante em relação as demais prevalências. Freitas et al. (2022) em estudo com 321 universitários da área da saúde de instituições mineiras encontraram 71,3% de mulheres, 53,89% de brancos, 92,83% de solteiros, 12,77% de fumantes e 72,59% de consumidores de bebida alcoólica.

Teixeira (2008) por outro lado, apontam em sua pesquisa, dificuldades iniciais de entrosamento com os novos colegas, questões relativas à saída da casa dos pais, problemas com as finanças, etc., como fatores que afetam a saúde mental dos universitários.

Rosendo (2022) em seu estudo com 361 acadêmicos de 3 diferentes IFES de Minas Gerais e de vários cursos, observou 74% da amostra com nível médio de resiliência, indicando que a resiliência pode auxiliar a aquisição de uma percepção mais positiva sobre si e a própria saúde, nessa pesquisa observamos 56,4% com resiliência Boa, um grau acima, porém, em uma menor prevalência.

Silva (2020) em seu estudo, observou que discentes do gênero masculino, os que estão ao final do curso e os que possuem alguma religião apresentaram, em média, maior resiliência, parecendo, estes fatores estarem associados aos melhores graus de resiliência.

Coleta e Coleta (2006), a partir de seus estudos com 252 acadêmicos, sobre bem-estar, apontam que a concepção de bem-estar passa prioritariamente pela satisfação de exigências relativas a saúde, paz, amizades, amor, dinheiro, família, trabalho, realizações, religiosidade e educação, nessa investigação, foi observado uma prevalência de 55,3% em grau regular de bem-estar.

Chehuen Neto et al. (2021) em seu estudo com 420 acadêmicos, observou taxas preocupantes de etilismo, tabagismo e consumo de drogas ilícitas, além de elevada prevalência de estresse, sintomas depressivos e ansiosos, cerca da metade de sua amostra referiu possuir hábitos alimentares inadequados e níveis de atividade física insuficientes e, um quarto dos estudantes apresentou sobre peso e obesidade, encontrando 7,9% de tabagistas e sugerindo que o ambiente e a rotina universitária podem influenciar negativamente a alimentação, devido, a sobreposição de atividades, mudanças comportamentais, planejamento inapropriado do tempo e dificuldades econômicas. Em Nossa pesquisa observamos baixa prevalência de fumantes e de maus hábitos alimentares, que se verificou no diagnóstico do risco coronariano em grau remoto e 61,4% da amostra.

Nossa pesquisa ainda observou 87,1% de acadêmicos em grau regular de qualidade de vida, sugerindo que múltiplos fatores, como apontados por UNIT (2024), Ribeiro (2024) e Teixeira (2008) vem influenciando a qualidade de vida desses acadêmicos.

No estudo, ao se observar que as mulheres apresentam nível de domínio de relações sociais, índice geral de qualidade de vida e comportamento preventivo do bem-estar significativamente superior aos homens, enquanto os homens apresentam aceitação de si na resiliência e controle de estresse no bem-estar significativamente superior aos das mulheres, sugerindo que as mulheres lidam melhor com questões relativas a socialização e atitude de saúde preventiva, enquanto os homens se aceitam melhor e tem uma capacidade maior de lidar com os fatores estressantes da vida acadêmica.

O estudo apontou para que os casados apresentam maiores níveis de resiliência total e componente pessoal de resiliência, risco coronariano, do domínio psicológico da qualidade de vida, além de maiores níveis de bem-estar no componente de controle do estresse, sugerindo que o casamento influencia diretamente nas variáveis apontadas melhorando a resiliência e componentes do bem-estar, porém, afetando negativamente o risco coronariano.

Ecave et al. (2009) em um estudo com 30 universitários observaram no domínio físico 76,19, domínio psicológico 76,86, domínio social 73,33 e domínio meio ambiente 65,10, evidenciando domínios físico e psicológico em grau satisfatório, grau expressivo no domínio

social, porém inferior aos primeiros, enquanto no domínio meio ambiente , grau não muito satisfatório, já em nosso estudo, se observou os maiores índices de qualidade de vida no domínio relações sociais, seguido do psicológico, do físico e, por último, do domínio meio ambiente, diferindo relativamente do observado por Ecave et al. (2009), porém semelhante quanto ao domínio meio ambiente ocupando a última posição na análise dos domínios da qualidade de vida. Já Freitas et al. (2022) observaram maior grau no domínio físico, seguido do de relações sociais, do de meio ambiente e por último, do psicológico em estudantes da área da saúde.

Com relação a etnia, não se encontrou estudos que pudessem ser comparados com a pesquisa em questão, porém, chama a atenção os achados indicativos de os pardos têm maior idade que os demais, o risco coronariano é maior nos brancos, que também tem atitude preventiva à saúde maior, porém, os pardos têm melhor controle do estresse.

O estudo encontrou correlações importantes entre e idade e a resiliência pessoal e o bem-estar controle do estresse; entre a renda familiar e o domínio atividade física e o meio ambiente da qualidade de vida e a qualidade de vida, além de negativo com o risco coronariano, o qual apresentou correlação negativa com outras inúmeras variáveis do estudo; além da resiliência com a qualidade de vida e com o índice geral de bem-estar; a qualidade de vida tem correlação com o índice geral de bem-estar.

CONCLUSÃO

Considerando o objetivo da pesquisa, o estudo concluiu que há prevalência de resiliência média e qualidade de vida e bem-estar regular na amostra. As mulheres apresentam maior grau de resiliência, os casados são mais resilientes, os pretos são mais resilientes e os brancos tem maior risco coronariano. Esses fenômenos poderiam ser explicados pela exigência proposta pela vida acadêmica, que em geral exige demais dos acadêmicos, mas, as mulheres aprendem a conviver melhor que estas e os casados também, além, de questões culturais no Brasil, que exigem uma maior resiliência dos pretos do que das demais etnias.

É possível concluir ainda que as variáveis estudadas apresentam elevado graus de associação entre si, especialmente aquelas relacionadas à resiliência, risco coronariano e bem-estar, onde chama atenção a associação negativa entre o risco coronariano e as demais variáveis, indicando que aqueles que tem maior graus de bem-estar e de qualidade de vida tem menor risco coronariano, o que pode ser explicado pelos componentes de saúde física e mental abordados nos componentes da qualidade de vida e do bem-estar, favorecendo menor risco à saúde coronariana.

A vida acadêmica universitária parece sim ser um agente de elevado risco à saúde humana, obrigando a adoção de estratégias e estilo de vida saudável para lidar bem com tais agentes estressores. As instituições de ensino superior deveriam ter um olhar mais atento a estas questões, o que tornaria a vida acadêmica mais saudável e menos arriscada à saúde.

Se sugere a ampliação deste estudo, tanto para um maior número amostral quanto para uma maior abrangência do estudo, alcançando acadêmicos de outros cursos e fazendo uma análise destas variáveis de acordo com o semestre de estudo na Universidade do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

Chehuen Neto, J. A.; Oliveira, J. M. Gonçalves, L. S. B.; Castelo, B. B.; Paula, L. C.; Ferreira, R. E. Fatores de risco cardiovascular em estudantes de graduação de uma universidade pública federal: um estudo epidemiológico transversal. **Revista Médica de Minas Gerais**. Volume: 31 e-31117. 2021.

Coleta, J. A. D.; Coleta, M. F. D. Felicidade, Bem-Estar Subjetivo e Comportamento Acadêmico de Estudantes Universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 533-539, set./dez. 2006.

Ecave, C. et al. Nível de Qualidade de Vida de Universitários. **Revista do Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida - CPAqv** – n.1, v. 1, 2009.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. A Importância do Bem-Estar na Saúde. **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. www.fcsh.unl.pt, Lisboa, Portugal, 2020.

Freitas, P. H. B. et al. Perfil de qualidade de vida e saúde mental de estudantes universitários da área da saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e35011125095, 2022.

Nahas, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2001.

Pereira, E. F.; Teixeira, C. S.; Santos, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. educ. fís. Esporte**. 26 (2), Jun 2012, <https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>.

Ribeiro, E. Saúde Mental na Faculdade: desafios, importância e dicas de cuidado. **Sociedade brasileira de hipnose**. <https://www.hipnose.com.br/blog/saude-mental/saude-mental-na-faculdade/>. 2024.

Rosendo, L. S., Meireles, A. L., Cardoso, C. S., Bandeira, M. Relação entre Perfil, Hábitos, Vivências Acadêmicas e Resiliência de Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2022, v. 42, e242788, p. 1-16.

Silva, E. C.; Heleno, M. G. V. Qualidade de Vida e Bem-Estar Subjetivo de Estudantes Universitários. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 4, n. 1, jan. - jun. 2012, p. 69-76.

Silva, M. M. Oliveira, J. G. Durso, S O. Cunha, J. V. A. Resiliência e Desempenho Acadêmico: um estudo com graduandos de contabilidade. **XX USP International Conference in Accounting**. São Paulo: 29 a 31 de julho de 2020.

Teixeira, M. A. P; Dias, A. C. G.; Wotrich, S. H.; Machado, A. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Volume 12, Número 1, Janeiro/Junho 2008, p. 185-202.

UNASUS. Saúde Mental. Unasus.gov.br, 2024.

UNIT. Saúde Mental para Universitários: estratégias de autocuidado, descubra estratégias de autocuidado para universitários que ajudam a manter a saúde mental e melhorar o desempenho acadêmico. <https://www.unit.br/blog/saude-mental-para-universitarios-estrategias-de-autocuidado>. Postado em 13 agosto 2024.

MARKETING DIGITAL NAS EMPRESAS

EDSON CANUTO SOUSA

JOÃO CARLOS BENÍCIO DIAS

RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DOI: 10.29327/5449592.1-8

MARKETING DIGITAL NAS EMPRESAS

DOI: 10.29327/5449592.1-8

Edson Canuto Sousa

João Carlos Benício Dias

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O estudo texto aborda o impacto e a evolução do marketing digital no cenário empresarial, destacando como a internet e as redes sociais transformaram a relação entre empresas e consumidores. Desde sua origem na década de 1940 até o marketing digital atual, a disciplina passou de uma abordagem centrada em vendas para uma visão estratégica focada em conectar necessidades dos clientes às ofertas das organizações. O ensaio se trata de uma revisão integrativa sobre o Marketing Digital nas Empresas, e concluiu que a integração de tecnologias digitais possibilitou uma interação mais próxima com os consumidores, enquanto plataformas como Instagram, YouTube e WhatsApp emergem como ferramentas-chave. Além disso, o comportamento do consumidor digital, a importância da produção de conteúdo multimídia e a necessidade de estratégias eficazes de marketing digital são enfatizadas como elementos essenciais para manter a competitividade no mercado.

Palavras-chave: Marketing. Redes sociais. E-commerce.

ABSTRACT

The text study addresses the impact and evolution of digital marketing in the business scenario, highlighting how the internet and social networks have transformed the relationship between companies and consumers. From its origins in the 1940s to today's digital marketing, the discipline has evolved from a sales-centric approach to a strategic vision focused on connecting customer needs to organizations' offerings. The essay is an integrative review of Digital Marketing in Companies, and concluded that the integration of digital technologies has enabled closer interaction with consumers, while platforms such as Instagram, YouTube and WhatsApp emerge as key tools. In addition, the behavior of the digital consumer, the importance of multimedia content production and the need for effective digital marketing strategies are emphasized as essential elements to maintain competitiveness in the market.

Keywords: Marketing. Social networks. E-commerce.

RESUMEN

El estudio del texto aborda el impacto y la evolución del marketing digital en el escenario empresarial, destacando cómo internet y las redes sociales han transformado la relación entre empresas y consumidores. Desde sus orígenes en la década de 1940 hasta el marketing digital actual, la disciplina ha pasado de un enfoque centrado en las ventas a una visión estratégica centrada en conectar las necesidades de los clientes con las ofertas de las organizaciones. El ensayo es una revisión integradora del Marketing Digital en las Empresas, y concluyó que la integración de las tecnologías digitales permitió una interacción más cercana con los consumidores, mientras plataformas como Instagram, YouTube y WhatsApp emergen como herramientas clave. Además, el comportamiento del consumidor digital, la importancia de la

producción de contenidos multimedia y la necesidad de estrategias eficaces de marketing digital se destacan como elementos esenciales para mantener la competitividad en el mercado.

Palabras clave: Comercialización. Redes sociales. Comercio electrónico.

INTRODUÇÃO

O marketing tem suas raízes na década de 1940, nos Estados Unidos, como uma prática focada em vendas e publicidade. Com o tempo, evoluiu para uma abordagem estratégica que prioriza a satisfação do cliente e a construção de relacionamentos de longo prazo. Este avanço reflete as mudanças no comportamento dos consumidores e a constante adaptação das empresas às tecnologias emergentes.

Com a chegada da era digital, o marketing sofreu uma transformação significativa. A internet, os dispositivos móveis e as redes sociais redefiniram as formas de comunicação entre empresas e consumidores, permitindo maior alcance e interatividade. Estratégias digitais, como o uso de mídias sociais e marketing de conteúdo, tornaram-se indispensáveis para engajar o público e fortalecer marcas.

As redes sociais, em especial, desempenham um papel central no marketing digital, oferecendo canais de comunicação diretos e personalizados. Por meio delas, as empresas conseguem criar conexões genuínas com os consumidores, ouvir suas demandas e adaptar suas estratégias para atender às expectativas do mercado. Nesse contexto, o marketing digital é uma ferramenta poderosa para garantir relevância e competitividade no ambiente corporativo.

DESENVOLVIMENTO

FUNÇÕES DO MARKETING DIGITAL

O surgimento do Marketing foi nos EUA na década de 1940, conforme consta no estudo de Cobra (2019), no qual prevaleciam como premissas básicas ação no mercado, a troca e a elevação do consumo, por meio de atividades comerciais. Com o passar dos anos, a definição de marketing, de fato, evoluiu significativamente ao longo do tempo, refletindo mudanças nas práticas de mercado, nas tecnologias disponíveis e nas expectativas dos consumidores.

Reitera-se que inicialmente, o marketing era muitas vezes considerado como sinônimo de vendas e publicidade, centrando predominantemente na promoção de produtos. No entanto, nos últimos anos, a disciplina se expandiu para incluir uma abordagem mais holística e centrada na satisfação do consumidor (Cruz & Silva, 2014).

Sendo assim, uma das funções mais importantes do marketing dentro de uma empresa, é conectar as necessidades e desejos dos clientes com a oferta da organização. Segundo Kotler e Armstrong (2023, p. 26):

Marketing é engajar os clientes e gerenciar relacionamentos lucrativos com eles. Os dois principais objetivos do marketing são: atrair novos clientes, prometendo valor superior, e manter e cultivar os clientes atuais, entregando valor e satisfação.

Outra função é satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores e da organização, além da construção de relacionamentos, a personalização das ofertas e a utilização da tecnologia para se adaptar a um mercado em constante mudança. Essa evolução reflete a complexidade do ambiente de negócios contemporâneo e a necessidade das empresas de se adaptarem para permanecerem relevantes e competitivas e impactar positivamente as receitas, sempre com a utilização estratégica de marketing adequada (Lopes, 2017).

Mediante a evolução do marketing, sabe-se que a Era Digital trouxe uma revolução significativa na forma como as empresas se comunicam e interagem com seus clientes. Assim, com o advento da internet, redes sociais, dispositivos móveis e uma gama de novas tecnologias, o marketing digital surgiu como uma estratégia essencial para organizações que buscam não apenas alcançar um público mais amplo, mas também construir relações mais significativas e duradouras com seus consumidores e proporcionando uma melhor experiência (Cruz & Silva, 2014).

Para atingir esses objetivos, neste novo panorama, algumas características devem ser reconhecidas em relação às necessidades do consumidor como a adaptação constante às mudanças e a postura proativa, são fundamentais para garantir sucesso e relevância no mercado competitivo. Por conta dessa afirmação, pode-se dizer que a tecnologia não é apenas uma aliada, mas também um elemento central na construção de vínculos significativos entre marcas e consumidores (Lopes, 2017). Na construção da marca deve-se pensar na criação de identidade visual, posicionamento, mensagens de comunicação e experiências de retorno positivas do cliente.

Além disso, o marketing também deve se preocupar em como gerenciar a logística, cujo papel é fundamental em grandes empreendimentos, logo, deve-se dar a real importância a este processo facilitador (Christopher, 2017), porque de modo conceitual é o processo de gerenciar estrategicamente a aquisição, movimentação e armazenagem de materiais, peças e produtos acabados, por meio da organização e seus canais de marketing, a fim de maximizar as lucratividades presentes e futuras com atendimento dos pedidos a baixo custo. Com a utilização do processo de logística, em larga escala, a organização pode obter vantagem competitiva e

supremacia duradoura em relação a concorrência, obtendo a preferência dos clientes (Lacerda, 2013).

Com o processo evolutivo da tecnologia e da internet, o marketing digital tornou-se um elemento crucial do mix de marketing, onde se inclui a utilização de canais online, como websites, mídias sociais, e-mail marketing, marketing de conteúdo e publicidade online para alcançar e atrair os consumidores de forma mais direta e interativa (Chaffey & Ellis-Chadwick, 2019).

Agindo dessa forma, os impactos são positivos e o alcance ampliado, permitindo que as empresas envolvam um público global de maneira mais abrangente e rápida. Outro fator significativo é a interação e participação direta com os consumidores por meio de comentários, compartilhamentos, avaliações e mensagens privadas que vão contribuir na construção de relacionamentos mais próximos com o público, fortalecendo a fidelidade à marca (Júlio et al. 2019).

Dessa forma, o marketing digital considera conceitos estratégicos que objetivam entender, atrair e satisfazer os consumidores, enquanto estimulam o crescimento e o sucesso das organizações. Ele desempenha um papel fundamental na criação de valor para os clientes, no estabelecimento de relacionamentos duradouros e na diferenciação competitiva das empresas no mercado (Tavares, 2018).

Com a transformação provocada pela internet e pelo marketing digital no ambiente organizacional, as empresas precisaram adotar uma mentalidade proativa e adaptativa em um ambiente altamente competitivo, preocupando-se não apenas com a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, mas também da capacidade de se conectar genuinamente com os consumidores, construir relacionamentos de longo prazo e adaptar-se rapidamente às mudanças nas expectativas e comportamentos dos consumidores.

Com a ascensão das redes sociais e outras plataformas digitais, o comportamento dos consumidores mudou drasticamente, exigindo que as empresas se adaptem para sobreviver e prosperar em um novo cenário de mercado. Assim, muito embora o marketing digital forneça uma variedade de oportunidades, também apresenta desafios significativos. E um deles refere-se à concorrência que é intensa, com várias marcas disputando a atenção do consumidor (Sampaio & Tavares, 2016).

Entende-se, portanto, que com o aparecimento da internet e o surgimento do marketing digital, o ambiente organizacional vem operando com intensas mudanças devido à tecnologia da informação, aliado ao crescimento exponencial do marketing digital, nos quais

transformaram profundamente a forma como atuam e se relacionam com seus clientes. Tais mudanças podem ser percebidas quando os clientes utilizam essa ferramenta para se comunicar com outros usuários para obter informações sobre os serviços prestados; verificam e analisam comentários sobre marcas, produtos; serve de canal de troca de consumidor para consumidor de maneira mais rápida e precisa de tempo e espaço com custos reduzidos e customização ao alcance dos clientes (Christopher, 2017).

Dessa forma, Las Casas (2012, p. 336) afirma que os benefícios proporcionados pelo crescimento do marketing através da internet são: “[...] conforto, rapidez, custos mais baixos, informações, relacionamento “mais próximos” e ainda a possibilidade de coletar dados com detalhamento maior”. Em outras palavras, a internet e o marketing digital não apenas alteraram a dinâmica do mercado, mas também redefiniram o papel das empresas em relação aos seus clientes.

Em suma, ao abraçar esses novos paradigmas, as organizações podem não apenas sobreviver, mas prosperar em um ambiente em constante evolução. Indubitavelmente, o futuro do marketing, sem sombra de dúvida, continuará a ser moldado pela tecnologia e pela interatividade, ressaltando a importância da agilidade e da inovação (Las Casas, 2012).

AS REDES SOCIAIS UTILIZADAS PELAS EMPRESAS

No ano de 2023, as redes sociais se tornaram canais importantes no marketing digital ao desempenharem papéis cruciais no meio digital, proporcionando oportunidades valiosas para marcas interagirem com seus públicos-alvo. No Brasil, o cenário das redes sociais continua em evolução, refletindo mudanças nos comportamentos dos usuários e nas preferências de consumo (Santos, 2019), como já escrito no trabalho.

Enfatizando a importância das redes sociais, Torres (2013) preleciona que os sites estão cada vez mais se mostrando úteis na comunicação entre as empresas e seus stakeholders (públicos), devido o acesso rápido para inúmeras finalidades, logo, é possível aproveitar esse tipo de mídia para a empresa se relacionar com cliente, avaliando, dando sugestões, elogios e críticas dos mesmos. É cediço que o conhecimento das plataformas disponíveis e a adaptação às tendências emergentes são essenciais para o sucesso nas campanhas digitais. Para que as empresas se destaquem, é importante criar conteúdo relevante e autêntico que ressoe com seu público-alvo.

A seguir, apresenta-se uma análise das redes sociais mais populares e utilizadas no país em 2023.

Na visão de Volpato (2023), as principais plataformas colaborativas das mídias sociais mais utilizadas no ano de 2023 foram WhatsApp, YouTube e Instagram. Isso remete dizer que as empresas com ideias inovadoras e que possuem potencial para ter lucro em pouco tempo, inovam no negócio, ao mesmo tempo que geram valor para o empreendimento que estão fazendo. Além do que, as empresas divulgam seus produtos ou serviços utilizando as redes sociais que mais combinam com seu público-alvo, mantendo relacionamento próximo com eles. O autor ainda ressalta que “a influência maior acontece através de amigos em comuns que utilizam a mesma para postar ou comunicar sua satisfação após uma compra, passando assim uma imagem e lembrança positiva da empresa ou marca” (Volpato, 2023, p. 33).

Observa-se que o marketing digital é um grande aliado na criação de uma nova arquitetura organizacional porque objetiva exatamente criar mecanismos que integrem forças humanas, materiais e financeiras na busca de soluções negociais e vantagens competitivas para vencer um mundo complexo e de mercados difíceis, encontrando na internet uma ferramenta de diálogo entre organizações e consumidores, tornando-se assim um diferencial competitivo (Cruz & Silva, 2014).

Descreve-se que esta é uma maneira das empresas se fazerem presentes nos negócios focando a utilização das mídias sociais para estabelecer um contato direto e transparente com os clientes, com o intuito de conhecer e se aproximar do seu público-alvo, mantendo-se à frente das concorrentes, tornando assim um diferencial competitivo (Volpato, 2023).

Dessa forma, é possível perceber o quanto o marketing digital tem sido significativo para o desenvolvimento dos comércios, assim como proporciona uma nova visão para a economia, além de oferecer uma forma dos comerciantes se fazerem presentes nos negócios, tornando um meio de comunicação extremamente eficaz, na utilização das mídias sociais para estabelecer um contato direto e transparente com os clientes, com o intuito de conhecer e se aproximar do seu público alvo, mantendo-se à frente dos concorrentes (Tavares, 2018).

BREVES CONSIDERAÇÕES DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIGITAL

Analisar e compreender como diferentes pessoas compram, usam, descartam, serviços, produtos ou ideias, para satisfazer suas necessidades e aspirações, se faz importante e necessário porque envolve o campo de estudo sobre o comportamento do consumidor (Solomon, 2016).

Historicamente, a compreensão e importância sobre o consumidor ocorreu após o ponto central do marketing mudar dos consumidores em geral para o atendimento das

necessidades do consumidor em específico. Tal conduta se deve ao surgimento das mídias sociais, o que obrigou o campo de marketing transferir suas estratégias e passar a considerar o consumidor e suas preferências, para satisfazê-lo diante de inúmeras opções que o mercado oferece (Hawkins & Mothersbaugh, 2019).

Dessa maneira, com o aparecimento das tecnologias inteligentes, tornou-se crucial compreender o comportamento de compra dos usuários digitais, para assim, atendê-los em suas expectativas (Foroudi et al. 2018). Cabe citar que diversos estudos se dedicaram a entender o comportamento e as características desse comprador digital.

O estudo de Molinillo, Liébana-Cabanillas e Sánchez (2018) proporciona insights valiosos sobre como diferentes fatores impactam o comportamento dos consumidores no comércio eletrônico. Afirmam que os atributos, características e o fluxo da *web*, bem como o apoio emocional entre alguns compradores, são perfis de uma atuação positiva sobre o comércio *online*, porém, cabe destacar essas características em um *site*.

Em contrapartida, Kim e Ammeter (2018) destacam a importância de compreender as especificidades da Net Generation (indivíduos nascidos a partir de 1982), no contexto das compras online. À medida que a tecnologia avança e as expectativas dos consumidores evoluem, empresas que procuram permanecer competitivas devem adaptar suas estratégias de marketing e e-commerce para atender a essas características, garantindo não apenas a satisfação do cliente, mas também sua lealdade a longo prazo. A personalização, a interatividade e a oferta de experiências envolventes serão cruciais para conquistar e manter esse perfil de consumidor.

Ademais, essas pessoas citadas acima, é uma essa geração mais ativa na compra *online*, e desejam, acima de tudo, selecionar, dentre uma extensa variedade de itens, interagir com o site, controlar, desfrutar com a diversão de suas compras e continuar a se comunicar com a empresa (Kim & Ammeter, 2018).

Mediante os pressupostos, observa-se que por conta do avanço das tecnologias, os indivíduos tornaram-se mais exigentes, esperam por melhores produtos, mais direcionados, com qualidade e eficazes (Foroudi et al., 2018). Todos esses requisitos existem no ambiente digital, o que, hodiernamente, impulsiona as empresas a buscarem o aprimoramento constante para oferecer um atendimento, serviço ou produto, que cumpra com os desejos e expectativas dos clientes.

Concordando com as assertivas, Rosa, Casagranda e Spinelli (2017) defendem que o marketing digital atrai os consumidores, acrescenta valor para clientes e empresas. Assim, o

marketing digital que esteja direcionado ao comportamento do consumidor é uma maneira de atingir diferentes públicos, devido à internet possuir grande acessibilidade e abrangência.

A FUNÇÃO DA INTERNET NO MARKETING DIGITAL

Tomando por base a Pesquisa de Mídias Brasileira (2016), a internet permitiu mais poder e independência para os consumidores buscarem informações sobre empresas, marcas e compartilhar experiências e opiniões. É o segundo meio de comunicação que mais se destaca, o que remete dizer que a empresa que não investe em marketing digital atualmente permanecerá sempre atrás de seu concorrente (Torres, 2019).

É notório que a internet transformou radicalmente a forma como as empresas se comunicam com seus clientes e entre si. A união da tecnologia da informação com a ubiquidade dos smartphones cria um ambiente altamente dinâmico e interativo, dando liberdade a uma comunicação quase instantânea. Essa mudança não apenas aumentou a quantidade de interações, mas também alterou a natureza dessas interações, tornando-as mais imediatas, personalizadas e envolventes (Almeida, 2016).

Assim, a internet interliga a intensidade comunicacional e interação da sociedade, em canais abertos para a visualização e a influência das empresas. O avanço da tecnologia da informação e comunicação, associada com os crescentes alcances e capacidades das redes de celulares smartphones, resultou em mudanças na quantidade, na frequência e na eficácia do uso de diferentes meios de comunicação pelo qual as empresas e os clientes se relacionam (Stone; Woodcock, 2014).

O avanço da tecnologia e a integração da comunicação digital na vida cotidiana alteraram não apenas a forma como as empresas operam, mas também como elas se percebem em relação aos clientes. As organizações que conseguem adaptar suas estratégias de comunicação e marketing a estas novas realidades tendem a se destacar, criando conexões mais profundas e duradouras com seus consumidores em um mundo cada vez mais conectado. A chave para o sucesso reside em abraçar a interatividade, a personalização e a transparência, ao mesmo tempo em que se navega pelos desafios que essa nova era de comunicação traz (Torres, 2019).

Todavia, como aponta Almeida (2016), a comunicação ou publicidade digital fornece aos anunciantes uma maneira mais eficiente de interação com os consumidores, no entanto, é necessário ficar atento para um dos principais fundamentos de uma publicidade bem sucedida, o conteúdo original, criativo e inovador. Sobre isso, Ryan (2019) enumera e aborda as

atividades de marketing digital em 5 grupos diferentes: social media, e-mail marketing, mobile marketing, marketing de performance, marketing de conteúdo.

Já Brinker (2016, p. 35), por sua vez, é mais específico em sua análise, ao identificar categorias para as soluções tecnológicas de marketing em 6 partes: “propaganda e divulgação, conteúdo e experiência, social e relacionamentos, comércio e vendas, gestão estratégica e dados”.

Para Patterson (2015) a classificação ocorre em consonância às ferramentas de acordo com a estratégia, considerando 13 classes: Mídia Social Orgânica, Mídia social paga, e-mail marketing, mídia programática, retargeting, website, criação de conteúdo digital, plataformas digitais de postagem de vídeos informacionais, seleção de conteúdo, análises web, serviço ao cliente, Search Engine (SEO), marketing de afiliados.

Mediante a necessidade de renovação, ocorre o aumento do número de interações nas redes sociais. A exemplo do Instagram e Facebook, cujas redes aparecem com maior acesso desde o início da proliferação da Covid-19. Por conta disso, usuários estão cada vez mais conectados (Moreira & Laraich, 2019).

Dessa maneira, uma forma de alcançar mais clientes desde a pandemia está em investir na presença online e nas redes sociais, pois como já fora dito, é uma estratégia imprescindível para qualquer negócio que deseja se destacar. Ao criar um conteúdo de qualidade, interagir com seu público e monitorar o desempenho das suas campanhas, a empresa aumentará a confiança dos clientes e, consequentemente, as vendas. Essa abordagem não apenas expande seu alcance, mas também constrói uma base sólida de clientes fiéis (Cruz, 2014).

No novo cenário advindo do domínio digital, as organizações empresariais estão repensando suas estratégias, advindas das mudanças no comportamento dos consumidores. Logo, as mídias sociais permitem que as empresas trabalhem e implementem formas inovadoras de comunicação e de criação de conteúdo com seus consumidores, e promoverem suas marcas de produtos de uma forma mais rápida e ágil. A comunicação ocorre em segundos e as informações estão sempre atualizadas (Cintra, 2020).

Assim, as empresas estão cada vez mais se conectando com seus consumidores, com total atenção neles e nas suas satisfações. Depreende-se que as mais bem sucedidas obtêm sucesso porque se destacam durante cada parte do processo do ciclo de vida do consumidor, que vai desde a prospecção de novos compradores, aumentando seu valor ao longo do tempo, até reverte-los em consumidores fixos dos produtos ou serviços oferecidos pela empresa (Ryan, 2019).

Atualmente, o marketing é o responsável por construir uma conexão com os consumidores nos lugares mais longínquos através das mídias digitais, com a intenção de estabelecer relações satisfatórias a longo prazo com esses usuários, unindo uma estratégia nova e a tradicional, que possa satisfazer as exigências desse novo perfil do cliente no cenário atual (Almeida, 2016).

Neste sentido, indubitavelmente o marketing digital tem uma grande importância para todos os tipos de empresas, estando em época de crise econômica ou não, em tempos de incerteza, como foi o caso da COVID-19, sendo a forma mais econômica, prática e acessível de alcançar as pessoas e entregar soluções digitais de qualidade e possibilidades de lucros. Dito isso, é de extrema importância que os gestores tenham um posicionamento digital estratégico com um plano de marketing digital bem planejado e eficaz (Torres, 2019).

Quanto as mídias digitais, como o rádio, a televisão e a Internet são exemplos de grandes avanços na tecnologia ao longo dos anos que, mudaram radicalmente as relações econômicas entre comerciantes e consumidores no cenário mundial. Em outras palavras, significa que o marketing, em sua essência, vai além das ferramentas e das plataformas tecnológicas que são utilizadas. Enquanto a tecnologia desempenha um papel fundamental na ampliação do alcance das campanhas e na coleta e análise de dados, no centro do marketing estão as relações humanas, que devem ser compreendidas as suas necessidades, desejos e comportamentos para a criação de campanhas eficazes (Solomon, 2016).

O marketing digital deve compreender as pessoas, como usam essa tecnologia, e como é possível aproveitar isso para um relacionamento eficaz (Ryan, 2014). Para tanto, no cenário atual, retratado pelo avanço da tecnologia, do marketing digital e das mídias sociais, tem um impacto significativo sobre a forma como os indivíduos se comportam socialmente, agem como consumidores e como fazem negócios. Acredita-se que qualquer empresa que não se adaptar à nova era do marketing e das comunicações está em perigo de perder poder para os seus concorrentes alinhados às novas ferramentas.

OS TIPOS DE MARKETING E SUAS MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO

Com as consequências do efeito das mudanças ocorridas ao longo do tempo, as tendências e as força de mercado, contribuíram para o surgimento de várias estratégias ou tipos de marketing. Atualmente as empresas tem a capacidade de mudar o modo de fazer o marketing (Kotler & Keller, 2016), surgindo uma nova forma de gestão de comercialização.

Para os autores acima, existe um pensamento totalmente diferente de outras épocas: os produtos hoje não precisam mais procurar os clientes certos, e sim o produto que deve buscar o cliente. Para uma estratégia bem efetiva é preciso entender o cliente e focar na criação, na entrega e na sustentação de um valor, haja vista que esses processos fomentaram mudanças no marketing e no desenvolvimento de diferentes atividades para garantir que as empresas alcancem seus objetivos (Kotler & Keller, 2012).

Sendo assim, o marketing de relacionamento tem como um dos seus princípios desenvolver relações de longo prazo, que sejam respectivamente vantajosas para conquistar ou manter o sucesso do empreendimento. Dessa forma, as empresas vão manter uma relação de confiança com os clientes, os funcionários, fornecedores, distribuidores, revendedores, acionistas, investidores e analistas, todos os envolvidos na conquista do sucesso empresarial.

Além disso, o marketing de relacionamento gera um ativo indispensável na empresa conhecido como rede de marketing, que é “composta por todas as empresas e os parceiros com que ela constitui um relacionamento comercial reciprocamente compensadoras” (Kotler; Kartajaya & Setiawan, 2017, p. 23).

Consequentemente, o marketing e suas atividades podem apresentar variadas formas no que concerne a capacidade de criar, comunicar e entregar valor, no qual o sistema de gestão junto com os profissionais da área deve implantar e criar cada atividade de marketing de acordo com a demanda, os recursos e as redes. Ou seja, o marketing interno tem como objetivo contratar, treinar, motivar e valorizar os funcionários, pelo fato de que essas pessoas formam o diferencial competitivo da empresa e não é relevante promover produtos e serviços com excelência se os funcionários não estão aptos para proporcionar (Kotler & Keller, 2016).

O marketing de desempenho, por sua vez, acontece através do entendimento dos retornos financeiros para as organizações e para população, com a criação de programas e ações de marketing, com a análise de uma ferramenta de gestão conhecida como *scorecard* de marketing, na qual “a empresa entende sua participação no mercado, índice de perda de clientes, satisfação dos clientes, qualidade do produto e outros indicadores de desempenho” (Kotler & Keller, 2016, p. 26).

O MARKETING DIGITAL NO MUNDO

É notório que o marketing veio se desenvolvendo e adaptando suas estratégias, conforme os desejos e as necessidades dos consumidores, através da internet que possibilitou

junto às empresas uma nova forma de praticar o marketing e se manter ativa mercado (Kotler & Keller, 2012).

Sobre a definição da internet Las Casas (2014), avalia como um conjunto complexo de computadores ligados em uma rede que permite a troca de informações, ideias, produtos e serviço ao cliente em escala mundial. Teve seu início durante a Guerra Fria na década de 1970 com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA), cujo projeto tinha como objetivo desenvolver uma comunicação entre quatro computadores diferentes chamada de “Arpanet” que conseguisse suportar um ataque nuclear. Passado algum tempo, os computadores foram se multiplicando e se ligando a rede. Já nos anos de 1990 a internet tornou-se conhecida e se popularizou ao redor do mundo (Castells, 2013).

No final do século XX, com a popularização e crescimento da internet houve o estímulo de muitas empresas a quererem fazer parte no mundo virtual e investirem nessa nova estratégia que a internet possibilitou para marketing (Keller & Machado, 2016).

Sendo assim, na visão de Torres (2019), a internet forneceu novos direcionamentos de atividades comerciais, a exemplo de leilões online, os mercados digitais e outros, pois com a abertura de novos caminhos permitiu que as organizações operassem um novo canal de venda, coletar informações mais amplas e completas sobre o mercado e os clientes, por meio de uma comunicação mais direta com os consumidores, com a personalização das ofertas e serviços e com o auxílio de banco de dados que ajudam a melhorar seus processos de compra e de logística (Kotler; Keller, 2016)

Dessa forma, é possível perceber que a internet foi responsável por romper as barreiras geográficas que envolvem a comercialização em um mercado que era extremamente exclusivo para um mercado inclusivo, além de trazer uma maior transparência dos produtos e serviços oferecidos (Kotler; Kartajaya; Setiawan, 2017).

Mediante o exposto, entende-se que o marketing digital é uma nova forma de se aplicar as estratégias do marketing tradicional na internet, através dessa nova ferramenta para estudar o comportamento dos consumidores, como já foi dito, a fim de alavancar seu negócio, fortalecer sua marca, criam um vínculo com seus clientes e escolher novos consumidores para atingir seus objetivos (Kotler & Keller, 2012).

Os autores Keller e Machado (2016, p. 168) afirmam que “as vantagens que o marketing digital oferece são os custos baixos e um grande nível de criação e modificação conforme os hábitos de cada consumidor”. Portanto, as causas da expansão do marketing digital se devem as grandes vantagens disponibilizadas, como, a rapidez, custos mais baixos,

informações, relacionamentos mais próximos, o conforto e a simplicidade de se adquirir dados mais detalhados (Las Casas, 2014).

Já Torres (2019) evidencia que a internet mudou a forma de aproximação dos consumidores com as empresas, marcas e produto, graças ao mundo digital que ofereceu para os clientes os mais variados recursos tecnológicos de informação, localização e experiências relevantes dos produtos e serviços ofertados. Ainda de acordo com o autor, para que as empresas possam crescer e se desenvolver, é necessário criar estratégias de marketing digital eficaz e estar no mesmo espaço que seu consumidor, pois a tecnologia modificou o comportamento e a forma de compra dos consumidores.

Kotler e Keller (2012, p 164) comentam que “o procedimento de compra do consumidor é determinado pelos fatores culturais, sociais e pessoais, sendo que os elementos culturais representam a maior e a mais profunda influência”.

Em tempos passados, na era industrial, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), analisam que o marketing estava direcionado a venda dos produtos da organização e a tecnologia se atribuía aos equipamentos industriais para se buscar uma uniformização na produção e minimizar os custos, com a intenção de se oferecer um preço mais baixo nos objetos produzidos. Nessa época a comunicação entre a empresa e os clientes era vertical, pois as organizações especulavam que a renovação surgiria de dentro da empresa.

Passando para a era do conhecimento, houve o redirecionamento total do propósito do marketing, com os consumidores mais bem informados a comparação das ofertas entre as mercadorias e sua forma de produção foram inevitáveis, o que consequentemente ocorreu a evolução do nível da concorrência, e o foco do marketing passa a ser o consumidor (Kotler, Kartajaya e Setiawan, 2017).

Nesse raciocínio, a era digital gerou para os consumidores uma nova forma de consumir e de informações, fazendo com que a maneira de produção seja mais específica, a definição de preço mais coerente e o contato da empresa com os clientes se tornasse mais vertical (Kotler & Keller, 2012).

Já para Cobra (2019) esse novo meio de comunicação forneceu aos consumidores um envolvimento mais efetivo, onde podem questionar, esclarecer dúvidas, reclamar, pedir auxílio técnico e o que mais julgarem necessário. O que implica dizer que as empresas passam a utilizar efetivamente o marketing digital e criar uma presença mais relevante na internet e conquistar novos clientes.

É importante apresentar as estratégias marketing digital e os objetivos que as empresas podem usar efetivamente criar vantagem competitiva, pois a mudança no comportamento dos consumidores em relação a compra de produtos é feita por meio da tecnologia.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Limeira (2017), enfatiza que quando se fala em produção de conteúdo nas redes sociais, deve-se pensar no verdadeiro potencial que reside na criação de conteúdo personalizado e estratégico, que envolva e crie valor dentro de cada plataforma, para realmente engajar o público. Com isso, aumenta a presença da marca, bem como fortalece o relacionamento com os consumidores.

Vieira (2017) e Coimbra e Bendilha (2011) reforçam sobre a importância de as empresas utilizarem práticas não usuais para lidar com as novidades digitais, visto que as estratégias tradicionais não mais funcionarão, porque está evidente que cada vez mais as pessoas estão exigentes por estarem conectadas com o meio digital procurando ter uma experiência de compra *on-line* ou utilizam este meio para expressarem-se acerca de produtos, marcas ou empresas. Com o acesso as percepções e opiniões dos consumidores através de seus comentários sobre determinado tema, produto ou marca, vão ser identificadas

Em conformidade com a afirmação acima, a empresa deve levar em conta a alta capacidade de disseminação de conteúdo e de viralização nas redes sociais, pois para uma grande parcela da população, essas redes sociais são o principal canal usado para consumir conteúdo, informação e entretenimento. Logo, isso significa que se deve focar nesses objetivos na hora de produzir o conteúdo.

Por fim, é importante pontuar que as redes sociais são multimídias, e, quanto maior for a diversidade de formatos que a empresa utilizar, mais seu público se beneficiará dos conteúdos, por meio de produção de textos, infográficos, montagens, vídeos, transmissões ao vivo, concursos, fotografias, GIFs e o que mais a criatividade permitir.

E para ilustrar tal afirmação, Torres (2019) aponta alguns exemplos de como é importante aproveitar esse aspecto multimídia das redes sociais: Estudo da Buffer de 2014 indica que um conteúdo visual tem 40 vezes mais probabilidade de ser compartilhado nas mídias sociais do que os outros tipos de conteúdo. Uma pesquisa da Xerox, também de 2014 - sugeriu que os usuários têm 80% mais vontade de ler conteúdos visuais. Estudo da Mass Planner de 2015 - mostra que infográficos são apreciados e compartilhados em mídias sociais 3 vezes mais do que qualquer outro tipo de conteúdo. Os exemplos acima citados demonstram que

aproveitar o aspecto multimídia das redes sociais é primordial, especialmente em um mundo cada vez mais visual e dinâmico.

CONCLUSÃO

O marketing digital não é apenas uma extensão do marketing tradicional, mas uma revolução que redefine a relação entre empresas e consumidores. A integração das tecnologias digitais no cotidiano empresarial permite interações mais personalizadas e imediatas, fortalecendo a fidelidade dos clientes e ampliando o alcance das campanhas.

No entanto, esse novo paradigma traz desafios, como a intensa concorrência e a necessidade de constante inovação. Empresas que não se adaptarem às demandas da era digital correm o risco de perder relevância no mercado. Assim, é crucial investir em estratégias que combinem tecnologia, criatividade e compreensão do comportamento do consumidor.

Por fim, o marketing digital é mais do que uma ferramenta comercial; é um diferencial competitivo indispensável. Ao adotar uma abordagem proativa e centrada no cliente, as organizações não apenas garantem sua sobrevivência, mas também constroem um caminho sólido para o crescimento sustentável em um mundo cada vez mais conectado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A tecnologia nunca substituirá o conteúdo na publicidade. IAB Brasil, 2016. Disponível em: <https://iabbrasil.com.br/a-tecnologia-nunca-substituira-o-conteudo-na-publicidade/>. Acesso em: 18 set. 2024.
- BRINKER, S. Marketing Technology Landscape Supergraphic. Chief Marketing Technologist, 2016. Disponível em: <https://chiefmartec.com/2016/03/marketing-technology-landscapesupergraphic-2016/>. Acesso em: 18 set. 2024.
- CASTELLS, Manuel. A Galáxia Da Internet. Reflexões Sobre A Internet, Os Negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2013.
- CHAFFEY, Dave, & ELLIS-CHADWICK, Fiona. Digital Marketing: Strategy, Implementation, and Practice. Pearson Education. 2019.
- COIMBRA, Rosa Lídia; BENDIHA, Urbana Pereira. “O sushi é sh” – análise de publicidades a restaurantes japoneses em Portugal. Pragmática: Comunicação Publicitária e Marketing, 27–42 , 2011.
- CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. São Paulo: Pioneira, 2017.

CRUZ, Cleide Ane Barbosa; DA SILVA, Lângesson Lopes. Marketing digital: marketing para o novo milênio. Revista científica do ITPAC, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <https://amazonaws.com>. Acesso em: 16 set. 2024.

HAWKINS, D. I., & MOTHERSBAUGH, D. L. Comportamento do consumidor: construindo a estratégia de marketing. 13. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2019

FOROUDI, P., GUPTA, S., SIVARAJAH, U., & BRODERICK, A. Investigating the effects of smart technology on customer dynamics and customer experience. Computers in Human Behavior, 80, 271-282. 2018.

JULIO, Ismael da Silva; ROSA, Milena de Freitas; SIGRIST, Vanina Carrara. O marketing digital nas redes sociais e seus impactos em pequenas empresas. 2019. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/4387/1/Artigo>. Acesso em: 16 set. 2024.

KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. Gestão estratégica de marcas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Education do Brasil, 2012.

KIM, D., & AMMETER, A. P. Shifts in online consumer behavior: a preliminary investigation of the net generation. Journal of theoretical and applied electronic commerce research, 13(1), 1-25. 2018.

LACERDA, Leonardo. Logística Reversa: Uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais São Paulo Atlas, 2013.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMEIRA, Tania. E-marketing na internet com casos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva: São Paulo, 2017.

LOPES, José Eduardo Ferreira. Tópicos de Marketing. Volume 2. 1ª Edição. Belo Horizonte: Poisson, 2017

MOLINILLO, S., LIÉBANA-CABANILLAS, F., & ANAYA-SÁNCHEZ, R. A social commerce intention model for traditional e-commerce sites. Journal of theoretical and applied electronic commerce research, 13(2), 80-93. 2018.

MOREIRA, Rodolfo Dias. LARAICH, Ovídio Alberto R. O marketing digital nas pequenas empresas. Trabalho de conclusão de curso. Administração. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2019.

PATTERSON, M. 37 Digital Marketing Tools That Make Life Easier. Sprout Social, 13 de julho de 2015. Disponível em: <http://sproutsocial.com/insights/digital-marketing-tools/>. Acesso em: 18 set. 2024.

ROSA, R. O, CASAGRANDE, Y. G., & SPINELLI, F. E. A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor. *Revista de Tecnologia Aplicada*, 6 (2). 2017.

RYAN, D. *Understanding Digital Marketing: Marketing Strategies for Engaging the Digital Generation*. 1ed. Nova York : Kogan Page Publishers. 2019.

SAMPAIO, Valdeci Cira Filgueira; TAVARES, Cristiano Vianna C. Castellão. *MARKETING DIGITAL: O poder de influência das redes sociais na decisão de compra do consumidor universitário da cidade de Juazeiro do Norte-CE*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Administração. Centro Universitário Leão Sampaio /UNILEÃO, Juazeiro do Norte/CE. 2016.

STONE, M. D.; WOODCOCK, N. D. Interactive, direct and digital marketing. *Journal of Research in Interactive Marketing*, v. 8, n. 1, pp. 4-17. Mar. 2014 . DOI:10.1108/JRIM-07-2013-0046

TAVARES, Cristiano Viana Cavalcante Castellão. *Marketing na região do cariri: melhores marcas, merchandising, satisfação e comportamento do consumidor*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018.

TORRES, C. *A bíblia do marketing digital*. São Paulo: Novatec, 2019.

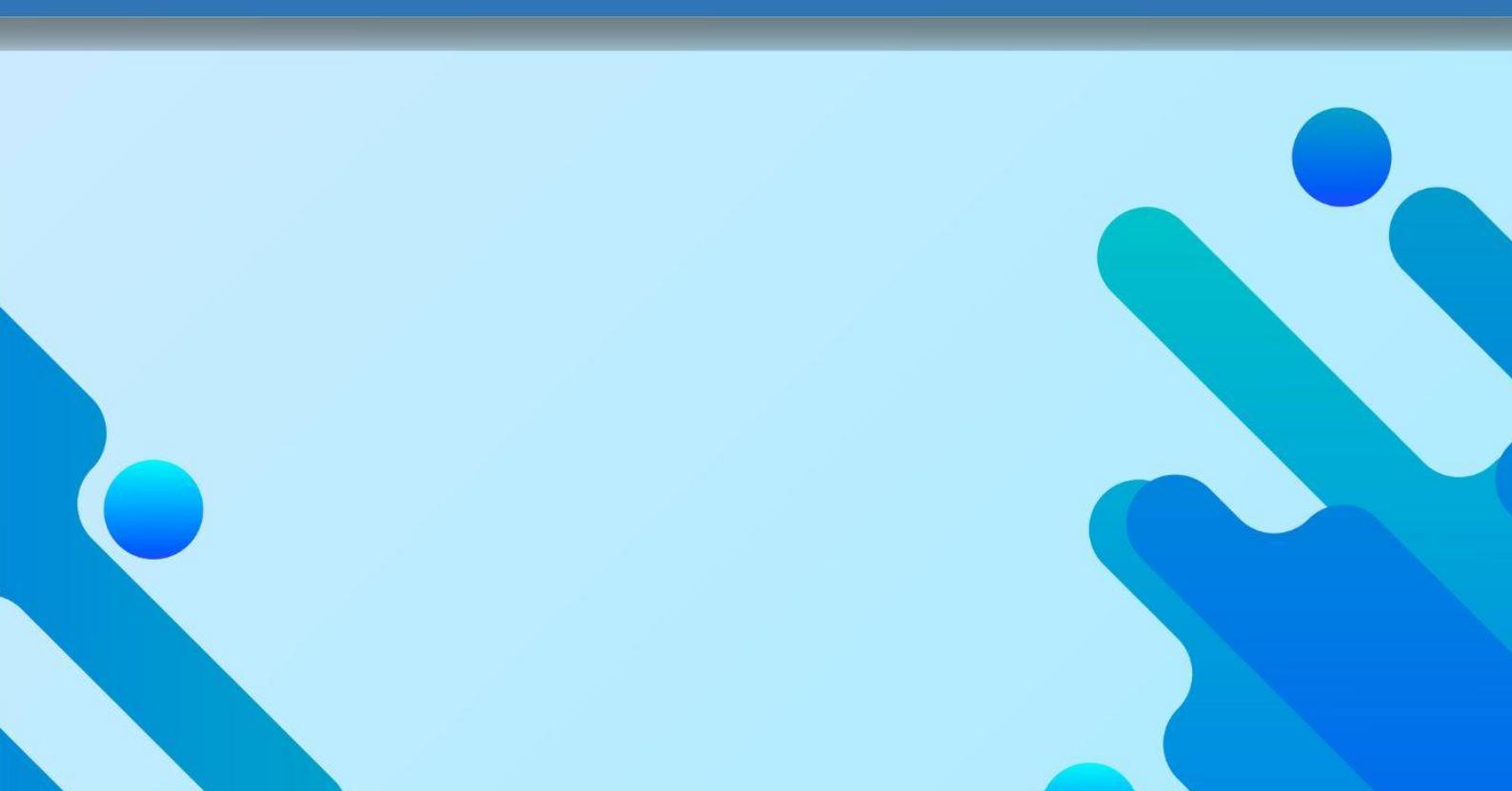
VIEIRA, Eduardo Infante. *Estratégias de Marketing na Internet*. São Paulo: Editora Prata, 2017

VOLPATO, Bruno. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.



CONTEXTUALIZAÇÃO DO MARKETING EMPRESARIAL
EDSON CANUTO SOUSA
JOÃO CARLOS BENÍCIO DIAS
RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DOI: 10.29327/5449592.1-9



CONTEXTUALIZAÇÃO DO MARKETING EMPRESARIAL

DOI: 10.29327/5449592.1-9

Edson Canuto Sousa

João Carlos Benício Dias

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A pesquisa explora a evolução histórica do marketing, desde suas origens industriais até a era digital, destacando como ele passou de uma função voltada para vendas a uma estratégia centrada no cliente. O estudo aborda uma metodologia qualitativa para estudo do marketing e suas transformações históricas, focando na análise de conceitos, tendências e impactos do marketing ao longo do tempo. Foi utilizada uma abordagem exploratória e descritiva, baseada em revisões teóricas e estudos de caso, para contextualizar a evolução do marketing e sua adaptação ao comportamento do consumidor e ao ambiente empresarial. Apresenta marcos importantes, como o surgimento dos 4Ps e do marketing digital, e enfatiza a importância da adaptação tecnológica e do marketing relacional para construir vantagem competitiva. Também aborda o impacto do comportamento do consumidor e do empreendedorismo na implementação eficaz do marketing, realçando sua relevância como ferramenta estratégica para atender demandas de mercado e fortalecer relações com clientes.

Palavras-chave: Empresas. Redes sociais. Publicidade.

ABSTRACT

The research explores the historical evolution of marketing, from its industrial origins to the digital age, highlighting how it has evolved from a sales-oriented function to a customer-centric strategy. The study uses a qualitative methodology to study marketing and its historical transformations, focusing on the analysis of concepts, trends and impacts of marketing over time. An exploratory and descriptive approach, based on theoretical reviews and case studies, was used to contextualize the evolution of marketing and its adaptation to consumer behavior and the business environment. It presents important milestones, such as the emergence of the 4Ps and digital marketing, and emphasizes the importance of technological adaptation and relationship marketing to build competitive advantage. It also addresses the impact of consumer behavior and entrepreneurship on the effective implementation of marketing, highlighting its relevance as a strategic tool to meet market demands and strengthen customer relationships.

Keywords: Companies. Social networks. Advertising.

RESUMEN

La investigación explora la evolución histórica del marketing, desde sus orígenes industriales hasta la era digital, destacando cómo pasó de una función orientada a las ventas a una estrategia centrada en el cliente. El estudio aborda una metodología cualitativa para estudiar el marketing y sus transformaciones históricas, centrándose en el análisis de conceptos, tendencias e impactos del marketing a lo largo del tiempo. Se utilizó un enfoque exploratorio y descriptivo, basado en revisiones teóricas y estudios de casos, para contextualizar la evolución del marketing y su adaptación al comportamiento del consumidor y al entorno empresarial. Presenta hitos importantes, como el surgimiento de las 4P y el marketing digital, y enfatiza la importancia de la adaptación tecnológica y el marketing relacional para construir una ventaja competitiva. También aborda el impacto del comportamiento del consumidor y el emprendimiento en la implementación efectiva del marketing, destacando su relevancia como herramienta estratégica para satisfacer las demandas del mercado y fortalecer las relaciones con los clientes.

Palabras clave: Empresas. Redes sociales. Publicidad.

INTRODUÇÃO

O marketing, desde suas origens na revolução industrial, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social. Inicialmente focado na produção e distribuição, ele evoluiu para atender às demandas de um mercado cada vez mais complexo. Com a consolidação dos 4Ps (produto, preço, praça e promoção), o marketing passou a ser reconhecido como uma ferramenta estratégica para alcançar e satisfazer o público-alvo.

No Brasil, a introdução do marketing na década de 1950 trouxe mudanças significativas para as empresas, que começaram a adotar estratégias baseadas no entendimento do comportamento do consumidor. Com o passar das décadas, o marketing se transformou, incorporando conceitos como segmentação de mercado, personalização e sustentabilidade, refletindo as mudanças nas expectativas dos consumidores e nas tendências globais.

A era digital marcou um divisor de águas, integrando tecnologias como internet e redes sociais ao marketing, permitindo uma comunicação direta e interativa com os consumidores. Essa transformação não apenas ampliou o alcance das empresas, mas também exigiu maior criatividade e inovação para se destacar em um mercado altamente competitivo. Nesse contexto, o marketing relacional emergiu como uma abordagem essencial para construir relações duradouras e agregar valor.

DESENVOLVIMENTO

CONTEXTO HISTÓRICO DO MARKETING

O marketing, desde sua definição pela American Marketing Association (AMA) na década de 1930, vem evoluindo significativamente e se tornou uma função multidimensional dentro das empresas, que vai muito além da simples promoção de produtos e serviços. Como aprofundamento no conceito, é possível destacar algumas das suas principais funções e aspectos que o tornam essencial para o sucesso das organizações, como: identificação de necessidades e desejos, segmentação de mercado, desenvolvimento de valor, comunicação e promoção, distribuição e oferta e troca de valor (Cruz, 2023).

Em terras brasileiras, o marketing foi introduzido em 1954, por meio da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e que trouxe uma nova perspectiva para a administração e o relacionamento das empresas com seus consumidores. O contexto da época, marcado pelo desenvolvimento porque vivia-se um período de grande aceleração econômica e pela industrialização, permitiu que o marketing começasse a ser visto não apenas como uma simples ferramenta de publicidade e propaganda, mas como um conjunto

de estratégias integradas que visam entender e atender às necessidades do público-alvo (Silva & Santos, 2018).

Na sequência, apresenta-se as principais características do marketing para cada fase da história, por meio da linha do tempo, segundo Silva e Santos (2018):

Ano de 1950 – é o começo do marketing no Brasil, cuja década foi transformadora porque marca a ascensão da publicidade e o surgimento de novas tecnologias com um impacto significativo. Foi uma era de industrialização advindas de grandes mudanças tecnológicas, com a chegada da televisão no país. Porém, havia ainda a supremacia dos jornais, revistas e rádios em termos de publicidade. E nesta fase o marketing era totalmente voltado, deixando as vendas incipientes, talvez pelo fato de grande parte da população brasileira vivia nos campos (Silva & Santos, 2018).

Ano de 1960 – pela primeira vez, observou-se que as grandes marcas de empresas começavam a apresentar setores de marketing mais requintados, cuja preocupação centrava-se em desenvolver estratégias de produção, aliado com a venda, valores e a forma de publicizar o produto para o consumidor. Nessa fase, empresas multinacionais como Nestlé, Gessy-Lever, Gillette, Refinações de Milho Brasil e Anakol passaram a utilizar o marketing a fim de organizar suas áreas comerciais e não das vendas. Um ponto que merece destaque é que nessa década surgiram os maiores estudiosos do marketing com conceitos que revolucionariam a forma de praticar a atividade como Theodore Levitt e Philip Kotler que publicaram a clara preocupação com os clientes. Surgiu o marketing 1.0 (Silva & Santos, 2018).

Ano de 1970 - nesta década, apareceu a junção de dois fatores: um marketing mais consolidado e um cliente mais exigente. Ressalta-se que diante do milagre econômico, tem-se um consumidor mais consciente sobre preço e qualidade dos produtos, o que fez com que o marketing passasse a ser estratégia crucial não apenas para as empresas, mas também para governos, organizações e até entidades religiosas, surgindo as definições de público-alvo e as primeiras segmentações de mercado (Silva & Santos, 2018).

Ano de 1980 – esta fase foi marcada pelas disputas acirradas entre as empresas, ou seja, ocorria uma verdadeira guerra de marketing pela atenção do consumidor. Surgiram clientes mais exigentes e concorrência nas alturas, as vendas nas organizações passaram a ter metas para atingir e sobreviver, o que ocasionou o surgimento do Marketing 2.0 na Era da Informação, cada vez mais orientado para as necessidades do consumidor e dos gurus do marketing, com a divulgação de conhecimentos sobre a atividade para as massas e pequenas e médias empresas. Entretanto, havia alta inflação, salários congelados e recessão, fatores que

diminuíram o poder de compra dos consumidores, o que tornava difícil o uso do marketing (Silva & Santos, 2018).

Ano de 1990 - É a expansão rápida, a explosão da internet e o começo de um mundo globalizado que mudaria a forma de fazer marketing para sempre, como surgimento de redes sociais como os blogs, os e-mails. A partir de então, as empresas começaram então a dar os primeiros passos em marketing digital, estreando nas técnicas de Otimização para Mecanismos de Busca (SEO), produzindo conteúdo para a web e investindo em links patrocinados. Nesse ínterim, a sociedade também passou a despertar para a necessidade de cuidar do meio ambiente e do planeta de maneira geral. Com isso, surgiu, então, um mercado focado em valores, o marketing 3.0, na qual as empresas começam a entender a importância de assumir um posicionamento sustentável para garantir uma vantagem competitiva no mercado.

Ano de 2000 – foi a virada do século acompanhada de grandes transformações, dentre as quais o comportamento do cliente na maratona de comprar. O que remete dizer que a compra ocorria pela utilidade esperada do produto e não mais por necessidade, assim como também já não dava tanta importância aos preços dos produtos. Destaca-se também a popularização da telefonia celular, a democratização da internet em larga escala, a multiplicação dos *e-commerce*s e amadurecimento da World Wide Web, ganhando força as redes sociais, principalmente com a chegada do Facebook e plataformas (Silva & Santos, 2018).

Ano de 2010 – consagra uma nova forma de fazer marketing com foco no ser humano, permeado pelo pensamento de um cliente satisfeito, que pode advogar uma marca em favor da empresa, ou seja, a preocupação era priorizar toda a jornada do consumidor: é o marketing 4.0. Nesta fase, as redes sociais estão mais fortes, com bilhões de usuários acompanhando tudo o que acontece no mercado em seus smartphones com a facilidade de um toque. Em outras palavras, os clientes têm nas mãos um leque de opções, podendo a todo tempo comparar preços e qualidade entre as marcas. Logo, depreende-se que as empresas veem na web e nas redes sociais uma gama de oportunidade de se aproximar dos clientes, construindo o relacionamento como nunca antes na história, obtendo vantagem competitiva e continuidade no mercado (Silva & Santos, 2018).

Sobre o Marketing 5.0 representa uma evolução significativa no relacionamento das empresas com os consumidores e a sociedade. Ele enfatiza a importância de uma abordagem centrada no ser humano, onde a tecnologia é utilizada como um meio para promover o bem-estar coletivo, a sustentabilidade e a responsabilidade social. As empresas que abraçam essa

nova era poderão se destacar em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo, empático e consciente (Kotler, Kartajaya & Setiawan, 2021).

Para os autores supra, a Sociedade 5.0 é marcada por tecnologias de inteligência artificial e pela hiperconectividade, que estão mudando as estruturas sociais e industriais. Essas tecnologias buscam facilitar a vida das pessoas e agregar valor. Diante das premissas, esse pensamento reflete uma progressiva sofisticação nas práticas empresariais, uma vez que o reconhecimento do valor estratégico do marketing vai ajudar as organizações a construírem relacionamentos mais fortes com seus consumidores, com a adaptação de suas ofertas e a melhorar sua competitividade no mercado.

Assim, a origem do marketing não uma data definida, pelo fato de ser um tema complexo e multifacetado, que envolve diversas influências históricas, sociais e tecnológicas. A segunda revolução industrial, que ocorreu aproximadamente entre 1850 e 1914, foi um marco fundamental para o desenvolvimento das práticas de marketing como se conhece atualmente. Nesse período ocorreu o avanço das inovações técnicas e produtivas dentro do setor industrial (Pimentel, 2021).

Neste sentido, o marketing vem acompanhando essa evolução tecnológica, no começo da era do marketing, quando surgiu o marketing tradicional, o qual estava ligado apenas ao setor industrial em instituições privadas. Em seguida, surgiu o composto de marketing, que segundo Kotler (2018), comprehende as decisões que a organização necessita tomar sobre as variáveis controláveis, objetivando atingir o mercado-alvo, denominado de 4Ps do marketing, que são; produto, preço, ponto de venda e promoção.

Já na terceira fase, o marketing evoluiu e passou a atender empresas com ou sem fins lucrativos. Na quarta fase, surgiu o conceito de marketing voltado para os clientes com os 4cs, que são; cliente, custo, conveniência e comunicação, surgindo. recentemente, o marketing digital com a utilização da internet e a interação por meio das redes sociais (Kotler, Kartajaya & Setiawan, 2017/2021).

Em termos de contexto histórico, Rodrigues e Souza Junior (2020, p. 20) apresentam uma divisão da orientação do marketing nas organizações em fases, a saber:

1. Orientação para a Produção – nesta fase que vai de 1760 a 1840, a produção industrial se consolidou como o principal motor do crescimento econômico e das transformações sociais, pois a prioridade era assegurar os meios de produção como a matéria-prima, mão de obra e capital, pelo fato de que os consumidores da época tinham um poder aquisitivo baixo (Rodrigues & Souza Junior, 2020).

2. Orientação para Vendas – houve o crescimento da atividade industrial e da capacidade produtiva, concomitantemente também ocorreu exponencialmente o aumento da concorrência. Em vista disso, os gestores empresariais deveriam investir em técnicas de distribuição, promoção e vendas mais modernas com o intuito de prosperar em um mercado competitivo.

3. Orientação para o mercado – com a diminuição da demanda associada ao aumento de oferta de bens é considerada uma dinâmica que pode impactar significativamente o comportamento do consumidor e na estratégia de mercado das empresas. Logo, as empresas devem ficar atentas às mudanças no comportamento do consumidor. O que implica focar em um modelo voltado ao consumidor, priorizando qualidade, experiência e valores éticos, pois a capacidade de inovar são cruciais para se manter relevante e competitivo no mercado atual (Rodrigues & Souza Junior, 2020).

Conforme o que foi apresentado, é possível perceber que o marketing passou por diversas fases de evolução ao longo da história, buscando cada vez mais a satisfação entre os clientes. Segundo Cruz (2023, p. 3), as fases da evolução do marketing são:

Primeira Fase (1900): O marketing era uma atividade funcional ligada a vendas e distribuição sendo encarada como atividade subordinada à área econômica.

Segunda Fase (1950): Fase da reconceitualização, surge o marketing mix que envolve quatro aspectos, produto, preço, praça e promoção, ou melhor, os 4P's ou composto de marketing.

Terceira Fase (1960): O marketing passou a ser encarado como uma disciplina que estuda as relações entre partes, sejam elas empresas, organizações não comerciais ou governo, ou seja, o marketing passou a envolver todo tipo de unidade social, não estando mais apenas a serviço da lucratividade, mas sim na melhoria da sociedade como um todo.

Quarta Fase (1980): Surge o marketing de relacionamento visando propiciar uma forma mais eficaz para colaborar com os esforços das organizações na obtenção de resultados satisfatórios em mercados competitivos.

Diante dessa evolução do marketing apresentada acima, o cenário de marketing evoluiu para um ambiente onde a conectividade e a personalização são essenciais, trazendo mudanças juntamente com a era da tecnologia, surgindo a Era Digital, fomentando novas maneiras de interação entre as empresas e os consumidores.

DEFINIÇÕES DE MARKETING

Com o ritmo acelerado das inovações tecnológicas, as empresas enfrentam um ambiente de negócios em constante transformação. O que antes era considerado inovador pode

rapidamente se tornar obsoleto, exigindo que as organizações estejam sempre atentas às novas tendências. Isso implica não apenas a adoção de novas ferramentas, mas também uma mudança de mentalidade sobre como se faz negócios, devido a forma de divulgação do produto ou serviço estar conectado ao mundo digital (Freitas, 2018).

Com a adoção de tecnologia nas empresas é possível dizer que não se trata somente de uma questão de eficiência operacional, mas uma estratégia que pode determinar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo. Em um panorama de constante transformações, a postura empresarial perpassa pela disposição de aprender, adaptar-se e inovar, pois, é o diferencial competitivo crucial. Portanto, a inovação tecnológica deve ser encarada como um investimento contínuo e não como um projeto pontual, garantindo que as empresas se mantenham relevantes e prósperas em um mundo em constante evolução (Barbarelli et al. 2022).

As organizações enfrentaram uma série de desafios significativos que exigiam uma revisão de suas abordagens estratégicas e mercadológicas, durante as últimas décadas do século XX. Com a globalização e a rápida inovação tecnológica, mudanças nas preferências dos consumidores e a intensificação da concorrência foram alguns dos fatores que impulsionaram essa necessidade de transformação (Karolczal; Souza, 2017).

Assim, um ponto convergente na literatura nacional é a concepção de que o investimento no capital humano é um dos fatores primordiais para que as empresas possam ter sucesso, no ambiente competitivo atual. Essa abordagem envolve ações estratégicas que ultrapassam a remuneração, mas englobando o desenvolvimento pessoal e profissional, valorização e engajamento dos colaboradores (Cervi; Froemming, 2017). O que se pressupõe que as metas pessoais dos colaboradores e os objetivos da empresa devem estar alinhadas para superar os desafios e sair à frente em um mercado dinâmico e em constante evolução.

Reitera-se que o marketing, equivalente às organizações, também vem se transformando de um enfoque puramente transformacional para um enfoque social, o que representa uma oportunidade para as organizações não apenas se destacarem no mercado, mas também contribuírem para uma sociedade mais justa e sustentável. Ao focar em valores compartilhados e aspirações sociais, as empresas podem criar um legado positivo enquanto constroem relacionamentos duradouros com seus consumidores (Salas & Canales, 2018).

Nesse enfoque, o marketing emerge da necessidade de compreender melhor a relação empresa-cliente de forma duradoura para que ambos alcancem resultados satisfatórios. Para

isso acontecer, deve-se determinar a existência de uma estreita relação entre a satisfação dos colaboradores e a consequente satisfação dos clientes (Burrell; Gherson, 2018).

É fato que a evolução acelerada da tecnologia vem proporcionando transformações profundas em diferentes aspectos da vida cotidiana, impondo não apenas a forma como interagimos, mas também como trabalhamos, aprendemos e nos relacionamos. Com relação às empresas, estas têm pouco tempo para se adaptar e usar da melhor forma os meios mais modernos. O avanço tecnológico impõe certos costumes, comportamentos, moldando a sociedade contemporânea de maneiras complexas e multifacetadas.

Sendo assim, na medida em que, proporciona benefícios significativos, também apresenta desafios que exigem atenção cuidadosa. Diante da obsolescência acelerada e as constantes mudanças, é vital que tanto indivíduos quanto organizações desenvolvam habilidades de adaptação, promovendo uma mentalidade de aprendizado contínuo e uma abordagem crítica em relação à tecnologia. Somente assim poderemos navegar por essa nova era de forma consciente e responsável (Freitas, 2018).

O Marketing é uma ferramenta que, muitas vezes, acaba sendo desvalorizado por empresas de pequeno e grande porte, o que consequentemente, sofre perdas financeiras, uma vez que essa ferramenta está em conexão com a tecnologia de ponta, com as mídias sociais que são meios que as ajudam na divulgação de seus produtos e informações de um jeito prático e ágil. No entanto, alerta-se que tecnologias novas geralmente são caras e, como o marketing não é uma área muito investida em uma empresa, fica difícil trabalhar (Salas & Canales, 2018).

De acordo com Peçanha (2018), “Marketing Digital é promover produtos ou marcas por meio de mídias digitais. Ele é uma das principais maneiras que as empresas têm para se comunicar com o público de forma direta, personalizada e no momento certo.” Isso significa que ele é um diferencial na empresa, pois quando se trata de investir em algo arriscado é uma das atividades a que o marketing pode ser utilizado, com novas ferramentas, novos meios de comunicação, diferentes locais de divulgação, idade, sexo, cultura, costume e personalidade. Para todos esses aspectos, o plano de marketing tem que estar bem estruturado, porque, quando envolve o ser humano, tudo tem que ser calculado, pois um erro pode trazer consequências graves.

Segundo Mesquita (2015, p. 23) “o Marketing é composto de várias estratégias, técnicas e práticas que têm o principal objetivo de reunir valor às determinadas marcas ou produtos a fim de atribuir uma maior importância das mesmas para um determinado público-alvo, os consumidores.” Então, o marketing congrega o planejamento, cujo setor da empresa é

diferenciado, tendo como foco principal a criatividade do profissional e seus critérios de atuação para atingir seus objetivos.

Outra definição é “a atividade, o conjunto de conhecimentos e processos de criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e a sociedade como um todo” (Rez, 2016, p. 34).

Contudo, como já fora citado, o marketing 5,0 utiliza a aplicação de tecnologia combinada ao fator humano com a finalidade de criar, comunicar, entregar e aumentar o valor ao longo da jornada do cliente. Por conta dessa definição, atualmente é considerada a mais importante, visto que o ponto principal são os profissionais de marketing, que entendem como projetar uma estratégia que possa ser aplicada corretamente nas várias situações de uso do marketing. Dessa forma, as empresas são capazes de implementar seus próprios métodos com o uso adequado de hardware/software disponível no mercado (Kotler, Kartajaya & Setiawan, 2021).

EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo, traduzido da palavra *Entrepreneurship*, designa os estudos relativos ao empreender e todo o seus níveis de atuação, como processo de inovação criador em que a criatividade produz ideias que executadas se tornam lucrativas (Carrion & Barbosa, 2021).

De acordo com Chiavenato (2016) os empreendedores possuem um perfil de grande necessidade de autorrealização, porque são indivíduos ambiciosos que almejam abrir seu próprio negócio, por acreditar em suas habilidades para superar problemas e têm grande disposição para assumir riscos, sejam eles financeiros ou familiares.

Em outras palavras, esse perfil descrito acima é uma das competências empreendedoras, que ocorre pelo máximo empenho de uma ou várias pessoas para alcançar as metas estabelecidas para o desenvolvimento do empreendimento, caso contrário, o negócio poderá resultar em sérios riscos e um verdadeiro fracasso. Um dos fatores fundamentais na vida dos empreendedores, são as competências, responsáveis pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas práticas para lidar com os diversos desafios (Santos, 2021).

Segundo Fleury e Fleury (2011, p.188) competência pode ser definida como “um saber agir, de modo responsável, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que envolvam valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Algumas características se destacam como pessoas competentes: traços da personalidade,

habilidades, conhecimentos e atitudes que influenciam fortemente a competitividade das empresas (Man; Lau, 2020).

O MARKETING EMPRESARIAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

O Marketing no ambiente empresarial é uma ferramenta importante, constitui diretamente o resultado e consequentemente o sucesso de uma organização no que tange a construção da marca no mercado. O seu desenvolvimento permite aumentar o conhecimento com maior representatividade aos estudos e a sociedade de maneira geral, criando benefícios e satisfação (Kotler, 2018).

Dessa forma, o autor acima entende que a importância do Marketing no ambiente empresarial, tem por objetivo obter resultados positivos e diferenciar o negócio da concorrência para se destacar no mercado de atuação e obter lucros maiores. Assim, se faz necessário criar um bom plano de Marketing, com o firme propósito de se manter firme frente ao mercado e da concorrência, intensificando o relacionamento com seus clientes, tornando as decisões para empresa com maiores objetividade e segurança, criar estratégias e obter aproximação direta com público alvo, o que impacta diretamente o resultado da organização, utilizando-se de planejamentos, organizando e implementando, de forma a controlar todos os esforços do Marketing para o ambiente empresarial, fator importante para seu desenvolvimento (Las Casas, 2019).

Neste sentido, a compreensão do que é realmente o marketing deve fazer parte de toda a empresa, como uma filosofia empresarial para que seja verdadeiramente voltada ao cliente. Ademais, todos os departamentos sejam técnico ou de atendimento, devem ter em mente e introduzir a noção de que a relação com os clientes é constante e interativa, tendo sempre como foco a satisfação dos clientes (Mckenna, 2020).

De acordo com Dornellas (2019) muitas empresas surgem por necessidade de gerar renda, pois não há a preocupação em identificar oportunidades e inovação, isto é, não buscam atender o cliente de forma diferenciada, tendo como foco principal obter lucro para aqueles que administram o negócio. Desse modo, elas não sobrevivem em mercados dinâmicos e turbulentos. Decorrente disso, precisam estabelecer estratégias com bases sólidas, com todas as ferramentas disponíveis na área de comunicações de marketing, utilizando toda a sua criatividade e imaginação, para acrescentar valores e benefícios diferenciados aos seus clientes (Mckenna, 2020).

Para Walliter (2021), o marketing é a ferramenta ideal para criar uma estratégia que incentiva os clientes atuais, criando uma diferenciação no mercado que ocasiona competitividade e assim surgir recomendações da marca para novos consumidores, pois

O marketing é abrangente porque abre um nicho de comunicação com quem é seu alvo principal dentro do público. A competitividade empresarial está cada vez maior e dotada de mais recursos tecnológicos, técnicos e humanos. Isto acarreta grandes responsabilidades para aqueles que pretendem continuar se destacando em seus segmentos (Walliter, 2021, p. 23).

Segundo Gustavo (2020), a inovação está ligada ao marketing e há necessidade associar essas duas palavras para pleitear um diferencial competitivo maior dentro do mercado e tornarem-se instrumentos em identificar o caminho que deve ser seguido, a fim de que a empresa possa elaborar quais medidas são mais eficazes para o projeto de marketing, visando a fidelização dos clientes, quanto a coleta de novos possíveis consumidores. Agindo assim, torna viável qualquer organização, independente do porte, ajustando à realidade de mercado de cada uma.

De acordo com Brito (2022), levando em consideração as premissas citadas, o sucesso empresarial pode ser alcançado desde que seja mapeado as forças e as fraquezas, ou seja, o ambiente interno externo para desenvolver estratégias para serem verdadeiramente competitivas.

Sobre as vantagens competitivas são consideradas a partir do desempenho superior de empresas que representam o principal objetivo da gestão estratégica empresarial. Então, a competitividade pode ser entendida como a capacidade de atender às demandas tanto do mercado quanto dos clientes, os chamados fatores competitivos e as demandas internas da organização representadas pelos objetivos estratégicos (Kotler, 2018).

De acordo com Kotler, Kartajaya e Setiawan (2021), o marketing possui outras vertentes, como o marketing relacional que é uma abordagem que enfatiza a importância do relacionamento contínuo com os clientes, em vez de se concentrar apenas na transação de venda. Isso implica no reconhecimento de que manter relações significativas com os consumidores pode resultar em uma base de clientes mais leais, e tornando-os divulgadores da marca.

Em outras palavras, significa que o marketing engloba inúmeras atividades ligadas diretamente ao cliente, sempre conquistando e mantendo um bom relacionamento com eles. Para Dornellas (2019), uma das metas do marketing é atrair novos clientes, buscando sempre um valor maximizado, fidelizando os clientes atuais e dando-lhes a satisfação plena, além de

atender as necessidades e satisfazer as demandas deles, com o intuito de criar um elo entre empresa e cliente, com objetivo de gerar renda.

Portanto, o marketing relacional vai além da simples venda de produtos; trata-se de construir um relacionamento duradouro que beneficie tanto a empresa quanto o cliente. Nesse sentido, as organizações que investem na construção de relacionamentos fortes com seus clientes têm maior probabilidade de prosperar em um mercado competitivo.

Na visão de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2021), de modo específico, as necessidades a serem atendidas são complexas: podem ser de ordem física (vestuário, alimento e segurança); de ordem social (inclusão a um determinado grupo e afeição) e também de ordem individual (conhecimento, autorrealização).

Esses anseios são próprios do homem. Quando não satisfeito, o homem busca a satisfação ou tenta reduzi-la. Nesse pensamento, as pessoas têm desejos quase infinitos, mas recursos limitados, ou seja, nem tudo que desejam podem adquirir (Maslow, s/d).

Entretanto, para Merleau – Ponty (2016, p.237), o marketing é uma via de mão dupla, mas faz destaque sobre a complexidade das interações entre empresas e consumidores. Essa visão enfatiza que o marketing não deve ser entendido apenas como uma ferramenta unilateral de persuasão, mas sim como um processo dinâmico, onde ambas as partes – o consumidor e a empresa – se influenciam mutuamente. Existe nesse jogo de poder os tácitos e os aliciadores presentes nas relações humanas, mas, desde que haja o equilíbrio de ambas as partes resultará na satisfação.

O pensamento de Merleau-Ponty (2016) expressa as interações como um processo contínuo de influência mútua, nas quais as organizações podem desenvolver estratégias mais eficazes e cultivarem um ambiente onde tanto a empresa quanto seus clientes se beneficiem, promovendo satisfação, lealdade e resultados positivos a longo prazo.

Para tanto, explica-se que se deve observar que o marketing no ambiente empresarial tem como escopo principal o processo de avaliar as oportunidades, identificar o mercado alvo, com base em estratégias e planejamentos, sobre o comportamento do consumidor que será visto a seguir.

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O comportamento do consumidor tem um papel fundamental nas atividades de compra. Desta forma, compreender como o consumidor se comporta faz toda a diferença na criação do planejamento de marketing, a fim de ajudar nas ações que serão realizadas para

atrair, nutrir e converter, também se entende qual é a relação estabelecida com a marca, seus produtos e serviços. “Para entender realmente como os consumidores tomam suas decisões de compra, as empresas devem identificar quem participa do processo de decisão e as pessoas que podem ser influenciadores ou usuárias” (Kotler, 2018, p. 5).

Como existem muitas variáveis na hora de comprar, as empresas devem buscar conquistar seus clientes satisfazendo suas necessidades, despertando o desejo de compra, utilizando técnicas e habilidades que foquem diretamente nos consumidores. Com essa habilidade, o cliente chega à conclusão de que realmente necessita daquilo que foi compreendido pelo seu estímulo, até porque estão cada vez mais exigentes, sabem exatamente o que querem, como querem e o quanto estão dispostos a pagar por determinado produto ou serviço (Dornellas, 2019).

Desta forma, nesse cenário entra o profissional de marketing para criar estratégias que satisfaçam as necessidades de seus clientes. Sobre isso, “o comportamento de compra do consumidor é influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Os fatores culturais exercem a maior e mais profunda influência” (Kotler, 2018, p.18).

Nesse processo, Las Casas (2019) ressalta que o comportamento do consumidor pode variar conforme o tipo de decisão, nos quais destacam-se quatro características básicas de comportamentos que estão fundamentados nas diferenças de marca e no grau de envolvimento, assim podendo definir se os consumidores estão enquadrados em algum dos seguintes tipos de comportamento.

- a) O primeiro tipo de comportamento – envolve a complexidade por se tratar da compra de um produto caro, com alto envolvimento, compra não habitual e com diferenças significativas entre as marcas (Las Casas, 2019).
- b) O segundo – diferente do primeiro, existe um alto envolvimento com o produto ou serviço, sendo uma compra cara e arriscada.
- c) O terceiro tipo – se caracteriza por pouco envolvimento emocional e diferenças entre as marcas. Aqui produtos são comprados sob condições de baixo envolvimento pelo consumidor, pode ser qualquer marca disponível.
- d) O quarto tipo - trata os consumidores que buscam comprar variedades, pois possui algumas crenças em relação a determinados produtos e acabam escolhendo aleatoriamente, avaliando de acordo com seu consumo (Las Casas, 2019).

Neste sentido, como se pode observar a segmentação de mercado ou de marca depende do tipo de produto, do mercado-alvo e das estratégias de marketing, na qual a decisão de compra pode ocorrer por alto ou baixo envolvimento com o produto. Para isso, as variedades expostas à venda são cruciais, pois elas podem influenciar a percepção do consumidor e sua disposição para experimentar ou adquirir o produto (Kotler, 2018).

Assim, o marketing também busca administrar a comunicação interna entre gestores e colaboradores dentro de um espaço empresarial, por meio de diversas ações de melhorias, com a finalidade de buscar a satisfação e a aproximação de relacionamento com seus clientes e, consequentemente produzir resultados para empresa. Para esse processo reitera-se a necessidade de a empresa definir planos estratégicos, para alavancar continuamente as receitas, através do crescimento de suas vendas, tornando a empresa sustentável e sólida, com crescimento de sua carteira de clientes ao decorrer dos anos (Crescitelli, 2023).

Portanto, marketing empresarial requer planejamento e gestão de atividades para promover produtos ou serviços, visando atrair e satisfazer clientes, aumentar vendas e lucratividade. Isso inclui vários fatores como: pesquisa de mercado, segmentação, posicionamento de marca, desenvolvimento de produtos, especificação, distribuição, promoção, relacionamento com clientes e análise de resultados. É essencial para o sucesso das empresas, ajudando a entender o mercado, construir relacionamentos e se manter competitivo (Florentino et al. 2023).

CONCLUSÃO

A evolução do marketing ao longo da história demonstra sua capacidade de adaptação às mudanças econômicas, sociais e tecnológicas. Desde suas raízes no setor industrial até o marketing digital e relacional, ele se consolidou como uma ferramenta indispensável para o sucesso organizacional. Sua trajetória reflete não apenas o avanço das práticas empresariais, mas também a busca por atender às crescentes demandas de consumidores informados e exigentes.

Na era digital, o marketing se torna ainda mais relevante, ao integrar inovação tecnológica e uma abordagem centrada no cliente. Empresas que adotam estratégias digitais eficazes conseguem não apenas ampliar seu alcance, mas também fortalecer suas marcas e construir relações de longo prazo. A personalização, interatividade e sustentabilidade são pilares que sustentam essa nova forma de interação.

Por fim, o marketing empresarial é mais do que uma função dentro das organizações; é

um diferencial competitivo que possibilita compreender e atender melhor as necessidades do mercado. Ao alinhar tecnologia, criatividade e empatia, as empresas têm a oportunidade de prosperar em um ambiente dinâmico, conectando-se profundamente com seus consumidores e criando valor sustentável para todas as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

- BARBARELLI, Beatriz Rosati et al. **O avanço da tecnologia empresarial**. 2022.
- BEHLING, G.; LENZI, F.C. A relação entre competências empreendedoras e comportamento estratégico: um estudo com microempreendedores (MEI). In: **Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, Passo Fundo, RS. 2016. Disponível: 180x (anegepe.org.br). Acesso em: 03 mai. 2024.
- BRITO, Renata Peregrino de; BRITO, Luiz Artur Ledur. **Vantagem Competitiva e sua Relação com o Desempenho – uma Abordagem Baseada em Valor**. RAC, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, Maio/Jun. 2022, pp. 360-380.
- CARRION, J.O; BARBOSA, J.E.C. Planejamento como instrumento de gestão para o microempreendedor individual. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v.9, n.42, p. 24-49, 2021. Disponível em: fucamp.edu.br. Acesso em: 16 set. 2024.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2016. 332 p.
- CRESCITELLI, Edson. **Marketing de relacionamento**: um estudo sobre as relações entre vendedores varejistas e fabricantes de eletrodomésticos. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- CRUZ, Cleide Ane Barbosa da. Marketing digital: marketing para o novo milênio. **Revista científica do ITPAC**, v. 7, n. 2, 2023. Disponível em: Acesso em: <https://amzonas.com>. Acesso em 16 set. 2024.
- DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo. Elsevier Brasil. O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica. **Revista da FAE**, v. 3, n. 2, 2019.
- FLEURY, M.T.L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 5, p. 183-196, 2021. Disponível em: SciELO - Brasil - Construindo o conceito de competência Construindo o conceito de competência. Acesso em: 26 jun. 2024.
- FLORENTINO, G. de A. Proposta de implementação de marketing empresarial para enriquecer as estratégias de divulgação e otimizar a estrutura, promover melhor engajamento com os clientes: estudo de caso realizado na distribuidora Kibarato Cereal. **Revista GeSec**. São Paulo, SP, Brasil v. 14, n. 10, p. 17467-17488, 2023.

FREITAS, L. M. de. **Marketing digital**: estudo de caso sobre ferramentas digitais de auxílio no marketing. Trabalho de Conclusão de Curso em Sistema de informação. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2018.

GUSTAVO Luan de Jesus Ribeiro. A Importância Do Marketing Como Ferramenta Estratégica De Gerenciamento Para Micro E Pequenas Empresas. **Revista De Empreendedorismo E Gestão De Micro E Pequenas Empresas**, 5(02), 47–57. 2020 Recuperado de <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/236>. Acesso 17 set. 2024.

KAROLCZAK, M. E.; SOUZA, Y. S. Recursos Humanos para a Economia do Conhecimento na Ótica da Teoria do Capital Humano. **Revista Alcance**, v. 24, n. 1, p. 66-80, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, p. 10, 2018.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0 tecnologia para a humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

LAS CASAS, A. L. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAN, T. W. Y.; LAU, T. Entrepreneurial competencies of SME owner/managers in the Hong Kong services sector: a qualitative analysis. **Journal of Enterprising Culture**. v. 8, n. 3, p. 235-254, 2020. Disponível em: worldscientific.com. Acesso em: 16 set. 2024.

MASLOW, A. H. **Introdução à Psicologia do Ser**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d.

MCKENNA, Régis. **Marketing de relacionamento**. São Paulo: Campus, 2020.

PEÇANHA, Vitor. **O que é Marketing Digital?**. 2018. Disponível em: <https://marketingdeconteudo.com>. Acesso em: 16 set. 2024.

PIMENTEL, Max Foroni. **O poder do marketing digital**. Curso de Administração, Universidade de Taubáte-SP. 2021.

REZ, Rafael. **Marketing de conteúdo**: A moeda do século XXI. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, F. B.; SOUZA JÚNIOR, A. A. de. As Práticas de Endomarketing e a Percepção dos Funcionários de Uma Empresa do Ramo Varejista de Móveis e Eletrodomésticos de Manaus. **UFAM Business Review - UFAMBR**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–19, 2020.

SANTOS, R.C. **Desenvolvimento de competências empreendedoras no período pandêmico da Covid-19**: Um estudo com Microempreendedores Individuais (MEIs) do segmento de beleza no município de Benjamin Constant - AM. 2021.

SILVA, L. F.; SANTOS, R. F. S. M. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. **Revista de Gestão e Projetos**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1–6, 2018.

WALLITER, Carolina. **O poder da indicação:** atraia clientes com campanhas de marketing de referência. 2021. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2023.

CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS (6º E 7º ANOS) DO ENSINO FUNDAMENTAL II

EMANUEL RAMALHO DE OLIVEIRA

RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DOI: 10.29327/5449592.1-10

CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS (6º E 7º ANOS) DO ENSINO FUNDAMENTAL II

DOI: 10.29327/5449592.1-10

Emanuel Ramalho de Oliveira

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este artigo intitulado “Conteúdo da Educação Física Escolar nas séries iniciais (6º e 7º anos) do Ensino Fundamental II” tem por objetivo tratar sobre a percepção da equipe pedagógica da escola, a luz da legislação brasileira, instruções pertinentes e ações desenvolvidas nas escolas sobre os conteúdos programáticos compostos pelos temas da disciplina Educação Física previstos na BNCC, para compreender a importância desse conteúdos e como estão sendo observados e tratados no Planejamento pedagógico e, na prática das aulas dos professores de Educação Física e ainda, na relação com professores de outras áreas. Após os estudos e referências (cases) inseridos neste artigo confirma-se o fato de que os conteúdos e as dimensões do conhecimento passaram a ser imprescindíveis no momento de se propor uma Educação Física mais atenta a necessidade do educando e seu papel como agente crítico e participativo na sociedade.

Palavras-chave: Educação Física; Currículo; Dimensões; Conteúdos

ABSTRACT

This article, entitled “Content of Physical Education in Schools in the Initial Grades (6th and 7th Years) of Elementary School II”, aims to address the perception of the school’s teaching staff, in light of Brazilian legislation, pertinent instructions and actions developed in schools regarding the programmatic contents composed of the Physical Education discipline themes provided for in the BNCC, in order to understand the importance of these contents and how they are being observed and treated in the pedagogical planning and in the practice of Physical Education teachers’ classes, as well as in the relationship with teachers from other areas. After the studies and references (cases) included in this article, it is confirmed that the contents and dimensions of knowledge have become essential when proposing a Physical Education that is more attentive to the needs of the student and their role as a critical and participatory agent in society.

Keywords: Physical Education; Curriculum; Dimensions; Contents

RESUMEN

Este artículo titulado “Contenidos de la Educación Física Escolar en los grados iniciales (6º y 7º año) de la Escuela Primaria II” tiene como objetivo abordar la percepción del equipo pedagógico de la escuela, a la luz de la legislación brasileña, las instrucciones relevantes y las acciones desarrolladas en las escuelas. sobre los contenidos programáticos compuestos por los temas de la disciplina de Educación Física previstos en el BNCC, para comprender la importancia de ese contenido y cómo está siendo observado y tratado en la planificación pedagógica y, en la práctica de las clases de los profesores de Educación Física y también, en la relación con docentes de otras áreas. Luego de los estudios y referencias (casos) incluidos en este artículo, se confirma que los contenidos y dimensiones del conocimiento se han vuelto esenciales a la hora de proponer una Educación Física más atenta a las necesidades del estudiante y a su papel como sujeto crítico y participativo. en la sociedad.

Palabras clave: Educación Física; Plan de estudios; Dimensiones; Contenido

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata a temática com enfoque sobre o que está disposto nas Instruções normativas, na BNCC, dentro do Eixo onde a disciplina Educação Física está inserida como componente na área de Linguagem e tratado também no âmbito da Cultura, bem como da orientação de como as Unidades Temáticas da disciplina devem ser trabalhadas e utilizadas no Ensino Fundamental II, e mais especialmente nas 6^a e 7^a séries.

A abordagem sobre o tema tratará de forma atualizada de cases com experiências vivenciadas em escolas, sob a percepção da equipe técnico pedagógica e professores a respeito da essencialidade desses conteúdos da disciplina para o desenvolvimento sócio educacional dos educandos, a partir da constatação de que as práticas pedagógicas focadas na interdisciplinaridade, efetivada nesses componentes curriculares de educação, vêm passando por transformações impostas pela dinâmica da sociedade contemporânea, na medida em que a elas sejam incorporadas novas, e essenciais, exigências legais, políticas, culturais e sociais. (KUNZ, 2016).

Segundo Martinelli (2018) para entender a importância dos conteúdos da disciplina Educação Física em suas várias dimensões, é necessário conhecer a base didático-pedagógica, a prática do professor e como se acoplam ao eixo onde a disciplina está inserida, com o objetivo de estimular a formação livre e crítica dos alunos para o exercício da cidadania.

Então, passa-se a entender a essencialidade de tratar dessa temática, pois a questão dos conteúdos da disciplina de Educação Física utilizados pelo professor nas aulas tem motivado as mais diversas discussões no transcorrer do tempo, ganhando maior força com o surgimento e aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), que em seu artigo 26, § 3º propõe que a “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Segundo a LDB 9394/96 a Educação Física é componente curricular obrigatório e, portanto, necessária para a formação integral do educando. Neste sentido, é importante saber como os conteúdos atrelados ao currículo da disciplina estão sendo tratados no âmbito da escola como forma de cumprir o que está previsto na BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

A partir disso, é possível desenvolver atividades que permitam ao aluno o acesso aos saberes, ao mesmo tempo em que a equipe pedagógica contribui para a formação integral do educando (Brasil, 2018).

O objetivo desse artigo é entender de que forma os conteúdos da disciplina educação física nas séries iniciais (6º e 7º anos) do ensino fundamental II, segundo a L.D.B e posteriormente a BNCC, tem favorecido o desenvolvimento sócio educacional dos educandos da escola? Adicionalmente, precisamos então compreender quais são esses conteúdos previstos no currículo têm sido desenvolvidos no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II no Brasil?

Para delinear e abordar adequadamente, com base na realidade posta, o objetivo do artigo é também identificar os conteúdos da Educação Física Escolar efetivados no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A discussão em torno da disciplina de Educação Física no contexto do que se denomina de Lei de Diretrizes e Bases da Educação deve ser iniciada e ratificada por se reafirmar um aspecto que se tornou consenso nos debates entre educadores e gestores do currículo adotado para esta disciplina: a LDB alçou a Educação Física ao patamar das outras disciplinas que compõem o currículo atualmente utilizado pelas escolas que atendem o ensino fundamental II (Martinelli, 2016).

Compreende-se que a mobilização em torno da valorização do currículo da disciplina passou a se tornar um movimento que torna os conteúdos ministrados parte efetivamente importante da aprendizagem do aluno sem a qual a formação deste aluno se torna incompleta ou inacabada (Kunz, 2016).

É a Educação Física como uma disciplina que se afasta daquele discurso de ser um campo da experiência humana focado apenas do “movimento pelo movimento”. Essa visão inovadora que documentos como a LDB incentivaram passou-se a notar que as atividades provocam experiências edificantes e autônomas para a convivência entre os alunos e seus pares, destacando a cidadania e a própria consciência das possibilidades do corpo, dando mais visibilidade a necessidade que todos tem de um estilo de vida mais saudável e equilibrado.

Quando alguém se envolve com as propostas de atividades da Educação Física vai-se criando espaços onde o aluno e o professor se revelam críticos, participativos, capazes de respeitar as diferenças, e onde o espírito de cooperação e solidariedade prevalecem. Adicione a

isso o estímulo a se prevenir e proteger um aspecto que tem sido amplamente divulgado na sociedade: a importância da saúde mental.

Diante disso, estudar, participar e investigar as possibilidades de uso da Educação para a formação social e educacional do aluno é apostar no incentivo e contribuição a estruturação de um cidadão completo, holístico onde o biológico, o cognitivo, o social, o psicológico e o emocional são trabalhados simultaneamente dentro de um raio de ação que se vale de outras disciplinas (interdisciplinaridade) para que o sujeito e suas complexidades sejam vistas como parte inarredável da existência do aluno em sociedade.

Essa realidade cada vez mais presente nas escolas que se pretendem formadoras de cidadãos e tem transformado a própria concepção de gestores, coordenadores pedagógicos e professores para uma perspectiva que vai além da Educação Física como um campo onde o foco primordial é o simples movimento. Observa-se que as mentalidades e percepções dos profissionais que lidam diariamente com os conteúdos curriculares associados a essa disciplina tem sido gradualmente modificada, a ponto de muitas produções acadêmicas, seminários, simpósios e legislações passarem a se adequar aos novos tempos, onde a Educação Física vem assumindo o protagonismo no ensino fundamental em muitas instituições educacionais públicas e privadas.

Nesse sentido, nota-se que a Lei nº 9.394/96 tem estimulado de forma proativa a inclusão e evolução das práticas associadas a Educação Física escolar de acordo com uma correta base capaz de oferecer as estruturas, as competências específicas e as dimensões do conhecimento que fazem da Educação Física uma disciplina longe do mecanicismo que por tanto tempo vigorou nas aulas ministradas em décadas passadas.

Na atualidade, e por força inicial da Lei de Diretrizes e Bases, passou-se a enxergar na Educação Física um campo que apresenta novos horizontes sociais, físicos, cognitivos e culturais, privilegiando o aprender a partir do movimento e não exclusivamente para o movimento.

Em palavras mais objetivas: tem-se hoje uma Educação Física onde a participação passa a ser muito mais abrangente, abarcando aspectos pedagógicos, metodológicos, teóricos e didáticos, contudo, voltados para uma formação mais plural, contemplados na proposta pedagógica da instituição de ensino (Martinelli, 2016).

Uma vez que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Física passa a ser vista como um componente curricular, torna-se claro que em sua prática o professor deve passar a ter habilidades específicas para estruturar continuamente os

conteúdos a serem ministrados de acordo com os níveis de aprofundamento pretendidos em sintonia com a realidade do aluno, desde que a finalidade clara seja a de abordar as mais diferentes manifestações do que se denomina de cultura corporal, propondo-se a constante avaliação, recriação, vivência e interpretação (Betti, 2018).

Essa concepção evidencia que o trabalho com a Educação Física na escola não pode e nem deve ser estático. São atividades que se sucedem e são marcadas pelo trabalho que engloba corpo, mente e todos os sentidos do corpo, levados a um potencial sempre crescente onde, dentro dos limites do sujeito, é possível alcançar feitos inimaginados, respeitando-se as características e possibilidades de cada um. Na Educação Física, corpo e mente são exercitados com semelhante frequência, posto que se pretende um ser humano que desfruta não apenas saúde, mas também qualidade de vida no cotidiano da comunidade a qual pertence.

Entre os estudiosos no campo da Educação Física escolar já existe uma ideia consensual, ou seja, de que entender a Educação Física em sua prática equivale também entender que a prática desta disciplina é construção que seja equivalente para todos os alunos, principalmente para aqueles do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II.

Tornar viável esse olhar mais condizente com os dias atuais exige dos gestores e professores que reflitam, conheçam mais, mantenham a postura crítica, tenham disponibilidade e sejam mais dinâmicos ao tratarem os conteúdos curriculares desta disciplina. Não se pode admitir mais professores que se prendam em antigas formulas ou métodos para ministrar aulas de Educação Física.

A expressão que tem sido utilizada com mais regularidade entre os estudiosos e os profissionais que trabalham na prática pedagógica é dinamismo. Assim, a formação do professor para atuar na Educação Física tem que ser múltipla, capacitando-o a lidar com as mais diferentes questões que surgem na rotina de seu trabalho.

Todo o caminho percorrido para que, finalmente, a atual LDB pudesse ser efetivada tem reflexos diretos no panorama onde a Educação Física está enquadradada. É imprescindível não apenas conhecer a letra da LDB é necessário que os responsáveis por esta disciplina no Ensino Fundamental II sejam informados, capacitados, equipados para que possam ser os principais incentivadores das discussões que visam o aprimoramento dos conteúdos curriculares adotados nas escolas ainda que muitos desafios precisam ser enfrentados e superados. A hora é de mobilização para que todos os segmentos da sociedade sejam contemplados em suas necessidades sociais básicas com o mínimo de capacidade crítica e proposições que modifiquem a situação de desigualdade que marcam a sociedade brasileira (Ferreira Junior; Oliveira, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular

O ano de 2017 constitui um marco na legislação que orienta e institui caminhos teóricos e práticos para os componentes curriculares utilizados na escola pública, com destaque especial para o ensino básico – incluindo-se o Ensino Fundamental II. Neste ano foi aprovada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que já em suas linhas preliminares aponta para a finalidade de urdir os caminhos curriculares para proporcionar uma aprendizagem mais conectada com a realidade pessoal e coletiva dos alunos, destacando uma aprendizagem múltipla e um desenvolvimento mais consistente em termos humanos e sociais (Betti, 2018).

De posse desses pressupostos, comprehende-se que a BNCC passa a se tornar um documento singular que reflete as competências abrangentes e aquelas mais específicas, bem como as habilidades e aprendizagens estratégicas que os alunos precisam se apoderar em todos os percursos do Ensino Fundamental.

A própria BNCC ao se referir a Educação Física específica que essa disciplina se refere a um componente curricular que possui como temáticas as práticas corporais em suas múltiplas codificações e significados de natureza social, enquanto formas expressivas que o sujeito toma para si. É nessa linha que a BNCC orienta para a prática da Educação Física atrelada ao movimento humano relacionado diretamente à cultura, sem se restringir ao simples deslocamento espaço-tempo de um determinado segmento do corpo ou mesmo do corpo inteiro (Brasil, 2017, p.171).

Essa ideia pode ser interpretada como um meio de conceber a educação física nos termos da BNCC que a classifica como Cultura Corporal de Movimento. É nessa toada que se entende que a educação física, na ótica da BNCC, que as práticas corporais são um patrimônio cultural do coletivo. Essa ideia abre novos horizontes de compreensão pois assim os próprios alunos são estimulados a analisarem e interpretarem suas respectivas realidades, no meio social e cultural onde estão alocados, ao mesmo tempo que delega a esses estudantes a competência para elaborar suas produções individuais sejam estas de natureza social, empírica ou científica (Boscatto; Impolcetto; Darido, 2017)

A respeito dos alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II a BNCC relata, que esses estudantes apresentam estilo e modos de vida específicos, além de vivenciarem experiências pessoais e coletivas variadas, exigindo-se que o processo escolar seja singular, reconhecendo a interdependência pessoal que cada um tem a partir de características locais (Brasil, 2017).

Quando se trata da BNCC, então, basta que se reconheça que a visão legal contemplada

em seu texto, principalmente no que tange aos conteúdos curriculares, evidencia que na sua estrutura apresenta-se os pressupostos, as competências específicas e as dimensões do conhecimento que são privilegiadas nos componentes a disciplina Educação Física.

Sua estrutura abrange os eixos que tratam as temáticas: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas e Práticas Corporais de Aventura. Tratam essas Práticas Corporais tematizando e refletindo sobre elas de suas diversas formas e como meio de produção de sentido e significado para quem as pratica (González, 2016).

Ao englobar todos esses eixos temáticos o objetivo sempre será o de formar o aluno que está vivenciando o processo de escolarização enquanto cidadão que deve ser atuante na sociedade, a partir de um olhar crítico, questionador, capaz de intervir na realidade sempre em busca de transformação, de mudança para que a sociedade seja menos excludente e mais igualitária. Esse pressuposto é claramente evidenciando na Base Nacional Comum Curricular.

Cabe realçar que os próprios princípios políticos inscritos na BNCC, elementos como a informação e a oportunidade, a leitura crítica daquilo que é proposto aos alunos em termos de conteúdo e sua atuação ainda são moldados segundo o sistema político e econômico vigente. Mas é possível flexibilizar o currículo desde que os professores e profissionais da educação valorizem e utilizem uma prática pedagógica que seja sempre direcionada ao desenvolvimento da capacidade individual e coletiva dos alunos, jamais alienando o aluno da necessidade de compreender as contradições e abismos sociais que existem no Brasil. Isso é, uma disciplina calcada na realidade e suficientemente propositiva para formar seres humanos com autonomia, com capacidade de pensar e agir de maneira autônoma.

A Educação Física na BNCC

Assim a Educação Física na BNCC propõe o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para ampliar a consciência dos movimentos corporais, dos recursos para o cuidado de si e dos outros e, também, para desenvolver a alta estima e a participação mais confiante e autoral na sociedade.

Nesse sentido verificamos algumas mudanças para o aluno e o professor. Por exemplo, nas práticas corporais destacam-se três elementos: Movimento Corporal; Organização Interna e Produto Cultural.

Na dimensão do conhecimento: Experimentação; Uso e Apropriação; Fruição; Reflexão sobre a ação; Construção de Valores; Análise; Compreensão; e Protagonismo Comunitário (Ferreira Junior; Oliveira, 2021)

Como devem ser tratadas as Práticas Corporais nos Conteúdos Programáticos no desenvolvimento das aulas, conforme orienta a BNCC?

As Práticas Corporais são tratadas como Unidades Temáticas nos Ensinos Fundamental e Médio. As Unidades Temáticas devem ser abordadas de diversas formas, quebrando o paradigma da centralização em apenas uma especificamente, geralmente só baseadas nas técnicas.

Os profissionais professores de Educação Física em suas práticas devem procurar utilizar vários recursos como: multimídia, visitas a locais onde ocorrem essas práticas, discussões em grupo, palestras, pesquisas bibliográficas e outros. Sempre colocando em discussão com intuito de propiciar ao educando contextualizar junto à comunidade e outros profissionais, sobre os aspectos históricos, aplicações prática, técnica e, principalmente a envolvência e utilidade de determinada prática corporal, no sentido de dar amplitude ao que está sendo estudado.

Desse modo, ao se analisar a BNCC, especificamente no aspecto relacionado as práticas corporais é fundamental que a figura do professor seja o principal incentivador nesse debate. É a ele que cabe a responsabilidade pela formação social e educacional do aluno no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental. E esse debate deve ser levado para a sala de aula para que os alunos também se posicionem, ainda que de forma pontual, sobre as propostas que são incluídas nas aulas dessa disciplina.

Para isso, é importante que alunos e professores tenham um conhecimento abalizado das especificidades dessa área do saber. Não é uma tarefa simples, mas não se deve ficar indiferente ao fato de que a BNCC foi uma das principais conquistas que a educação no Brasil alcançou nos últimos anos.

Isso acontece porque amplia e aprofunda os conteúdos curriculares da Educação Física, a partir de um viés muito mais crítico e cidadão voltado para o aluno e sua formação integral, transformadora e humanista, deixando de lado a ideia de uma disciplina onde o movimento é o princípio e a finalidade de todos os conteúdos.

Uma vez que se reconheça essa percepção então passa-se a conhecer as dimensões do conhecimento e, mais importante ainda, o aluno passa a se reconhecer diante das expressões e campos do conhecimento que a BNCC trata, visto que as estratégias e métodos de ensino convergem para a estruturação de um cidadão capaz de aprimorar suas aptidões intelectuais, cognitivas, emocionais, culturais e físicas, ao mesmo tempo em que o professor, com o incentivo da BNCC, passa a tomar para si a responsabilidade de mediar os conteúdos de maneira

mais crítica e pedagógica.

As Unidades Temáticas da Educação Física

As aplicações sugeridas pela BNCC dessas unidades estão assim dispostas: Jogos e Brincadeiras: 1º ao 7º ano; Esporte; Danças; Ginásticas: 1º ao 9º ano; Lutas: 3º ao 9º ano e Práticas de Aventura: 6º ao 9º ano.

É importante entender que as aplicações das Unidades Temáticas não devem ficar restritas ao que é sugerido na BNCC. Essa aplicação dependerá de vários fatores como: as condições físicas, a estrutura da escola, da vivência na comunidade onde a escola está inserida. Sempre respeitando os aspectos culturais e sociais. Considerando ainda a sua utilidade e as contribuições que tal prática vai trazer ao ambiente escolar e ao educando. Portanto essas Unidades Temáticas devem-se adequar, se integrar e se alinhar ao planejamento pedagógico no sentido de contribuir e complementar os conteúdos programáticos previstos inclusive em outras disciplinas, visando à formação integral dos educandos.

Dimensões do Conhecimento na Educação Física no Ensino Fundamental segundo o que está disposto na BNCC

Para o profissional professor de Educação Física é importante e necessário incorporar aos conteúdos programáticos da disciplina e aplicar em suas aulas as dimensões do conhecimento. Essas dimensões vão propiciar ao professor em sua prática a entender, planejar e avaliar melhor suas aulas. (DEF Prof. Márcio Costa)

As Dimensões do Conhecimento são classificadas na BNCC como: Conceituais que se referem ao “saber sobre a prática corporal”; procedimentais que se referem ao “saber fazer a prática corporal” e Atitudinais que se referem ao “saber ser e conviver sobre essa prática corporal”.

Contextualizando as dimensões do conhecimento para a prática do professor na sala de aula se verifica que na dimensão conceitual se pretende que aluno faça a reflexão sobre sua ação a partir da observação e da análise, buscando nas suas vivências corporais e nas vivências realizadas por outros, oportunizar a ele, através de transmissão de conhecimento, que sejam capazes de classificar modalidades esportivas, técnicas, táticas, efeitos de treinamento e outros.

Essa dimensão oportuniza ao professor colher subsídios sobre como explorar de maneira conceitual as vivências dos alunos para planejar e avaliar melhor suas ações e obter melhores resultados. Outra dimensão conceitual é a compreensão onde possibilita ao aluno compreender

as práticas corporais em seu contexto sociocultural e histórico. Essa dimensão oportuniza ao aluno através de pesquisas bibliográficas, conhecer a história das diversas práticas corporais e, tudo que a está relacionado a essa prática, seja de caráter esportivo, cultural ou social.

A dimensão classificada como procedimentais, ampara-se na prática das atividades físicas, sendo através da Experimentação que preconiza que tenha o conhecimento e que não podem ser acessados sem passar pela vivência corporal. No entanto, essas experiências têm que ser realizadas de forma agradável e positiva para que não cause rejeição ao aluno. Nesse sentido o professor tem que ter o cuidado de não trabalhar só sob o ponto de vista técnico, científico e sim incluir a prática corporal, incentivando ao aluno desenvolver as atividades de forma prazerosa.

Outra vertente dessa dimensão é Uso e Apropriação, onde o professor deve atuar auxiliando ao aluno para que ele saiba fazer, gerando autonomia que permita desenvolver as diversas práticas corporais dentro ou fora da escola, ou seja, fazer com que o aluno se aproprie dessa prática. Outra linha tratada nessa dimensão é a Fruição que trata sobre a apresentação estética das experiências corporais, onde o aluno, a partir de conhecimentos da vivência de práticas corporais busca desfrutar de forma direta ou como expectador.

A terceira Dimensão do Conhecimento referenciada na BNCC nominada como atitudinais trata de aspectos como a Construções de Valores, onde se preconiza que a aprendizagem de valores e normas é voltada para o exercício da cidadania e da democracia. Nessa vertente busca-se combater estereótipos e preconceitos relacionados as práticas corporais.

Nesse sentido, é muito importante trabalhar a inclusão como instrumento da plena cidadania passando ao aluno que na construção de valores morais e dentro das relações democráticas não cabe formar preconceitos, nem tão pouco relativizar a intenção de formar estereótipos que excluem indivíduos de participar em qualquer prática corporal.

Deve-se lembrar que a vida em sociedade apresenta contrapontos que intensificam o processo de vulnerabilidade social. Entre esses pode-se apontar a desigualdade na distribuição de renda, a dificuldade de acesso a uma educação de qualidade, a desestruturação familiar e a redução nas oportunidades de trabalho e renda dignos. Apesar dessa responsabilidade recair principalmente sobre o Estado, nota-se que as demandas sociais em favor de crianças e adolescentes não tem sido suprida, gerando uma situação de risco social que compromete as oportunidades de ascensão.

Diante desse quadro de grave crise familiar e social, em que sobressaem a inversão de

valores, a corrupção, o consumismo, o apelo ao materialismo, a contestação das instituições democráticas, o perigo do alcoolismo e das drogas, a decadência dos costumes, a falta de patriotismo, resultando na prática de ilícitos e crimes, é indiscutível a necessidade de se colocar em prática conteúdos e valores focados em atividades esportivas e que contribuam para o equilíbrio mental, emocional e físico.

Assim, são essenciais as parcerias público-privadas, realizando-se discussões internas entre os pais, autoridades competentes e educadores, principalmente diante das dificuldades que se enfrentam hoje, seja na educação dos filhos, seja na educação escolar, e principalmente da atuação do jovem no contexto sócio escolar, diante de questões como preservação do patrimônio público, relações humanas e respeito às diferenças, com isso, visa contribuir para a diminuição da violência, desenvolvendo nas crianças valores éticos, socioculturais e meios de preservação do planeta.

Ainda relacionada a essa dimensão está colocado o Protagonismo Comunitário que orienta sobre os conhecimentos para as ações tomadas de decisão em prol da democratização de acesso as diversas práticas corporais. Trata também de orientações para o acesso as políticas públicas e ações privadas a essas práticas.

A prática do professor nesse sentido é de despertar no aluno sobre conhecer o que está sendo oferecido em termos de políticas públicas que sejam de seu interesse para que ele tenha o absoluto domínio e se torne protagonista dessas políticas voltadas a comunidade. Essa abordagem favorece ao educando uma formação política, onde também percebe além dos limites da escola, a educação, as práticas corporais que estejam acessíveis e que são disponibilizados.

Comentários de Pesquisas Bibliográficas de Teses, Artigos, Cases e Experiências vivenciadas na prática em escolas

A aplicação dos Conteúdos programáticos da Educação Física que estão previstas na legislação educacional, na LDB e BNCC têm expressiva influência nos planejamentos pedagógicos nas escolas.

Experiências vivenciadas a partir da prática pedagógica por professores da área de Educação Física e de outras disciplinas que compõe o currículo, despertam para que as equipes técnicas das escolas, incluem em seus planejamentos ações conjuntas de caráter interdisciplinar os conceitos de complementaridade e transversalidade naturais da disciplina. Essas ações também despertam no educando a autonomia para atuar em todas as áreas do conhecimento,

proporcionando o seu desenvolvimento integral.

O trabalho realizado na disciplina de Educação Física deve ter um viés interdisciplinar, posto que já se reconhece que o trabalho feito de forma isolada sempre estará destinado a desencontros. A ação coletiva e interativa, portanto, é fundamental para que os conteúdos de Educação Física propiciem uma formação integral e integradora.

Mediante a experiência vivenciada na escola campo em sua Tese de Doutorado, cujo tema foi “Aprendizagem solidária no ensino médio: a experiência da disciplina educação física na escola Professor Gabriel Almeida Café no Amapá em 2023” a professora Kátia Silene Silva Souza, apresenta uma nova dimensão, a Aprendizagem Solidária que apesar de estar baseada em preceitos previstos na BNCC, a aplicação prática ainda é insípida, cujo o objetivo é atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, para garantir sua permanência na escola.

O objetivo geral é analisar o uso da Aprendizagem Solidária como metodologia da disciplina Educação Física. Tem como objetivos específicos verificar a implementação da Aprendizagem Solidária no Ensino Médio nas aulas de Educação Física; Identificar os efeitos percebidos pelos estudantes quanto a aprendizagem e o relacionamento interpessoal; Listar as ações de protagonismo.

Apesar do foco do estudo ser direcionado a alunos do Ensino Médio, a intenção corrobora com muito do que é preconizado nos conteúdos programáticos da disciplina, além de trazer uma visão empreendedora que envolve não só os educandos da pesquisa, mas também toda a comunidade estudantil, as equipes técnica, pedagógica e administrativa da escola. Aprendizagem Solidária como metodologia da disciplina Educação Física foi bem recebida pelos estudantes, e ainda contribuiu para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como resiliência, empatia, protagonismo, autoconfiança e autonomia.

A Aprendizagem Solidária deve ser também observada em todos os níveis de ensino, na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, aplicando ações coordenadas pela escola para proporcionar ao educando de assumir e promover o protagonismo, sendo participativo em seu amplo desenvolvimento de competências, incluindo as competências socioemocionais.

Essa prática também conhecida como Service-Learning, é uma metodologia ainda insípida apesar de ter seus aspectos normatizados na BNCC. Mas pode ser utilizada por professores de educação física em parceria com outros professores de diversas áreas considerando a interdisciplinaridade e composição do planejamento pedagógico escolar em todos os níveis de ensino, porque comprovadamente contribui para tornar a educação mais

significativa e conectada com a realidade dos estudantes.

Esse conceito está muito bem observado também para sua utilização na Educação infantil, conforme entendimento abstruído da citação: “O protagonismo infantil se manifesta em suas culturas de pares¹, em seus contextos de inserção social, sobretudo o escolar, onde as crianças passam a maior parte da infância. As crianças constroem história e cultura e consomem produtivamente os bens culturais que lhes são ofertados” (Certeau, 1994).

A literatura destaca que a Aprendizagem Solidária promove um aprendizado mais profundo, reflexivo, crítico e significativo, pois os estudantes são incentivados a resolver problemas em contextos reais, o que aumenta suas competências, a exemplo, da motivação, autonomia, engajamento, e ainda senso de pertencimento, solidariedade e envolvimento com as causas coletivas (Ausubel, 1982; Dewey, 2023; Freire, 2001; Johnson; Johnson; Holubec ,1999; Mori, 2013; Perrenoud, 2000).

Entretanto, é necessário admitir que a tendência de se manter uma visão particular da aplicação do conteúdo de Educação Física constitui um dos maiores obstáculos ao sucesso do aluno no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Acrescente-se que a ausência de confiança de muitos profissionais na competência do outro professor de determinada disciplina é outro elemento limitante, principalmente pela ideia de muitos profissionais de que sua atuação é mais importante do que do professor da disciplina de Educação Física.

Para superar essas dicotomias é essencial que se compreenda o quanto o trabalho em equipes interdisciplinares representa um recurso estratégico para atingir a integralidade aprendizagem do aluno na EF. Essa é uma concepção que se refere a dimensão mais abrangente nas práticas relacionadas a EF, que, além de contribuir na organização do trabalho na prática pedagógica, busca uma apreensão ampliada das necessidades do usuário na evolução do processo de aprendizagem.

Os movimentos em favor da substituição de uma atuação isolada no campo de Educação Física em favor de uma interação interdisciplinar têm ocorrido mediante a o surgimento e estruturação de uma rede de apoio entre os profissionais de outras disciplinas na escola. Especificamente na visão da BNCC a composição coletiva de um grupo de professores das várias disciplinas em associação com o professor de Educação Física presta um atendimento resolutivo aos alunos, tendo como principal objetivo manter e promover a aprendizagem efetiva. São serviços, conteúdos e metodologias interdisciplinares que oferecem maiores possibilidades de aprendizagem integrada entre as disciplinas, com foco na Educação Física.

É recompensador perceber que em sua prática diária o professor está influenciando no

crescimento de indivíduos ativos, participativos, com autonomia para se reconhecer, conhecer o outro, reconhecer o meio onde vive e, saber que pode influenciar com protagonismo, positivamente para o seu próprio crescimento, para o crescimento coletivo da comunidade. Por consequência tomado consciência que também é responsável por sua plena cidadania.

Esse processo contribui para a formação de uma sociedade mais justa e consciente de suas responsabilidades. Isso é a escola trazendo o seu entorno para ser discutido dentro dela.

O objeto desse estudo, se pretende evidenciar os conteúdos que estão diretamente ligados ao público alvo do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II. Contudo, não se deve restringir somente a eles, mas é importante tratar de todos, a saber: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas e Práticas Corporais de Aventura, uma vez que as pesquisas e os questionamentos serão ampliados a todos os agentes que compõem a escola e, considerando também as linhas tratadas no planejamento pedagógico da unidade de onde ocorre a pesquisa de campo.

Sobre isso, em seu Artigo intitulado “A importância da educação física escolar para a formação do indivíduo na sociedade” Gabriel Alecrim Bego informa que:

Ao formar o jovem aluno, em um ser ativo, que some e contribua para sociedade, sabendo lidar com as dificuldades e divergências dentro de camadas e grupos sociais totalmente diferentes um dos outros, é fundamental para gestão de formação, para sua convivência pessoal cabe aos profissionais da educação física ajudar a mediar essa formação para o desenvolvimento emocional, intelectual, motor, socializadora empatia e bem-estar psicológico” (Navas apud Bego, 2010).

Com base nessa declaração questiona-se: Seria possível quebrar essa dicotomia que estamos falsamente ideologizados, seguindo como base para nossa carreira e para nossos alunos no processo de transição de aluno para indivíduo ativo na sociedade

Ainda, Bego cita também o teórico Vygotsky ao salientar que:

Sabe-se que é de extrema importância que saibamos preparar nossos alunos para que eles não caiam de paraquedas no mundo lá fora, onde a sociedade o cobrará de regras, normas, compromisso, seriedade, dedicação, trabalho individual ou até mesmo em equipe, é responsabilidade do professor realizar de forma procedural o planejamento de aula, para que os porque possam ser respondidos a esses alunos, (Vygotsky apud Bego, 2010).

Entende-se que, tendo como proposta de melhorias no âmbito escolar e na rotina do professor de EF, o processo de socialização pode ajudar tanto nas aulas práticas, quanto teóricas, tendo uma ênfase maior na preparação de nossos alunos, não apenas futuros jogadores de futebol, ou esportistas famosos, mas cidadãos críticos, educados, colaboradores de ideias

benéficas à sociedade, se fazendo valer de uma pessoa que não seja apenas mais um número, mas sim um indivíduo ativo e produtivo (Cardoso, 1991)

Nesse sentido, partindo dos questionamentos levantado, se deduz que a escola não deve ser simples transmissora de conhecimento aos alunos e, sim, formar cidadãos de forma integral, observando suas necessidades individuais, a interação no meio social, observando aspectos culturais, habilitando-o de forma saudável fisicamente, intelectualmente, socialmente para se conhecer, conhecer ao outro, entendendo a realidade do meio em que vive para interagir com ele.

A Educação Física pode e deve ser usada por seu caráter interdisciplinar, complementar e transversal e tem essa capacidade porque é flexível e por sua essência dotada de todos esses requisitos que estão dispostos na BNCC e disponíveis, que podem e devem ser aplicados, desde que componham o Planejamento Escolar (Moreira, 2016).

A BNCC da forma como está organizada evidencia o que se denomina de competências gerais e específicas, além de tornar claro as aprendizagens e habilidades determinantes que os educandos devem aprimorar durante todo o transcorrer do Ensino Básico, incluindo-se o Ensino Fundamental II.

Esse documento é o mais atualizado em termos didáticos e pedagógicos disponível aos educandários nos limites do território nacional e, ao fim e ao cabo, se tornam orientações curriculares atualizadas e propensas a tornar o educando um cidadão plenamente preparado para enfrentar a realidade social, ciente de seus direitos e deveres individuais e coletivos (Martinelli, 2016).

Em suma, a LDB e a BNCC auxiliam na compreensão a importância de entender a primazia e os conteúdos a serem explorados durante a aprendizagem da disciplina de Educação Física no panorama escolar. Nesse aspecto, cada mudança no currículo e nos eixos temáticos da Educação Física espelham o avanço e transformações existentes na sociedade e a forma como o ensino e aprendizagem devem acompanhar essas mutações (BETTI, 2018).

É essencial ainda ressaltar que a BNCC (2017) determina algumas das principais competências e habilidades que devem ser atingidas derivados do envolvimento com a Educação Física escolar no 6º e 7º anos do ensino fundamental II, conforme a BNCC (2017):

(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.

(EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.

(EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas. (EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.

(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.

Diversos métodos e práticas reportadas por autores em experiências vivenciadas por professores de educação física e de outras áreas dentro do ambiente escolar, contribuem para mudar o conceito da disciplina na comunidade acadêmica. Influenciando inclusive na construção do planejamento pedagógico e abre espaço a uma visão dentro do contexto da comunidade onde a escola está inserida.

Para tanto deve considerar também o planejamento escolar, os aspectos culturais, sociais, costumes e vivencias de conhecimento pessoal, do outro e do meio em que vivem. Evidentemente essas ações se concentram no principal objetivo da educação que é o educando, proporcionando-lhe o desenvolvimento não só formal cognitivo, mas principalmente sua formação integral, favorecendo sua integração, interação e intervenção na comunidade onde vive e, por conseguinte na sociedade.

Quando o professor de educação física se reconhece na leitura do texto tanto da LDB quanto da BNCC e nos Conteúdos Programáticos da Disciplina, seja em sua formação acadêmica ou em sua formação continuada, ele se apropria delas e nota que incluindo na sua prática nas aulas, ele está de forma contundente favorecendo o processo ensino-aprendizagem. Mas não só isso, está também mudando o conceito da disciplina e transformando a visão que se tem sobre o profissional professor da área. Está também influenciando nas demais disciplinas, no planejamento pedagógico da escola e sobremaneira na formação integral do indivíduo.

Um aspecto final que deve ser destacado refere-se a contribuição de atividades empreendedoras no campo das experimentações direcionados aos alunos na prática da Educação Física, influenciando na formação do aluno socialmente engajado.

Assim, aprender sobre empreendedorismo, envolve conhecer alguns traços de personalidade são comumente relacionados ao seu sucesso, sendo possível destacar: a dinâmica, a autoconfiança, o otimismo, a energia, a independência, a persistência, a flexibilidade e a criatividade. Acrescente a isso a capacidade de assumir riscos, habilidade para identificar oportunidades, conhecimento, senso de organização, disposição para tomar decisões, faculdade de liderar e otimismo.

São características incentivadas e inscritas na Base Nacional Comum Curricular para

que os conteúdos de Educação Física sejam ampliados e tornem o aluno um sujeito capaz de participar nas mudanças sociais que são operadas cotidianamente. Essas características do empreendedorismo podem propiciar ao aluno mais atitude para agir em favor de uma transformação que se inicie nas camadas basilares da pirâmide social até atingir os patamares mais elevados dos segmentos sociais

CONCLUSÃO

A partir da temática abordada tornou-se claro que nos conteúdos curriculares para a Educação Física no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental os usos dos conteúdos pedagógicos e das abordagens, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular tornaram essa disciplina mais sintonizada com as demandas sociais e educacionais dos alunos, principalmente pelo enfoque atribuído a cultura corporal do movimento, e não somente isso, mas nas dimensões cognitivas, emocionais e culturais que tanto se requer em meio a uma sociedade desigual.

A intenção da escola e, mais especialmente, os professores da disciplina de Educação Física não é formar indivíduos para a limitante prática do movimento físico, mas trabalhar com conteúdos que tornem alunos e alunas sujeitos críticos e atentos as mudanças que se operam com rapidez na comunidade mais imediata. Porém, reconhece-se que os desafios e dificuldades são múltiplos, principalmente quando é necessário ministrar uma disciplina que até pouco tempo atrás era facultativa.

Diante das exigências que tanto a LDB quanto a BNCC prescrevem é fundamental não apenas que os profissionais tenham uma percepção sobre os componentes curriculares que, devidamente, devem ser ministrados aos alunos, mas que também professores de Educação Física utilizem materiais e métodos para o aprimoramento contínuo de sua práxis, atualizando-se diante dos recursos tecnológicos existentes o que inclui saber como planejar e aplicar determinadas atividades que tragam ao aluno com um experiência rica e prazerosa, ajudando-os a mudar a visão que possuem em relação a EF.

Se o objetivo da Educação Física é a formação social e educacional de resultados, então o professor deve conhecer as abordagens e conteúdos da Educação Física, mas também saber como aplicá-los a realidade do aluno. Daí se entende que as possibilidades de trabalhar com os conteúdos nas aulas de EF são variadas, com base nos eixos temáticos, abordagens e conteúdos.

Assim, é possível utilizar conteúdos como danças, lutas, esportes, e jogos para se contemplar os aspectos sociais, intelectuais, educativos e emocionais dos alunos. Acrescente-

se a isso que é essencial que se leve em conta as dimensões do trabalho com os conteúdos de Educação Física, incluindo-se a atitudinal, a procedural e a conceitual.

É responsabilidade do educador organizar esses conteúdos e dar sequência a eles analisando com cuidado o que tem relação mais estreita com a realidade na escola e na sociedade. Todo esse esforço é importante para que a Educação Física vista nas escolas seja mais condizente com a realidade vivida pelo educando, ou seja, media-se o conteúdo e, depois, evidencia-se na prática como deve ser utilizado na rotina diária.

Não se tem dúvida alguma de que a Educação Física é uma disciplina que, quando bem planejada e adaptada a realidade torna-se uma aliada valiosa na transformação social do sujeito, proporcionando aos alunos autonomia. Assim, pode-se inferir que os estudos e referências (cases) inseridos neste artigo confirmam o fato de que os conteúdos e as dimensões do conhecimento passaram a ser imprescindíveis no momento de se propor uma Educação Física mais atenta a necessidade do educando e seu papel como agente crítico e participativo na sociedade.

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. A versão final da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física (Ensino Fundamental): menos virtudes, os mesmos defeitos. *Revista brasileira de educação física escolar*, ano IV, v. 1, p. 155-175, 2018.

BOSCATTO, Juliano Daniel; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; DARIDO, Suraya Cristina. A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? *Motrivivência*, v. 28, n. 48, p. 96-112, set., 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988._____ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 31 de jan. 2023.

FERREIRA JUNIOR, José Ribamar; OLIVEIRA, Marcio Romeu de. Educação física escolar e tecnologias digitais de informação e comunicação na Base Nacional Comum Curricular... Como é que conecta!!? *Motrivivência*, v. 28, n. 48, p. 150-167, 2016.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. São Paulo, SP: Scipione, 2003.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação física escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. In: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DELMASSO, Maria Candida

Soares. Desafios da educação física escolar: temáticas de formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí, RS: Unijuí, 2014.

MARTINELLI, Telma Adriano Pacifico e colaboradores. A educação física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 76-95, 2016.

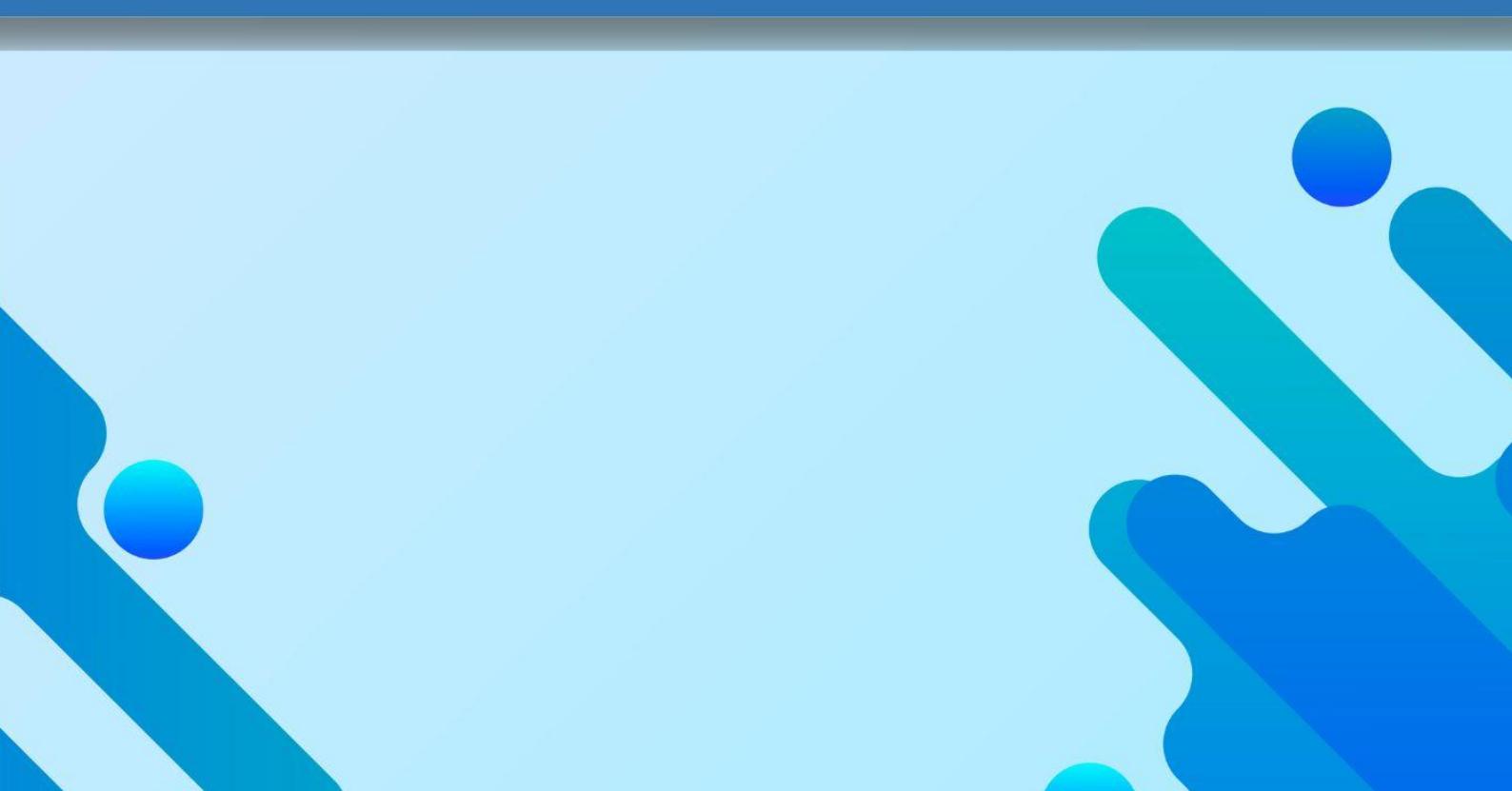
MOREIRA, Laine Rocha e colaboradores. Apreciação da base nacional comum curricular e a educação física em foco. Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 61-75, 2016.



O PEDAGOGO COMO ASSESSOR PEDAGÓGICO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**JOÃO CARLOS BENÍCIO DIAS
EDSON CANUTO SOUSA
RICARDO FIGUEIREDO PINTO**

DOI: 10.29327/5449592.1-11



O PEDAGOGO COMO ASSESSOR PEDAGÓGICO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DOI: 10.29327/5449592.1-11

João Carlos Benício Dias

Edson Canuto Sousa

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O texto investiga a atuação do pedagogo como assessor pedagógico na Universidade do Estado do Pará (UEPA), analisando sua importância e desafios na percepção dos profissionais dessa instituição. Baseada em uma metodologia quali-quantitativa, a pesquisa incluiu pedagogos e docentes do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, identificando que, apesar de seu papel crucial no suporte pedagógico e administrativo, os pedagogos enfrentam limitações como falta de treinamento, estrutura organizacional inadequada e reconhecimento insuficiente. Conclui-se que é necessário definir claramente as atribuições desses profissionais e investir em capacitação para otimizar seu impacto na universidade.

Palavras-chave: Pedagogia. UEPA. Capacitação.

ABSTRACT

This text investigates the role of the pedagogue as a pedagogical advisor at the State University of Pará (UEPA), analyzing its importance and challenges in the perception of professionals at this institution. Based on a qualitative and quantitative methodology, the research included pedagogues and professors from the Center for Biological and Health Sciences, identifying that, despite their crucial role in pedagogical and administrative support, pedagogues face limitations such as lack of training, inadequate organizational structure and insufficient recognition. It is concluded that it is necessary to clearly define the attributions of these professionals and invest in training to optimize their impact on the university.

Keywords: Pedagogy. UEPA. Training.

RESUMEN

El texto investiga el papel del pedagogo como asesor pedagógico en la Universidad Estadual de Pará (UEPA), analizando su importancia y desafíos en la percepción de los profesionales de esa institución. Con base en una metodología cuali-cuantitativa, la investigación incluyó a pedagogos y profesores del Centro de Ciencias Biológicas y de la Salud, identificando que, a pesar de su rol crucial de apoyo pedagógico y administrativo, los pedagogos enfrentan limitaciones como falta de capacitación, inadecuada estructura organizacional e insuficiente reconocimiento. Se concluye que es necesario definir claramente las responsabilidades de estos profesionales e invertir en capacitación para optimizar su impacto en la universidad.

Palabras clave: Pedagogía. UEPA. Capacitación.

INTRODUÇÃO

O papel do pedagogo no ensino superior tem se expandido significativamente, tornando-se essencial para a melhoria dos processos pedagógicos e organizacionais nas universidades. Este estudo analisa a atuação desse profissional como assessor pedagógico na Universidade do Estado do Pará (UEPA), destacando suas contribuições e os desafios enfrentados. Focado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), a pesquisa buscou compreender a percepção

dos pedagogos sobre sua própria função e relevância.

Historicamente, o campo da pedagogia concentrou-se na educação básica, mas o aumento das demandas no ensino superior evidenciou a necessidade de incorporar pedagogos nas universidades. Esses profissionais desempenham funções críticas, como a estruturação de projetos pedagógicos, a orientação docente e discente, e a mediação de processos educativos. No entanto, a falta de clareza nas atribuições e o pouco reconhecimento de sua importância ainda são desafios recorrentes.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, utilizando questionários para coletar dados de pedagogos e docentes. Esses instrumentos permitiram identificar não apenas o perfil dos participantes, mas também suas opiniões sobre a relevância do trabalho pedagógico. A análise revelou a importância do pedagogo no suporte ao ensino superior, enquanto evidenciou a necessidade de maior valorização e capacitação desses profissionais para atender às demandas do contexto universitário.

Neste artigo, serão apresentados os resultados parciais da pesquisa de campo da dissertação intitulada “A importância da atuação do pedagogo como assessor pedagógico na Universidade do Estado do Pará (UEPA), especificamente em relação ao objetivo geral do estudo que foi - analisar a importância da atuação do pedagogo como assessor pedagógico na Universidade do Estado do Pará (Uepa) na percepção dos pedagogos desta instituição de ensino.

Todos os dados gerados e apresentados aqui foram analisados de acordo com a metodologia do estudo tendo como a amostra nesta pesquisa o universo da população de pedagogos no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS da UEPA) totalizando 08 pedagogos. Quanto aos docentes também pesquisados neste estudo será objeto de análise em outro artigo.

Este estudo caracterizou-se como quali-quantitativo, realizado por meio de busca de análise da literatura pesquisada. Esta pesquisa foi realizada na Universidade do Estado do Pará – UEPA, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde- CCBS, localizado no município de Belém – Pa.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. De acordo com Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Os dados foram coletados por meio de dois questionários virtuais elaborados no Google

Forms, sendo um questionário direcionado aos pedagogos, composto por oito questões gerais para a caracterização da amostra, e onze questões específicas sobre a importância da atuação do pedagogo na universidade. O questionário possui questões abertas e fechadas de múltiplas escolhas, as questões foram elaboradas de acordo com os objetivos propostos para a pesquisa, essa etapa da pesquisa é importante para adquirir as informações necessárias ao processo de análise. Como forma de aplicação da pesquisa, o envio do link do questionário virtual foi realizado por meio de whatsapp.

Foram inclusos no estudo, pedagogos efetivos e temporários que atuam como técnico educacional nos cursos do CCBS da UEPA, lotados no Curso de Educação Física do Campus III da UEPA. Além de Pedagogos que possuíam dispositivos eletrônicos com acesso à internet para o preenchimento do formulário. Foram excluídos do estudo, pedagogos de outros Centros da UEPA.

DESENVOLVIMENTO - RESULTADOS

Neste capítulo, serão exibidos os resultados da pesquisa. Todos os dados gerados pela pesquisa foram apresentados e analisados de acordo com a metodologia descrita no capítulo anterior. A amostra final foi constituída por 08 pedagogos e por 17 docentes. Os resultados do questionário, apresentados em quadros, são descritos para verificar a compreensão do tema.

Análise dos resultados da tabulação dos questionários aplicados aos pedagogos que atuam como assessor pedagógico, no cargo técnico administrativo educacional na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

As questões de aspectos pessoais foram importantes para caracterizar a amostra, para isso levamos em consideração os dados referentes ao gênero, a idade, tipo de instituição que frequentou, grau de escolaridade e a área temática em que se especializou.

Quadro 1. Características descritivas das variáveis categóricas da amostra de pedagogos.

Variável	Descrição	Qtd	%
Gênero	Feminino	6	75
	Masculino	2	25

Idade	De 30 a 39 anos	2	25
	De 40 a 49 anos	4	50
	De 50 anos ou mais	2	25
Formação Acadêmica	Especialista	4	50
	Mestre	4	50
O conhecimento adquirido na graduação foi suficiente para o desenvolvimento do seu trabalho nesta instituição e	Não	8	100
Tipo de instituição você obteve sua graduação	Pública Federal	4	50
	Pública Estadual	2	25
	Privada	2	25

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Nos dados coletados, em relação os gêneros dos pedagogos, nota-se neste estudo a presença feminina como maioria, sendo de 75% e somente 25% do gênero masculino. Historicamente no Brasil, a partir do século XX, o público feminino é predominante na Pedagogia, principalmente pela concentração da atuação do pedagogo na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. A sociedade nem sempre aceita a inserção da figura masculina na sala de aula em turmas de educação infantil, tendo em vista as representações culturais que associam o cuidado e a educação de crianças às mulheres.

De acordo com Silva (2014), a sociedade estabeleceu que, nesse sentido, mulheres carinhosas, afetivas, são competentes e capazes de educar e formar as crianças. É como algo que está pronto para ser feito, algo que parece ser inato para elas. Em relação aos homens, pessoas dessa mesma sociedade entendem que o homem não dispõe dessas características e não sabem lidar com as crianças, pois a imagem masculina representa um aspecto poderoso e brutal.

No quadro 01, observamos que quando se trata da faixa etária dos pedagogos, há uma concentração na faixa entre 40 a 49 anos (50%); a faixa de 30 a 39 anos representa 25%, e a faixa entre 50 e 59 anos tem 2% dos pedagogos. Portanto, observamos que a amostra pesquisada se trata de um grupo de pedagogos adultos e provavelmente experientes,

diferenciando-se de jovens recém formados.

O tipo de formação acadêmica, outro ponto evidenciado na pesquisa foi quanto ao conhecimento adquirido na graduação, se os pedagogos o consideravam suficiente para o desenvolvimento do seu trabalho na instituição e 100% consideram que não e afirmam que tiveram que buscar formação continuada. Com isso, nota-se em outra questão que nenhum dos pedagogos apresenta somente a graduação, do total de questionários respondidos, 50% possuem especialização e os outros 50% possuem mestrado. Sabemos que esses profissionais se preocupam com sua qualificação, buscando melhorar sua atuação como profissionais. Com intuito de delinear o perfil identitário desses pedagogos perguntamos também qual a área temática de sua maior titulação, 37,5% informou a área de educação com ênfase em gestão, 12,5% em currículo, 12,5% em educação especial e os outros 37,5% não especificaram a área de sua qualificação. Quando questionado ao pedagogo se o que aprendeu durante sua graduação foi o suficiente para o desenvolvimento do seu trabalho na instituição, 100% responderam que não, que foi preciso buscar mais conhecimento e qualificação. Portanto, percebemos que a educação continuada visa, envolver os profissionais em processos de melhoria, para que estejam sempre bem informados e atualizados sobre as novidades e tendências educacionais.

Quando questionados sobre o tipo de instituição na qual estudou, 50% estudaram em instituições federais, 25% em instituições estaduais e 25% em instituições privadas. Portanto, observamos que a maioria dos pedagogos possuem alguma formação em instituições públicas, desde a graduação até o mestrado.

Quadro 2. Características descritivas das respostas relacionadas a instituição da amostra de pedagogos.

Variável	Descrição	Qtd	%
Tempo de trabalho na instituição	De 03 a 05 anos	2	25
	De 10 a 15 anos	2	25
	Há mais de 20 anos	4	50
Vínculo empregatício na instituição	Efetivo	5	62,5
	Temporário	3	37,5

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

No quadro 2, podemos perceber que os pedagogos que trabalham na instituição, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, possuem bastante tempo de serviço sendo que, 50% possuem vínculo de trabalho há mais de 20 anos, se levarmos em consideração que a UEPA foi institucionalizada em 1993 e atualmente tem 29 anos de funcionamento, esses pedagogos possuem vivencias na construção e organização dos cursos da universidade. Embora a universidade tenha regulamentado seus cargos e profissões somente em 1997 através da Lei Estadual nº 6.065, de 01 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Plano Especial de Cargos e Salários da UEPA. Sendo o pedagogo pertencente ao quadro pessoal técnico-administrativo, conforme Art 38, § 1º que versa:

§ 1º - O Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo compreenderá os seguintes Grupos de Atividades:

I - Atividades Técnicas Superiores: onde estão classificados os cargos de caráter técnico-administrativo e especializado (PARÁ, 1997, p. 23)

Posteriormente esse Plano foi atualizado e vigora atualmente através da Lei nº 6839, de 15 de março de 2006.

Outro ponto que devemos considerar é o fato de 62,5% desses pedagogos serem efetivos na universidade, fato esse que se considera positivo para a construção de um trabalho a longo prazo, possibilitando a implementação de experiências duradouras.

Quadro 3. Características descritivas das respostas às questões investigativas da amostra de pedagogos.

Variável	Descrição	Qtd	%
A necessidade/ importância da atuação do pedagogo na instituição	Muito importante	8	100
Conhecimento das atribuições do pedagogo na instituição	Sim	7	87,5
	Parcialmente	1	12,2
Sobre o pedagogo desenvolver atividades profissionais fora suas atribuições.	Sim	4	50
	Às vezes	4	50

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

No quadro 3, quando abordado sobre a necessidade/ importância da atuação do pedagogo na instituição, 100% consideram muito importante. De acordo com Silva (2016), o novo paradigma educacional aponta para a necessidade de inserir novos profissionais, principalmente pedagogos, a todo o ambiente educacional. Em outras palavras, é necessária uma formação profissional completa para torná-lo adequado para todos os níveis de ensino. Se houver necessidade de sua atuação como docente, técnico, coordenador, o pedagogo é o profissional que poderá contribuir na totalidade.

Libâneo (2010) enfatiza que o pedagogo:

É o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2010, p. 33).

Os pedagogos quando questionados sobre o conhecimento de suas atribuições na instituição revelam em sua maioria, 87,5%, ter ciência das mesmas, provavelmente pelo fato de estar especificado nos editais de concurso público e nos processos seletivos de contratação temporária.

O cargo de pedagogo, enquadra-se entre os cargos técnico de nível superior e integra-se, conforme o Plano de Carreira, Cargos e Salários do pessoal do quadro de cargos de provimento efetivo da Universidade do Estado do Pará (UEPA), referente à LEI Nº 6839, DE 15 DE MARÇO DE 2006.

Sobre o enquadramento o Art.29 desta Lei, versa da seguinte maneira:

A carreira Técnico, Administrativo e Operacional é composta de níveis, cargos, classes e referências na forma especificada:

I - Nível Superior: composto por cargos com atribuições inerentes às atividades que exigem graduação de nível superior, com atuação em áreas específicas da Universidade, sendo:

- a) cargo de Técnico de Nível Superior; e
- b) cargo de Analista de Sistemas;

O referido Plano de Carreira especifica através do Manual de Especificações de Cargos, as atribuições e forma de provimento dos cargos, como vimos anteriormente o pedagogo está inserido no cargo Técnico de Nível Superior. Para o cargo de pedagogo, é exigido como requisito específico para provimento, como nível de escolaridade mínimo, o diploma do curso Pedagogia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. Nesse manual, são apontadas como atribuições para o cargo de Nível Superior Técnico em Pedagogia as que seguem:

Assessorar as coordenações na atualização e restruturação dos projetos pedagógicos dos cursos; Orientar quanto ao desenvolvimento do programa; Participar da elaboração do plano departamental; Participar de reuniões promovidas pelos departamentos, quando solicitado; Sugerir e discutir propostas que promovam o exercício de um ensino dinâmico e articulado, garantido a indissociabilidade entre teoria e prática; Assessorar o processo de avaliação do desempenho docente coordenado pelas chefias de departamento e coordenação do curso; Orientar na elaboração dos planos de ensino; Discutir situações que os levem a refletir sobre a sua prática pedagógica; Assessorar na elaboração do Plano Individual de Trabalho(PIT); Orientar nos processos de avaliação da aprendizagem; Acompanhar o desenvolvimento do programa de monitoria; Orientar sobre a vida acadêmica no âmbito da UEPA; Mediar o relacionamento entre professor-aluno; Sugerir a promoção de eventos científicos que favoreçam a construção do conhecimento; Contribuir para a melhoria da aprendizagem dos acadêmicos; Oferecer um serviço técnico-pedagógico no processo educativo; Emitir parecer em assuntos de sua competência; Apoiar pedagogicamente os projetos e programas no âmbito dos cursos; Compor Comissões e/ou grupos de trabalho observando seu campo de competência; Assessorar no planejamento, execução e avaliação das ações inerentes aos cursos de graduação; Assessorar cursos e processos seletivos; Assessorar/intervir no processo de ensino aprendizagem; Assessorar os professores quanto a elaboração de PIT,PE e metodológicos de aprendizagem, preenchimento de diário de classe; Assessorar quanto as leis de ensino superior: regulamentação; Assessorar o processo de monitoria, projeto de Ensino, capacitação docente; Assessorar nos processos avaliativo, avaliação de desempenho docente, formas de avaliação da aprendizagem, avaliação institucional; Propor calendário acadêmico, calendário de provas, elaborar projetos de ensino visando capacitação docente, que visem aprisionar o desenvolvimento acadêmico dos alunos, propor atividades de extensão, afim de intensificar as ciências extracurriculares; Acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos programáticos; Mediar relação professor X aluno X coordenador; Assessorar eventos como feiras, semanas acadêmicas, seminários; Orientar quanto aos programas de bolsas os alunos de graduação; REPASSAR em articulação com o SERCA/NAAV o controle acadêmico dos cursos de graduação. (COPTEC, 2007, p.64)

É importante que esse pedagogo saiba suas atribuições, para que possa contribuir de acordo com suas competências profissionais, planejar e executar suas atividades dentro da universidade, afim de contribuir para a melhoria dos aspectos organizacionais e no processo de ensino aprendizagem da educação superior.

Sobre o pedagogo desenvolver atividades profissionais fora suas atribuições foi respondido pelos pedagogos que, sim/às vezes, todos executam em algum momento alguma atividade fora de suas atribuições. E no espaço destinado a pequenos comentários, foi relatado que “Às vezes, mas nada que comprometa minha atuação profissional. Somente a título de colaboração/contribuição com a equipe.”

A atuação dos pedagogos em atividades fora de suas atribuições, muita das vezes em situações emergenciais ou de modo de contribuição, de certa forma pode contribuir para dispersão e redução das atividades da assessoria pedagógica, conforme suas atribuições que são voltadas principalmente ao público docente e discente. Lucarelli (2002), traz uma reflexão acerca do assunto quando relata que:

Esse amplo e variado leque de funções acaba por mostrar-se disperso e de escassa continuidade, podendo até mesmo atentar contra a realização de contribuições significativas. Os demandantes são muitos: integrantes da direção, docentes, estudantes, a própria comunidade. O impacto das exigências torna-se evidente muitas vezes, de maneira dramática, nas palavras do assessor pedagógico, como se sua função, na situação real, correspondesse a uma posição de emergência. Enquanto isso, sua expectativa, baseada no ideal da função, parecer estar “em outro lugar e desempenhando outra função”, de mais importância e merecedora de maior reconhecimento (Lucarelli, 2002).

Diante do exposto é importante o pedagogo desenvolver seu papel dentro de suas atribuições, visando um melhor assessoramento pedagógico e aproveitamento desse profissional na universidade.

Quadro 4. Características descritivas das respostas às questões a respeito da prática do pedagogo e suas dificuldades da amostra de pedagogos.

Variável	Descrição	Qtd	%
A prática do pedagogo, no que se refere ao assessoramento a coordenação e departamentos na instituição	Integral	8	100
A prática do pedagogo, no que se refere ao assessoramento docente e discente na instituição	Integral	7	87,5
	Parcial	1	12,5

As principais dificuldades encontradas pelo pedagogo na atuação na instituição	Falta de Treinamento/Educação continuada	3	37,5
	Falta de uma melhor estrutura organizacional	2	25
	Falta de apoio de chefias imediatas	1	12,5
	Falta de reconhecimento profissional	1	12,5
	Ausência de ações integradas com outros setores para realização de demandas comuns e complementares	1	12,5

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

No quadro 4, conforme os resultados demonstrados que abordam a prática do pedagogo, no que se refere ao assessoramento a coordenação e departamentos na instituição observou-se que 100% considera integral.

Frente à dimensão do trabalho do pedagogo e a partir das respostas analisadas, a atuação do pedagogo está diretamente ligada a coordenação e chefias de departamento, conforme discorre suas atribuições no sentido de “Assessorar as coordenações na atualização e restruturação dos projetos pedagógicos dos cursos; Orientar quanto ao desenvolvimento do programa; Participar da elaboração do plano departamental;”, articulando desse modo com o projeto pedagógico dos cursos no campo pedagógico, organizando, executando e acompanhando o processo acadêmico.

De acordo com os resultados demostrados, a respeito da prática do pedagogo, no que se

refere ao assessoramento docente e discente na instituição, 87,5% a consideram integral e 12,5% parcial.

Lucarelli (2002) considera o assessor pedagógico como “Ator-chave nas ações de supervisão, entendidas estas não como formas de fiscalização, mas como formas de orientação, apoio ou ajuda às práticas cotidianas dos docentes”. Sabe-se que o trabalho do pedagogo influencia e corrobora no cotidiano docente e discente e, por isso o pedagogo precisa ser um profissional polivalente em sua prática, fazendo com que ela seja significativa para todos do processo educativo.

Ainda no quadro 4, quando perguntamos aos pedagogos sobre as principais dificuldades encontradas por eles em sua atuação na instituição, observou-se que foram bastante diversificadas suas respostas, sendo que 37,5% relataram a falta de treinamento/educação continuada, 25% a falta de uma melhor estrutura organizacional, 12,5% a falta de apoio de chefias imediatas, 12,5% a falta de reconhecimento profissional e 12,5% a ausência de ações integradas com outros setores.

Conforme os resultados demonstrados acima, buscamos também saber a opinião desses pedagogos a respeito do que pode contribuir para diminuir as dificuldades na sua atuação na instituição:

Delimitação das atribuições do pedagogo e maior reconhecimento da sua função.
Equipe gestora dos cursos mais integrada.

Concurso para efetivo

Uma maior atenção dos gestores quanto ao treinamento e atualização dos pedagogos na área educacional.

Uma visão mais ampliada da gestão, em relação a importância desse profissional para a IES.

Maior interação entre chefia departamental, coordenação do curso e assessoria em prol de ações voltadas ao pleno desenvolvimento do curso, bem como o interesse e disponibilidade docente em contribuir com os planejamentos organizados a eles (as) e no cumprimento das obrigações inerentes a sua profissão.

Podemos observar nas respostas acima que embora a universidade possua em seu plano de cargos e salários as atribuições do pedagogo, não há uma delimitação de sua atuação e o reconhecimento por parte da gestão a esses profissionais, acreditamos que tal situação ocorre, devido a universidade não ter em seu regimento ou PDI a definição clara da assessoria pedagógica, comprometendo a identidade profissional desse pedagogo e o reconhecimento da sua importância enquanto articulador dos processos pedagógicos pelos demais membros da comunidade acadêmica dentro da instituição. Nas respostas fica claro que para que haja interação e uma diminuição das dificuldades enfrentadas por esses pedagogos é necessário que a gestão entenda com clareza o papel desse profissional.

Diante do exposto, Cunha (2012) ressalta que:

Historicamente o campo da pedagogia não teve identificações com a educação superior. É dela, também, uma parcela de responsabilidade pelo silêncio produzido por esse campo, o qual pouco reivindicou. As emergências decorrentes do questionamento do papel social da educação superior, as mudanças culturais que afetam a distribuição e produção do conhecimento, os dilemas éticos que se colocam como fundamentais são, entre outros, importantes impulsos para uma virada de posição. (p. 24).

De acordo com Cunha (2012) a presença do pedagogo em IES ainda é um campo recente, não existe uma tradição de incluir esses profissionais em seu quadro funcional, historicamente devido a diversidade de denominações e da identidade desses profissionais há uma enorme dificuldade em definir os locais e as funções que ocupam nas instituições.

Por último pedimos aos pedagogos para exprimir de que forma o pedagogo pode ser melhor aproveitado na instituição, essas foram as respostas dadas por eles:

Investimento na estrutura, na formação continuada e capacitação técnica.

Definindo melhor suas atribuições que são muito vagas e expondo pra comunidade acadêmica estas atribuições.

Menos concentração em atividades administrativas e mais nas pedagógicas.

Com mais cursos de capacitação

Buscando novos conhecimentos e parcerias institucionais para atuar junto aos docentes e discentes no dia a dia dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Depende de onde ele está sendo lotado, pois na IES existem muitos setores que demandam a presença desse profissional e, a partir daí outro ponto que vejo é sobre a visão do gestor que irá receber esse profissional. Visto que o pedagogo tem um leque de opções para atuar.

Desempenhando trabalhos condizentes a sua formação, como acompanhamento de docentes e discentes, desde a elaboração do plano de aula até a conclusão e avaliação do processo educacional; assessoramento para o estudo e estruturação do PPC do curso; orientação acadêmica aos campi de interiorização e aos docentes e discentes do seu campus e outros. Acredito que o (a) pedagogo (a) ainda se encontra em estreita vinculação à funções de natureza administrativa, técnica e outras de competência de outros setores o que inviabiliza o bom desenvolvimento das suas funções de natureza pedagógicas.

Notamos em suas respostas, mais uma vez, a necessidade de delimitação de suas atribuições e a divulgação da mesma entre a comunidade acadêmica, para que fique claro a todos os envolvidos o seu papel e importância dentro da IES. Portanto, para melhor aproveitamento do pedagogo na instituição, suas atividades, precisam de autonomia para conduzir, elaborar e propor um plano de trabalho que inclua atividades administrativas pedagógicas, de ensino, de pesquisa, de extensão, levando em consideração a abrangência das ações da Universidade. Embora existam muitas atividades administrativas que ocupam o tempo do pedagogo, sua prioridade deve ser em realizar atividades que contribuam diretamente para a

qualidade do ensino aprendizagem no ensino superior.

Ressalta-se também entre as respostas a falta de uma capacitação técnica específica voltada a área pedagógica oferecida pela IES. Formações que subsidiem o trabalho do pedagogo no âmbito da universidade, que possam ampliar e aprofundar o papel que esse profissional desenvolve potenciando assim a qualidade do ensino e de outros serviços prestados pela Universidade

CONCLUSÃO

O estudo confirma que o pedagogo desempenha um papel estratégico no ensino superior, contribuindo para o planejamento e execução de ações pedagógicas que impactam positivamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. No entanto, desafios como a falta de treinamento contínuo, estrutura organizacional limitada e reconhecimento insuficiente comprometem a eficiência de sua atuação.

Para fortalecer a atuação do pedagogo na universidade, é essencial investir em capacitações específicas e delimitar claramente suas atribuições. Isso inclui ampliar a interação entre os diferentes setores da instituição e destacar sua relevância para o público acadêmico, promovendo uma compreensão mais ampla de sua importância. Além disso, gestores devem criar condições que permitam a prática pedagógica de forma autônoma e alinhada às demandas da instituição.

A valorização do pedagogo como assessor pedagógico requer mudanças institucionais que assegurem não apenas sua integração plena às equipes universitárias, mas também o reconhecimento de seu papel como mediador entre teoria e prática. Ao enfrentar essas questões, a UEPA e outras universidades podem otimizar o impacto desse profissional, fortalecendo a educação superior e promovendo o desenvolvimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.065, de 01 de agosto de 1997. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Plano Especial de Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará. Belém: Diário Oficial do Estado, 1997.

BRASIL. Lei nº 6.839, de 15 de março de 2006. Atualiza o Plano de Cargos e Salários do quadro pessoal da Universidade do Estado do Pará. Belém: Diário Oficial do Estado, 2006.

COPTEC. Manual de especificações de cargos. Universidade do Estado do Pará, 2007. Disponível em: [inserir link se aplicável]. Acesso em: [data de acesso].

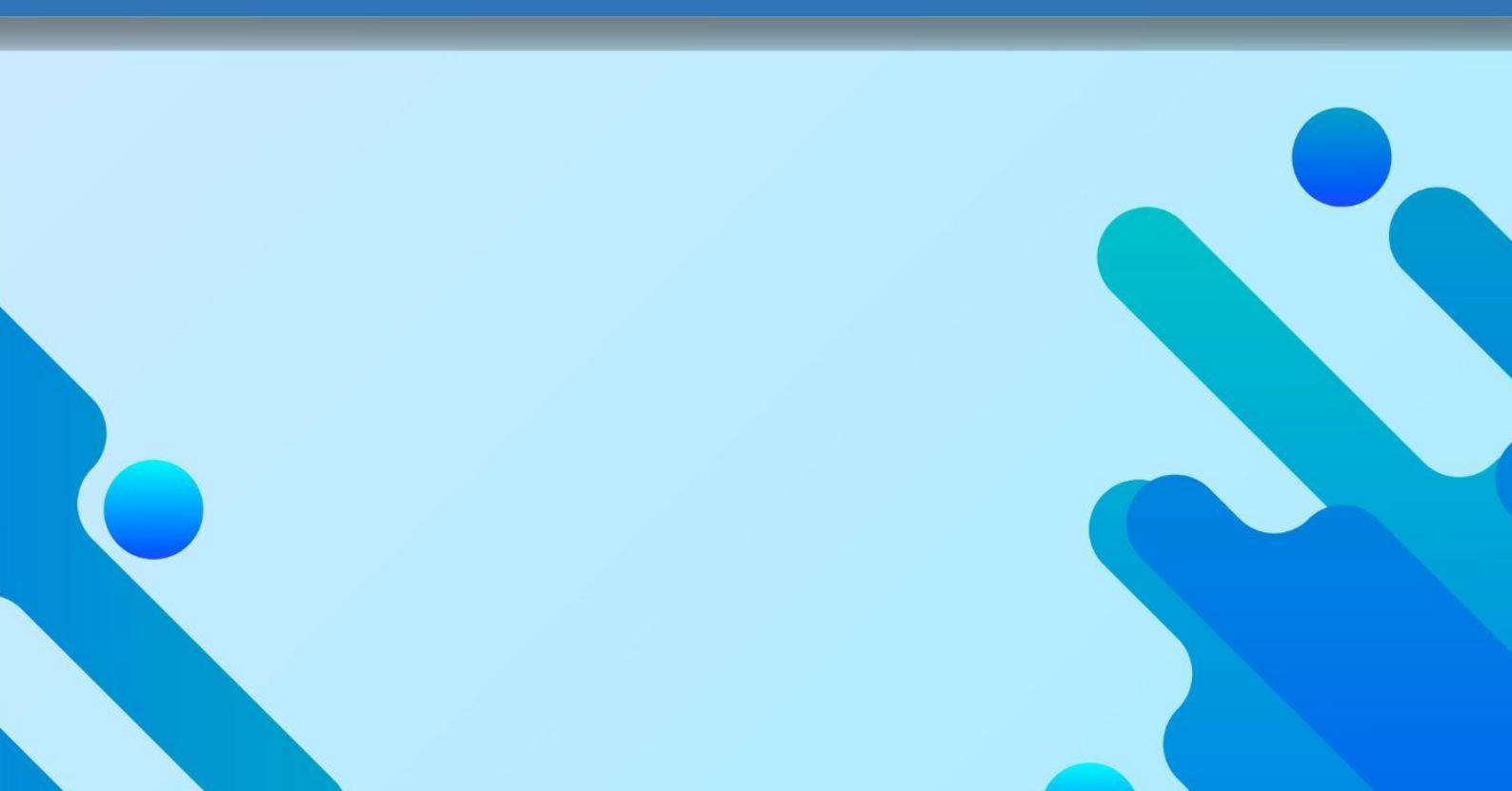
- CUNHA, M. I. da. **A presença do pedagogo no ensino superior: desafios e possibilidades.** In: Anais do Congresso Nacional de Educação, 2012. Disponível em: [inserir link se aplicável]. Acesso em: [data de acesso].
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.
- LUCARELLI, M. **A função do assessor pedagógico nas universidades.** In: Anais do Congresso Nacional de Educação, 2002. Disponível em: [inserir link se aplicável]. Acesso em: [data de acesso].
- SANTOS, M. E. R. dos. **A identidade do pedagogo no ensino superior.** Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 68, p. 2029-2050, 2015.
- SILVA, A. R. da. **O papel do pedagogo na formação docente.** Revista de Educação, v. 8, n. 2, p. 50-60, 2014.
- SILVA, M. A. **O pedagogo no contexto universitário.** Revista de Estudos Pedagógicos, v. 12, n. 1, p. 101-115, 2016.



ESTUDO COMPARATIVO E CORRELACIONAL DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR ENTRE HOMENS E MULHERES ACADÉMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**FERNANDO OLIVEIRA DE SOUSA CRUZ
PÂMELA CRISTINA DOS SANTOS
VANESSA MARREIROS MALHEIROS
VICTÓRIA BAÍA PINTO
VITOR MENDES COSTA
WESLEY ROMERO SILVA DA COSTA
DIVALDO MARTINS DE SOUZA**

DOI: 10.29327/5449592.1-12



ESTUDO COMPARATIVO E CORRELACIONAL DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR ENTRE HOMENS E MULHERES ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DOI: 10.29327/5449592.1-12

Fernando Oliveira de Sousa Cruz

Pâmela Cristina dos Santos

Vanessa Marreiros Malheiros

Victória Baía Pinto

Vitor Mendes Costa

Wesley Romero Silva da Costa

Divaldo Martins de Souza

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo comparar e correlacionar a qualidade de vida e o bem-estar de homens e mulheres acadêmicos de educação física. Este estudo caracteriza-se como uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa, adotando uma abordagem descritiva, comparativa e correlacional, foi realizado com 45 alunos (17 mulheres e 28 homens), entre os meses de setembro e outubro de 2024. Os dados foram coletados através dos questionários WHOQOL-bref, Pentáculo do bem-estar, Escala de Resiliência, e Risco Coronariano. Análise dos dados foi efetuada por meio da estatística descritiva, além do teste t de Student e da correlação de Pearson. Quanto aos resultados, foi evidenciado que na qualidade de vida as mulheres possuem um nível de relações sociais significativamente maiores que os homens da amostra, assim também como no comportamento preventivo, enquanto que os homens apresentam apenas domínio do controle do estresse significativamente maior do que as mulheres da amostra, assim também foi encontrado correlações significativas entre a resiliência e o risco coronariano, resiliência e qualidade de vida, resiliência e o bem estar. Indicando que o aumento da resiliência impacta significativamente nessas variáveis; também foi observado uma correlação significativa entre bem estar e qualidade de vida, apontando que o aumento do bem estar está relacionado a aumentos significativos da qualidade de vida.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Bem-estar; Resiliência; Risco coronariano

ABSTRACT

The present study aimed to compare and correlate the quality of life and well-being of men and women physical education students. This study is characterized as an investigation of a quantitative and qualitative nature, adopting a descriptive, comparative and correlational approach, it was carried out with 45 students (17 women and 28 men), between the months of September and October 2024. Data were collected through the WHOQOL-bref, Well-being Pentacle, Resilience Scale, and Coronary Risk questionnaires. Data analysis was carried out using descriptive statistics, in addition to Student's t test and Pearson's correlation. Regarding the results, it was evidenced that in terms of quality of life, women have a significantly higher level of social relationships than the men in the sample, as well as in preventive behavior, while men only have significantly greater control over stress than women. women in the sample, significant correlations were also found between resilience and coronary risk, resilience and quality of life, resilience and well-being. Indicating that increased resilience significantly impacts these variables; a significant correlation was also observed between well-being and quality of life, indicating that increased well-being is related to significant increases in quality of life.

Keywords: Quality of life; Well-being; Resilience; Coronary risk

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo comparar y correlacionar la calidad de vida y el bienestar de hombres y mujeres estudiantes de educación física. Este estudio se caracteriza por ser una investigación de carácter cuantitativo y cualitativo, adoptando un enfoque descriptivo, comparativo y correlacional, se realizó con 45 estudiantes (17 mujeres y 28 hombres), entre los meses de septiembre y octubre de 2024. Se recolectaron datos a través de los cuestionarios WHOQOL-bref, Pentáculo de Bienestar, Escala de Resiliencia y Riesgo Coronario. El análisis de los datos se realizó mediante estadística descriptiva, además de la prueba t de Student y la correlación de Pearson. Respecto a los resultados, se evidenció que en términos de calidad de vida, las mujeres tienen un nivel de relaciones sociales significativamente mayor que los hombres de la muestra, así como en conducta preventiva, mientras que los hombres sólo tienen un control del estrés significativamente mayor que las mujeres. En las mujeres de la muestra también se encontraron correlaciones significativas entre resiliencia y riesgo coronario, resiliencia y calidad de vida, resiliencia y bienestar. Indicando que una mayor resiliencia impacta significativamente estas variables; También se observó una correlación significativa entre bienestar y calidad de vida, lo que indica que un mayor bienestar está relacionado con aumentos significativos en la calidad de vida.

Palabras Clave: Calidad de vida; Bienestar; Resiliencia; Riesgo coronario.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde, a percepção do conceito de saúde vai muito além da ausência ou da presença de doenças. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) define “saúde” como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. O Ministério ainda acrescenta que a percepção do conceito de Qualidade de Vida tem muitos pontos em comum com a definição de saúde, e que é fundamental analisar o corpo, a mente e até mesmo o contexto social no qual o indivíduo está inserido para ter um conceito mais eficiente.

De acordo com Carrara e Santos (2021), qualidade de vida pode ser definida como a compreensão do indivíduo acerca de sua posição na vida, no cenário da cultura e sistema de valores nos quais o mesmo está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, preocupações e padrões. Uma pesquisa realizada por Freitas *et al.* (2022) ficou evidenciado que os estudantes de Educação Física, em comparação aos estudantes dos demais cursos da área da saúde presentes na amostra, tem uma melhor percepção de Qualidade de Vida. Os cursos que tiveram escores menores podem ter alguma relação a sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Na amostra os autores buscaram apresentar ao perfil de Qualidade de Vida e de sintomas de ansiedade, depressão e estresse em universitários da área da saúde.

O ingresso na faculdade pode deixar o indivíduo mais atarefado uma vez que as exigências são maiores (Maximiliano *et al.*, 2020). Estudos recentes indicam que esses estudantes frequentemente lidam com questões relacionadas à saúde mental, como ansiedade e

depressão, devido à pressão constante para manter um desempenho acadêmico elevado e uma aparência física adequada (Brassea Galleguillos; Silva Guerra, 2023). Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou esses problemas, reduzindo as oportunidades de atividade física e aumentando o nível de estresse entre os estudantes (RBAFS, 2020).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo comparar a qualidade de vida e o bem-estar entre homens e mulheres acadêmicos do curso de Educação Física. A investigação busca explorar como as variáveis de gênero influenciam a percepção de qualidade de vida e identificar as possíveis diferenças e similaridades entre os grupos, com base em fatores como prática de atividade física, imagem corporal e adaptação à vida acadêmica.

MÉTODOS

Tipo de estudo

O presente estudo caracteriza-se como uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa, adotando uma abordagem descritiva, comparativa e correlacional. Essa metodologia permite uma análise abrangente das variáveis em questão, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos investigados.

Na perspectiva quantitativa e qualitativa, o estudo busca descrever e analisar as variáveis em foco, além de estabelecer relações entre elas. O caráter descritivo da pesquisa visa oferecer uma visão detalhada das características dos dados coletados, enquanto o aspecto comparativo se concentra na análise das autopercepções de dois grupos distintos.

A aplicação de métodos descritivos e correlacionais é fundamental para a compreensão das dinâmicas envolvidas nas autopercepções dos grupos estudados. De acordo com Gil (2010), a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas enriquece a pesquisa, permitindo uma análise mais completa e significativa dos dados. Portanto, este estudo não apenas descreve os fenômenos, mas também busca identificar correlações que possam fornecer insights relevantes para futuras investigações na área.

População e amostra

A população da pesquisa é formada por acadêmicos do curso de educação física da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A amostra foi composta por 45 alunos, sendo 17 (dezessete) mulheres e 28 (vinte e oito) homens, selecionados de forma randomizada.

Desenho do estudo

Os dados foram coletados no Campus III da Universidade do Estado do Pará (UEPA) durante os meses de setembro e outubro de 2024. Foi aplicado um questionário, disponibilizado em formato virtual através de uma plataforma *on-line*, todos os participantes da pesquisa foram previamente informados sobre o objetivo do estudo e da importância de responde-lo completamente.

Os participantes foram convidados a responder os questionários via Google Forms. Após responderem as perguntas, todos os participantes assinaram virtualmente um termo de consentimento, garantindo confidencialidade e o caráter voluntário da pesquisa. A princípio, foi feita uma revisão na literatura sobre o tema em periódicos científicos e revistas acadêmicas. Logo após a coleta dos dados, foi realizada a análise estatística.

Instrumento de coleta de dados

Para avaliar o nível de bem-estar dos participantes, foi utilizado o Pentáculo do Bem-estar, no qual é composto por 15 perguntas, havendo uma auto-avaliação em uma escala que corresponde de 0 (zero) absolutamente não faz parte do seu estilo de vida, 1 (um) às vezes corresponde ao seu comportamento, 2 (dois) quase sempre verdadeiro, 3 (três) completa realização do comportamento descrito. As perguntas estão divididas em 5 categorias, sendo elas: Nutrição, Atividade Física, Comportamento Preventivo, Relacionamento Social e Controle do Estresse. Cada uma dessas categorias é composta por 3 perguntas.

Para a avaliação da qualidade de vida, foi aplicado o questionário WHOQOL-bref, que é composto por 26 questões, que incluem 4 domínios principais da qualidade de vida, sendo eles: Domínio físico, domínio psicológico, domínio das relações sociais e domínio ambiental, as repostas são dadas em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), que variam entre “muito satisfeito” a “muito satisfeito”, “nada” a “completamente”, “muito ruim a “muito boa”, “muito insatisfeito” a “muito satisfeito” e “nunca” a “sempre”.

Para a avaliação da Resiliência foi usado o questionário fechado sobre a Escala de Resiliência (ER). E para avaliar o risco coronariano foi usado o questionário de avaliação do Risco Coronariano.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Após a coleta de dados, as respostas ao questionário foram processadas e analisadas no software BioEstat, na versão 5.3, onde foi feita a estatística descritiva para caracterizar a

amostra, por meio da média aritmética e do desvio padrão das variáveis quantitativas. Para comparar as variáveis da qualidade de vida, resiliência, bem-estar e risco coronariano, foi utilizado o teste t de Student. Este teste foi escolhido por ser adequado para comparar médias entre dois grupos independentes com distribuição normal.

Para analisar a correlação entre as variáveis e as subvariáveis qualidade de vida, resiliência, bem-estar e risco coronariano, foi escolhido a correlação linear de Pearson. O nível de significância adotado para as inferências estatísticas foi de 5% ($p < 0,05$), portanto os resultados com valor de p inferior a 0,05 foram considerados estatisticamente significativos.

RESULTADOS

Por meio das tabelas de 1 a 3, podem ser observados os resultados descritivos, comparativos e correlacionais obtidos na presente investigação, os quais fornecem uma base sólida para a formulação de conclusões e considerações relevantes acerca da temática do presente estudo.

Tabela 1- Apresenta a prevalência amostral entre homens e mulheres.

Variáveis	Classes	Prevalência	
		N	%
Gênero	Feminino	17	37,78
	Masculino	28	62,22
Etnia	Preto	4	8,89
	Branco	15	33,33
	Pardo	26	57,78
Estado Civil	Solteiro	42	93,33
	Casado	3	6,67
Irmãos	Sim	39	86,67
	Não	6	13,33

Na tabela 1 nota-se uma prevalência amostral significativa por acadêmicos do sexo masculino, é possível observar também uma prevalência de etnia parda, solteiros e com irmãos.

Tabela 2 – Análise descritiva quantitativa amostral (média aritmética \pm desvio padrão) e comparação das médias quanto ao gênero (teste t de Student).

Variáveis	Descrição	Comparação
-----------	-----------	------------

	Feminino	Masculino	t	p
Idade	21,90 ± 3,10	21,07 ± 2,34	0,995	0,324
Renda Familiar	3,53 ± 3,70	4,14 ± 3,50	-0,62	0,537
Residentes no Lar	2,94 ± 1,02	4,00 ± 1,74	-2,56	0,014*
Quantidade de Irmãos	1,30 ± 1,26	1,82 ± 1,65	-1,12	0,266

Na tabela 2 podemos observar que há uma diferença significativa apenas na comparação da variável Residentes no Lar entre homens e mulheres, indicando que acadêmicos do gênero masculino residem com mais moradores no lar.

Tabela 3 - Análise comparativa entre os gêneros para as variáveis qualidade de vida, bem estar e resiliência (teste t de Student).

Variáveis	Descrição		Comparação	
	Feminino	Masculino	t	p
Qualidade de vida- Domínio Físico	3,83 ± 0,50	3,78 ± 0,42	0,32	0,744
Qualidade de vida- Domínio Psicológico	3,45 ± 0,41	3,32 ± 0,36	1,04	0,303
Qualidade de vida- Relações Sociais	4,05 ± 0,51	3,65 ± 0,50	2,59	0,012*
Qualidade de vida- Meio Ambiente	3,48 ± 0,56	3,29 ± 0,48	1,17	0,247
Qualidade de Vida- Índice Geral	87,60 ± 9,11	83,82 ± 7,33	1,52	0,135
Qualidade de Vida- Índice Geral Médio	3,64 ± 0,37	3,49 ± 0,30	1,52	0,135
Bem estar – Nutrição	1,43 ± 0,64	1,48 ± 0,41	-0,32	0,747
Bem estar – Atividade Física	2,29 ± 0,66	2,39 ± 0,42	-0,54	0,589
Bem estar – Comportamento Preventivo	1,94 ± 0,79	1,39 ± 0,59	2,64	0,011*
Bem estar – Relações sociais	2,05 ± 0,62	2,13 ± 0,38	-0,42	0,672
Bem estar – Controle do Estresse	1,82 ± 0,52	2,09 ± 0,39	-1,96	0,055*
Bem estar – Índice Geral	28,64 ± 6,76	28,50 ± 3,95	0,08	0,935
Bem estar – Índice Geral Médio	1,90 ± 0,46	1,85 ± 0,27	0,29	0,767
Resiliência – Geral	123,82 ± 19,21	128,90 ± 12,20	-0,97	0,339
Resiliência – Índice Médio	4,95 ± 0,76	5,16 ± 0,48	-1,01	0,322
Risco Coronariano	13,85 ± 2,66	12,93 ± 3,84	0,86	0,391

Na tabela 3 onde é descrito uma análise comparativa entre os gêneros, é evidenciado que na qualidade de vida as mulheres possuem um nível de relações sociais significativamente maiores que os homens da amostra, assim também como no comportamento preventivo, enquanto que os homens apresentam apenas domínio do controle do estresse significativamente maior do que as mulheres da amostra.

Tabela 4 – Correlação entre as variáveis do estudo (teste de Pearson).

	p
--	----------

	ID	RF	NR	NI	RC	QV	BE	R
ID	-	-	-	-	-	-	-	-
RF	-	-	-	-	-	-	-	-
NR	-	-	-	-	-	-	-	-
NI	-	-	-	-	-	-	-	-
RC	-	-	-	-	-	-	-	0,049*
QV	-	-	-	-	-	-	<0,0001*	0,021*
BE	-	-	-	-	-	0,59	-	0,0008*
R	-	-	-	-	-0,29	0,34	0,48	-

*ID – Idade; RF – Renda familiar; NR – Número de residentes; NI – Número de irmãos; RC – Risco coronariano; QV – Qualidade de vida; BE – Bem estar; R – Resiliência.

Na tabela 4 foi possível observar correlações significativas entre a resiliência e o risco coronariano, resiliência e qualidade de vida, resiliência e o bem estar. Indicando que o aumento da resiliência impacta significativamente nessas variáveis; também foi observado uma correlação significativa entre bem estar e qualidade de vida, apontando que o aumento do bem estar está relacionado a aumentos significativos da qualidade de vida.

DISCUSSÃO

O objetivo do estudo buscou comparar a qualidade de vida e o bem estar de acadêmicos do curso de Educação Física na Universidade do Estado do Pará, explorando variáveis como, gênero, etnia, estado civil, renda, e convívio familiar. Assim, nota-se que o panorama das principais problemáticas urbanas atuais são questões relacionadas à diminuição e comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar da população, de acordo com Campos et al. (2021). Portanto, a importância de verificar os aspectos que envolvem esse campo da saúde.

A partir dos resultados, foi possível notar a prevalência do gênero masculino, diferentemente dos achados de Souza, et al. (2023) ao verificarem aspectos de Resiliência neste mesmo público. A caracterização da amostra demonstra que a maioria dos participantes são solteiros e possuem irmãos, a relevância desse dado se dá ao compreender que o estado civil e

o convívio familiar podem influenciar na qualidade de vida e no bem-estar de acadêmicos, especialmente no contexto universitário, pois segundo Barroso, et al. (2019), ao analisar a qualidade de vida de graduandos, notaram que fatores como, suporte social, solidão e estresse, podem ser determinantes para aspectos da saúde.

No entanto, os resultados da tabela 2 inferem que os participantes do gênero masculino residem com mais pessoas, o que pode indicar maior suporte social no dia-a-dia, pois, de acordo com Oliveira e Barroso (2020), indivíduos com maior convívio social, como morar com familiares ou colegas de casa, tendem a reportar menores níveis de solidão e depressão, refletindo positivamente na qualidade de vida. Porém, ao analisar os aspectos da tabela 3, é possível verificar diferenças significativas entre os gêneros no que diz respeito a qualidade de vida e o bem-estar, apesar da amostra masculina residir, em sua maioria, com mais pessoas, são as mulheres que apresentam níveis mais elevados de relações sociais e comportamento preventivo, enquanto que os homens apresentam somente maior controle do estresse.

Os dados vão de encontro com os estudos de Oliveira e Barroso (2020), porém corroboram com o estudo de Arar, et al. (2023) em que relatam que as mulheres tendem a adotar comportamentos preventivos com mais frequência que os homens, incluindo não só o cuidado com a saúde física e mental, como também a busca ativa por serviços de saúde, como psicoterapia ou aconselhamento acadêmico. A prevenção da amostra feminina pode ser uma estratégia fundamental para prevenir o esgotamento e melhorar a capacidade de enfrentar desafios acadêmicos. Esse dado é consistente com outros estudos, como o de Pereira e Silva (2021) que mostram que as mulheres têm a propensão em adotar comportamentos saudáveis, o que pode impactar positivamente seu bem-estar de forma geral.

O maior controle de estresse entre os homens pode ser justificado por Demenech et al. (2023), onde concluem que as mulheres ocupam quase o dobro do tempo que os homens na execução de tarefas domésticas, portanto, possuem maior esforço na articulação entre demandas familiares, laborais e acadêmicas, o que pode ser um fator que faz com que as mulheres apresentem níveis mais elevados de estresse e menor controle. Por outro lado, estudos sugerem que os homens podem utilizar estratégias diferentes ao lidar com o estresse, muitas vezes adotando uma abordagem mais direta e voltada para a resolução de problemas. Em ambientes acadêmicos, o controle do estresse pode ser útil em situações de alta demanda, como durante provas ou entregas de trabalho, no entanto, pode mascarar problemas emocionais que não são abertamente discutidas.

A resiliência é uma variável que cada vez mais está sendo estudada, e é definida essencialmente como a capacidade de se recuperar rapidamente de adversidades. Demenech e colaboradores (2023) demonstram que altos níveis de resiliência estão associados a redução de fatores de risco cardiovasculares, e indivíduos com maior resiliência emocional tendem a apresentar menores níveis de inflamação crônica e pressão arterial, fatores, por sua vez, que contribuem diretamente para risco coronariano.

Souza et al. (2023) destacam que a resiliência pode funcionar como um mecanismo protetor contra o estresse e os efeitos adversos à saúde, incluindo o risco coronariano. Quando acadêmicos demonstram maior resiliência, há uma tendência de menor impacto do estresse, o que diminui a probabilidade de problemas cardíacos relacionados ao estresse. Já em relação ao Bem-estar e a qualidade de vida, Pereira et al. (2019) e Barroso et al. (2023) destacam que o bem-estar emocional, incluindo a satisfação e a autoaceitação, está intimamente ligado à percepção de qualidade de vida, especialmente em populações acadêmicas. Estudantes que têm maiores níveis de bem-estar apresentam melhores interações sociais, desempenho acadêmico e satisfação geral com suas vidas, resultando em uma maior percepção de qualidade de vida.

A relação entre resiliência, qualidade de vida e bem-estar observada nos achados é amplamente respaldada por estudos recentes. Indivíduos mais resilientes tendem a experimentar uma melhor qualidade de vida porque são mais capazes de adaptar-se a mudanças e lidar com as pressões do dia a dia. Em um estudo de Pereira et al. (2019), foi encontrado que estudantes universitários com altos níveis de resiliência relatavam maior satisfação com suas vidas acadêmicas e pessoais. Esses achados indicam que a resiliência pode ser uma forte aliada para a adaptação dos universitários às demandas da formação superior e para a manutenção de sua saúde mental.

CONCLUSÃO

Considerando que a saúde se define como um estado de bem-estar físico, mental e social com ausência de doença, é crucial que a mesma esteja em constante manutenção. O estudo encontrou resultados que indicam que a uma relação significativa entre qualidade de vida e o bem-estar de homens e mulheres acadêmicos do curso de Educação Física.

O estudo permitiu concluir uma prevalência amostral significativa por acadêmicos masculinos, nota-se um predomínio da etnia parda, solteiros e com irmãos. Indicando que a maioria dos participantes da pesquisa é composta por homens. Além disso, a etnia parda se destaca entre os respondentes, refletindo a diversidade étnica da amostra. Sendo assim, análise

também revela que a maioria dos acadêmicos é solteiro e possui irmãos, o que pode sugerir características sociais e familiares que influenciam suas vivências durante a formação.

Diante disso, na análise descritiva quantitativa amostral, há uma diferença significativa entre homens e mulheres na variável “Residentes no Lar”, sugerindo que acadêmicos do gênero masculino tendem a viver com mais moradores no mesmo lar em comparação às mulheres. Essa diferença pode refletir padrões distintos de convivência familiar ou social entre gêneros no contexto da pesquisa. Fatores como independência, arranjos de moradia e suporte social podem influenciar esse resultado e devem ser considerados na análise dos dados.

Sendo assim, a análise comparativa entre os gêneros para as variáveis qualidade de vida, bem-estar e resiliência o estudo permitiu concluir, distinções importantes em termos de relações sociais, comportamento preventivo e controle de estresse, de acordo com os dados, as mulheres demonstram níveis significativamente maiores de relações sociais e comportamento preventivo em comparação aos homens. Isso pode indicar que elas tendem a manter laços sociais mais fortes e têm uma maior preocupação com comportamentos relacionados à prevenção de riscos à saúde. Enquanto os homens, apresentam um domínio do controle do estresse significativamente maior que os das mulheres. Sugerindo que, na amostra, os homens são mais eficazes em lidar com situações de estresse.

O estudo permitiu concluir ainda, a correlação entre as variáveis do estudo através do teste de Pearson. Considerando a resiliência e risco coronariano o estudo concluiu que, há uma correlação significativa, sugerindo que um aumento na resiliência está associado a uma redução no risco coronariano, possivelmente devido à capacidade de enfrentar e superar desafios de maneira mais eficaz. Sob a perspectiva da Resiliência e qualidade de vida obteve como conclusão, uma correlação significativa, indicando que níveis mais elevados de resiliência contribuem para uma melhor qualidade de vida, provavelmente por favorecer uma maior capacidade de adaptação e enfrentamento de adversidades.

Ao analisar a relação entre resiliência e bem-estar obteve como conclusão, a correlação positiva entre essas duas variáveis sugere que indivíduos mais resilientes tendem a apresentar maior bem-estar geral, reforçando a importância da resiliência para o equilíbrio emocional e mental. Diante do bem-estar e qualidade de vida foi concluído, a correlação significativa entre essas duas variáveis indica que o aumento do bem-estar está diretamente relacionado a uma melhora na qualidade de vida, sugerindo que as pessoas que se sentem bem consigo mesmas e com sua vida cotidiana tendem a viver de forma mais satisfatória.

Logo, apesar das contribuições para o entendimento das variáveis, o estudo apresenta algumas limitações. A amostra focada exclusivamente em estudantes universitários pode reduzir a aplicabilidade dos resultados a populações mais amplas e diversas, comprometendo a generalização dos achados para contextos além do ambiente acadêmico. Desse modo, entre as principais limitações deste estudo está a dependência de autopercepções, as quais podem ser impactadas por vieses de resposta. Esse tipo de viés pode surgir devido ao contexto atual dos participantes, que influencia suas repostas de acordo com suas vivências e emoções momentâneas, dificultando a obtenção de uma avaliação objetiva e estável ao longo do tempo.

Em estudos futuros, o aumento do tamanho amostral para incluir um número maior e mais diversificado de participantes. Isso permitiria uma análise mais robusta dos resultados, abrangendo acadêmicos de diferentes cursos da Universidade do Estado do Pará e até mesmo de outras instituições.

REFERÊNCIAS

- ARAR, F. C.; CHAVES, T. F.; TURCI, M. A.; MOURA, E. P. Qualidade de vida e saúde mental de estudantes de Medicina na pandemia da Covid-19. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 47, n. 1, p. 1-8, 2023.
- BARROSO, S. M.; SOUSA, A. A. S.; ROSENDO, L. S. Impacto da solidão na qualidade de vida de universitários de Minas Gerais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1-10, 2023.
- Brassea Galleguillos, M. & Silva Guerra, R. (2023). Educação física e a formação em saúde coletiva: deslocamentos necessários para a atuação no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 25(1), 1151-1163. <https://doi.org/10.1590/1809-45792023000100001>
- CAMPOS, J. C. B.; SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, G. J. A.; LIMA, E. R. V.; FILHO, M. N. M. B.; DANTAS, N. F. B. F. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas. *Ambiente Construído*, v. 21, n. 3, p. 9-21, jul.-set. 2021.
- CARRARA, V.A.; SANTOS, A. M. V. C. E. Análise da qualidade de vida dos acadêmicos de medicina e engenharia civil da UniRedentor mediante aplicação do WHOQOL-bref. *Perspectivas Online: Biológicas & Saúde*, v.11, n.39, p. 11 - 22, 2021.
- DEMECH, L. M.; SILVA, L. N.; ANTOCHEVIS, A. F.; ALMEIDA, T. R.; DUMITH, S. C. Estresse percebido entre estudantes de graduação: fatores associados, a influência do modelo ENEM/SiSU e possíveis consequências sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 72, n. 1, p. 15-22, jan.-mar. 2023.
- FREITAS, Pedro Henrique Batista de; MEIRELES, Adriana Lúcia; BARROSO, Sabrina Martins; BANDEIRA, Marina de Bittencourt; ABREU, Mery Natali Silva; DAVID, Gabriela Lemes; PAULA, Waléria de; CARDOSO, Clareci Silva. **Perfil de qualidade de vida e saúde mental de estudantes universitários da área da saúde.** *Research, Society and Development*,

v. 11, n. 1, artigo e35011125095, 2022. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25095>. Acesso em: 14 out. 2024.

MAXIMIANO, Vinícius da Silva; HUDSON, Tassiana Aparecida; FERREIRA, Luana Karoline; DORNELLA, Liege Coutinho Goulart; PAULA, Otávio Rodrigues de; NEVES, Clara Mockdece; CATALDI, Carolina Lessa; MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras. Nível de atividade física, depressão e ansiedade de estudantes de graduação em Educação Física. *Motricidade*, v. 16, n. S1, p. 104-112, 2020. DOI: 10.6063/motricidade.22313.

OLIVEIRA, N. R.; BARROSO, S. M. Solidão e depressão: Relações com características pessoais e hábitos de vida em universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, p. 1-12, 2019.

PEREIRA, R. R.; SILVA, S. S. C.; FACIOLA, R. A.; RAMOS, M. F. H.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H.; RAMOS, E. M. L. S. Estresse e características resilientes em alunos com deficiência e TFE na UFPA. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 1-16, 2019.

RBAFS. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 24(2), 123-135.
<https://doi.org/10.1590/1809-45792020000200002>

SILVA, Mariana Lima et al. Condições que interferem na qualidade de vida do estudante de Medicina. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e2469119640, 2020.

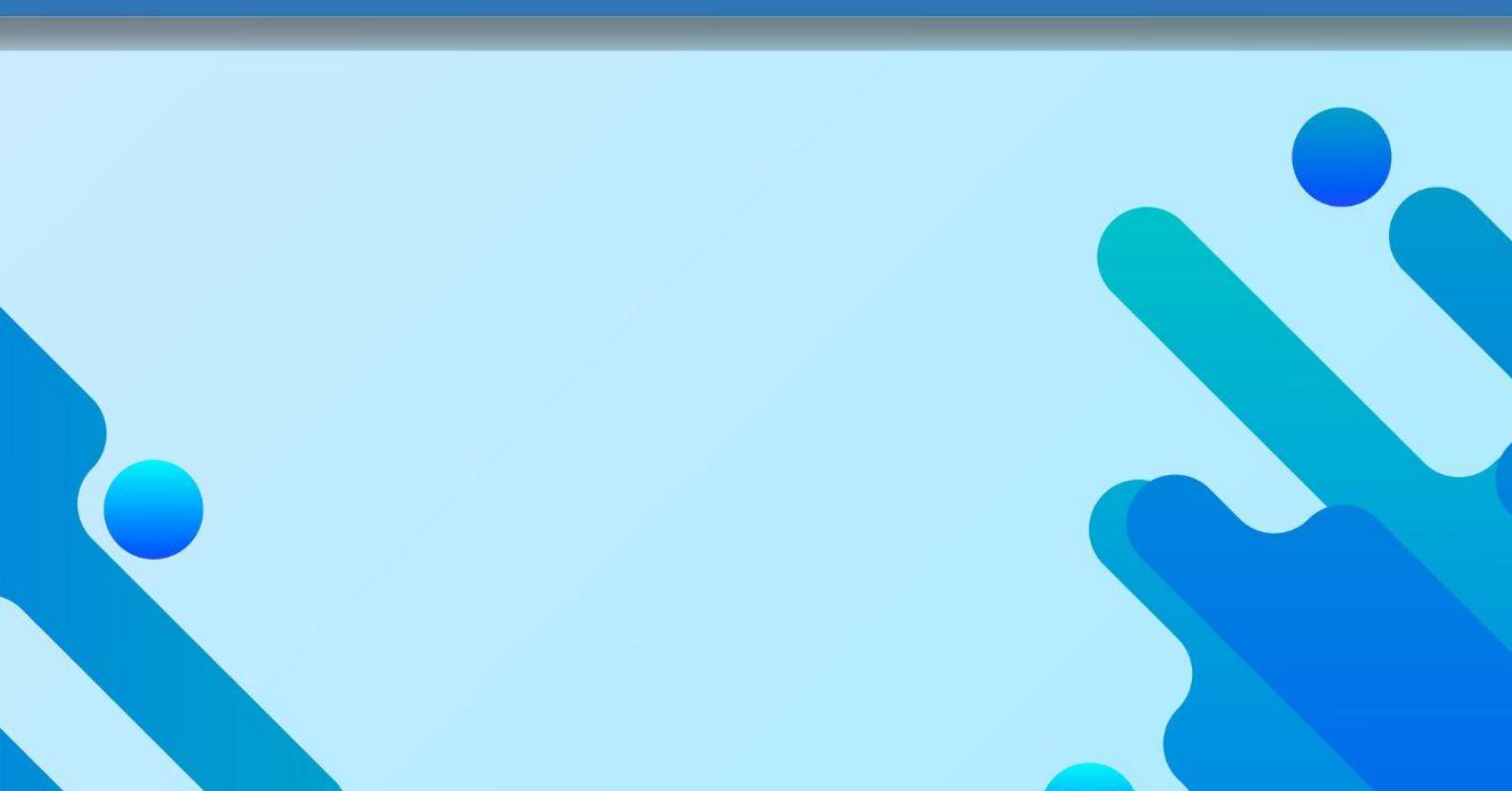
SOUZA, D. M.; SARAIVA, A. C. S.; DIAS, L. A.; ROCHA, A. V. T.; LUZ, L. M. R.; SILVA, J. F. S. Estudo do nível de atividade física, grau de resiliência e risco coronariano de acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. *Motricidade*, v. 19, n. 3, p. 351-357, 2023.



UMA BREVE INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO HUMANO

VALÉCIO SENNA VASCONCELOS DA SILVA

DOI: 10.29327/5449592.1-13



UMA BREVE INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO HUMANO

DOI: 10.29327/5449592.1-13

Valecio Senna Vasconcelos da Silva

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, em formato de ensaio de natureza filosófica, foi apresentar uma interpretação do movimento humano, descrevendo os prolegômenos da práxis humana. Desta maneira, o estudo baseia-se plenamente na ciência da motricidade humana e na metodologia observacional com suporte de autores catedráticos na educação física e ciência motora para compilação do manuscrito na explicação do que chamamos de movimento invisível humano.

Palavras-chave: Observação. Práxis. Motricidade Humana. Movimento Invisível.

ABSTRACT

The aim of this research, in the form of a philosophical essay, was to present an interpretation of human movement, describing the prolegomena of human praxis. In this way, the study is fully based on the science of human motricity and observational methodology with the support of authors in physical education and motor science to compile the manuscript explaining what we call invisible human movement.

Keywords: Observation. Praxis. Human Motricity. Invisible Movement.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación, en forma de ensayo filosófico, fue presentar una interpretación del movimiento humano, describiendo los prolegómenos de la praxis humana. De esta forma, el estudio se basa plenamente en la ciencia de la motricidad humana y en la metodología observacional con el apoyo de autores en educación física y motricidad para compilar el manuscrito que explica lo que llamamos movimiento humano invisible.

Palabras clave: Observación. Práxis. Motricidad humana. Movimiento invisible.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em relação à temática do movimento e atividade física, propõe explicar o movimento humano em sua essência, por meio das condutas motoras e de sua intencionalidade, através da observação sistematizada em torno da motricidade humana, detalhada no tópico dos prolegômenos da práxis humana.

Portanto, ressalta a importância do estudo no assunto do mundo acadêmico e sua relevância com novos conteúdos e abordagem atuais, relacionados ao movimento humano e às tendências conceituais da corporeidade e da motricidade humana no contexto da ciência, explicando e interpretando seu movimento intencional que, para nós, é invisível.

A OBSERVAÇÃO CIENTIFICADA DO MOVIMENTO HUMANO

A utilização da metodologia observacional, da professora espanhola Anguera (2017), concede uma ampla observação e interpretação do movimento humano em relação à melhoria da qualidade de vida de uma pessoa ou ganho da performance, diagnosticado passo a passo pelo instrumento de registro observacional sistemático, segundo o propósito teórico desenvolvido e

consolidado por Anguera (2019).

Ainda, seguindo a formulação de Anguera (2018), que permite centralizar o olhar e interagir com toda a nossa percepção em um objeto de estudo ou um fenômeno, ou movimento específico observável, são relatados precisamente problemas encontrados, de acordo com as pesquisas de Anguera, Campaniço, Sarmento, Leitão, Jonsson (2011), que mostram resultados positivos sobre a observação e interpretação do movimento humano, voltado ao desporto e ao gesto motor.

Nessa feita, consoante a clássica percepção de Merleau-Ponty, a ação motora inicialmente se apresenta aparecendo visível para nós, a fim de entender e de esclarecer o que é invisível ao nosso olhar, como o pensamento, a ideia, o porquê e a real intenção existente por de trás daquela ou de qualquer outra determinada ação motora ou comportamento humano, e é chamada aqui de **movimento invisível humano**, referenciado por Senna (2023).

Confabulando sobre o ideário de uma ação motora e através da ciência da motricidade humana apresentada por Cunha (2023), formula-se aqui uma tentativa de explicar melhor essa intencionalidade operante por trás de toda conduta motora humana invisível e de compreendê-la plenamente.

Deste modo, Sidoncha (2022) sugere checar as dimensões humanas em correlação de mão dupla entre as necessidades da pessoa com o fenômeno ou a conduta motora em questão, detectando o problema do pessoal à alta performance do movimento humano, servindo-se cientificamente da metodologia observacional e suas etapas e procedimentos consolidados pelos estudos de Anguera (2015).

Corroborando com o exposto acima, as pesquisas de Gallahue (2005) e Ozmun (2016), na perspectiva do desenvolvimento humano, compreendem e dissecam o comportamento motor e seus significados e símbolos agregados ao corpo, correspondentes aos dados e informações das crenças e valores culturalmente encontrados e incorporados a esse corpo humano, como sugerem Beresford (2006) e Sartre (2019).

Com isso, os significados e as significâncias, na questão sobre o movimento humano, evidenciam-se nas carências e nas dimensões humanas que estão em desequilíbrio: Biofísicas; Biomorais, Bioéticas ou humanas; Biopsíquicas ou emocionais; Biossociais e Históricas; Biotranscendentais, intervindo no gesto ou comportamento motor e na evolução como pessoa, em conformidade com as pesquisas e ideias também na área do desenvolvimento humano, feitas por Gettchell (2004) e Haywood (2024).

Ao final desse tópico, certificamos de que a utilização da metodologia observacional,

proposta por Anguera (1990), procede com sucesso e relevância também nos seus estudos atuais. Anguera (2016), que permite a observação de qualquer comportamento humano em contexto, usufrui técnicas utilizadas na área de ciências do comportamento, da saúde e das ciências sociais e no desporto, como reforça Garganta (2000).

O CONTEXTO ATUAL DA CORPOREIDADE E DA CIÊNCIA MOTORA

As tradições Latino-americanas da educação física discutem historicamente a questão dos conceitos e rumos sobre como as tendências científicas e educacionais, que serão uma reformulação curricular necessária, como há muito tempo é defendido pelos professores Oliveira (1983) Oyama (1995) Saviani (1986) Gadotti (2003), Ghiraldelli (1996) Fazenda (1979).

Os estudos atuais das pedagogias latino-americanas e eurocêntricas em relação à corporeidade, à motricidade humana e ao movimento se conectam perfeitamente no paradigma holístico e da complexidade humana num projeto mente, corpo, sociedade e natureza, buscando, através da educação bioética e acadêmica nos campos da didática e da pedagogia motriz, consenso científico sobre a ciência do movimento, como as pesquisas de Mujica(2024) Mujica (2024) Lopez(2019) Gamboa (2022) Toro(2021) Quintas (2018) asseguram.

Desde sempre os conceitos de um corpo vivido dual desassociado de um todo comum influenciaram os pensamentos na ciência motora historicamente valorizados pela área médica e confinados na pedagogia do movimento com conteúdos programáticos no campo didático e acadêmico, assim como o não aprofundamento dimensional na explicação do movimento humano, como conclui o artigo Senna (2024a):

No discurso do corpo, considerando-o como a materialização da complexidade humana não vista somente no físico, porém integrado à totalidade do Ser por todas as dimensões humanas que participam efetivamente na concepção holística de uma mente-corpo-natureza, a sociedade, adiante das revoluções sinérgicas do saber quântico da ciência, da informática, do biomolecular, da genética, da robótica, exemplifica claramente o tamanho da dimensionalidade e da existência plural humana, vistas na cultura motora e no movimento intencional, desde o gesto motor até o objetivo da performance alcançada no desporto como na vida.

Desta feita, finaliza-se esse tópico na narrativa conceitual do estatuto da ciência da motricidade humana sobre a corporeidade e o movimento, interpretados na conduta motora e detalhando toda a ação motora através do estudo e do entendimento de todos os prolegômenos envolvidos na conatural práxis humana, de modo a desvendar a intencionalidade operante, como afirma Cunha (2018).

OS PRINCIPAIS PROLEGÔMENOS DA PRÁXIS HUMANA

Para finalizar o estudo, que teve como objetivo construir uma explicação do movimento humano, apresentaremos os prolegômenos grifados e ordenados, que esclarecem por sua vez a ideia central em realizar uma interpretação do movimento humano invisível. Através da compilação dessa engrenagem motora da prática iniciada na corporeidade e sua motricidade, observada pelo comportamento motor e sua conduta motora intencional, é que se processa na cinefantasia e da comunicação motora e que se constrói toda a cultura motora humana assimilada interiormente como educação motora que utiliza intervenções nos campos da ergomotricidade, ludomotricidade e ludoergomotricidade, contextualizados numa ética pessoal e interpessoal rumo a uma transcendência, explicados nesse síntese textual da Práxis humana, sendo completada com o valioso conhecimento *a priori* da intencionalidade operante por de trás de todo movimento invisível humano.

CONCLUSÃO

O breve estudo argumentou com base filosófica sobre uma interpretação do movimento humano, esclarecendo em tópicos a construção do arquétipo da práxis humana e explicando nominalmente todos as nuances que compõem o movimento e a maneira em que devem ser observados cientificamente, colhendo informações relevantes para intervenção profunda e sistematizada, com foco no gesto e comportamento motor ou na própria conduta motora intencional.

Reafirma-se, ao final do ensaio, o objetivo proposto de trazer subsídios teóricos do tema da motricidade, da corporeidade e da metodologia observacional na sustentação da linha principal, que compõe esse estudo certificado no procedimento qualitativo, através de elementos constitutivos, por meio da lógica e dos rigores da razão, e no processo quantitativo também, ao poderem mensurar e aferir a validade e aplicabilidade da observação sistematizada dentro do movimento humano.

REFERÊNCIAS

Anguera, M. T. (1990). Metodología observacional. In J. Arnau, M. T. Anguera, & J. Gomez, *Metodología de la investigación en Ciencias del Comportamiento*. Secretariado de Publicaciones de la Universidade de Murcia, 125–236.

Anguera, M. T., Campaniço, J., Leitão, J., Jonsson, G., & Sarmento, H. (Eds.). (2011). *Metodología observacional aplicada aos jogos desportivos coletivos*. Vila Real.

- Anguera, M. T., & Hernández-Mendo, A. (2015). Técnicas de análisis en estudios observacionales en ciencias del deporte. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 15(1), 13–30.
- Anguera, M. T., & Hernández-Mendo, A. (2016). Avances en estudios observacionales en Ciencias del Deporte desde los mixed methods. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 16(1), 17–30.
- Anguera, M. T. (2017). Transiciones interactivas a lo largo de un proceso de desarrollo: Complementariedad de análisis. In C. Santoyo (Coord.), *Mecanismos básicos de toma de decisiones: Perspectivas desde las ciencias del comportamiento y del desarrollo*, 179–213. CONACYT 178383/UNAM. ISBN: 978-607-02-9426-6.
- Anguera, M. T., Blanco-Villaseñor, A., Losada, J. L., & Portell, M. (2018). Pautas para elaborar trabajos que utilizan la metodología observacional. *Anuario de Psicología*, 48(1). DOI: <https://doi.org/10.1344/%25x>
- Anguera, M. T., Blanco-Villaseñor, A., Losada, J. L., & Sánchez-Algarra, P. (2019). Análisis del intercambio comunicativo: Planteamiento innovador del quantitizing. *Congresso Ibero-American em Investigação Qualitativa (CIAIQ2019)*. Oporto.
- Beresford, H. (2006). *Estatuto epistemológico da Motricidade Humana*. Apostila do Curso de Mestrado em Ciência da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco.
- Cunha, M. S. V. e. (2018). *Para uma epistemologia da motricidade humana*. Nova Vega.
- Cunha, M. S. V. e. (2023). In G. Pires, *Obra seleta*. V. 1. Ciência da motricidade humana. Afrontamento.
- Fazenda, I. C. A. (1979). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro*. Loyola.
- Gadotti, M. (2003). *Educação e poder*. Cortez.
- Gallahue, D. L., & Ozmun, J. (2005). *Comprendendo o desenvolvimento motor*. Phorte.
- Gamboa Jiménez, Rodrigo, Fernández Fuentes, Constanza Camila, Ahumada Ugalde, Pabla, Rojas Cisternas, Camila Constanza, Soto Silva, Claudia Andrea, & Varas Cerda, Paula Macarena (2022). Corporeidad en educación infantil: visión crítica de su (in)visibilización en contextos sobreescolarizados. *Perspectiva Educacional*, 61(2), 117-141. DOI: <https://dx.doi.org/10.4151/07189729-vol.61-iss.2-art.1302>
- Garganta, J. (2000). O treino da táctica e da estratégia nos jogos desportivos. In J. Garganta (Ed.), *Horizontes e Órbitas no treino dos Jogos Desportivos*. Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Centro de Estudos dos Jogos Desportivo.
- Gettchell, N., & Haywood, K. M. (2004). *Desenvolvimento motor ao longo da vida*. Artmed.
- Ghiraldelli, P. Jr. (1996). *Educação e razão histórica*. Cortez.
- Haywood, K., & Getchell, N. (2024). *Life span motor development*. Human kinetics.
- López, L. M. (2019). La pedagogía crítica como propuesta innovadora para el aprendizaje significativo en la educación básica. *Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales*, 4(1), 87-98. Recuperado de: <https://revistas.utm.edu.ec/index.php/Rehuso/article/view/2120/224>

Mujica Johnson, F. (2024). Corporeidade nas pedagogias latino-americanas: estudo filosófico a partir de Freire e Dussel. *Revista Acadêmica Internacional de Educação Física*, 4 (3), 33–42. <https://doi.org/10.59614/acief42024154>

Mujica, F.(2024). Corporalidad subjetiva, histórica y cultural en torno a la Educación Física latinoamericana. Una perspectiva epistemológica, curricular y decolonial. Dilemas contemporáneos: educación, política y valores,11(3), 1-15. <https://doi.org/10.46377/dilemas.v11i3.4097>

Oliveira, V. M. (1983). *O que é educação física?* Brasiliense.

Ozmun, J. C., & Gallahue, D. L. (2016). Motor development. *Adapted Physical Education and Sport E*, 6(375), 375-390.

Quintas Hijós, A. (2018). El empirismo ilustrado como precursor de la pedagogía corporal moderna. EDU REVIEW. Revista Internacional de Educación y Aprendizaje Revista Internacional de Educación y Aprendizaje , 6 (2), 61-67. <https://doi.org/10.37467/gka-revedu.v6.1675>

Sartre, J. P. (2019). *O Imaginário: Psicologia fenomenológica da imaginação.* Vozes.

Saviani, D. (1986). *Escola e democracia.* Cortez.

Senna, V. (2023). O movimento invisível humano. In *Livro de Resumos do I Congresso Filosofia Do Desporto*, 78–79. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Senna Vasconcelos da Silva, V. (2024). Reflexión sobre educación física y movimiento en la ciencia de la motricidad humana. *Revista Académica Internacional De Educación Física*, 4(5), 24–32. <https://doi.org/10.59614/acief42024196>

Senna Vasconcelos da Silva, V. (2024). Uma Breve Reflexão Sobre a corporeidade e motricidade humana.. *Fiep Bulletin - Online*, 94(4), e7037. <https://doi.org/10.16887/d7997k95>

Sidoncha, U., Feron, O., & Sidoncha, I . (2022). *Fenomenologia e cultura.* Práxis.

Toro Arévalo, S. A., & Moreno Doña, A. (2021). La Educación Física como categoría colonial y neoliberal: avanzando hacia el pensamiento de la motricidad humana en y desde Abya Yala. Ahora por la Educación Física y el Deporte, 23, 199-217. <https://doi.org/10.24197/aefd.0.2021.199>

SEÇÃO BANNERS





VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS

Problemas advindos do uso excessivo das telas e leituras digitais no desenvolvimento de crianças e adolescentes



Ricardo Figueiredo Pinto e Victória Baia Pinto

INTRODUÇÃO

Este banner aborda os problemas associados ao uso excessivo de telas e leituras digitais feitas por crianças e adolescentes. Por meio de uma revisão de literatura são apresentados a seguir os principais impactos negativos na saúde física, psicológica e no desenvolvimento cognitivo dos jovens. Por fim, são apresentadas sugestões para um uso equilibrado das tecnologias, visando minimizar os efeitos adversos e promover um desenvolvimento saudável.



DESENVOLVIMENTO

A popularização das tecnologias digitais trouxe mudanças significativas nos hábitos de leitura e na forma como crianças e adolescentes interagem com a informação. O relatório da Organização Mundial da Saúde (2020) indica que 80% dos jovens brasileiros utilizam dispositivos digitais diariamente, prática intensificada durante a pandemia de COVID-19. O aumento do uso de telas e a transição para a leitura digital suscitam preocupações sobre os impactos no desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

CAUSAS DO USO EXCESSIVO DE TELAS

- Atração das Tecnologias
- Influência Social

Uma das principais causas do uso excessivo de telas é a atração inerente às tecnologias digitais. A gamificação e a interatividade oferecidas por aplicativos e jogos digitais criam um ambiente envolvente que dificulta a limitação do tempo gasto diante das telas. Segundo Andrade e Martins (2021), "as características dinâmicas e interativas dos jogos eletrônicos cativam a atenção dos jovens, muitas vezes levando-os a dedicar horas seguidas a essas atividades" (ANDRADE; MARTINS, 2021, p. 100). Essa atratividade pode, em muitos casos, ofuscar o interesse por atividades mais tradicionais, como a leitura de livros físicos.

A influência social e a pressão dos pares são outros importantes fatores. Muitas crianças e adolescentes sentem a necessidade de estarem conectados às redes sociais para serem aceitos em seus grupos. De acordo com Santos e Almeida (2019), "o desejo de pertencimento social faz com que os jovens se sintam obrigados a passar longas horas conectados, mesmo que isso prejudique outras atividades, como a leitura" (SANTOS; ALMEIDA, 2019, p.45). Essa pressão pode levar a um ciclo vicioso, onde a socialização digital substitui interações face a face, promovendo uma relação mais superficial com o conhecimento e a cultura.



CONSEQUÊNCIAS DO USO EXCESSIVO DE TELAS

- Impactos Físicos
- Efeitos Psicológicos

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos acarreta problemas de saúde física, especialmente em relação ao sedentarismo e à saúde ocular. A prevalência de sedentarismo entre crianças e adolescentes aumentou significativamente, resultando em uma maior incidência de obesidade infantil. Segundo Lima e Oliveira (2020), "cerca de 60% das crianças que passam mais de duas horas diárias em frente às telas apresentam sobrepeso ou obesidade" (LIMA; OLIVEIRA, 2020 p. 30). Essa condição pode levar a problemas de saúde a longo prazo, diabetes e doenças cardiovasculares. Além disso, a exposição prolongada a telas pode causar fadiga ocular digital e síndrome do olho seco. Almeida (2021) destaca que "os sintomas de fadiga ocular, como visão embacada e desconforto ocular, são cada vez mais comuns entre jovens que passam horas em frente a dispositivos" (Almeida, 2021, p. 55). Esses problemas físicos podem afetar a qualidade de vida e o desempenho escolar.

São igualmente preocupantes os efeitos psicológicos. O acesso constante às redes sociais pode resultar em ansiedade, depressão e solidão. Araújo e Nascimento (2021) afirmam que "a comparação social exacerbada nas redes sociais é um dos fatores que contribuem para o aumento da ansiedade e da depressão entre jovens" (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2021, p. 80). O fato de que muitos jovens se sentem obrigados a se apresentar de forma idealizada online pode levar a uma percepção distorcida de si mesmos e a um aumento das inseguranças.

A solidão é outro efeito psicológico significativo. Embora as redes sociais proporcionem uma sensação de conexão, elas frequentemente substituem interações face a face, levando a um isolamento social. Santos e Costa (2022) apontam que "jovens que passam muito tempo em interações digitais frequentemente relatam sentimentos de solidão e desconexão" (SANTOS; COSTA, 2022, p. 120). Essa solidão pode se intensificar com a diminuição das atividades de leitura de livros físicos, que frequentemente oferecem um espaço para reflexão e introspecção.

CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE LEITURA DE LIVROS FÍSICOS

A diminuição da leitura de livros físicos em favor de leituras digitais pode ter consequências profundas no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e adolescentes. A leitura física promove um envolvimento mais profundo com o texto, permitindo que os leitores desenvolvam habilidades de compreensão crítica e empatia. Segundo Ferreira e Lima (2022), "a leitura em papel favorece a concentração e a imersão, possibilitando uma reflexão mais profunda sobre o conteúdo" (FERREIRA; LIMA, 202, p.98).

Por outro lado, a leitura digital muitas vezes promove uma leitura mais superficial, em que os jovens tendem a escanear o texto em vez de se aprofundar. Silva (2020) destaca que "as leituras digitais estão frequentemente associadas a uma abordagem mais superficial, na qual o leitor não se engaja criticamente no material" (SILVA, 2020, p. 150). Isso pode comprometer a capacidade dos jovens de analisar criticamente informações, um aspecto fundamental em um mundo saturado de dados e informações.

Além disso, a falta de leitura de livros físicos pode impactar o desenvolvimento da empatia e da inteligência emocional. A leitura de ficção, por exemplo, tem sido associada ao aumento da empatia e da compreensão das emoções alheias. De acordo com Nascimento (2021), "livros de ficção ajudam os leitores a desenvolverem uma melhor compreensão das emoções humanas e das experiências de vida dos outros" (NASCIMENTO, 2021, p.65). A ausência dessa experiência pode limitar a capacidade dos jovens de se conectar emocionalmente com os outros e de compreender diferentes perspectivas.

SUGESTÕES PARA UM USO EQUILIBRADO DAS TELAS E PROMOÇÃO DA LEITURA

- Limitação do tempo de tela
- Incentivo à leitura física
- Conteúdo de qualidade
- Atividade em grupo
- Educação digital



CONCLUSÃO

Os problemas advindos do uso excessivo de telas e da falta de leitura de livros físicos são complexos e multifacetados, envolvendo aspectos físicos, psicológicos e cognitivos. As causas desse excesso incluem a atração das tecnologias e a influência social, enquanto as consequências abrangem problemas de saúde, impactos emocionais e comprometimentos no desenvolvimento cognitivo. A adoção de estratégias que promovam um uso equilibrado das tecnologias e incentivem a leitura de livros físicos é essencial para garantir o desenvolvimento saudável das novas gerações, preparando-as para os desafios do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João. Efeitos da luz azul nas crianças. Revista Brasileira de Saúde Pública, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 45-50, 2021;ANDRADE, Luanne; MARTINS, Felipe. O impacto das tecnologias digitais na infância. Revista de Psicologia e Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 95-105, 2021;ARAÚJO, Lucas; NASCIMENTO, Maria. A solidão digital: impacto das redes sociais na juventude. Jornal de Psicologia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-70, 2021;COSTA, Ana; SANTOS, Felipe. Ansiedade e redes sociais: um estudo com adolescentes. Psicologia e Saúde, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 110-115, 2020.

INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura vários são os tipos de leitura que podem ser "trabalhadas" especialmente com crianças.

Tão importante quanto os tipos de leitura as formas de leitura são decisivas para que a criança e adolescentes aumentem seus interesses, aprendam, entendam e compreendam as leituras que fazem.

Dentre as formas de leitura "a leitura em voz alta" é uma atividade fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, oferecendo benefícios cognitivos, emocionais e sociais.

METODOLOGIA/OBJETIVO

Estudo bibliográfico que tem como objetivos:

Geral - Apresentar a importância da Leitura em Voz Alta para o desenvolvimento de crianças e adolescentes

Específicos - Listar os tipos de leituras recomendadas para crianças e adolescentes. E as formas de leitura mais recomendadas para crianças e adolescentes.

DESENVOLVIMENTO

Algumas sugestões de formas de leitura que devem ser incentivadas para crianças e adolescentes:

Crianças (4-12 anos)

1. Leitura em voz alta por adultos ou pais
2. Leitura compartilhada (adulto e criança lêem juntos)
3. Leitura silenciosa guiada (com orientação de um adulto)
4. Leitura em grupo (em sala de aula ou clube de leitura).

Adolescentes (13-18 anos)

1. Leitura silenciosa independente
2. Leitura em grupo (clube de leitura ou discussão)
3. Leitura em voz alta (para praticar habilidades de comunicação).

Formas de leitura adicionais

Leitura digital (e-books, audiobooks)

Leitura em diferentes idiomas

Leitura de gêneros variados (ficção, não-ficção, poesia)

Leitura para aprendizado (cursos, artigos)

Incentivar essas formas de leitura pode ajudar a:

- Desenvolver habilidades de leitura e compreensão
- Estimular a imaginação e criatividade
- Fomentar o amor pela leitura
- Melhorar a concentração e memória
- Promover a socialização e discussão

Lembre-se de adaptar as sugestões às necessidades e interesses individuais de cada pessoa.

A LEITURA EM VOZ ALTA É UMA ATIVIDADE FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, OFERECENDO BENEFÍCIOS COGNITIVOS, EMOCIONAIS E SOCIAIS.

Benefícios Cognitivos

1. Desenvolvimento da linguagem e do vocabulário.
2. Melhoria da compreensão leitora e interpretação de textos.
3. Estimula a memória e concentração.
4. Desenvolve habilidades críticas de pensamento.



Benefícios Emocionais:

1. Fomenta a imaginação e criatividade.
2. Desenvolve empatia e compreensão de diferentes perspectivas.
3. Ajuda a gerenciar emoções e desenvolver autoconhecimento.
4. Cria vínculo emocional com histórias e personagens.



Benefícios Sociais:

1. Estimula discussões e compartilhamento de ideias.
2. Desenvolve habilidades de comunicação e expressão.
3. Promove interação social e trabalho em grupo.
4. Cria oportunidades para questionamento e reflexão.

Outros benefícios:

1. Prepara para o sucesso acadêmico.
2. Desenvolve hábitos de leitura saudáveis.
3. Enriquece cultura geral e conhecimento.
4. É uma atividade prazerosa e relaxante.



CONCLUSÃO

Leitura em voz alta é uma ferramenta poderosa para influenciar positivamente o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Dicas para pais e educadores:

1. Leia regularmente para as crianças e com os adolescentes.
2. Escolha textos adequados à idade e interesse.
3. Encoraje discussões e perguntas.
4. Faça da leitura uma atividade divertida e interativa.



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. R. Leitura em grupo e discussão: um estudo sobre a formação de leitores críticos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, n. 1, p. 39-56, 2022.
 FREITAS, L. R. Leitura crítica e análise de textos: uma abordagem interdisciplinar. *Revista de Letras*, v. 31, n. 2, p. 13-28, 2022.
 KUCZYNSKI, E. R. Leitura em voz alta: um estudo sobre a prática docente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 2, p. 241-256, 2020.
 MORAES, S. R. Leitura digital e inclusão: um estudo sobre a acessibilidade em livros digitais. *Revista da Educação Inclusiva*, v. 10, n. 1, p. 15-30, 2022.
 OLIVEIRA, M. R. Leitura silenciosa e desenvolvimento cognitivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 36, n. 2, p. 137-146, 2020.
 SILVA, J. P. Leitura em voz alta para idosos: um estudo sobre a acessibilidade. *Revista Brasileira de Gerontologia*, v. 23, n. 2, p. 257-272, 2020.
 SOUZA, R. F. Leitura crítica e ensino de língua portuguesa. *Revista de Letras*, v. 30, n. 1, p. 35-50, 2020.

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática deste estudo surgiu quando estudávamos uma das obras de Michel Desmurge "A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças". Importante obra deste pesquisador francês que recebeu o prêmio Femina de Ensaio em 2019 na França, considerado um livro de Saúde Pública.

Identificamos o cuidado e a seriedade com que esta obra foi escrita, não só pelas premiações e vendas da mesma, um "best seller", em especial pelo conteúdo da obra e pela riqueza das referências que a obra trás. Ela está dividida em prefácio no qual são utilizadas 27 obras como referências. E em três partes seguintes tendo a primeira parte 134 obras de referências. A segunda parte com 227 obras de referências e a terceira parte com 1.341 obras de referência. E finalmente o epílogo com 7 obras de referências.

Pelo exposto esta obra se tornou uma das principais referências de busca para a produção de uma dissertação de mestrado e de uma tese de doutorado que estamos desenvolvendo na Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS-Py.

METODOLOGIA/OBJETIVO

Estudo bibliográfico

que tem como objetivos:
Geral – Analisar a obra **"A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças"**.

Específicos – **Caracterizar** o que são nativos digitais. **Identificar** os limites de utilização das telas digitais para crianças e adolescentes. E **Verificar** os principais problemas para o desempenho escolar, o desenvolvimento e para a saúde de crianças e adolescentes.

DESENVOLVIMENTO

Em relação a primeira parte do livro identificamos que o conceito de "Nativos Digitais" é um mito que persiste na sociedade, apesar de não ser sustentado pela literatura científica. A ideia de que crianças nascidas na era digital são naturalmente habilidosas com tecnologia e pensamento complexo é uma lenda que continua a influenciar políticas públicas e educacionais. Essa crença tem várias implicações:

*Tranquila pais, fazendo-os acreditar que seus filhos são gênios da tecnologia, mesmo que eles apenas usem aplicativos triviais.

*Justifica a digitalização obrigatória no ensino, beneficiando a indústria de tecnologia.

*Ignora as necessidades reais das crianças e seus resultados acadêmicos questionáveis.

O autor destaca que o problema não é a ideia em si, mas sim o fato de que ela persiste apesar das evidências contrárias e continua a orientar decisões educacionais, prejudicando os próprios alunos.

Em relação a segunda parte do livro identificamos três pontos principais a serem lembrados.

O uso excessivo de telas digitais por crianças e adolescentes é um problema grave que afeta seu desenvolvimento cognitivo, saúde física e mental. A exposição prolongada a atividades digitais recreativas, como streaming, videogames e redes sociais, tem consequências negativas:

- Prejudica o desenvolvimento cerebral e inteligência
- Favorece a obesidade e problemas de saúde
- Interfere no sono e ritmo circadiano
- Afeta a capacidade de atenção e concentração
- Limita o desenvolvimento social e emocional



Para mitigar esses efeitos, é fundamental estabelecer regras claras e limites para o uso de telas:

- Proibir telas antes dos 6 anos
- Limitar o tempo de tela a 60 minutos por dia após os 6 anos
- Estabelecer horários específicos para uso de telas
- Monitorar o conteúdo e tipo de atividades



Além disso, é essencial explicar e justificar as regras para as crianças, desde a tenra idade, para que elas entendam os riscos associados ao uso excessivo de telas.

A responsabilidade de controlar o uso de telas é compartilhada entre pais, educadores e sociedade. É fundamental tomar medidas para proteger a saúde e desenvolvimento das novas gerações.

O texto destaca a importância de uma abordagem proativa e responsável para lidar com o uso de telas digitais entre crianças e adolescentes, visando garantir seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Em relação a terceira parte do livro identificamos três momentos de análise, onde primeiro se refere ao desempenho escolar, o segundo momento se refere ao desenvolvimento geral de crianças e adolescentes, e no terceiro momento a saúde das crianças e dos adolescentes.

Quanto ao primeiro momento, desempenho escolar, destacamos dois pontos importantes, as telas digitais domésticas e as telas digitais usadas na escola. No primeiro, de acordo com a literatura científica, quanto mais os alunos assistam à televisão, jogam videogames, utilizam o smartphone, eles são mais ativos nas redes sociais e suas notas despencam. Quanto ao segundo ponto, novamente a literatura científica é enfática, quanto mais os Estados investem nas tecnologias da informação e da comunicação para o ensino (TIC), mais o desempenho dos alunos cai, bem como suas notas.

Quanto ao segundo momento, desenvolvimento, convém reter que as telas minam os três pilares mais essenciais do desenvolvimento infantil: a interação humana, a linguagem, e o terceiro a concentração.

E finalmente quanto ao momento da terceira parte do livro, saúde, o autor destaca que o consumo de telas recreativas tem um impacto muito negativo sobre a saúde de crianças e adolescentes, especialmente prejudicando o **SONO**, contribuindo para o **SEDENTARISMO**, e por meio dos conteúdos de risco, abundantes no universo digital, **SEXUAIS, TABAGISTAS, ALCOÓLICOS, HIPERCALÓRICOS, VIOLENTOS, ETC.**

CONCLUSÃO

Esta obra, com todo o suporte científico que a mesma trás, nos permite concluir que muito precisa ser feito para que a população em geral possa entender o que está acontecendo em relação a falta de leitura em especial de livros físicos e pelo excesso do consumo de telas digitais de todos os tipos. E como sempre os primeiros a serem prejudicados são as crianças e os adolescentes.

Recomendamos que mais professores, gestores educacionais, pais em geral, profissionais da saúde tenham acesso a obras como esta, bem como a dezenas de outras obras que serviram de base para este "best seller", pois se nada for feito as perspectivas são as piores possíveis para as crianças e adolescentes em termos, especialmente, educativos e de saúde.

Finalmente queremos recomendar uma outra obra, deste mesmo autor, que vem complementar o conteúdo desta na qual ele apresenta também de forma científica o problema que as novas gerações vêm enfrentando por falta de leitura. A obra se chama "Faça-os ler para não criar cretinos digitais".



BIBLIOGRAFIA

DESMURGET, Michel. A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças. Tradução Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestigio, 2024.



Histórico dos Eventos do GPs e da C&C - Parte I

**Eloá Fernandes da Silva;
Yasmin Cristina dos Santos Barbosa;
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**



INTRODUÇÃO

O Grupo Pesquisas e Publicações – GPs, nasceu de uma iniciativa de professores pesquisadores que, com interesses comuns, buscavam alternativas para reunir interessados visando conversar, discutir e propor temáticas para que juntos pudessem estudar, pesquisar, desenvolver projetos, e publicar toda a produção. Com este foco inicial, o GPs foi criado dia 08 de junho de 2020, e ao longo destes quatro anos em atividade o GPs vem cumprindo suas metas e objetivos, pois já realizou 16 Encontros Científicos Nacionais e 02 Fóruns Internacionais, estando no momento realizando o 17º Encontro Científico do GPs e o 8º Fórum Internacional de Conhecimento & Ciência, o qual é realizado a cada dois anos. Além disso está realizando a XXIV caminhada "Caminhando para a saúde". Além disso também foram realizadas cinco maratonas de 42,195 Km cada uma, denominadas "Maratona da Fé", em forma de caminhada.



1º Encontro realizado pelo GPs – Novembro, 2020



1º Caminhada "Caminhando para Saúde" – Novembro, 2020

OBJETIVO

Este banner tem por objetivo apresentar uma síntese das atividades realizadas pelo GPs, bem como informar sobre as publicações e produtos lançados ao longo dos quatro anos de eventos, publicações e caminhadas realizadas.

METODOLOGIA

As informações foram coletas por meio de pesquisa documental e os resultados estão expostos de modo descritivo em formato de relatório.

DESENVOLVIMENTO

EVENTOS REALIZADOS



2º Encontro realizado pelo GPs – Setembro, 2021



3º Encontro realizado pelo GPs – Outubro, 2021



4º Encontro realizado pelo GPs – Novembro, 2021

O grupo GPs, em seus primeiros 4 eventos, contou com uma repleta programação, possuindo como eixos temáticos a educação, saúde, empreendedorismo, tecnologia, inovação, yoga e outros. O público teve a oportunidade de participar de mais de 60 atividades, incluindo palestras, comunicações orais e exposições de banners, além de mesas de especialistas nas áreas dos eixos temáticos dos eventos. Também foram oferecidos cursos e minicursos, enriquecendo ainda mais a experiência dos participantes e promovendo um valioso espaço de aprendizado e troca de conhecimentos. Além das atividades, os eventos contaram com homenagens à profissionais que se destacaram por suas atuações, sendo em memoriais ou ainda presentes.



5º Encontro realizado pelo GPs – Dezembro, 2021



6º Encontro realizado pelo GPs – Março, 2022



7º Encontro realizado pelo GPs – Junho, 2022



8º Encontro realizado pelo GPs – Setembro, 2022

Do quinto ao oitavo evento, o grupo GPs expandiu ainda mais suas atividades e programação, incluindo apresentações musicais. Essas iniciativas, voltadas para o enriquecimento acadêmico, científico e cultural, são de fundamental importância, promovendo um ambiente de aprendizado e troca de conhecimentos que fortalece a comunidade acadêmica.

DESENVOLVIMENTO

Em suma, os primeiros oito eventos realizados pelo grupo Pesquisas & Publicações representaram um marco importante na promoção de conhecimentos e práticas em diversas áreas, adaptando-se ao contexto desafiador da pandemia. Inicialmente, os encontros foram realizados somente de forma on-line, permitindo que a troca de saberes e experiências continuasse mesmo em tempos difíceis. A partir do IX encontro do grupo, os eventos passaram a incluir a realização de caminhadas denominadas "Caminhando para a Saúde", que integraram atividades físicas e promoção do bem-estar ao ambiente acadêmico. Com a participação de mais de 400 inscritos ao longo de todas as edições, esses eventos não apenas estimularam o intercâmbio de experiências, mas também resultaram no lançamento de um total de 37 eBooks, reafirmando a dedicação do grupo à disseminação do saber e ao avanço das discussões em suas respectivas áreas de atuação.

ALGUNS E-BOOKS LANÇADOS



ALGUNS PRODUTOS LANÇADOS



Produtora de Eventos Online
Conhecimento & Ciência



App Turismo no Tapajós



Rádio FICS Indoor

CAMINHADAS – “CAMINHANDO PARA A SAÚDE”



1º Caminhada "Caminhando para Saúde" – Novembro, 2020

2º Caminhada "Caminhando para Saúde" – Dezembro, 2022

5º Caminhada "Caminhando para Saúde" – Fevereiro, 2023

CONCLUSÃO

Apesar da pandemia, os eventos do Grupo Pesquisas e Publicações – GPs continuaram a ser realizados, com um aumento significativo na produção de produtos e publicações. Atualmente, as atividades não se restringem apenas ao formato online; agora, os encontros são também presenciais, permitindo uma interação mais rica entre os participantes. Além disso, nos eventos, houve a realização de caminhadas "Caminhando para a Saúde", promovendo bem-estar e engajamento. Nos eventos mais recentes, além das caminhadas, estão sendo realizadas maratonas que visam incentivar a prática de atividades físicas e a promoção de um estilo de vida saudável entre os participantes, proporcionando uma experiência coletiva que fortalece os laços especialmente da comunidade. O grupo segue intensamente trabalhando nos eixos temáticos de educação, saúde, empreendedorismo, tecnologia e inovação, disseminando conhecimento e fortalecendo a comunidade acadêmica em suas áreas de atuação.



VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÉNCIA XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS

Roteiro para a elaboração do “Guia para criar o Hábito da Leitura” para adultos

Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto



INTRODUÇÃO

OBJETIVO DO GUIA

- Apresentar a importância da leitura na vida pessoal e profissional;
- Discutir os benefícios da leitura regular, como desenvolvimento pessoal, expansão do conhecimento e redução do estresse.

PÚBLICO-ALVO

- Adultos que desejam desenvolver o hábito da leitura, independentemente do nível de escolaridade ou experiência prévia.

ESTRUTURA DO GUIA

- Descrição dos conteúdos abordados nas seções seguintes.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

BENEFÍCIOS PESSOAIS

- Como a leitura melhora a empatia e a compreensão das emoções alheias;
- Aumento da criatividade e da imaginação.

BENEFÍCIOS PROFISSIONAIS

- Leitura como ferramenta de aprendizado contínuo e desenvolvimento de habilidades;
- Melhora da comunicação e do vocabulário.

AVALIANDO SEUS HÁBITOS ATUAIS

REFLEXÃO SOBRE O TEMPO DA LEITURA

- Incentivar o leitor a analisar quanto tempo dedica à leitura atualmente.
- Identificar atividades que podem ser substituídas ou reduzidas para abrir espaço para a leitura.

IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS

- Listar obstáculos comuns à leitura, como falta de tempo, distrações e a sensação de que a leitura é uma tarefa, não um prazer.

criando um ambiente favorável à leitura

ESPAÇO DE LEITURA

- Sugestões para criar um ambiente confortável e tranquilo para leitura.
- Importância de ter uma boa iluminação e materiais de leitura acessíveis.

SELEÇÃO DE LIVROS

- Dicas para escolher livros que realmente interessem, levando em consideração gostos pessoais e objetivos de leitura.

ESTABELECENDO UMA ROTINA DE LEITURA

DEFININDO HORÁRIOS DE LEITURA

- Sugestões de horários ideais para a leitura (manhã, durante o intervalo de almoço, antes de dormir).
- A importância da consistência e da criação de um compromisso diário com a leitura.

INTEGRANDO A LEITURA NA ROTINA DIÁRIA

- Exemplos de como integrar a leitura em atividades diárias, como ler enquanto espera em filas ou durante o deslocamento para trabalho/casa/escola, etc.

ESTIMULANDO O INTERESSE PELA LEITURA

EXPLORAÇÃO DE GÊNEROS E FORMATOS

- Incentivar a experimentar diferentes gêneros literários e formatos, como ficção, não-ficção, audiolivros e e-books.

ESTABELECIMENTO DE METAS DE LEITURA

- Criar metas realistas de leitura, como um livro por mês ou 20 páginas por dia.
- A importância de registrar o progresso em um diário ou aplicativo.

MANTENDO A MOTIVAÇÃO

SISTEMA DE RECOMPENSAS

- Propor um sistema de recompensas para cada meta alcançada, como um café especial ou uma ida ao cinema.

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE LEITURA

- Incentivar a participação em clubes de leitura ou grupos on-line, onde é possível discutir livros e compartilhar experiências.

SUPERANDO DESAFIOS

IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES COMUNS

- Reconhecer que é normal encontrar dificuldades e momentos de desmotivação.

ESTRATÉGIAS PARA RETOMAR A LEITURA

- Dicas para voltar a ler após uma pausa, como recomeçar com livros curtos ou de interesse pessoal.

RECURSOS ADICIONAIS

- Sugestões de Livrarias e Bibliotecas
- Indicar onde encontrar livros, tanto físicos quanto digitais.
- Sites e Aplicativos de Leitura
- Listar plataformas que oferecem resenhas, audiolivros e comunidades de leitores.
- Artigos e Blogs sobre Leitura
- Recomendar fontes de informação que falam sobre os benefícios da leitura e sugestões de livros.



VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS

Histórico dos Eventos do GPs e da C&C - Parte II

**Yasmin Cristina dos Santos Barbosa;
Eloisa Fernandes da Silva;
Victoria Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**



INTRODUÇÃO

O Grupo Pesquisas e Publicações (GPs) desde 2020, busca reunir professores pesquisadores com interesses comuns. O objetivo é reunir, semanalmente, interessados de várias formações para discutir, propor temáticas, estudar, desenvolver projetos e publicar suas produções. Abordaremos a seguir os oito últimos eventos do grupo, com mais e-books e produtos técnicos diversificados. Além de mais dois Fóruns Internacionais. Os produtos técnicos e didáticos, em questão tem como destaque um Game intitulado: "Caça Palavras de Natação", guias e manuais derivados de pesquisas de mestrado e doutorado. Portanto, este banner tem por objetivo apresentar uma síntese das atividades realizadas pelo GPs, bem como informar sobre as publicações e produtos lançados ao longo dos quatro anos de eventos, publicações e caminhadas realizadas.

METODOLOGIA

As informações foram coletadas por meio de pesquisa documental e os resultados estão expostos de forma descritiva.

DESENVOLVIMENTO

CAMINHADAS



II MARATONA DA FÉ (2023)



A 1ª MARATONA FOI EM 2022, A 2ª FOI EM 2023, A 3ª, 4ª E 5ª EM 2024

XXIII CAMINHADA DO GPS/C&C –
"Caminhando para a Saúde" (2024)



CASTANHAL-PA

ALGUNS E-BOOKS LANÇADOS



JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS



CANAL NO YOUTUBE
CONHECIMENTO &
CIÊNCIA- EVENTOS



CANAL NO YOUTUBE
LADEINJU



REALIZAÇÃO DO I
TORNEIO DE MANBOL
DO GEDF



EVENTOS



IX ENCONTRO REALIZADO PELO
GPS - NOVEMBRO, 2022



X ENCONTRO REALIZADO PELO GPS -
MARÇO, 2023



XI ENCONTRO REALIZADO PELO GPS -
JUNHO, 2023



XII ENCONTRO REALIZADO PELO
GPS - SETEMBRO, 2023



XIII ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GPS - DEZEMBRO, 2023



XIV ENCONTRO REALIZADO PELO
GPS - ABRIL, 2024



XV ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GPS - JUNHO, 2024



XVI ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GPS - SETEMBRO, 2024



XVII ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GPS - SETEMBRO, 2024

O IX Encontro Científico do GPS foi um evento diversificado com 46 atividades, incluindo conferências, palestras, minicursos e mesas de especialistas em saúde, pesquisa, inovação e empreendedorismo. Inovações notáveis incluem a criação de um canal acadêmico no YouTube, a Escola de Negócios para Acadêmicos e a I Feira de Empreendedorismo da C&C. O evento destacou o compromisso do GPs em promover a troca de conhecimentos entre acadêmicos e profissionais em saúde.

No X Encontro Científico do GPS, houve o lançamento do Canal da C&C e do canal do LADEINJU no YouTube, a VI Caminhada da C&C e do GEDF "Caminhando para a saúde", o I Torneio de ManBol do GEDF, o lançamento de quatro e-books e três guias acadêmicos, e o Portal de Educação Física da Amazônia.

CONCLUSÃO

Mesmo com os desafios da pandemia, as atividades do Grupo de Pesquisas e Publicações (GPs) prosperaram, resultando em diversas publicações. Hoje, além do ambiente virtual, as iniciativas incluem encontros presenciais que favorecem uma interação mais dinâmica. Os eventos também contam com a iniciativa "Caminhando para a Saúde", que chegou à sua XXIII edição até o XVI Encontro Científico do GPs, e maratonas, que estão na 4ª edição, indo para a 5ª em 2024, visando estimular exercícios físicos e promover um estilo de vida saudável, fortalecendo laços comunitários. O grupo continua dedicado à educação, saúde, empreendedorismo, tecnologia e inovação, ampliando o conhecimento e reforçando a comunidade acadêmica.



VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA

XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS &

Título : Educação Física e Inclusão: Um Relato de Experiência sobre Práticas Corporais de Aventura

Nome das autoras: Eloisa Fernandes da Silva e Marina Melo do Nascimento



INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se na disciplina Estágio supervisionado I do Curso de Licenciatura de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, no qual confronta os elementos constitutivos do Plano de Ensino com a Concepção de inclusão, segurança e meio ambiente a partir do conteúdo de práticas corporais de aventura (PCA) contido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e levanta as possibilidades para o trato com o conhecimento no âmbito da cultura corporal. O plano de aula foi implementado na turma de 4º ano da EEEF Dr. Carlos Guimarães que culminou em um relato de experiência.

OBJETIVO

O presente relato de experiência tem como objetivo geral levantar as possibilidades para a abordagem das práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física, incorporando temas relevantes e atuais, a fim de debater, de forma saudável, seus problemas. Além disso, a proposta deste trabalho é discutir sobre a importância de práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física, a partir das respostas obtidas dos alunos após as perguntas feitas e guiadas pelos professores. A abordagem pedagógica escolhida para ser objeto de estudo foi a pedagogia histórico-crítica, de Dermeval Saviani.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada em três etapas principais: a elaboração do plano de ensino, a implementação das práticas corporais de aventura e a coleta e análise dos dados. Inicialmente, o plano de ensino foi desenvolvido com base nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), priorizando a inclusão, segurança e a conscientização ambiental. Em seguida, as práticas corporais de aventura foram aplicadas em uma turma de 4º ano da EEEF Dr. Carlos Guimarães, onde as atividades foram monitoradas para garantir a participação ativa dos alunos. Para avaliar a eficácia da abordagem, foram realizadas entrevistas e questionários com os alunos, orientados pelos professores, permitindo a coleta de percepções e reflexões sobre a experiência vivida. Os dados obtidos foram analisados à luz da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, proporcionando uma compreensão profunda das interações entre os alunos e o conteúdo apresentado, bem como das possibilidades de aprimoramento da prática pedagógica em Educação Física.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a participação de pessoas com deficiência em atividades físicas teve origem em programas com enfoque na reabilitação. A mudança de um modelo médico para um modelo pedagógico procurou garantir a prática de atividades físicas no contexto escolar (Greguol e Costa, 2019). Certamente essa mudança da atividade física de reabilitação para modelo pedagógico praticado agora no ambiente escolar se estende até hoje. Sua importância acontece ao fato da inserção de forma positiva das pessoas com deficiência a sociedade.

Segundo Tahara e Darido (2016), a inserção das práticas corporais de aventura ou esportes radicais nas aulas de Educação Física pode ser uma boa maneira de tornar as aulas prazerosas e diversificadas. Além disso, é possível abordar outras temáticas relevantes e contemporâneas, como segurança, inclusão e meio ambiente — que serão utilizadas no presente estudo —, visando problematizá-las juntamente com o conteúdo. Entretanto, como evidenciam Tahara e Darido (2018) em sua pesquisa qualitativa sobre as práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física em Ilhéus/BA, fica clara a falta de conhecimento e interesse dos professores de Educação Física em relação ao conteúdo, seja por falta de conhecimento, de vontade ou de segurança.

A segurança nas práticas corporais de aventura na natureza é um aspecto crucial que garante a proteção dos participantes e a eficácia das experiências de aprendizado. Ferreira (2015) e Lima (2018) ressaltam que a implementação de medidas de segurança adequadas não apenas minimiza riscos, mas também fomenta a confiança entre os praticantes.

Essa confiança é fundamental para que os indivíduos se conectem de maneira mais profunda com o ambiente natural, permitindo uma vivência plena e consciente das atividades. Assim, a segurança se configura como um elemento essencial que sustenta a prática responsável e enriquecedora das atividades ao ar livre, contribuindo para um ambiente mais seguro e propício ao desenvolvimento pessoal e coletivo.

Além disso, as práticas corporais de aventura na natureza exercem um papel crucial na promoção da conscientização ambiental e na valorização dos ecossistemas. Segundo Silva (2017) e Martins (2020), essas atividades oferecem uma experiência direta com o meio ambiente, incentivando os participantes a refletirem sobre a importância da preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade. Além disso, ao se envolverem em atividades ao ar livre, os indivíduos tendem a desenvolver um senso de responsabilidade em relação ao meio ambiente, o que pode levar a comportamentos mais conscientes e proativos. Assim, a relação entre aventura e educação ambiental é fundamental para a formação de uma cidadania ecológica que valoriza e protege a natureza.

O plano de aula consiste na realização de uma atividade de práticas corporais de aventura, com objetivos de abordar temas de segurança e meio-ambiente nessas práticas, um primeiro contato com o conteúdo e a socialização dos alunos (4º ano do fundamental), com a duração de 90 minutos. De acordo com o referencial teórico, separamos a aula em 5 momentos: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final. A prática social inicial foi uma roda de conversa com os alunos buscando diagnosticar o conhecimento prévio deles a respeito do tema. Partimos para a problematização, na qual buscamos contestar alguns pontos sobre PCA's, como segurança, meio-ambiente e inclusão. Após essa discussão, iniciamos o processo de instrumentalização, no qual os alunos experimentaram maneiras representativas das práticas corporais de aventura (escalada horizontal e vertical; parkour; arvorismo e rastejar). Para a fixação do conteúdo, fizemos uma atividade prática individual que consistia em dar autonomia para esses alunos em montar – no caso do parkour – ou experimentar as outras atividades da sua maneira, a fim de testar e praticar o conhecimento que eles acabaram de obter. Em seguida, a catarse se deu com uma vivência individual, onde cada aluno com os olhos fechados passou por cada estação para ter uma vivência de inclusão mesmo que pequena, mas significativa em um momento de adaptação das atividades para inclusão de pessoas com deficiência. Apesar de no início haver o medo de fazer prática de olhos fechados, após se sentirem seguros conseguiram realizar de maneira mais fluida. Finalizamos a aula com a prática social final, fazendo uma roda de conversa com a participação de todos. Comparamos o conhecimento inicial e final dos alunos a respeito do tema, e foram feitas pontuações por eles sobre a aula.

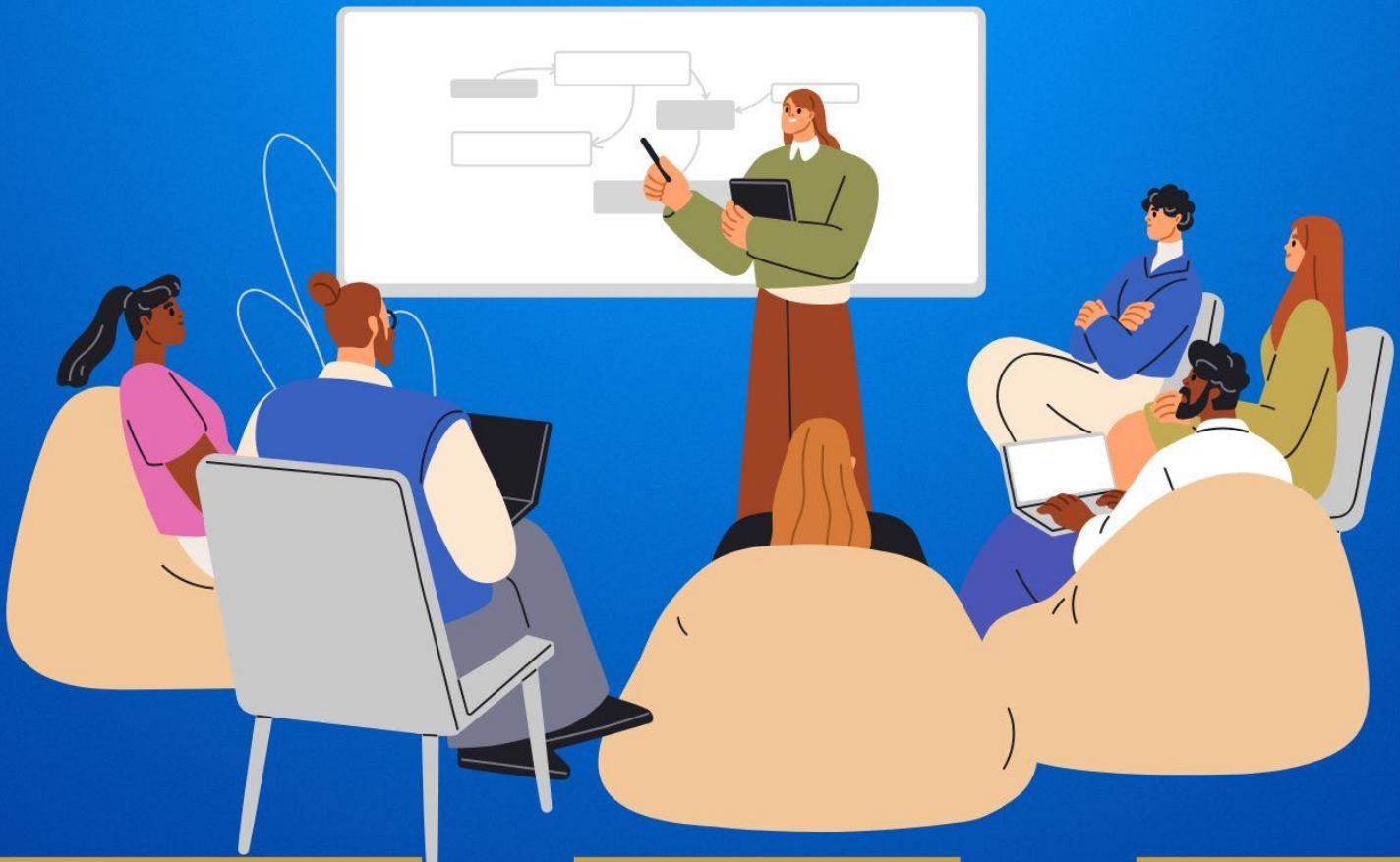
CONCLUSÃO

A análise das práticas corporais de aventura implementadas nas aulas de Educação Física revela a relevância dessa abordagem na formação integral dos alunos, promovendo não apenas habilidades físicas, mas também valores de inclusão, segurança e respeito ao meio ambiente. A partir das respostas dos alunos, foi possível identificar um aumento no engajamento e na motivação, evidenciando que as práticas corporais de aventura favorecem um ambiente de aprendizado mais dinâmico e colaborativo. Além disso, a perspectiva da pedagogia histórico-crítica de Saviani demonstrou ser uma ferramenta valiosa para refletir sobre a prática pedagógica e suas implicações sociais. Assim, conclui-se que a incorporação dessas práticas no currículo escolar não só enriquece o conhecimento dos alunos sobre a cultura corporal, mas também os prepara para enfrentar os desafios contemporâneos de forma crítica e consciente.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. http://base nacional comum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518 versao final_site.pdf. Acesso em: 4 setembro 2024.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau– série formação do professor.
- TAHARA, Alexander Klein; DARIDO, Suraya Cristina. *Diagnóstico sobre a abordagem das práticas corporais de aventura em aulas de educação física escolar em Ilhéus/Ba*. Movimento, v. 24, p. 973-986, 2018.
- TAHARA, Alexander Klein; DARIDO, Suraya Cristina. *Práticas corporais de aventura em aulas de educação física na escola*. Revista Conexões, v. 14, p. 113-136, 2016.

SEÇÃO SLIDES





VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA
XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES – GPs
XXIV CAMINHADA – “CAMINHANDO PARA A SAÚDE”

Estratégias pedagógicas utilizadas para a aprendizagem dos alunos com base no manejo, produção e processamento do açaí como forma de iniciação científica de educandos.

Ana Maria Leite Ferreira
Autora

Ricardo Figueiredo Pinto
Presidente

INTRODUÇÃO

- A educação contemporânea enfrenta o desafio de conectar o conhecimento acadêmico às realidades locais, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada para os alunos.
- O manejo, a produção e o processamento do açaí oferecem uma oportunidade ímpar para a aplicação de práticas pedagógicas inovadoras que envolvem as disciplinas de ciências, geografia, história e educação ambiental.

OBJETIVO

- Analisar estratégias pedagógicas utilizadas para a aprendizagem dos alunos com base no manejo, produção e processamento do açaí como forma de iniciação científica de educandos..

METODOLOGIA

- Foi utilizada a pesquisa bibliográfica método fundamental para embasar teoricamente o estudo sobre as estratégias pedagógicas utilizadas para a aprendizagem dos alunos com base no manejo, produção e processamento do açaí.

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Segundo Gil-Pérez et al. (2022), a educação científica não se restringe ao ensino de conteúdos técnicos, mas envolve o desenvolvimento de competências para analisar e interpretar fenômenos naturais e sociais.

Como apontam Lopes e Mariano (2023), os educadores precisam estar preparados não só para ensinar o conteúdo, mas também para mediar o processo de investigação científica dos alunos.

Figura 1. O açaí.



Fonte: Ferreira et al. (2021).

MANEJO E PRODUÇÃO DO AÇAÍ: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

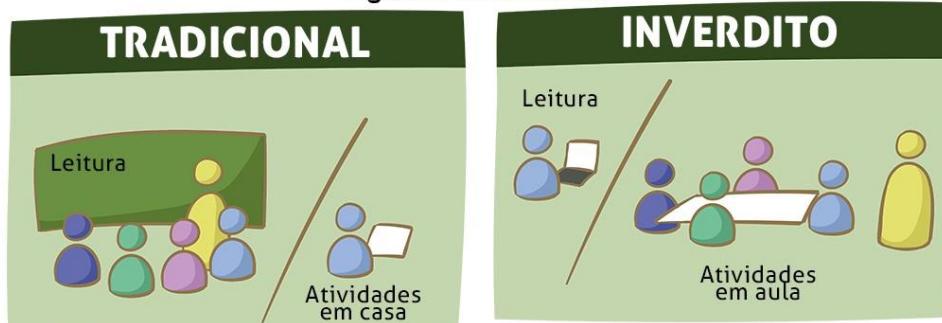
De acordo com Santos et al. (2022), o estudo do manejo e da produção do açaí pode ser integrado a diversas áreas do conhecimento, como ciências naturais, geografia, história, economia e educação ambiental.

Estudos de Nogueira e Alves (2021) mostram que o entendimento dos processos biológicos e ecológicos que envolvem o açaí pode ser utilizado como ferramenta para ensinar conceitos de ecologia, como interações bióticas, ciclos de nutrientes e a importância da conservação da biodiversidade.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A APRENDIZAGEM

Segundo Moran (2021), o uso de metodologias ativas, como a sala de aula invertida, estimula a autonomia dos estudantes ao colocá-los como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

Figura 4. Sala invertida



Fonte: Ferreira et al. (2021).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A APRENDIZAGEM

A aprendizagem baseada em projetos (ABP) é uma das mais eficazes (Oliveira e Silva, 2022).

Figura 4. Aprendizagem baseada em projetos (ABP)



Fonte: Ferreira et al. (2021).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A APRENDIZAGEM

A gamificação é outra estratégia inovadora que tem se mostrado eficaz na educação (Barbosa e Souza, 2020).

Figura 4. Gamificação.



Fonte: Ferreira et al. (2021).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A APRENDIZAGEM

Segundo Lopes (2021), o uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), como vídeos educativos e simuladores, potencializa o ensino.

Figura 4. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).



Fonte: Ferreira et al. (2021).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A APRENDIZAGEM

O design thinking também se apresenta como uma abordagem inovadora para a resolução de problemas no contexto educacional (Costa, 2020).

Figura 4. As 5 etapas do Processo de Design thinking.



Fonte: Ferreira et al. (2021).

CONCLUSÃO

- O manejo e a produção do açaí, quando integrados às estratégias pedagógicas inovadoras, também oferecem uma oportunidade única de aprendizado contextualizado e interdisciplinar.
- Ao integrar o açaí às práticas pedagógicas, é possível proporcionar uma educação mais significativa e transformadora para os estudantes da região amazônica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. F.; FERREIRA, T. C. A história do açaí e suas implicações econômicas na Amazônia. *Revista de História e Economia da Amazônia*, v. 8, n. 3, p. 45-59, 2021.
- BARBOSA, M. M.; SANTOS, L. M. A interdisciplinaridade no ensino de ciências: o caso do açaí. *Revista de Educação e Ciências*, v. 12, n. 2, p. 77-92, 2021.
- BARBOSA, M. M.; SOUSA, L. F. O uso de tecnologias digitais no ensino de ciências: potencialidades e desafios. *Revista de Educação Tecnológica*, v. 11, n. 2, p. 45-60, 2022.
- BARBOSA, M. M.; SOUZA, L. F. Gamificação no ensino: potencialidades e desafios. *Revista Brasileira de Tecnologia Educacional*, v. 12, n. 3, p. 89-103, 2020.
- BERNAL, A. S. Educação científica como instrumento de equidade: um estudo em escolas públicas. *Ciência e Educação*, v. 26, n. 4, p. 521-538, 2020.
- CAMPOS, J. R.; OLIVEIRA, S. B. Desenvolvimento de habilidades socioemocionais no ensino de ciências. *Revista Brasileira de Educação Científica*, v. 9, n. 3, p. 78-92, 2021.
- COSTA, A. P. Design thinking como ferramenta pedagógica inovadora. *Revista de Inovação Educacional*, v. 9, n. 2, p. 45-61, 2020.

REFERÊNCIAS

- COSTA, S. R.; RODRIGUES, A. M. A produção do açaí e sua relevância para a economia amazônica. *Revista Brasileira de Economia Agrícola*, v. 15, n. 1, p. 98-110, 2022.
- FERREIRA, R. A.; ALMEIDA, T. C. Estudos de caso como metodologia ativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Metodologias Ativas*, v. 5, n. 1, p. 34-50, 2021.
- FREIRE, A. P.; SASSERON, L. H. A importância da contextualização no ensino de ciências. *Educação em Debate*, v. 22, n. 1, p. 113-129, 2021.
- GIL-PÉREZ, D. et al. Educação científica e formação cidadã: desafios e perspectivas. *Revista Internacional de Educação em Ciências*, v. 18, n. 1, p. 7-25, 2022.
- LIMA, C. P.; SOUSA, J. R. Geografia da produção agrícola na Amazônia: o caso do açaí. *Revista de Geografia e Sustentabilidade*, v. 14, n. 2, p. 120-136, 2020.
- LIMA, C. R.; RODRIGUES, F. M. O ensino híbrido e suas potencialidades no contexto escolar. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 10, n. 2, p. 78-92, 2021.
- LOPES, J. F. O uso de tecnologias digitais no ensino à distância: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação a Distância*, v. 14, n. 1, p. 110-124, 2021.
- LOPES, R.; MARIANO, A. Formação continuada de professores para o ensino de ciências. *Revista de Educação e Ciências*, v. 14, n. 2, p. 98-112, 2023.



VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO & CIÊNCIA
XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES – GPS
XXIV CAMINHADA – “CAMINHANDO PARA A SAÚDE”

Estratégias pedagógicas utilizadas para a aprendizagem dos alunos com base no manejo, produção e processamento do açaí como forma de iniciação científica de educandos.

Ana Maria Leite Ferreira

Autora

Ricardo Figueiredo Pinto

Presidente

Obrigada!

Psicóloga Rileny Mascarenhas
CRP: 010/5852/PA-AP
Contato: 981100577



IMPORTÂNCIA
QUE HÁ EM TER UM
ESPAÇO ACOLHEDOR
PARA AS CRIANÇAS

O QUE É UM ESPAÇO ACOLHEDOR?

• Para a Criança: Um espaço acolhedor é de extrema importância para o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças. Aqui estão algumas razões pelas quais um ambiente acolhedor é crucial:

- ✓ Desenvolvimento emocional
- ✓ Estimula à criatividade e imaginação
- ✓ Favorece a sociabilização
- ✓ Promove a autonomia
- ✓ Reduz o estresse
- ✓ Facilita a aprendizagem
- ✓ Fortalece os laços familiares
- ✓ Cria hábitos saudáveis



E PARA OS PAIS?

- Criar um espaço acolhedor não beneficia apenas as crianças, mas também proporciona varias vantagens para os pais. Aqui estão algumas delas?
 - ✓ Fortalecimento dos vínculos familiares
 - ✓ Redução do estresse parental
 - ✓ Estímulo à comunicação
 - ✓ Participação ativa na vida dos filhos
 - ✓ Criação de rotinas familiares
 - ✓ Fomento à aprendizagem conjunta
 - ✓ Promoção da autoestima dos pais
 - ✓ Desenvolvimento de habilidades parentais

E OS PROFISSIONAIS?

- Os profissionais que trabalham com o desenvolvimento infantil, como os educadores, psicólogos, pedagogos e outros especialistas, frequentemente destacam a importância de um ambiente acolhedor. Nessa perspectiva, um espaço acolhedor pode ser caracterizado por:
 - ✓ Segurança emocional
 - ✓ Estímulos adequados
 - ✓ Organização e estrutura
 - ✓ Flexibilidade e adaptabilidade
 - ✓ Respeito à individualidade
 - ✓ Presença de adultos atentos e afetivos
 - ✓ Participação ativa das crianças
 - ✓ Comunicação afetiva

Um espaço acolhedor incorpora aspectos emocionais, pedagógicos e relacionais para criar um ambiente que promove o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.

CONTEÚDOS PARA UM ESPAÇO ACOLHEDOR:

- ✓ Material Educativo Diversificado (jogos, brinquedos, livros...)
- ✓ Cantos Temáticos
- ✓ Elementos Naturais
- ✓ Áreas de Expressão Artística
- ✓ Espaço para Movimento
- ✓ Cantinho da Leitura
- ✓ Objetos Sensoriais

OBS: Lembre-se de que a chave para criar um espaço acolhedor está na adaptação contínua com base nas necessidades e interesses das crianças. Mantenha um ambiente dinâmico, propício à aprendizagem e ao desenvolvimento saudável.

TRANSTORNOS INFANTIS:

- Existem vários transtornos infantis que podem afetar o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Abaixo estão alguns dos principais transtornos infantis:
 - ✓ Transtorno do Espectro Autista (TEA)
 - ✓ Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)
 - ✓ Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)
 - ✓ Transtorno de Ansiedade Infantil
 - ✓ Transtorno de Conduta
 - ✓ Transtorno de Aprendizagem
 - ✓ Transtorno do Desenvolvimento Intelectual



OBS: É importante notar que cada criança é única, e os sintomas e gravidade desses transtornos podem variar significativamente. O diagnóstico e o tratamento devem ser conduzidos por profissionais da saúde mental, com base em uma avaliação abrangente do desenvolvimento da criança.

LEGISLAÇÃO:

- No Brasil a legislação inclui disposições específicas para garantir os direitos e a inclusão de crianças com transtornos. Ex.:
 - ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
 - ✓ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015)
 - ✓ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2019)
 - ✓ Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –Viver sem Limite (2011)



RELATOS DE EXPERIENCIA





- “Ao reconhecer a importância da saúde mental desde a infância, construímos bases sólidas para as crianças cresçam confiantes, resilientes e capazes de enfrentar os desafios da vida. A atenção à saúde mental é um investimento valioso no presente e para o futuro das novas gerações”. Rileny M Campos

Educação Financeira para o Sucesso Empresarial: Fundamentos que Todo Empreendedor Precisa“

Ter conhecimento financeiro é fundamental para todo empreendedor que busca o sucesso. Nesta apresentação, exploraremos os conceitos essenciais que todo dono de empresa precisa dominar, desde planejamento até controle de gastos e captação de recursos.



Introdução: A importância da educação financeira para empreendedores

■ Domínio financeiro essencial

Para que um negócio prospere, é fundamental que o empreendedor tenha domínio dos conceitos financeiros básicos, desde planejamento até controle de custos.

■ Tomada de decisões assertivas

Com educação financeira, o empreendedor pode tomar decisões estratégicas com base em dados e informações confiáveis, evitando armadilhas e riscos desnecessários.

■ Vantagem competitiva

O conhecimento financeiro se traduz em uma vantagem competitiva para o empreendedor, permitindo-o gerenciar melhor seu negócio e alcançar melhores resultados.

■ Garantia de sustentabilidade

Empresas com sólida base financeira têm maior probabilidade de serem bem-sucedidas e sustentáveis a longo prazo.

Entendendo os Fundamentos Financeiros

Demonstrações Financeiras
Compreender balanço patrimonial, demonstrativo de resultados e fluxo de caixa é essencial para monitorar a saúde financeira da empresa.

Contabilidade Básica
Aprender conceitos contábeis como receitas, despesas, ativos e passivos permite tomar decisões informadas.

Indicadores Financeiros
Indicadores como margem de lucro, lucratividade e índice de liquidez fornecem insights valiosos sobre o desempenho do negócio.

Análise de Custos
Categorizar e controlar custos fixos e variáveis é fundamental para precificação e planejamento orçamentário.

Planejamento Financeiro: Passo a Passo

Estabeleça Metas
Defina objetivos claros e mensuráveis para o seu negócio, como faturamento, lucro e crescimento.

Analise sua Situação Atual
Levante dados sobre receitas, despesas, fluxo de caixa e indicadores financeiros atuais.

Projete Cenários Futuros
Use projeções realistas para estimar resultados financeiros nos próximos meses e anos.

Crie um Orçamento
Defina um orçamento detalhado com alocação de recursos para atingir suas metas.

Gestão de Fluxo de Caixa: Mantendo o Controle

- 1 Monitorar Entradas e Saídas
Acompanhe diariamente o fluxo de caixa, registrando todas as entradas (vendas, recebimentos) e saídas (pagamentos, despesas).
- 2 Projetar Cenários
Elabore projeções de curto e longo prazo para identificar períodos de excesso ou escassez de caixa.
- 3 Gerenciar Contas a Receber
Cobre pontualmente as faturas emitidas, agilizando o recebimento e evitando atrasos que impactem o fluxo.
- 4 Controlar Contas a Pagar
Pague fornecedores e compromissos na data correta, negociando prazos e condições sempre que possível.
- 5 Ajustar o Caixa
Monitore e ajuste o caixa com base nas projeções, antecipando necessidades de empréstimo ou investimento.

Contabilidade Básica para Empresas

Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial apresenta a posição financeira da empresa, listando seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

Demonstrativo de Resultados

O DRE (Demonstrativo de Resultados do Exercício) detalha as receitas, custos e despesas, apurando o lucro ou prejuízo.

Fluxo de Caixa

O demonstrativo de fluxo de caixa mostra as entradas e saídas de dinheiro, essencial para gerenciar a liquidez.

Noções Contábeis

Conceitos básicos como débito, crédito, contas a pagar/receber e depreciação são fundamentais para a contabilidade.

Análise de Custos e Formação de Preços

Categorização de Custos	Análise de Margem de Contribuição	Formação de Preço	Ponto de Equilíbrio
Classifique seus custos em fixos (aluguel, salários) e variáveis (matéria-prima, fretes) para entender melhor a estrutura de custos do seu negócio.	Calcule a margem de contribuição de cada produto ou serviço, identificando os itens mais lucrativos e aqueles que precisam de atenção.	Defina um preço competitivo que cubra seus custos e gere a margem de lucro desejada, considerando também o valor percebido pelo cliente.	Determine o ponto de equilíbrio, isto é, o volume de vendas necessário para cobrir todos os custos, fixos e variáveis.

Investimentos e Captação de Recursos

Investimentos Estratégicos	Fontes de Financiamento	Gerenciamento de Riscos	Retorno sobre Investimento
Identifique oportunidades de investimento que possam impulsionar o crescimento do seu negócio, como em inovação, expansão ou diversificação.	Explore alternativas de captação de recursos, como empréstimos, investidores-anjo, crowdfunding ou programas de incentivo governamentais.	Desenvolva uma estratégia de gerenciamento de riscos para proteger seus investimentos e garantir a sustentabilidade do negócio.	Monitore cuidadosamente o retorno sobre os investimentos realizados, ajustando a estratégia conforme necessário.

Gerenciamento de Riscos Financeiros

1 Identificar Riscos

Analice potenciais riscos financeiros, como flutuações de mercado, inadimplência de clientes e mudanças regulatórias, que possam impactar o desempenho do seu negócio.

2 Avaliar Impactos

Avalie o grau de severidade e probabilidade de cada risco, priorizando aqueles com maior potencial de causar danos significativos.

3 Desenvolver Estratégias

Planeje ações preventivas e corretivas para mitigar ou transferir os riscos identificados, como contratação de seguros, diversificação de investimentos e gestão de contingências.

4 Monitorar e Ajustar

Acompanhe constantemente a evolução dos riscos e ajuste sua estratégia conforme necessário, garantindo a resiliência financeira do seu negócio.



Tributação e Obrigações Fiscais

Impostos e Contribuições

Entenda os principais impostos e contribuições que sua empresa precisa recolher, como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS.

Obrigações Acessórias

Cumpra com as obrigações acessórias, como declarações e escriturações fiscais, de forma precisa e no prazo correto.

Planejamento Tributário

Adote estratégias de planejamento tributário para reduzir legalmente a carga de impostos e otimizar o fluxo de caixa.

Auditoria e Compliance

Mantenha-se atualizado sobre mudanças na legislação e audite periodicamente sua situação fiscal para evitar riscos.

Tomada de Decisões Financeiras Estratégicas



Indicadores Financeiros Essenciais

25%

Margem de Lucro

1.8

Índice de Liquidez

85K

Faturamento Anual

22%

Crescimento de Vendas

Acompanhar atentamente os principais indicadores financeiros é fundamental para a tomada de decisões estratégicas e a saúde do seu negócio. Esses dados fornecem insights valiosos sobre a rentabilidade, liquidez e desempenho da sua empresa.



Ferramentas Digitais para Finanças Empresariais



Contabilidade na Nuvem

Softwares de gestão financeira online que automatizam tarefas contábeis e geram relatórios em tempo real.



Emissão de Notas Fiscais

Aplicativos que simplificam a emissão, controle e envio de faturas e notas fiscais aos clientes.



Controle de Despesas

Ferramentas que permitem registrar, categorizar e monitorar todos os gastos da empresa de forma ágil.



Painel de Indicadores

Dashboards personalizados que consolidam dados financeiros e fornecem insights em tempo real.



Educação Financeira Pessoal do Empreendedor

1

Autoconhecimento Financeiro

Compreenda seus próprios hábitos, atitudes e conhecimentos em relação ao dinheiro.

2

Planejamento Orçamentário Pessoal

Defina metas, controle despesas e invista de forma disciplinada para sua vida pessoal.

3

Construção de Patrimônio

Invista em ativos que gerem renda e valorizem ao longo do tempo, diversificando seus investimentos.

4

Gerenciamento de Riscos

Proteja seu patrimônio e sua família contra imprevistos, contratando seguros e fazendo provisões.

5

Previdência e Aposentadoria

Planeje sua aposentadoria com contribuições regulares e estratégias de longo prazo.

Disciplina e Hábitos Financeiros Saudáveis

Orcamento Disciplinado

Crie e siga um orçamento detalhado que aloque recursos de forma responsável, evitando gastos impulsivos.

Registros Financeiros Precisos

Mantenha registros financeiros atualizados e organizados, facilitando o monitoramento e a tomada de decisões.

Poupança e Investimentos

Estabeleça metas de poupança e invista consistentemente, construindo uma reserva financeira para o seu negócio.

Disciplina nos Pagamentos

Pague contas e compromissos pontualmente, fortalecendo sua reputação e evitando juros e multas.



Investimento em Capacitação Financeira

Manter-se Atualizado

Investir continuamente em sua educação financeira permite ao empreendedor se manter a par das melhores práticas e tendências do mercado.

Melhor Tomada de Decisões

Com conhecimento aprofundado, o empreendedor pode tomar decisões financeiras mais assertivas e estratégicas para seu negócio.

Vantagem Competitiva

O domínio de finanças é fundamental para obter uma vantagem competitiva e se destacar em um mercado cada vez mais exigente.

Garantia de Sustentabilidade

Investir na própria capacitação financeira é essencial para a longevidade e prosperidade do empreendimento a longo prazo.

Aplicação Prática dos Conceitos Financeiros

Planejamento Estratégico

Utilize suas habilidades financeiras para criar planos de negócios sólidos e projeções realistas que orientem suas decisões estratégicas.

Gestão Financeira

Aplique técnicas de controle de fluxo de caixa, análise de custos e formação de preços para manter a saúde financeira do seu negócio.

Tomada de Decisões

Embase suas decisões em indicadores financeiros confiáveis, como índices de liquidez, margem de lucro e ponto de equilíbrio.

Captação de Recursos

Utilize seus conhecimentos para identificar e acessar as melhores fontes de financiamento, como empréstimos, investidores e programas de incentivo.

Monitoramento e Ajustes Financeiros Contínuos

1 Acompanhamento Constante

Monitore regularmente seus indicadores financeiros, fluxo de caixa e desempenho, identificando rapidamente qualquer desvio ou tendência preocupante.

2 Análise de Cenários

Avalie projeções e cenários futuros com base em dados atualizados, antecipando possíveis impactos e riscos para seu negócio.

3 Tomada de Ações Corretivas

Implemente ajustes e decisões financeiras estratégicas, como redução de custos, renegociação de prazos ou captação de recursos, para manter sua empresa no rumo certo.

4 Revisão e Aprimoramento

Avalie periodicamente sua estratégia financeira, identificando oportunidades de melhoria e incorporando lições aprendidas para um desempenho cada vez melhor.



Evitando Armadilhas Financeiras Comuns

Falta de Planejamento Orçamentário

Não ter um orçamento detalhado e realista pode levar a gastos descontrolados e falta de reservas para imprevistos.

Mistura de Finanças Pessoais e Empresariais

Não separar claramente as contas e controles financeiros da empresa e da vida pessoal compromete a saúde financeira do negócio.

Atrasos no Pagamento de Impostos

Não cumprir as obrigações fiscais e tributárias no prazo pode gerar multas, juros e até mesmo o fechamento da empresa.

Excesso de Dívidas e Alavancagem

Tomar empréstimos além da capacidade de pagamento pode comprometer seriamente a saúde financeira do negócio.



Planejamento Sucessório e Transição Geracional

1

Definir Objetivos

Estabeleça metas claras para a transição de liderança, considerando a visão de futuro para a empresa.

2

Avaliar Opções

Analise alternativas como sucessão familiar, venda do negócio ou parcerias, alinhando com seus valores e planos.

3

Desenvolver um Plano

Crie um plano detalhado com etapas e prazos para a transição, envolvendo todos os stakeholders.

4

Preparar a Próxima Geração

Invista na capacitação dos sucessores, garantindo uma transferência de conhecimento e liderança suave.

5

Implementar e Ajustar

Monitore a implementação do plano, fazendo os ajustes necessários para garantir a continuidade do negócio.



Finanças Sustentáveis e Responsabilidade Social



Investimentos Verdes
Planeje investimentos em iniciativas ambientalmente sustentáveis, como energias renováveis e projetos de redução de emissões.



Práticas Empresariais Éticas
Adote políticas de governança, diversidade e direitos humanos que demonstrem seu compromisso com a responsabilidade social.



Engajamento Comunitário
Envolva-se com a comunidade local, apoando projetos sociais e ambientais que gerem impacto positivo.



Relatórios de Sustentabilidade
Divulgue informações transparentes sobre seu desempenho ambiental, social e de governança (ESG) para os stakeholders.

Parcerias Estratégicas com Especialistas Financeiros



Consultoria Tributária
Planejamento e otimização de impostos para maximizar a eficiência fiscal.

Estratégias de Investimento
Recomendações de alocação de capital e portfólio de investimentos.

Assessoria Contábil
Geração de demonstrativos financeiros confiáveis e orientação contábil.

Captação de Recursos
Apóio na identificação e acesso a fontes de financiamento adequadas.

Estabelecer parcerias estratégicas com especialistas financeiros como consultores tributários, gestores de investimento, contadores e especialistas em captação de recursos permite ao empreendedor ter acesso a orientação especializada e otimizar a saúde financeira do seu negócio.



Educação Financeira como Vantagem Competitiva



Tomada de Decisões Estratégicas
O domínio de conceitos financeiros permite ao empreendedor tomar decisões mais assertivas e alinhadas aos objetivos do negócio.

Gerenciamento de Riscos
O conhecimento financeiro capacita o empreendedor a identificar, avaliar e mitigar riscos que possam comprometer a saúde do negócio.

Crescimento e Lucratividade
Empreendedores financeiramente preparados têm mais chances de obter melhores resultados financeiros e impulsionar o crescimento do seu negócio.

Vantagem Competitiva
A educação financeira se traduz em uma vantagem diferenciadora, permitindo que o empreendedor se destaque entre seus concorrentes.

Compartilhando Conhecimento e Boas Práticas



Oferecer Workshops e Palestras
Compartilhe seu conhecimento financeiro por meio de workshops, palestras e eventos, ajudando outros empreendedores a desenvolver suas habilidades.

Compartilhar conhecimento e melhores práticas financeiras é uma excelente forma de apoiar o desenvolvimento da comunidade empresarial e impulsionar o sucesso de outros empreendedores. Ao oferecer workshops, criar comunidades de aprendizado, publicar conteúdo educativo e atuar como mentor, você pode contribuir para o crescimento sustentável de seu ecossistema de negócios.

Criar Comunidades de Aprendizado
Participe e promova grupos de discussão e comunidades onde empreendedores podem trocar experiências e aprender uns com os outros.

Publicar Conteúdo Educativo
Compartilhe seus conhecimentos através de artigos, ebooks, podcasts e outras formas de conteúdo educativo online e offline.

Programa de Mentoria
Ofereça-se como mentor e ajude outros empreendedores em início de carreira a desenvolver suas habilidades financeiras.

Importância da Transparência Financeira

Confiança dos Stakeholders

A transparência financeira fortalece a confiança de clientes, fornecedores, investidores e outros stakeholders no seu negócio.

Cumprimento Regulatório

Demonstrar transparência é essencial para cumprir com as obrigações legais e fiscais, evitando penalidades e multas.

Responsabilidade Social

Compartilhar informações financeiras de forma clara e aberta é um sinal de responsabilidade social e contribui para a imagem positiva da empresa.

Melhoria Contínua

A transparência permite uma avaliação mais precisa do desempenho financeiro, facilitando a implementação de melhorias e ajustes.



Adaptação a Cenários Econômicos Desafiadores

1 Monitorar Indicadores Econômicos

Acompanhe de perto os principais indicadores macroeconômicos, como PIB, inflação e taxas de juros, para identificar tendências e cenários que possam impactar seu negócio.

2 Avaliar Impactos Potenciais

3 Desenvolver Planos de Contingência

Avalie como as mudanças no ambiente econômico podem afetar suas operações, receitas, custos e fluxo de caixa, priorizando os riscos mais significativos.

4 Implementar Ajustes Ágeis

Implemente rapidamente as alterações necessárias para adaptar seu modelo de negócios, mantendo a liquidez e a sustentabilidade da empresa.

5 Aproveitar Oportunidades

Esteja atento a novas oportunidades de mercado e inovações que possam surgir durante os períodos de turbulência econômica, adaptando sua estratégia de forma ágil.

Empreendedorismo e Finanças: Uma Relação Indissociável

Alicerço do Empreendedorismo

Finanças sólidas são a base para o estabelecimento e crescimento de qualquer empreendimento.

Tomada de Decisões Estratégicas

Conhecimento financeiro capacita o empreendedor a tomar decisões mais assertivas e alinhadas aos objetivos do negócio.

Gestão de Riscos e Oportunidades

Dominar conceitos financeiros permite identificar e gerenciar riscos, bem como aproveitar novas oportunidades de mercado.

Sustentabilidade e Crescimento

Empresas com sólida saúde financeira têm maior probabilidade de serem sustentáveis e alcançarem crescimento a longo prazo.

Conclusão: Educação Financeira, a Chave para o Sucesso Empresarial

1

Adquirir Conhecimento

Invista continuamente em sua educação financeira, mantendo-se atualizado sobre melhores práticas e tendências do mercado.

2

Aplicar Conceitos

Transforme seu conhecimento em ação, implementando estratégias financeiras eficazes em seu negócio.

3

Tomar Decisões Assertivas

Embase suas decisões em indicadores financeiros confiáveis, garantindo a saúde e o crescimento sustentável do seu empreendimento.

4

Gerenciar Riscos

Identifique e mitigue riscos financeiros proativamente, mantendo sua empresa resiliente e preparada para enfrentar desafios.

5

Alcançar o Sucesso

Domine as finanças e se torne um empreendedor financeiramente preparado, com vantagem competitiva no mercado.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Origem e evolução do dinheiro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BARRETO, Luciano Porto. Moedas virtuais e digitais. Citações em documentos: apresentação. 2017. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/sites/default/files/documentos/2017_04_05-moedasvirtualsedigitais_lucianoportobarreto.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BOFF, S. O.; FERREIRA, N. A. Análise dos benefícios sociais da bitcoin como moeda. ANUÁRIO MEXICANO DE DERECHO INTERNACIONAL, v. XVI, p. 138-159, 2016.

5 EMPREENDEDORAS negras que você precisa conhecer. Smart Business, 2021. Disponível em: <https://smartbusinessweb.blogspot.com/2021/07/5-empreendedoras-negras-que-voce.html>. Acesso em: 24 maio 2022

FATF. Virtual currencies key definitions and potential AML/CFT Risks. 2014. Disponível em: <<http://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/virtual-currency-definitions-amlcft-risk.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MARIOTTO, Tomás. Fidelidade ao cartão de crédito em troca de milhas aéreas: um estudo empírico no mercado brasileiro. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15069>>. Acesso em: 22 mar. 201

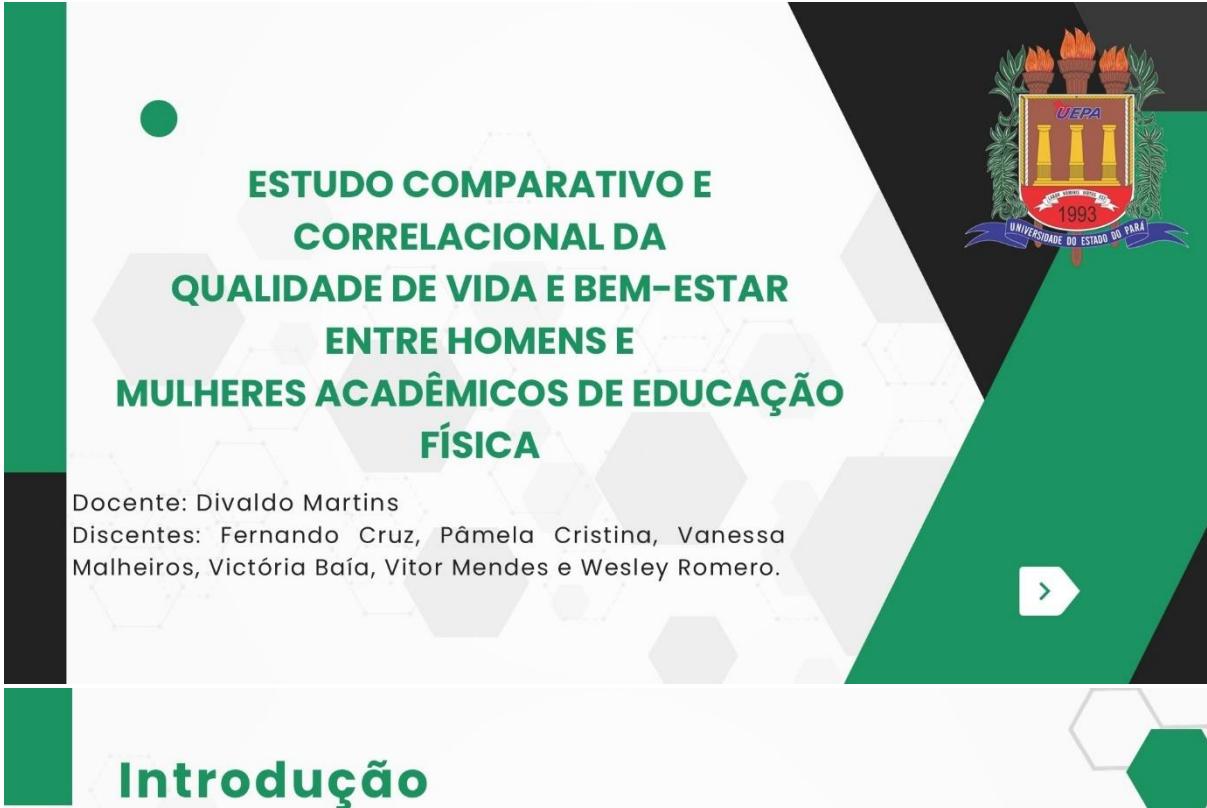
5 EMPREENDEDORAS negras que você precisa conhecer. Smart Business, 2021. Disponível em: <https://smartbusinessweb.blogspot.com/2021/07/5-empreendedoras-negras-que-voce.html>. Acesso em: 24 maio 2022.8.

Obrigado

Prof. Dr. Éder do Vale Palheta

Email: edervpalheta@gmail.com

(91) 99100-5664 – (91) 98846-9702



ESTUDO COMPARATIVO E CORRELACIONAL DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR ENTRE HOMENS E MULHERES ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA



Docente: Divaldo Martins

Discentes: Fernando Cruz, Pâmela Cristina, Vanessa Malheiros, Victória Baía, Vitor Mendes e Wesley Romero.

Introdução

JUSTIFICATIVA: A investigação busca explorar como as variáveis de gênero influenciam a percepção de qualidade de vida e identificar as possíveis diferenças e similaridades entre os grupos , com base em fatores como pratica em atividade física, imagem corporal, e adaptação à vida acadêmica

Introdução

OBJETIVO: Comparar a Qualidade de Vida (QV) e o Bem Estar entre Homens e Mulheres acadêmicos do curso de Educação Física

Introdução

Segundo a OMS, saúde é definido como um estado de completo bem estar físico, mental e social

Qualidade de vida pode ser definida como a compreensão do indivíduo acerca de sua posição na vida, no cenário da cultura e sistema de valores nos quais o mesmo está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, preocupações e padrões (Carrara & Santos. 2021)

O ingresso na faculdade pode deixar o indivíduo mais atarefado uma vez que as exigências são maiores (Maximiliano et al., 2020). Estudos recentes indicam que esses estudantes frequentemente lidam com questões relacionadas à saúde mental, como ansiedade e depressão, devido à pressão constante para manter um desempenho acadêmico elevado e uma aparência física adequada (Brassea Galleguillos; Silva Guerra, 2023).

Introdução

O ingresso na faculdade pode deixar o indivíduo mais atarefado uma vez que as exigências são maiores (Maximiliano et al., 2020). Estudos recentes indicam que esses estudantes frequentemente lidam com questões relacionadas à saúde mental, como ansiedade e depressão, devido à pressão constante para manter um desempenho acadêmico elevado e uma aparência física adequada (Brassea Galleguillos; Silva Guerra, 2023).

MÉTODOS

TIPO DE ESTUDO

O presente estudo caracteriza-se como uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa, adotando uma abordagem descritiva, comparativa e correlacional. Na perspectiva quantitativa e qualitativa, o estudo busca descrever e analisar as variáveis em foco, além de estabelecer relações entre elas.

A aplicação de métodos descritivos e correlacionais é fundamental para a compreensão das dinâmicas envolvidas nas autopercepções dos grupos estudados. De acordo com Gil (2010), a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas enriquece a pesquisa, permitindo uma análise mais completa e significativa dos dados.

MÉTODOS

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa é acadêmicos do curso de educação física da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A amostra foi composta por 45 alunos, sendo 17 (dezessete) mulheres e 28 (vinte e oito) homens, selecionados de forma randomizada.

DESENHO DO ESTUDO

Os dados foram coletados no Campus III da Universidade do Estado do Pará (UEPA) durante os meses de setembro e outubro de 2024. Foi aplicado um questionário virtual, disponibilizado em formato virtual através de uma plataforma online. Os participantes foram convidados a responder os questionários via Google Forms. Após responderem as perguntas, todos os participantes assinaram virtualmente um termo de consentimento, garantindo confidencialidade e o caráter voluntário da pesquisa.

MÉTODOS

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para avaliar o nível de bem-estar dos participantes, foi utilizado o Pentáculo do Bem-estar, no qual é composto por 15 perguntas, divididas em 5 categorias, sendo elas: Nutrição, Atividade Física, Comportamento Preventivo, Relacionamento Social e Controle do Estresse.

Para a avaliação da qualidade de vida, foi aplicado o questionário WHOQOL-bref, que é composto por 26 questões, que incluem 4 domínios principais da qualidade de vida, sendo eles: Domínio físico, domínio psicológico, domínio das relações sociais e domínio ambiental.

Para a avaliação da Resiliência foi usado o questionário fechado sobre a Escala de Resiliência (ER). E para avaliar o risco coronariano foi usado o questionário de avaliação do Risco Coronariano.

MÉTODOS

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Após a coleta de dados, as respostas ao questionário foram processadas e analisadas no software BioEstat, na versão 5.3, onde foi feita a estatística descritiva para caracterizar a amostra, por meio da média aritmética e do desvio padrão das variáveis quantitativas. Para comparar as variáveis da qualidade de vida, resiliência, bem-estar e risco coronariano, foi utilizado o teste t de Student.

Para analisar a correlação entre as variáveis e as subvariáveis qualidade de vida, resiliência, bem-estar e risco coronariano, foi escolhido a correlação linear de Pearson. O nível de significância adotado para as inferências estatísticas foi de 5% ($p < 0,05$).

RESULTADOS

Tabela 1- Apresenta a prevalência amostral entre homens e mulheres.

Variáveis	Classes	Prevalência	
		N	%
Gênero	Feminino	17	37,78
	Masculino	28	62,22
Etnia	Preto	4	8,89
	Branco	15	33,33
	Pardo	26	57,78
Estado Civil	Solteiro	42	93,33
	Casado	3	6,67
Irmãos	Sim	39	86,67
	Não	6	13,33

RESULTADOS

Tabela 2 – Análise descritiva quantitativa amostral (média aritmética \pm desvio padrão) e comparação das médias quanto ao gênero (teste t de Student).

Variáveis	Descrição		Comparação	
	Feminino	Masculino	t	p
Idade	21,90 \pm 3,10	21,07 \pm 2,34	0,995	0,324
Renda Familiar	3,53 \pm 3,70	4,14 \pm 3,50	-0,62	0,537
Residentes no Lar	2,94 \pm 1,02	4,00 \pm 1,74	-2,56	0,014*
Quantidade de Irmãos	1,30 \pm 1,26	1,82 \pm 1,65	-1,12	0,266

RESULTADOS

Tabela 3 - Análise comparativa entre os gêneros para as variáveis qualidade de vida, bem estar e resiliência (teste t de Student).

Variáveis	Descrição		Comparação	
	Feminino	Masculino	t	p
Qualidade de vida- Domínio Físico	3,83 \pm 0,50	3,78 \pm 0,42	0,32	0,744
Qualidade de vida- Domínio Psicológico	3,45 \pm 0,41	3,32 \pm 0,36	1,04	0,303
Qualidade de vida- Relações Sociais	4,05 \pm 0,51	3,65 \pm 0,50	2,59	0,012*
Qualidade de vida- Meio Ambiente	3,48 \pm 0,56	3,29 \pm 0,48	1,17	0,247
Qualidade de Vida- Índice Geral	87,60 \pm 9,11	83,82 \pm 7,33	1,52	0,135
Qualidade de Vida- Índice Geral Médio	3,64 \pm 0,37	3,49 \pm 0,30	1,52	0,135
Bem estar - Nutrição	1,43 \pm 0,64	1,48 \pm 0,41	-0,32	0,747
Bem estar - Atividade Física	2,29 \pm 0,66	2,39 \pm 0,42	-0,54	0,589
Bem estar - Comportamento Preventivo	1,94 \pm 0,79	1,39 \pm 0,59	2,64	0,011*
Bem estar - Relações sociais	2,05 \pm 0,62	2,13 \pm 0,38	-0,42	0,672
Bem estar - Controle do Estresse	1,82 \pm 0,52	2,09 \pm 0,39	-1,96	0,055*
Bem estar - Índice Geral	28,64 \pm 6,76	28,50 \pm 3,95	0,08	0,935
Bem estar - Índice Geral Médio	1,90 \pm 0,46	1,85 \pm 0,27	0,29	0,767
Resiliência - Geral	123,82 \pm 19,21	128,90 \pm 12,20	-0,97	0,339
Resiliência - Índice Médio	4,95 \pm 0,76	5,16 \pm 0,48	-1,01	0,322
Risco Coronariano	13,85 \pm 2,66	12,93 \pm 3,84	0,86	0,391

RESULTADOS

Tabela 4 – Correlação entre as variáveis do estudo (teste de Pearson).

		p							
		ID	RF	NR	NI	RC	QV	BE	R
r	ID	-	-	-	-	-	-	-	-
	RF	-	-	-	-	-	-	-	-
	NR	-	-	-	-	-	-	-	-
	NI	-	-	-	-	-	-	-	-
	RC	-	-	-	-	-	-	-	0,049*
	QV	-	-	-	-	-	<0,0001*	0,021*	
	BE	-	-	-	-	-	0,59	-	0,0008*
	R	-	-	-	-	-0,29	0,34	0,48	-

*ID – Idade; RF – Renda familiar; NR – Número de residentes; NI – Número de irmãos; RC – Risco coronariano; QV – Qualidade de vida; BE – Bem estar; R – Resiliência.

DISCUSSÃO

Buscou comparar a qualidade de vida e o bem estar de acadêmicos do curso de Educação Física na Universidade do Estado do Pará, explorando variáveis como, gênero, etnia, estado civil, renda, e convívio familiar.

- Os resultados da pesquisa, mostraram maior prevalência do sexo masculino, diferentemente dos achados de Souza, et al. (2023) ao verificarem aspectos de Resiliência neste mesmo público.
- Barroso, et al. (2019), destacam resultados parecidos com os da pesquisa ao analisar a qualidade de vida de graduandos, onde notaram que o suporte social, solidão e estresse, podem ser determinantes para aspectos da saúde.

DISCUSSÃO

Homens apresentam ter maior convívio social em suas residências, mas mulheres tem mais comportamento preventivo que homens, são mais cuidadosas e atentas a sua qualidade de vida e tem maior controle do estresse.

- Na tabela 2 dos resultados na pesquisa mostra que os homens convivem com mais pessoas em suas residências, o que pode ser benéfico para a qualidade de vida e bem estar, assim como afirma Oliveira e Barroso (2020)
- Mas, destaca-se na tabela 3 que mulheres têm mais comportamentos preventivos de cuidado à saúde do que homens, o que corrobora com Arar, et al (2003); Pereira e Silva (2021).

DISCUSSÃO

A relação entre resiliência, qualidade de vida e bem-estar observada nos achados é amplamente respaldada por estudos recentes

- Souza et al. (2023) afirmam que a **resiliência** atua como **proteção** contra o estresse e riscos à saúde, incluindo o coronariano. Pereira et al. (2019) e Barroso et al. (2023) ressaltam que o **bem-estar emocional** está diretamente **ligado à qualidade de vida**, especialmente em acadêmicos, e que indivíduos mais resilientes tendem a ter melhor adaptação às pressões e uma **percepção superior de qualidade de vida.**"

CONCLUSÃO

- O estudo permitiu concluir uma prevalência amostral entre homens e mulheres, revelou uma significativa predominância de acadêmicos do sexo masculino, destacando-se a etnia parda, a condição de solteiro e a presença de irmãos. Isso indica a diversidade étnica da amostra e sugere características sociais e familiares que impactam suas experiências durante a formação.
- Na análise descritiva quantitativa e na comparação das médias por gênero o estudo permitiu concluir, uma diferença significativa apenas na variável “residentes no lar” entre homens e mulheres, indicando que os acadêmicos do gênero masculino vivem com um maior número de moradores. Essa discrepância pode refletir padrões variados de convivência familiar ou social. Fatores como independência, arranjos de moradia e suporte social podem impactar esses resultados.

CONCLUSÃO

- Na análise comparativa entre os gêneros para as variáveis qualidade de vida, bem-estar e resiliência, o estudo concluiu diferenças significativas. As mulheres apresentaram níveis mais elevados de relações sociais e comportamento preventivo, evidenciando laços sociais mais fortes e maior preocupação com a prevenção de riscos à saúde. Em contrapartida, os homens demonstraram maior domínio no controle de estresse, sugerindo uma maior eficácia na gestão de situações estressantes.

Resiliência* X Risco Coronariano: capacidade de enfrentar e superar desafios de maneira mais eficaz;

Resiliência* X Qualidade de vida: Maior capacidade de adaptação e enfrentamento de adversidades;

Resiliência* X Bem-estar: Reforça a importância da resiliência para o equilíbrio emocional e mental;

Bem-estar X Qualidade de vida: As pessoas que se sentem bem consigo mesmas e com sua vida cotidiana tendem a viver de forma mais satisfatória.

CONCLUSÃO

O estudo encontrou resultados que indicam que uma relação significativa entre qualidade de vida e bem-estar de homens e mulheres acadêmicos do curso de educação física.



Tamanho amostral limitado, reduzindo a aplicabilidade dos resultados a populações mais amplas e diversas, e também as autopercepções que podem influenciar suas respostas de acordo com suas vivências e emoções momentâneas.

REFERÊNCIAS

ARAR, F. C.; CHAVES, T. F.; TURCI, M. A.; MOURA, E. P. Qualidade de vida e saúde mental de estudantes de Medicina na pandemia da Covid-19. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 47, n. 1, p. 1-8, 2023.

BARROSO, S. M.; SOUSA, A. A. S.; ROSENDO, L. S. Impacto da solidão na qualidade de vida de universitários de Minas Gerais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1-10, 2023.

Brassea Galleguillos, M. & Silva Guerra, R. (2023). Educação física e a formação em saúde coletiva: deslocamentos necessários para a atuação no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 25(1), 1151-1163.
<https://doi.org/10.1590/1809-45792023000100001>

CAMPOS, J. C. B.; SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, G. J. A.; LIMA, E. R. V.; FILHO, M. N. M. B.; DANTAS, N. F. B. F. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas. *Ambiente Construído*, v. 21, n. 3, p. 9-21, jul.-set. 2021.

CARRARA, V. A.; SANTOS, A. M. V. C. E. Análise da qualidade de vida dos acadêmicos de medicina e engenharia civil da UniRedentor mediante aplicação do WHOQOL-bref. *Perspectivas Online: Biológicas & Saúde*, v.11, n.39, p. 11 - 22, 2021.

DEMECH, L. M.; SILVA, L. N.; ANTOCHEVIS, A. F.; ALMEIDA, T. R.; DUMITH, S. C. Estresse percebido entre estudantes de graduação: fatores associados, a influência do modelo ENEM/SiSU e possíveis consequências sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 72, n. 1, p. 15-22, jan.-mar. 2023

REFERÊNCIAS

FREITAS, Pedro Henrique Batista de; MEIRELES, Adriana Lúcia; BARROSO, Sabrina Martins; BANDEIRA, Marina de Bittencourt; ABREU, Mery Natali Silva; DAVID, Gabriela Lemes; PAULA, Waléria de; CARDOSO, Clareci Silva. Perfil de qualidade de vida e saúde mental de estudantes universitários da área da saúde. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, artigo e35011125095, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25095>. Acesso em: 14 out. 2024.

MAXIMIANO, Vinícius da Silva; HUDSON, Tassiana Aparecida; FERREIRA, Luana Karoline; DORNELLA, Liege Coutinho Goulart; PAULA, Otávio Rodrigues de; NEVES, Clara Mockdece; CATALDI, Carolina Lessa; MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras. Nível de atividade física, depressão e ansiedade de estudantes de graduação em Educação Física. *Motricidade*, v. 16, n. S1, p. 104-112, 2020. DOI: 10.6063/motricidade.22313.

OLIVEIRA, N. R.; BARROSO, S. M. Solidão e depressão: Relações com características pessoais e hábitos de vida em universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, p. 1-12, 2019.

PEREIRA, R. R.; SILVA, S. S. C.; FACIOLA, R. A.; RAMOS, M. F. H.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H.; RAMOS, E. M. L. S. Estresse e características resilientes em alunos com deficiência e TFE na UFPA. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 1-16, 2019.

RBAFS. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 24(2), 123-135. <https://doi.org/10.1590/1809-45792020000200002>

SILVA, Mariana Lima et al. Condições que interferem na qualidade de vida do estudante de Medicina. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e2469119640, 2020.

SOUZA, D. M.; SARAIVA, A. C. S.; DIAS, L. A.; ROCHA, A. V. T.; LUZ, L. M. R.; SILVA, J. F. S. Estudo do nível de atividade física, grau de resiliência e risco coronariano de acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. *Motricidade*, v. 19, n. 3, p. 351-357, 2023.

OS MELHORES
SERVIÇOS^{EM}
EDUCAÇÃO!



SEJA MEMBRO DA
ESCOLA DE NEGÓCIOS EM
EMPREENDEDORISMO E
ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL



CURSOS

EVENTOS

CONSULTORIA

ARTIGOS

ORIENTAÇÃO

**PRODUTOS
AUDIOVISUAIS**

**GRUPO DE
PESQUISA**

E-BOOKS

VÍDEOS

secretaria@conhecimentoeciencia.com

Elephant Coworking, Av. Gov. José Malcher, 153